

***O acesso à documentação cartográfica:
a situação em Portugal***

por

Maria Joaquina Esteves Feijão

*Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais,
apresentada à Universidade de Évora*

Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri

Orientadores: Doutora Maria Inês Durão de Carvalho Cordeiro
Prof. Doutor João Carlos Garcia

**Universidade de Évora
2006**

**O acesso à documentação cartográfica:
a situação em Portugal**

por

Maria Joaquina Esteves Feijão

*Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais,
apresentada à Universidade de Évora*

Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri



160 457

Orientadores: Doutora Maria Inês Durão de Carvalho Cordeiro
Prof. Doutor João Carlos Garcia

**Universidade de Évora
2006**

O acesso à documentação cartográfica: a situação em Portugal

Resumo

Partindo da constatação do desfasamento entre a importância e procura crescentes da cartografia e os meios de acesso a essa documentação, em particular no que respeita às colecções patrimoniais em bibliotecas e arquivos, analisa-se o desenvolvimento da biblioteconomia cartográfica e a produção de instrumentos de acesso e difusão, com o objectivo de apreender e caracterizar as problemáticas transversais e os constrangimentos locais desta área de actividade. Apresenta-se uma retrospectiva da evolução da actividade profissional, em termos das actividades associativas e da formação, e analisa-se a literatura especializada e de normalização, tanto a nível nacional como internacional. O panorama nacional em termos de acesso à documentação cartográfica, é caracterizado através da análise dos principais catálogos publicados no decurso do séc. XX, e complementado por uma síntese dos projectos interinstitucionais desenvolvidos na última década. Numa síntese final identifica-se a natureza dos factores que estão na origem dos principais constrangimentos para o desenvolvimento desta área e são apontadas algumas sugestões de orientação estratégica geral das instituições para lhes fazer face.

Access to cartographic collections: the situation in Portugal

Abstract

Acknowledging the contrast between the growing importance and demand of cartographic information and the access tools available for it, especially regarding heritage collections held in libraries and archives, this study analyses the evolution of map librarianship and the production of access means. The main objective is to perceive and characterize the questions and constraints of this area of activity. An overview of the development of the profession is provided covering associative activities, education and training, professional literature and standards, both at the national and international level. The Portuguese reality regarding tools to access cartographic collections is described upon the analysis of the most important exhibition catalogues published during the XX century, and a synthesis of major collaborative projects carried out in the last decade. The main findings are summarized and discussed, highlighting the nature of the constraining issues and presenting some suggestions of strategic orientation for institutions.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao Prof. Doutor João Carlos Garcia e à Doutora Maria Inês Cordeiro, pelo acolhimento do meu projecto de investigação que acompanharam ao longo de quatro anos. Em especial, destaco a permanente disponibilidade, paciência e ajuda efectiva que recebi da Doutora Maria Inês Cordeiro e que foram fulcrais para a concretização deste trabalho.

Agradeço também à Prof. Doutora Suzanne Daveau, pelo seu constante motivação, apoio e disponibilidade, e à Prof. Doutora Maria Helena Dias pelas úteis sugestões. Um agradecimento especial pela colaboração à Dr^a Graça Garcia e Dr^a Isabel Cepeda e à Teresa Pinelo e à Dr^a Sandra Boavida, da Área de Cartografia da BNP, por terem sempre assegurado todos os trabalhos em curso nas minhas ausências.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento sincero por todo o apoio recebido dos meus amigos mais próximos e pela compreensão, incentivo e espírito de colaboração que sempre recebi de toda a minha família, muito em especial do meu filho Daniel.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas	VII	
1	Introdução	
1.1	Motivação e objectivos	1
1.2	Metodologia	2
1.3	Desenvolvimento e organização da tese	2
2	Evolução das colecções cartográficas patrimoniais	
2.1	Introdução	4
2.2	Emergência das colecções cartográficas públicas patrimoniais e da institucionalização da Cartografia	4
2.3	Autonomização das colecções cartográficas	6
2.4.	Tipologia das Colecções	8
2.4.1	Colecções cartográficas de instituições patrimoniais	9
2.4.2	Colecções cartográficas de instituições de ensino e investigação	9
2.4.3	Colecções cartográficas de instituições produtoras e gestoras de cartografia	10
2.5	Colecções cartográficas patrimoniais portuguesas	11
2.5.1	Bibliotecas e centros de documentação	12
2.5.2	Arquivos e museus	15
2.5.3	Instituições de ensino e investigação e instituições produtoras	17
2.5.4	Colecções particulares	18
2.6	Conclusão	19
3	Desenvolvimento e caracterização da profissão	
3.1	Introdução	20
3.2	Primeiros testemunhos da actividade profissional	21
3.3	As actividades associativas	26
3.3.1	Os primeiros grupos norte-americanos	27
3.3.2	O impulso das sociedades cartográficas	28
3.3.3	O papel das associações internacionais de bibliotecários / bibliotecas	31
3.3.4	As actividades associativas em Portugal e Espanha	33

3.4	Profissão e formação profissional de cartotecários	35
3.4.1	Os requisitos da actividade profissional	35
3.4.2	A formação profissional	37
3.4.2.1	Formação inicial	38
3.4.2.2	Formação contínua	42
3.5	A literatura profissional	45
3.5.1	Evolução e formas de publicação da literatura profissional	46
3.5.2	Directórios e manuais	47
3.6	Conclusão	50
4	Normalização bibliográfica e processamento da documentação cartográfica	
4.1	Introdução	52
4.2	Da Revolução Francesa aos “Princípios de Paris”	52
4.2.1	Evolução internacional	52
4.2.2	Panorama nacional: da criação da Biblioteca Nacional até à adopção dos “Princípios de Paris”	57
4.3	Bases e vertentes das normas actuais	60
4.3.1	Normas para a constituição de catálogos	60
4.3.1.1	Normas internacionais de descrição bibliográfica normalizada	61
4.3.1.2	Códigos de catalogação	66
4.3.1.3	Particularidades e circunstâncias da documentação cartográfica	73
4.3.2	Os formatos MARC	76
4.3.3	Normas de referência bibliográfica e de números identificadores	81
4.4	Conclusão	83
5	O acesso às colecções cartográficas em Portugal	
5.1	Introdução	86
5.2	As colecções institucionais em 1995	86
5.3	O acesso através de catálogos de exposições: 1900 a 1987	90
5.4	A qualidade do acesso em catálogos de exposições: 1988-2005	93
5.4.1	A cartografia em catálogos de documentação mista	94
5.4.2	Catálogos dedicados principalmente a documentação cartográfica	97
5.4.2.1	Entidades promotoras, tiragem e língua das edições	98
5.4.2.2	Conteúdo dos catálogos	98

5.4.2.3	Reproduções cartográficas	99
5.4.2.4	Organização dos catálogos	100
5.4.2.5	Descrição bibliográfica	100
5.4.2.6	Informação adicional sobre as peças	103
5.5	Outras iniciativas visando o acesso à cartografia: projectos institucionais de 1996 a 2006	104
5.6	Conclusão	110
5.6.1	Motivação	110
5.6.2	Evolução da qualidade e alcance dos instrumentos de divulgação e acesso	111
6	Reflexões conclusivas	114

ANEXOS

Anexo I:	Dados sobre as participações no GdC da LIBER	118
Anexo II:	Dados sobre a literatura profissional	124
Anexo III:	Evolução dos componentes de descrição bibliográfica de documentos cartográficos, 1896-1945	130
Anexo IV:	Instruções relativas a documentos cartográficos nas <i>Regras [...] de Raul Proença</i> (Proença, 1919-1923).	134
Anexo V:	Análise e caracterização de catálogos de exposições de cartografia: 1992- 2004	153

BIBLIOGRAFIA	224
-------------------------------	------------

Lista de Abreviaturas

AACR	Anglo-American Cataloguing Rules
ACML	Assotiation of Canadian Map Libraries
ACMLA	Association of Canadian Map Libraries and Archives
ACOC	Australian Committee on Cataloguing
AFNOR	Association Française de Normalisation
AHM	Arquivo Histórico Militar
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ALA	American Library Association
AMS	Army Map Service
BCS	British Cartographic Society
BD	Bibliotecários Documentalistas
BGEO	Biblioteca do Gabinete de Estudos Olisiponenses
BM	British Museum
BNBMARC	British National Bibliography MARC
BNE	Biblioteca Nacional de Espanha
BNF	Bibliothèque Nationale de France
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BPE	Biblioteca Pública de Évora
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
BRICMICS	British and Irish Committee on Map Information and Cataloguing Systems
CDU	Classificação Decimal Universal
CEG	Centro de Estudos Geográficos de Lisboa
CEUA	Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura
CFC	Comité Français de Cartographie
CLA	Canadian Library Association
CNCDP	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
DGK	Deutsche Gesellschaft für Kartographie (Sociedade Cartográfica Alemã)
DL	Depósito Legal
DSE	Direcção dos Serviços de Engenharia
ENSSIB	École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques
FCT	Fundação da Ciência e Tecnologia

FWB	Functionary in scientific libraries (Holanda)
FRBR	Functional Requirements For Bibliographic Records
GdC	Groupe des Cartothécaires de LIBER
GIN	Geo-Informatie Nederland
GO	Foundation for Collective Schooling for Archive, Library, Documentation and Information processing (Holanda)
IANTT	Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IGBAP	Inspecção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IGM	Instituto Geológico Mineiro
IGP	Instituto Geográfico Português
IICT	Instituto de Investigação Científica e Tropical
IPAD	Instituto Português de Apoio e Desenvolvimento
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISBD(A)	International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)
ISBD(CM)	International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials
ISBD(ER)	International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources
ISBD(G)	General International Standard Bibliographic Description
ISBD(M)	International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications
ISBN	International Standard Book Numbering
ISSN	International Standard Serial Number
ISMN	International Standard Music Number
ISO	International Organization for Standardization
IST	Instituto Superior Técnico
JCBA	Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos
JSC	Joint Steering Committee (for Revision of the AACR)
LA	Library Association (Reino Unido)
LCC	Library of Congress Classification
LCMARC	Library of Congress MARC
LIBER	Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche
MAGERT	Map and Geography Round Table
MARC	Machine Readable Cataloguing
MCG	Map Curators' Group (Reino Unido)

NP	Norma Portuguesa
NVK	Nederlandse Vereniging voor Kristallografie (Sociedade Cartográfica Holandesa)
OS	Ordnance Survey (Reino Unido)
POSI	Programa Operacional Sociedade de Informação
SLA	Special Libraries Association
SGL	Sociedade de Geografia de Lisboa
RAS	State School for Archives (Holanda)
RGS	Royal Geographical Society
RPC	Regras Portuguesas de Catalogação
UBC	Universal Bibliographic Control
WAML	Western Association of Map Libraries (E.U.A.)

1 INTRODUÇÃO

1.1 Motivação e objectivos

A importância do acesso à documentação cartográfica tem crescido significativamente, sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial, para um leque cada vez mais alargado de áreas de estudo e investigação, ou de sectores de actividade. No entanto, as condições de acesso a este tipo de documentação não evoluíram de forma proporcional, isto é, não encontraram nos serviços de informação prestados pelas instituições soluções abrangentes e adequadas à especificidade da documentação em causa.

Com efeito, ao grande crescimento das colecções não tem correspondido uma alteração substancial das condições organizacionais de ordem profissional e ordem técnica que possibilitem essa adequação. Embora as justificações para esta situação sejam, frequentemente, associadas a razões de natureza essencialmente económica não existe uma análise circunstanciada das várias vertentes de que este problema se reveste.

A actual relevância documental e científica da produção cartográfica, por um lado, e o facto de a biblioteconomia vocacionada para esse tipo de documentação ser uma área pouco estudada do ponto de vista sócio-técnico, por outro, foram as duas razões principais que motivaram o presente trabalho. Assim, esta dissertação procura analisar os diversos aspectos que mais directamente se relacionam com acesso a documentação cartográfica, sobretudo em bibliotecas e tendo como foco principal a realidade portuguesa. O objectivo geral é o de desenvolver um conhecimento mais aprofundado das várias questões que envolvem o problema do acesso, e que possam, de forma fundamentada, fazer emergir algumas sugestões de melhoria da situação.

Para este objectivo considerou-se necessária uma visão abrangente e retrospectiva que englobasse a formação e desenvolvimento da actividade profissional nesta área, tanto ao nível internacional como nacional, através das suas várias formas de expressão, desde a história das associações e grupos, passando pela formação, literatura, e normalização profissionais. Com a análise destas diferentes perspectivas pretende-se apreender e caracterizar as problemáticas transversais e os estrangimentos locais.

1.2 Metodologia

Duas metodologias diferentes foram utilizadas neste trabalho. A contextualização histórica do desenvolvimento das colecções, da formação e evolução da actividade profissional, nas suas várias vertentes, baseou-se essencialmente na literatura de investigação e profissional relevante, aliada a um conhecimento do terreno que advém da prática profissional. Na parte final, a caracterização e avaliação dos instrumentos de difusão e acesso à documentação cartográfica em Portugal, fundamentou-se na análise de uma amostragem representativa do que a esse nível se tem produzido no País.

Embora não exaustiva, a pesquisa bibliográfica procurou reflectir a visão de investigadores e profissionais de várias épocas e quadrantes geográficos, com especial ênfase para a caracterização das realidades europeia e norte-americana, que apresentam notórias diferenças temporais e de abordagem. A opção pela análise dos catálogos, nomeadamente de exposições, enquanto principal fonte de informação secundária para o acesso a colecções de cartografia em Portugal, resultou da constatação da falta quase sistemática de outros instrumentos de acesso de cariz mais abrangente e profissional. Em certa medida, esta opção é ela própria reveladora da situação que se pretendeu diagnosticar. Nessa análise foi recolhido material caracterizador desses instrumentos de forma a avaliar a sua qualidade enquanto instrumentos de difusão e acesso, incluindo a sua maior ou menor proximidade aos princípios e práticas profissionais.

1.3 Desenvolvimento e organização da tese

O desenvolvimento do tema inicia-se, no Capítulo 2, com uma introdução e caracterização geral sobre a formação e a situação actual das colecções de cartografia, com especial destaque para o caso de Portugal, onde se constata um défice de capacidade técnica e poder de resposta face à importância e procura actuais das colecções.

No Capítulo 3, analisa-se o desenvolvimento da profissão de cartotecário, considerando-se três aspectos fundamentais: criação e actividades das associações ou grupos, formação e literatura profissionais. Esta análise permite compreender a raiz de alguns pontos fracos do sector e a razão por que ainda em

muitos aspectos subsistem, nomeadamente a sua dependência de factores locais e temporais que tanto propicia avanços como recuos e desenvolvimentos desiguais em diferentes países, e que não tem favorecido a consolidação da profissão.

A vertente técnica da profissão é abordada no Capítulo 4, dedicado aos princípios e instrumentos normativos nos aspectos que são especificamente vocacionados para o processamento, ou referenciação, de informação cartográfica. É apresentada uma evolução histórica desses instrumentos e identificadas questões problemáticas em termos da adequação das normas quer aos materiais em foco, quer aos conhecimentos profissionais necessários ou, ainda, às realidades institucionais dos sistemas em que essa informação é gerida.

O Capítulo 5 apresenta uma caracterização dos catálogos impressos de cartografia que foram publicados em Portugal ao longo do séc. XX, com uma análise mais detalhada para o período de 1988 a 2005. Na ausência quase generalizada de catálogos próprios para a gestão e acesso às colecções, esta acaba por ser a forma mais frequente e comum de as instituições difundirem, ou publicarem informação secundária sobre as mesmas. A análise efectuada é demonstrativa de alguns aspectos que corroboram a fraca profissionalização, em termos biblioteconómicos, neste tipo de publicações, apesar de se constatar um crescente número de colaborações entre bibliotecários e técnicos ou investigadores doutras áreas, nestas iniciativas. Estes mesmos aspectos de colaboração interdisciplinar são também constatados em projectos interinstitucionais que têm sido levados a cabo na última década.

A encerrar a dissertação, o Capítulo 6 congrega, a partir do que foi analisado nos capítulos anteriores, os traços gerais caracterizadores da área profissional da biblioteconomia aplicada à documentação cartográfica, com especial ênfase para os aspectos que constituem limitações ou barreiras ao seu desenvolvimento, mostrando que muitos deles são exógenos, isto é, não controláveis apenas pela parte técnica da actividade profissional. Em contrapartida, neste Capítulo apresentam-se sugestões de estratégias viáveis para o reforço e crescimento da profissão que possam contribuir para melhorar esse aspecto essencial que são os mecanismos de acesso à informação.

2 EVOLUÇÃO DAS COLECÇÕES CARTOGRÁFICAS PATRIMONIAIS

2.1 Introdução

Abordam-se neste Capítulo questões relacionadas com a génese e desenvolvimento das colecções cartográficas patrimoniais, iniciadas no século XVIII e que se autonomizaram progressivamente sobretudo no decurso da segunda metade do século XX, gerando serviços especializados com competências próprias que, genericamente, se designaram por mapotecas ou cartotecas.¹ É objectivo deste Capítulo enquadrar, histórica e institucionalmente, a importância crescente da cartografia e caracterizar em termos gerais a realidade em que se inserem as questões do acesso à documentação cartográfica que serão analisadas nos capítulos subsequentes.

Com base no pressuposto que implícitas razões políticas, económicas e militares intervêm directamente no desenvolvimento das colecções cartográficas, dentro dos países e das instituições a que pertencem, apresenta-se uma contextualização geral da emergência das mapotecas no panorama internacional como contraponto à realidade portuguesa.

Estabelece-se, ainda, uma tipologia das colecções em função dos objectivos das instituições que as albergam e que, em parte, determinaram os seus principais eixos de evolução. Referem-se, neste quadro tipológico, algumas das mais importantes colecções cartográficas portuguesas, estabelecendo a sua relação com alguns aspectos históricos e políticos que, em parte, determinaram o seu desenvolvimento e complementaridade.

2.2 Emergência das colecções patrimoniais e da institucionalização da cartografia

O início da organização e desenvolvimento das colecções públicas patrimoniais de mapas, nas bibliotecas, prende-se com as mudanças de

¹ Os termos "mapoteca" e "cartoteca" são usados em Portugal como sinónimos. Na tradição francófona consagrou-se o termo "cartothèque" e na tradição anglo-saxónica o termo "map library". Em Portugal ainda não se pode considerar a existência de uma terminologia fixada pelo uso, a maior utilização de um ou outro termo decorre essencialmente de tradições institucionais.

paradigmas operadas no século XVIII que levaram, por um lado, à criação das bibliotecas públicas e à emergência do conceito de património nacional, e por outro, a um grande aumento da produção cartográfica que se institucionalizou e passou a ser assegurada pelos governos dos diferentes estados (Wolter, 1968).

A história das bibliotecas patrimoniais de acesso público e da organização e desenvolvimento das principais colecções, em que se incluem os mapas, tem as suas raízes nos ideais da Revolução Francesa, que fizeram emergir o conceito de património nacional, como gerador de identidade, transformando em propriedade pública muitos dos bens que eram, até então, privados (Choay, 2000). Assim, no decurso dos séculos XVIII e XIX, estabeleceram-se políticas nacionais que promoveram a criação de numerosas grandes bibliotecas, algumas com o estatuto de nacionais e, outras, como parte integrante de redes públicas (Montaner, 2004). Estas bibliotecas herdaram algumas das mais antigas e importantes colecções privadas, designadamente de bibliotecas e arquivos reais e eclesiásticos.

Tendo por base estes ideais, as bibliotecas nacionais foram estabelecidas com o objectivo de reunir, preservar e disponibilizar o património documental (no qual se insere o património cartográfico), como garante da guarda e transmissão da memória nacional às gerações contemporâneas e futuras. Para assegurar este objectivo emergiram, ainda no século XVIII, as primeiras leis de depósito legal (D.L.), designadamente em França em 1793,² ou, posteriormente, nalguns países, outros modelos de captação da bibliografia nacional.³ Assim, com base na obrigatoriedade estabelecida por essas disposições legais, o crescimento das colecções de mapas nas bibliotecas nacionais (ou noutras bibliotecas beneficiárias do D.L.) teria sido, pelo menos teoricamente, proporcional à actividade de produção cartográfica dos respectivos países.⁴

A produção cartográfica aumentou enormemente a partir do século XVIII, uma vez que passou a ser considerada como um empreendimento estatal, assumido pelos diferentes países, com o objectivo de produzir mapas que fornecessem uma cobertura cartográfica completa, em escalas detalhadas, das

² Embora a mais antiga lei de D.L. em França date deste ano, só mais tarde, em 1828, passou a ser explicitamente mencionada a obrigatoriedade de depósito de mapas (IFLA, 1993: 73).

³ Modelos alternativos ao D.L. são, por exemplo, o sistema de depósito voluntário adoptado na Holanda, ou convenções com editores, como foi o caso da Suíça, em 1915.

⁴ Este pressuposto implica o integral cumprimento da legislação do depósito legal, o que, na prática, nem sempre aconteceu, pelo menos em Portugal (ver Feijão, 1997).

áreas geográficas de seu domínio ou administração (espaços nacionais e coloniais). Esta crescente actividade transformou, progressivamente, as entidades estatais nos maiores produtores e consumidores de mapas e, conseqüentemente, o enorme volume de documentação produzida acelerou o reconhecimento da necessidade da organização das colecções de documentos cartográficos, quer no seio das bibliotecas e arquivos nacionais, quer das respectivas instituições produtoras (Montaner, 2004).

Em Portugal é no século XIX que as primeiras instituições nacionais produtoras de cartografia são criadas⁵ (Branco, 2003; Dias, 2003, 2006; Costa, 2006) e é, também, neste século que se regista a primeira medida legislativa que faz referência à obrigatoriedade específica do D. L. de mapas (Alvará de 1834 de 28 de Maio).

2.3 Autonomização das colecções cartográficas

No decurso do século XIX muitas bibliotecas e arquivos levaram a cabo a importante tarefa de organizar e preservar as suas colecções, com uma enorme variedade de tipos de documentos, onde se incluíam mapas e atlas. No entanto, apenas um reduzido número de instituições criou secções autónomas para documentos cartográficos. Entre elas, incluem-se a Bibliothèque Nationale de France (BNF), cuja colecção se estabeleceu como serviço autónomo em 1828⁶ (BNF, 2005), a Bibliothèque Royale de Belgique, Albert 1er, com a Section des Cartes et Plans, desde 1837 (Loiseaux, 2000), o British Museum (BM), que formou uma unidade autónoma para mapas em 1844 (British Library, 2006), a Library of Congress em 1897⁷ (Wolter, et al., 1979; Library of Congress, 2006), ou ainda, a Kurfürstliche Bibliothek, em Dresden.⁸

⁵ Foi também no decurso do século XIX que ficou embrionariamente definida a estrutura base das principais séries cartográficas, necessárias ao planeamento e gestão governamentais (Costa, 1990; Dias, 2006).

⁶ No entanto, segundo Wolter (1968), a vontade expressa por Napoleão em formar um serviço autónomo de mapas, data de 1808, tendo, ao tempo e para esse efeito, contribuído com um significativo donativo monetário.

⁷ Departamento ao tempo designado *Hall of Maps and Charts*, chefiado por Philippe Lee Philips.

⁸ Também designada por *Electoral Library*, constituída pela antiga biblioteca dos monarcas da Saxónia (ver Library of Congress, 1996) que possuía uma das mais ricas colecções da Europa. De acordo com Larsgaard esta biblioteca foi pioneira na catalogação de mapas, nos finais do século XVIII (Larsgaard, 1998: 157).

No entanto, foi sobretudo no decurso do século XX que as instituições, foram, gradualmente, criando serviços especializados e recrutando funcionários para gerir as colecções de mapas (mapotecas ou cartotecas), num movimento lento e influenciado por factores históricos, políticos, culturais e económicos inerentes a cada país.

Dada a indissociável relação entre a cartografia e as actividades de bélicas, é na sequência das duas guerras mundiais que se torna mais evidente a necessidade de serviços e mecanismos de acesso à informação cartográfica, gerando o maior movimento de criação de colecções, e/ou de mapotecas, no contexto institucional em que se encontravam inseridas. Embora este movimento seja menos acentuado na sequência da Primeira Guerra Mundial, para este período podem dar-se como exemplo os casos das colecções dos países que emergiram na nova divisão política da Europa, designadamente, da Lituânia, cujas colecções cartográficas se disponibilizaram a partir de 1919, da República Checa, a partir de 1920, ou ainda, da Biblioteca Nacional da Polónia, a partir de 1928 (Montaner, 2004).

Mas foi sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial que a maioria das mapotecas surgiu em diferentes tipos de instituições⁹(Ristow, 1980: 32-40). Este crescente movimento, de emergência de serviços próprios de documentação cartográfica iniciou-se, em primeira instância e com maior impacto, nos EUA, impulsionado pelo programa, estabelecido no final da Segunda Guerra Mundial e liderado pelo Army Map Service (AMS), que preconizava o depósito de mapas em cerca de 250 bibliotecas, designadamente, mapas editados pelas entidades oficiais americanas e mapas estrangeiros, alguns dos quais, capturados durante a guerra (Wolter, 1968; Montaner, 2004). Este programa de depósito foi continuado pela Defense Mapping Agency e, nos anos 80, englobado no Federal Depository Library Program, de âmbito mais alargado, passou a abranger cerca de 1 350 instituições depositárias (Seavey, 1994: 413-414).

Na Europa, o aparecimento das mapotecas foi, genericamente, mais lento e apresentou padrões diferenciados, ditados pelas vicissitudes próprias da história

⁹ Para isto contribuiu, também nessa época, o aumento geral da produção cartográfica resultante do desenvolvimento de determinadas técnicas, tais como, os levantamentos aerofotogramétricos, cuja utilização se generalizou.

do continente e de cada país e, particularmente, dos respectivos modelos institucionais.

Globalmente, o ritmo de crescimento, e/ou de conhecimento, das colecções pode ser ilustrado com os resultados publicados, sob a égide da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), nas várias edições do *World directory of map collections*. Assim, na sua primeira edição, em 1976, são divulgadas 285 colecções, referentes a 45 países (Ristow, 1976); na edição de 1993, o número de colecções divulgadas ascende a 522, aumentando o número de países para 67 (Debreuil, 1993: IX) e, finalmente, na última edição, em 2000, o número de colecções divulgadas é de 714 e o número de países subiu para 121 (Loiseaux, 2000: VII). Estes valores revelam um crescimento contínuo que se situa em cerca de 5% ao ano, nos quantitativos das colecções divulgadas, para o período cronológico situado entre 1976 e 2000, o que significa que, genericamente, no último quartel do século passado o número de colecções de mapas divulgadas no directório mundial da IFLA aumentou, globalmente, em cerca de 120%.

A estas colecções correspondem situações muito díspares, independentemente do país onde se localizam, uma vez que estão sedeadas em diferentes tipos de instituições (bibliotecas, centros de documentação, arquivos, museus, departamentos de ensino e investigação, instituições produtoras, etc.), com vocações muito diferenciadas (isto é, objectivos de preservação de património ou de apoio ao ensino e investigação, ou ainda às actividades de produção, etc.), o que em parte lhes dita os conteúdos, a dimensão e, em alguns casos, as equipas técnicas adstritas à sua gestão.

2.4 Tipologia das colecções

De acordo com os principais objectivos das instituições em que se formaram e/ou inserem as colecções cartográficas podem caracterizar-se em três tipos distintos, designadamente: patrimoniais, de ensino e investigação ou relacionadas com a produção e gestão de cartografia (Montaner, 2004).

2.4.1 Colecções cartográficas de instituições patrimoniais

O objectivo principal que preside à formação destas colecções consiste em reunir, preservar e manter, sem fim temporal à vista, o acesso aos documentos representativos da memória colectiva. Naturalmente, é colocada ênfase especial na antiguidade dos mapas, ou no seu valor como objectos de arte, que apelam ao paradigma da representação simbólica do território enquanto identidade nacional. Algumas das instituições responsáveis por este tipo de colecções incluem a recolha e preservação de documentos cartográficos actuais dando, assim, continuidade aos mesmos objectivos para documentação que terá, a seu tempo, interesse histórico.

Este tipo de colecções, que designámos por patrimoniais já que, mais do que objectivos funcionais concretos e imediatos, visam a constituição do que será um legado para o futuro, são em primeira instância preservadas em instituições com funções de âmbito nacional (principais bibliotecas, arquivos e museus), embora também possam surgir a outros níveis, como bibliotecas e arquivos regionais ou municipais ou, ainda, ligadas a outras instituições e organismos públicos.

2.4.2 Colecções cartográficas de instituições de ensino e investigação

O objectivo principal subjacente à constituição destas colecções reside na disponibilização de documentos cartográficos que veiculem informação geográfica actualizada, destinada à ser utilizada pela comunidade académica, no âmbito do ensino e investigação. Estas colecções expandiram-se em estreita relação com as necessidades científicas, designadamente com a emergência de algumas áreas novas, localizando-se nas universidades tanto nos departamentos de Cartografia e Geografia, como nos de Geologia e áreas aplicadas afins. Dado o contexto em que se desenvolveram estabeleceram-se com uma dinâmica que simultaneamente as caracteriza como unidades receptoras da produção

cartográfica mais actualizada e como impulsionadoras de projectos inovadores de acesso e disponibilização a essa informação.¹⁰

Apesar da sua vocação para a cartografia corrente, algumas universidades acrescentam às suas funções a gestão e preservação de importantes colecções patrimoniais, facto que se prende, normalmente, com a antiguidade das próprias instituições (como são os casos da Bodleian Library em Oxford, da biblioteca da Universidade de Marburg, ambas do século XVI ou, ainda, da Harvard University¹¹) ou com incorporações de colecções privadas (entre as quais se destaca, por exemplo, a Universidade de Milwaukee que recebeu a colecção da American Geographical Society).

2.4.3 Colecções cartográficas de instituições produtoras e gestoras de cartografia

As instituições que gerem estas colecções são essencialmente vocacionadas para reunir e gerir a cartografia oficial. Para além das instituições produtoras, incluem-se nesta categoria outros organismos estatais aos quais é, em parte, dirigida esta documentação, designadamente departamentos relacionados com negócios estrangeiros, obras públicas, cadastro nacional, administração interna e segurança, etc.

A produção de mapas origina uma enorme quantidade de documentação (relacionada com, ou gerada pelos, processos de recolha de informação e levantamentos inerentes à produção¹²) que é necessário gerir e que, em parte, é preservada nos próprios arquivos das instituições produtoras. Dado o enorme volume de documentação que geram tornam-se especialmente importantes também, no incremento que imprimem às colecções patrimoniais de arquivos e bibliotecas de cada país.

¹⁰ Entre alguns desses projectos podem referir-se a Alexandria Digital Library coordenada pela Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, o projecto *MAGIC* da Universidade de Connecticut, ou ainda, o *Odds Bookmarks* um dos mais completos portais de mapas na Internet gerido pela Universidade de Utreque (Montaner, 2004).

¹¹ Esta Universidade, fundada em 1636, detém a mais antiga colecção de mapas da América, formada em 1818 a partir duma colecção privada (Loiseaux, 2000).

¹² Por exemplo, a maioria das imagens resultantes dos levantamentos, nomeadamente os aerofotogramétricos ou as produzidas por sensores no decurso do século XX, são preservadas por estas instituições.

Apesar de se vocacionarem sobretudo para a gestão de informação cartográfica corrente, e não tanto com a preservação de dados geográficos desactualizados, quando os mapas sobrevivem alguns anos e a idade lhes confere valor patrimonial, frequentemente, as próprias instituições produtoras passam a implementar também uma política de conservação e preservação das suas colecções cartográficas históricas.¹³ Nestes casos, as instituições passam a gerir importantes colecções patrimoniais, o que contribui para o aumento do seu prestígio social e imagem pública, podendo apresentar-se como exemplos, entre outras, o Istituto Geografico Militare, de Florença, o Institut Geographic Nacional, de França, o Instituto Geográfico de Rijksuniversiteits, na Holanda ou, ainda, o U.S. Army Topographic Command, nos Estados Unidos.

Os tipos de colecções acima identificados prendem-se, sobretudo, com a função das respectivas instituições e tipos de serviços para que se vocacionam, mais do que na natureza diferenciada da documentação. Como ficou evidenciado, nos vários casos a evolução dos acervos acaba frequentemente por conduzir à existência de importantes colecções cartográficas patrimoniais, independentemente dos objectivos principais das instituições que as geraram.

2.5 Colecções cartográficas patrimoniais portuguesas

A cartografia portuguesa é considerada uma área com tradição na afirmação do prestígio nacional no mundo, facto internacionalmente reconhecido sobretudo para a época dos “Descobrimentos”.¹⁴ Embora noutros moldes, tal prestígio prolongou-se para além deste período, quer através do reconhecimento

¹³ No decurso do século XX foram destruídas algumas colecções, cuja informação se tornara obsoleta, ignorando-se o interesse da sua preservação na qualidade de documentos patrimoniais, face a alegados motivos de falta de espaço, mudança de instalações ou desactivação de alguns organismos.

¹⁴ As colecções cartográficas patrimoniais portuguesas são consideradas fundamentais para a História Geral da Cartografia, embora saibamos que muitos dos documentos considerados como “tesouros da cartografia mundial” estão, por vicissitudes várias, espalhados por diversas colecções institucionais estrangeiras, conforme tão bem o atestam Jaime Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (Cortesão e Mota, 1960). O próprio vocábulo “cartografia” foi introduzido pelo Visconde de Santarém no século XIX, conforme carta do próprio a Francisco Varnhagen, datada de 1839 (Santarém, 1906: 30).

da qualidade dos mapas produzidos, materializado em prémios internacionais,¹⁵ quer ainda pela vasta produção portuguesa de cartografia de espaços geográficos não europeus, e que é de importância fundamental para o estudo da História da Cartografia em geral.

Em Portugal, existem importantes colecções cartográficas patrimoniais albergadas em diversos tipos de instituições, independentemente da sua vocação principal e da teia complexa da sua evolução, na malha da administração central (mudanças de designações, ramificações, fusões, etc.). Por vicissitudes da história política e institucional portuguesa, muitas dessas colecções representam parcelas, hoje dispersas, de antigas unidades documentais que, por isso, se complementam entre várias instituições actuais. Essa complementaridade acontece não só entre instituições portuguesas, mas estende-se também, nalguns casos, a outros países como é, entre outros, o caso do Brasil (Mendes, 1983; Costa, 1990; Feijão, 2001).

Embora não existam levantamentos exaustivos, nem directórios nacionais publicados (ver ponto 3.3.1), no ponto seguinte apresentam-se sumariamente, algumas das mais importantes colecções patrimoniais portuguesas, cuja importância e proveniência está intimamente relacionada com a história das entidades, públicas ou privadas, que as detêm. Uma parte significativa da informação que a seguir se apresenta foi extraída das respostas aos inquéritos lançados em 1995 e cujos resultados foram parcialmente publicados em 1997 (Feijão, 1997).

2.5.1 Bibliotecas e centros de documentação

Entre as colecções existentes em bibliotecas e centros de documentação portugueses, consideramos digna de realce a colecção da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cuja origem e desenvolvimento se dilui na história da própria instituição, criada em 1796. Com um núcleo inicial constituído pelos acervos da

¹⁵ É o caso de prémios atribuídos no século XIX, nomeadamente a medalha recebida na X *Exposição da Sociedade Francesa de Fotografia*, em 1874, e, no ano seguinte, a *Lettre de Distinction* conferida à primeira série cartográfica portuguesa (*Carta Geral do Reino*, na escala 1:100 000, cuja publicação se iniciou em 1856) pelo *Congresso Internacional de Ciências Geográficas da Sociedade de Paris* (Costa, 1990: 106-107); ou, ainda, os recentes 1º e 2º lugares atribuídos ao Instituto Geográfico do Exército na categoria "Printed Maps" do concurso "2004 Awards for Cartographic Excellence" no contexto da conferência internacional "GeoSpatial World 2004", que teve lugar em Miami, em Maio de 2004.

Biblioteca da Real Mesa Censória, da extinta Academia Real da História Portuguesa, bem como das importantes doações de Frei Manuel do Cenáculo, as colecções foram sendo desenvolvidas com outras importantes aquisições, designadamente as correspondentes às incorporações das extintas bibliotecas das ordens e congregações religiosas, em 1834 e em 1910. As primeiras disposições legais que estabeleceram a obrigatoriedade de depósito das obras publicadas no país datam de 1798 e de 1805,¹⁶ sendo de 1834 o Alvará que mencionou explicitamente essa obrigatoriedade para documentos cartográficos (Figueiredo, 1918: 10, 12; Domingos, Lopes e Oliveira, 1992; Mendes, coord., 1992).

No entanto, a criação de um serviço autónomo para a gestão das colecções cartográficas da BNP (Área de Cartografia) só ocorreu em 1976.¹⁷ Se, por um lado, a criação desse serviço se pode considerar um tanto tardia face ao contexto internacional, já no que se refere ao panorama nacional foi, e ainda é, uma verdadeira excepção no universo das bibliotecas e arquivos portugueses, onde não se criaram outros serviços especializados congéneres.

Outras importantes colecções, cujas origens remontam a bibliotecas ligadas à corte, encontram-se nas Bibliotecas da Ajuda e do Palácio Nacional de Maфра. Esta última data da primeira metade do século XVIII e detém um importante fundo patrimonial que inclui, para além do núcleo inicial doado pelo seu fundador,¹⁸ a herança da biblioteca da Ordem dos Franciscanos¹⁹ (Fernandes, 1956: 17-27). As origens da Biblioteca da Ajuda remontam ao século XV, ao tempo designada Biblioteca Real, e a sua história ilustra bem a íntima relação entre a história das colecções e a história institucional e política, exemplificando a complementaridade actual entre várias colecções institucionais portuguesas e brasileiras.

¹⁶ Alvarás, respectivamente, de 24 de Maio e de 12 de Setembro, sendo que este último obrigava todas as oficinas tipográficas a remeter à Biblioteca Pública um exemplar dos livros, papéis ou folhas volantes que se imprimissem (Mendes, et al., coord., 1997, n.º 21, p. 24).

¹⁷ O Serviço de Cartografia foi criado, internamente, em 1976 e oficializado sob a designação de Área de Cartografia em 1980 (através do Decreto-Lei n.º 332/80, de 29 de Agosto).

¹⁸ D. João V subsidiou enviados especiais ao estrangeiro com a incumbência de adquirirem "[...] tudo o que de melhor lá se imprimisse [...]"; embora muitas destas aquisições fossem para a Biblioteca da Ajuda, parte destas era destinada à Biblioteca do Palácio Nacional de Maфра (Fernandes, 1956: 19).

¹⁹ A Biblioteca do Palácio Nacional de Maфра é actualmente considerada, a nível nacional, a única biblioteca conventual que permanece no local onde foi criada e cujas colecções se mantiveram intactas (Gandra, 2003).

As colecções da Biblioteca Real imigraram com a corte para o Brasil, em 1808, e dividiram-se em dois núcleos: o correspondente a uma colecção de manuscritos que regressou a Portugal em 1821 e a restante documentação que deu início à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para a reconstituição do seu acervo, também no século XIX, foi efectuado um enorme esforço de captação de colecções, incluindo a incorporação de obras (essencialmente com existência em duplicado) da Biblioteca Nacional (ao tempo designada Real Biblioteca Pública), bem como a imposição legislativa que estipulava a obrigatoriedade do envio de um exemplar de qualquer obra que se imprimisse no reino, incluindo mapas.²⁰ Posteriormente incorporaram-se, ainda entre outros, os fundos das livrarias da Companhia de Jesus (S. Roque e Colégio de Santo Antão) e da Congregação do Oratório e Palácio das Necessidades (Feijão, 1997).²¹

Um outro tipo são as bibliotecas ligadas ao Exército ou à Marinha, que possuem importantes colecções cartográficas e das quais são exemplo a Biblioteca Central de Marinha formada em 1835,²² com um núcleo inicial proveniente de antigas livrarias conventuais, e dedicada às temáticas marítimas e dos descobrimentos (Feijão, 1997).²³

No grupo das bibliotecas relacionadas com a administração local registam-se também importantes colecções cartográficas, das quais são exemplo as da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), da Biblioteca Pública de Évora (BPE) ou, ainda, a da Biblioteca do Gabinete de Estudos Olisiponenses (BGEO). A BPMP, cuja fundação remonta a 1833 (ao tempo designada Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto) com uma colecção proveniente das incorporações liberais que inclui, entre outras, a importante colecção cartográfica dos Viscondes de Balsemão, da Livraria de Santa Cruz de Coimbra (Cabral e Meireles, coord., 1998; BPMP, 1992). A BPE foi fundada em 1805 por Frei Manuel do Cenáculo, que a dotou com um valioso núcleo cartográfico e cujas colecções foram sendo

²⁰ O Alvará de 6 de Fevereiro de 1832 institui a obrigatoriedade de depósito das obras impressas em Portugal, na Real Biblioteca particular, incluindo explicitamente os mapas (cf. em http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/guia/crono.htm).

²¹ Informação prestada pelo Director da Biblioteca da Ajuda (ao tempo, Francisco Cunha Leão), no âmbito do inquérito, realizado em 1995. Ver também: http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/index.htm.

²² Continuidora da primitiva Academia de Guardas-Marinhas que seguiu também para o Brasil com a corte portuguesa e que de lá não voltou.

²³ Informação prestada pelo Director da Biblioteca de Marinha (ao tempo, Almirante Victor Crespo) no âmbito do inquérito realizado em 1995.

enriquecidas com outras importantes incorporações, quer de particulares, quer de antigos conventos extintos (Cid, 1997; Ruas, coord., 2005). Finalmente, a BGEO foi fundada em 1949, com um núcleo inicial formado pelo espólio de Augusto Vieira da Silva e que detém, actualmente, uma importante colecção de mapas, plantas e vistas de Lisboa (Feijão, 1997).²⁴

No grupo das bibliotecas de academias e de sociedades geográficas, destacam-se, respectivamente, a Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa criada em 1779, com uma importante colecção de mapas e atlas proveniente da Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus e a Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875, com um notável núcleo de documentos cartográficos, impressos e manuscritos (Barros, coord., 2001) que tem sido amplamente divulgado em catálogos impressos, alguns dos quais foram objecto de análise neste trabalho (ver Cap. 5 e Anexo V).²⁵

Como exemplo de alguns centros de documentação e informação que constituíram mapotecas referem-se, entre outros, o Centro de Documentação e Informação do Instituto Português de Apoio e Desenvolvimento (IPAD), cuja mapoteca reúne a colecção de mapas geológicos da antiga Inspeção Geral de Minas do Ministério do Ultramar, e o Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), que reúne o conjunto dos mapas impressos do referido Instituto.

2.5.2 Arquivos e museus

No âmbito dos Arquivos destaca-se, em primeira instância, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IANTT) ao qual cabe preservar e disponibilizar o património arquivístico nacional e que, certamente, possui uma das mais importantes colecções de documentos cartográficos portugueses. Muito

²⁴ Informação prestada pela responsável da biblioteca (ao tempo, Maria Assunção Moreira) no âmbito do inquérito realizado em 1995.

²⁵ A Sociedade de Geografia de Lisboa continua a gerir directamente a sua colecção de documentos cartográficos não tendo seguido o modelo de muitas das suas congéneres espalhadas pelo mundo que, à medida que foram perdendo funções, deixaram de gerir as suas colecções transferindo-as para outras instituições públicas, tais como: a Sociedade de Geografia Francesa, cuja colecção se encontra actualmente na Biblioteca Nacional de França ou, a da Real Sociedade Geográfica de Madrid, actualmente na Biblioteca Nacional de Espanha ou, ainda, a da Sociedade Geográfica Americana, actualmente na Biblioteca Golda Meir na Universidade de Milwaukee, etc.

embora este organismo não tenha criado um serviço autónomo (mapoteca) para a disponibilização deste tipo de documentação, alguns dos seus valiosos documentos cartográficos têm sido objecto de ampla divulgação, designadamente na obra *Portugaliae Monumenta Cartographica* (Cortesão e Mota, 1960), em catálogos impressos como é o caso de *Tesouros da Cartografia Portuguesa* (Magalhães, Garcia e Flores, coord., 1997e), ou ainda do “Projecto TT Online” que, passou a disponibilizar, a partir de 2005, a reprodução de um número significativo dos seus mais importantes *Tesouros da Cartografia*.²⁶

Igualmente importante, nesta área, é o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) no qual se preservam as colecções das instituições que tiveram a seu cargo a gestão da política e administração coloniais portuguesas, desde o século XVII.²⁷ O AHU incorporou no núcleo inicial das suas colecções os documentos mais antigos que constituíam a Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional, bem como a documentação enviada pelos governos coloniais da Guiné, Angola e Moçambique, e ainda os fundos documentais do Ministério das Colónias (posteriormente designado Ministério do Ultramar) que se encontravam dispersos por vários edifícios e armazéns do Estado. Actualmente, reúne a mais importante colecção cartográfica sobre as ex-colónias portuguesas (BN, 1928; IICT, 1983).

Outros importantes arquivos são os relacionados com a Marinha e o Exército, ou ainda com outras entidades gestoras de cartografia, dependentes da Administração Central, como é o caso do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, etc. De entre estes arquivos, destacam-se o Arquivo Histórico Militar (AHM), criado em 1921, como o principal receptor do património documental do Exército, com uma mapoteca que reúne uma colecção de mapas proveniente de várias bibliotecas e arquivos de unidades militares, bem como de ofertas de particulares e aquisições (Feijão, 1997;²⁸ Loiseaux, 2000: 322-323); e o arquivo da Direcção de Arma de Engenharia, actualmente designada por Direcção dos Serviços de Engenharia (DSE), com uma importante colecção de mapas maioritariamente constituída por manuscritos dos séculos XVIII e XIX sobre os espaços geográficos de Portugal e

²⁶ Os mapas disponibilizados pelo IANTT podem ser consultados no seguinte endereço: [http://ttonline.iantt.pt/Dserve.exe?&dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Images&dsqCmd=Overview.tcl&dsqSearch=\(UserText03='Mapas'\)](http://ttonline.iantt.pt/Dserve.exe?&dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Images&dsqCmd=Overview.tcl&dsqSearch=(UserText03='Mapas')).

²⁷ O Arquivo Histórico Ultramarino foi criado por decreto-lei em 9 de Junho de 1929 e à data designou-se Arquivo Histórico Colonial.

²⁸ Informação prestada pelo Arquivo Histórico Militar no âmbito do inquérito realizado em 1995.

das ex-colónias portuguesas. Esta colecção está disponível num catálogo electrónico, acessível na Internet, como resultado de um trabalho levado a cabo no âmbito de um projecto interinstitucional²⁹ (Dias, 2003, 2006; Dias, et al., coord., 2005).

São ainda dignos de realce alguns arquivos e museus municipais, dos quais se destacam os de Lisboa e do Porto, cujas colecções têm sido muito divulgadas em catálogos impressos, nomeadamente nos catálogos que foram objecto de análise no contexto deste trabalho (ver Cap. 5 e Anexo V) ou, ainda, o Museu de Marinha, criado em 1863, que possui uma valiosa colecção de documentos cartográficos (Feijão, 1997).³⁰

2.5.3 Instituições de ensino e investigação e instituições produtoras

A Mapoteca do Departamento de Geologia Aplicada, do Instituto Superior Técnico (IST), actualmente designada por Museu, terá sido, provavelmente, a primeira mapoteca portuguesa a ser fundada. Foi criada em 1913, por iniciativa do geólogo Ernest Feury,³¹ que contribuiu com a sua colecção particular como o núcleo inicial da referida mapoteca (Tadeu, 1958; Loiseaux, 2000: 325). Outra mapoteca universitária digna de realce é a do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa (CEG) que surgiu em 1943, em simultâneo com a própria criação do CEG, por iniciativa do Professor Orlando Ribeiro que a dotou de importantes fundos cartográficos, para apoio a estudantes e investigadores da disciplina de geografia (ao tempo, emergente na Faculdade de Letras de Lisboa) e aberta a todos os nacionais e estrangeiros interessados no estudo e desenvolvimento da Geografia (CEG, 1993).

Na Universidade de Coimbra, para além do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras, são ainda de destacar as colecções da Biblioteca do Departamento de Ciências da Terra, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (que

²⁹Os resultados do projecto "SIDCarta - Sistema de informação para documentação cartográfica" foram disponibilizados na Internet, em 2006, no seguinte endereço: <http://www.exercito.pt/bibliopac/>.

³⁰ Informação prestada pela sua responsável (ao tempo, Isabel Lobato) no âmbito do inquérito realizado em 1995.

³¹ O Professor Ernest Fleury, de origem suíça, foi convidado, em 1913, por Alfredo Bensaúde, primeiro Director do Instituto Superior Técnico (fundado em 1911), para reger os Cursos de Geologia e Paleontologia, assim como para iniciar as colecções de Geologia e Paleontologia portuguesas de apoio ao ensino universitário (Tadeu, 1958).

teve origem na Faculdade de Filosofia e que detém, entre outra documentação, uma das mais antigas e completas colecções de cartas agrícolas do século XIX (Feijão, 1997);³² e a documentação cartográfica que se encontra fisicamente na Biblioteca do Departamento de Matemática, criada em 1961 para apoio aos estudos e investigação de Armando Cortesão e, posteriormente, de Luís de Albuquerque. Esta mapoteca constitui-se organicamente como uma secção anexa ao Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga (CEHCA) do IICT (IICT, 1983).

O CEHCA, criado em 1958 pelo Almirante Teixeira da Mota, é detentor da importante colecção de mapas manuscritos resultantes da actividade da Comissão de Cartografia, criada em 1883. Embora não se encontre sediado em nenhuma universidade, desde o seu início efectivo que os objectivos deste Centro incluem o apoio a investigadores e alunos universitários (IICT, 1983).

No grupo das mapotecas de instituições produtoras destacam-se, para a cartografia topográfica, a Mapoteca do Instituto Geográfico Português (IGP), que detém um significativo núcleo de cartografia patrimonial produzida a partir de 1790, quando se iniciam os trabalhos preparatórios da cartografia nacional de âmbito institucional (Mendes, 1969; Costa, 1990) e a Mapoteca do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), fundado em 1932, e que detém também, embora de menores dimensões, um núcleo de cartografia histórica com representações do país, das ex-colónias portuguesas e de alguns países europeus. No âmbito da cartografia temática destaca-se, entre outras colecções patrimoniais, a Mapoteca do Instituto Geológico e Mineiro, cujas origens remontam a 1848, ao tempo designado Comissão Geológica do Reino (Loiseaux, 2000: 327).

2.5.4 Colecções particulares

Existem, ainda, em Portugal, importantes colecções cartográficas particulares que não podem deixar de ser referidas, algumas das quais constituídas no século XVIII por inerência de cargos diplomáticos e/ou de administração ultramarina desempenhados pelos seus antigos possuidores. São disso exemplo as referentes ao espaço do Brasil, nomeadamente, a colecção da

³² Conforme elementos da história da instituição fornecidos pela sua responsável, Maria Túlia Mota de Sousa, no âmbito do inquérito realizado em 1995.

Casa Palmela (Exposição de cartografia..., 1903),³³ a da *Casa da Ínsua* (Garcia, coord., 2002),³⁴ ou, ainda, a dos Duques do Cadaval relativa a mapas de Portugal e espaços ultramarinos (Fonseca, 1915). Merecem ainda ser destacadas outras importantes colecções de cartografia histórica constituídas e divulgadas mais recentemente, entre as quais as de António Miranda (Resende e Paulino, coord., 1994) e de Carlos Alberto Nabais Conde (Almeida, et al., coord., 2004).

2.6 Conclusão

A formação de núcleos de documentação cartográfica com alguma coerência e dimensão e o desenvolvimento crescente da procura de informação geográfica são fenómenos que, aliados a factores de história institucional e política, emergiram no século XIX e se afirmaram significativamente com o avançar do século XX.

No entanto, a assumpção institucional de serviços que correspondam à importância crescente da cartografia e da sua procura é, em regra, posterior e mais lenta que essa mesma procura, e que a formação das próprias colecções. Isto é particularmente notório relativamente a colecções de carácter histórico ou com objectivos de preservação patrimonial, cuja constituição foi frequentemente marcada por vicissitudes diversas, alheias a objectivos dessa natureza.

Existe, assim, um desfasamento entre a importância científica, social e até política das colecções, sobretudo as de carácter patrimonial, e o aparecimento e consolidação de estruturas institucionais e técnicas que lhe correspondam. Esse desfasamento é particularmente notório num país como Portugal, em que a cartografia se apresenta não só com uma das mais longas tradições históricas mas também com uma relevância de nível internacional.

Compreender as razões desse desfasamento passa por analisar a formação e desenvolvimento das estruturas profissionais e técnicas vocacionadas

³³ Colecção constituída por Manuel Ignácio de Sampaio Pina, Duque de Palmella.

³⁴ A colecção da Casa da Ínsua é constituída maioritariamente por mapas do Brasil, datados da segunda metade do século XVIII, e mandados levantar, ou desenhar, pelos seus antigos possuidores: Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), Senhor da Ínsua, e Governador e Capitão-General de Mato Grosso e Cuiabá, e ainda seu irmão, José Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1741-1796) que lhe sucedeu naquele cargo de administração ultramarina (Cf. Garcia, coord., 2002).

para as necessidades de organização, recuperação e preservação de documentação cartográfica, aspectos que têm na área biblioteconómica a sua sede principal, mas não exclusiva.

Com maior ou menor grau de importância e prioridade, trata-se de necessidades comuns a um leque variado de instituições e organizações, com motivações diferentes, que vão desde a produção ao consumo funcional passando, actualmente, em quase todos os casos, pela conservação e manutenção de meios de acesso adequados a longo prazo.

Com vista a melhor informar estratégias futuras nesse sentido, os restantes capítulos deste trabalho procuram identificar os pontos-chave, caracterizar as questões e compreender os factores que têm condicionado o desenvolvimento dos serviços profissionais de acesso à documentação cartográfica.

3 DESENVOLVIMENTO E CARACTERIZAÇÃO DA PROFISSÃO

3.1 – Introdução

Neste Capítulo dá-se uma panorâmica da evolução das actividades profissionais de gestão da documentação cartográfica, como forma de conhecer esta área de trabalho quer enquanto parte integrante da biblioteconomia, quer nas suas relações com instâncias disciplinares e interlocutores não especificamente biblioteconómicos, como é o caso da Cartografia.

Nesta abordagem, consideramos que uma área profissional se enforma, desenvolve e consolida principalmente através de três tipos de mecanismos: actividades associativas, formação profissional e literatura da especialidade. São estas perspectivas que servem de base analítica à compreensão dos rumos traçados a partir dos primeiros testemunhos da actividade profissional da biblioteconomia cartográfica, com que se inicia este Capítulo.

Através da evolução e caracterização da profissão, este Capítulo procura esclarecer os contextos e circunstâncias em que se geraram as práticas e normas profissionais que serão abordadas no Capítulo 4. Tratando-se de uma área especializada da biblioteconomia sem grande expressão quantitativa no terreno, existe alguma diversidade terminológica que requer, desde já, uma nota prévia.

Internacionalmente, a nomenclatura desta área de actividade apresenta tradições linguísticas diversas. Assim, a tradição anglo-saxónica apresenta os termos 'map librarian' (bibliotecário de mapas) ou 'map curator' (curador, ou conservador de mapas) e seus derivados para designar a área de trabalho ('map librarianship' ou 'curatorship'). O maior uso de um ou outro termo decorre essencialmente de tradições institucionais, embora se possa dizer que o primeiro sugere uma conotação mais próxima da biblioteconomia na sua globalidade e o segundo uma maior incidência nos aspectos de gestão das colecções. Por outro lado, na tradição francesa, o termo 'cartothécaires' designa o grupo profissional sem facilitar, no entanto, uma denominação específica da área.

Em português, dada a escassez de literatura profissional nesta área, ainda não há terminologia que se possa considerar fixada pelo uso. Face à necessidade de designar, de forma inequívoca e consistente, tanto o grupo profissional como a

área de trabalho, adoptaram-se, nesta dissertação, as designações 'biblioteconomia cartográfica', para a área, e 'cartotecário' para as funções especializadas de um bibliotecário gestor de documentação cartográfica.

3.2 Primeiros testemunhos da actividade profissional

Os instrumentos de pesquisa são por excelência os elementos através dos quais se pode testemunhar a existência de uma actividade profissional na gestão de documentação cartográfica. Pela sua existência e enquanto resultado dessa actividade, os catálogos espelham o tipo de preocupações, de critérios e de práticas que os orientaram.

Segundo Larsgaard (1998: 157), os mais antigos testemunhos de catalogação de mapas surgiram na Electoral Library (Kurfurstliche Bibliothek) em Dresden, na Alemanha, com a produção do primeiro catálogo de mapas, nos finais do século XVIII, sendo este um caso singular para a sua época. Outros indicadores deste tipo de actividade só apareceriam, esporadicamente e sobretudo centrados nos Estados Unidos e Reino Unido, a partir dos anos 30 do século XIX. Destes casos são exemplo o mais antigo catálogo de mapas americano, produzido em Harvard em 1831 e organizado por área geográfica (Ibidem); o primeiro catálogo de mapas do BM ³⁵ e o catálogo da Royal Geographical Society (RGS),³⁶ publicados respectivamente em 1844 e 1882, igualmente organizados por área geográfica (Fleet, 2002); ou, ainda, o catálogo de mapas de Hertfordshire, publicado em 1901, com a descrição individualizada dos mapas originais e das respectivas reimpressões, desde 1579 até 1900, elaborado por Herbert Fordham ³⁷ (Lubas, 2003).

Estes primeiros catálogos constituem os passos iniciais da profissão, que só começaria a afirmar-se consistente e irreversivelmente após a Segunda Guerra Mundial. Eles emergiram de iniciativas institucionais favoráveis, peculiarmente contextualizadas, como é o caso, no Reino Unido, dos catálogos do BM e da RGS. De facto, entre os anos 30 e 50 do século XIX, a RSG financiou estudos,

³⁵ British Museum (1844 – 1861). *Catalogue of the manuscript maps, charts and plans and of the topographical drawings in the British Museum*. London: Trustees of the British Museum. 3 vol.

³⁶ Royal Geographical Society (1882) *Catalogue of [the] Map Room of the Royal Geographical Society*. London: John Murray.

³⁷ Fordham, H. G. (1901-1907) *Hertfordshire maps a descriptive catalogue of the maps of the county: 1579 to 1900*. London : Guerney & Jackson.

em que colaboraram, entre outros, J. R. Jackson e William Hughes, sobre a organização e catalogação de documentos cartográficos focando o uso de formas específicas de processamento bibliográfico para mapas e atlas, onde se incluía informação sobre a sua organização geográfica hierarquizada. Ao mesmo tempo, a RGS providenciava uma assessoria sobre elementos específicos de descrição, de acesso e de organização de documentos cartográficos (Fleet, 2002).

Estes primeiros passos evidenciavam, assim, algumas das necessidades subjacentes à disponibilização do material cartográfico, nomeadamente a alocação de recursos financeiros para o estudo de um universo de documentação especializada, o desenvolvimento de normas e de colaboração interinstitucional de cariz interdisciplinar.

Em finais do século XIX e inícios do século XX os temas discutidos, entre o então escasso número de profissionais nos Estados Unidos, ilustram o estado e a evolução das primeiras abordagens visando a implementação de práticas concertadas. Assim, um fórum de discussão subordinado ao tema: “How We Keep Unbound Maps”, que em 1891 reuniu cinco bibliotecas americanas, debatia aspectos ligados à gestão física das colecções, concluindo que a organização dos mapas apresentava uma grande diversidade de sistemas. Por exemplo, segundo Ristow (1980: 12-13), uma dessas bibliotecas havia estabelecido que

“...os mapas de maiores dimensões... fossem cuidadosamente enrolados, atados com fita e depositados sobre armários ou sobre o umbral de janelas, onde não corriam nenhum risco de serem amachucados”³⁸

nem, como também notava Ristow, “nenhuma probabilidade de alguma vez virem a ser consultados” (Ibidem). Para este autor, o exemplo reflecte a atitude dos bibliotecários do passado perante os mapas, ou seja, arrumá-los fora do alcance do manuseamento e do acesso.

Em 1895, o levantamento das necessidades na gestão de documentação cartográfica era reconhecidamente um campo em aberto:

“...duma forma geral, o trabalho do cartotecário está longe de se concluir. Sabe-se cada vez mais do mundo e embora essa informação tenha sido melhor registada no século XIX que em qualquer século anterior, levará muito tempo até que essa tarefa esteja terminada” (Parsons, citado por Ristow, 1980: 13).³⁹

³⁸ Tradução do autor.

³⁹ Tradução do autor.

Em 1897, o *Library Journal* informava que a Biblioteca Lenox tinha organizado a sua colecção de mapas por ordem geográfica, e recomendava catálogos separados para atlas e mapas (Ristow, 1980: 13); e, em 1902, no mesmo periódico, Thomas Letts preconizava alguns métodos de tornar o processo de catalogação de mapas mais eficiente (Lubas, 2003).

Na sequência da Primeira Guerra Mundial, a necessidade de organização sistemática e generalizada das colecções de mapas tornou-se mais premente, e essa preocupação foi expressa por militares, agências governamentais e por alguns bibliotecários, em alguns artigos publicados em revistas de biblioteconomia. Entre outros aspectos, estes testemunhos atestam as divergências de atitude de profissionais de áreas diversas que dedicaram a sua atenção à disponibilização dos mapas. Existia, por um lado, uma corrente de conciliação, isto é, de adopção da mesma filosofia para o tratamento de documentos textuais e cartográficos, muito própria dos bibliotecários. Por outro, contrapunha-se a tentativa de descrever os mapas tendo em atenção as suas características próprias (impondo, designadamente, uma importância fundamental à área geográfica representada), que não se adaptam facilmente ao modelo de descrição dos documentos textuais, nem aos critérios dos pontos de acesso tradicionais dos catálogos (autor, título e assunto).

Em 1930, um grupo de profissionais em ligação com agências governamentais abordaram o problema da sistematização de procedimentos de catalogação. Neste contexto, o ramo geográfico da Military Intelligence Division publicou uma brochura resumindo um sistema de processamento para mapas, da autoria de Archibald B. Williams, para uso na *General Staff Map Collection* (Ristow, 1980: 18), em cuja introdução se pode ler:

“...A ideia que prevalece entre a maioria dos bibliotecários, e outras pessoas relacionadas com colecções de cartografia, é de que os mapas podem e devem ser classificados e registados da mesma forma que os livros. Mas até agora não há quem tenha produzido um método lógico normalizado que tenha aplicabilidade universal. Será talvez por isso que não há um sistema normalizado universal aplicável a mapas. Os mapas diferem materialmente dos livros e por essa razão não podem nem devem ser classificados e organizados da mesma forma. Se este aspecto tivesse sido desde sempre reconhecido, nesta altura um sistema normalizado já existiria” (J. P. Terrel citado por Ristow, 1980: 16-17).⁴⁰

⁴⁰ Tradução do autor.

Todavia, no Reino Unido, G. R. Crone, bibliotecário da RGS, manifestava em 1936 uma opinião divergente, afirmando o seguinte:

“É provavelmente verdade...que, na prática, a preparação de uma ficha de catálogo para um mapa não difere, no essencial, do que é exigido para um livro, apesar das diferenças de opinião quanto aos pormenores que devem ser incluídos. A verdadeira divergência surge, contudo, quando se passa para a atribuição de cabeçalhos e na forma de organizar as entradas no catálogo” (Ristow, 1980: 18).⁴¹

Quando, em 1937, assumiu funções na Map Room da New York Public Library, Ristow afirmava-se extremamente apreensivo sobre a formação e exercício da profissão dado que a especialização de bibliotecários de mapas era um campo extremamente limitado: ao tempo, fora do Governo Federal não haveria mais do que doze mapotecas americanas com profissionais responsáveis a tempo inteiro (Ristow, 1980: 84-94). Quase dez anos mais tarde, ainda referia que, para os bibliotecários, os mapas representavam objectos de horror, ou, na melhor das hipóteses, um “filho problemático” que lhes provocava uma persistente recusa na prática de catalogação e no estabelecimento de procedimentos para assegurar essa prática (Ristow, 1980: 10-22). Ristow justificava esta atitude pelo esforço suplementar que era necessário desenvolver face às diferenças entre mapas e livros, num contexto de bibliotecas em que se enfrentava uma permanente sobrecarga de trabalho e orçamentos insuficientes. Estas razões levavam a que, quase sistematicamente, os documentos cartográficos fossem marginalizados, ou, de acordo com Ristow, considerados como “...afilhados das bibliotecas, que recebem alguma atenção no Baptismo mas são negligenciados daí em diante” (Ibidem: 11).⁴²

Para reforçar estas constatações, Ristow estabelece um paralelismo com os conceitos da psicologia e designa estas dificuldades como as de um vazio parental de entendimento que leva a que os bibliotecários, no tratamento dos mapas, adoptem, por analogia, a prática do tratamento das monografias. Para Ristow, a confusão geral criada por esta situação intensifica-se pelo crescente interesse público pelos mapas, com muitas bibliotecas a receberem centenas de documentos cartográficos publicados durante a guerra (Ristow, 1980: 10-22).

⁴¹ Tradução do autor.

⁴² Tradução do autor.



Do panorama, até aqui genericamente traçado, do que pode ser considerado o longo período de 'gestação' da actividade profissional, ficam claros dois principais aspectos caracterizadores da situação. Por um lado, e até à Segunda Guerra Mundial, a actividade desenvolveu-se muito lentamente, em consonância com a importância dada à Cartografia pelas instituições responsáveis pela preservação e acesso aos documentos cartográficos. Por outro, a falta de consenso nos objectivos de gestão e a falta de normas e procedimentos de uso comum, eram a nota dominante dessa actividade.

No entanto, algumas iniciativas anteriores à Segunda Guerra Mundial atestam a vontade e viabilidade do trabalho de colaboração. É disso exemplo, para além das iniciativas já referidas, a organização do primeiro catálogo colectivo de mapas, surgido em 1936 na Universidade de Chicago, que se reportava às colecções das bibliotecas da área daquela cidade (Lubas, 2003).

As experiências de colaboração entre profissionais expandiram-se face à crescente produção e procura de materiais cartográficos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, intensificou-se a necessidade de práticas concertadas na área da documentação cartográfica, levando ao alargamento do diálogo entre profissionais e à institucionalização dos primeiros grupos e associações de cartotecários, que começaram a surgir a partir dos anos quarenta.

A partir dessa altura, a formação, desenvolvimento e resultados dessas associações reflectem o essencial da evolução da actividade dos cartotecários, e a gradual internacionalização da profissão. É essa a perspectiva tomada no sub-capítulo seguinte, para prosseguir a análise da profissão.

3.3 As actividades associativas

A institucionalização de grupos de trabalho ou, mais formalmente, de associações, é um dos aspectos essenciais pelos quais uma área profissional constrói a sua identidade, distinguindo a sua especificidade e criando os mecanismos para partilha e resolução que problemas comuns. Tal como noutras áreas, as actividades associativas têm sido essenciais para moldar, através de eventos, bibliografia profissional e construção de normas, a realidade actual da biblioteconomia cartográfica.

As primeiras associações profissionais dedicadas à documentação cartográfica apareceram em grande parte no seio de associações de bibliotecas, como subsecções destas, num movimento associativo que emergiu primeiramente na América do Norte, a partir dos anos 40, e cerca vinte e cinco anos mais tarde, na Europa.

3.3.1 Os primeiros grupos norte-americanos

O mais antigo grupo associativo, designado Geography and Map Group, foi criado em 1941, nos Estados Unidos, enquanto parte da Special Libraries Association (SLA) (Gear, 1959). Progredindo rapidamente, e alcançando representatividade nacional, o grupo obteve, em 1944, o estatuto de divisão (Geography and Map Division) da SLA (Murphy, 1982), que manteve até 2003, altura em que passou a integrar a Social Science Division.⁴³ Uma síntese da história da Geography and Map Division da SLA é apresentada por Murphy (1992, 1997) relatando o crescimento rápido de associados (de 20 em 1941 para 375 em 1981) e o extenso leque de actividades desenvolvidas num período em que as iniciativas de associações especificamente direccionadas para a cartografia eram pioneiras. Entre elas destacam-se a realização em 1944 do simpósio “Care, classification and cataloguing of atlases and maps”, que serviu de base a um número especial da revista *Special Libraries*, publicado nesse mesmo ano; a preparação de um número especial da revista *Library Journal*, sobre o mesmo tema, publicado em 1950 (SLA, 1950); e a elaboração do primeiro directório de colecções de mapas dos Estados Unidos, publicado em 1954.⁴⁴

Ainda na América do Norte, regista-se, a partir da década de sessenta, o aparecimento de outros grupos ou associações. Entre as mais relevantes contam-

⁴³ Após o sucesso das primeiras décadas, o número de associados começou a decrescer o que se relaciona em parte com o surgimento de outras associações (Murphy, 1982). O tema da forma de continuação deste grupo – se independente ou mantendo-se inserido na SLA – foi discutido durante anos (Murphy, 1997), terminando com esta recente alteração de passagem a Secção no âmbito de outra divisão. Uma maior viabilidade financeira para o seu funcionamento no seio da SLA foi o argumento avançado para a fusão anunciada em 2003. Ver mais informação em <http://www.sla.org/division/dgm/>.

⁴⁴ *Map collections in the United States and Canada : a directory*. New York: Special Libraries Association, 1954. Uma Segunda e terceira edições foram publicadas, respectivamente, em 1970 e 1978.

se a Western Association of Map Libraries (WAML)⁴⁵ criada nos Estados Unidos em 1966; a Association of Canadian Map Libraries (ACML), criada em 1967 (Ristow, 1980: 284-293) e que vinte anos depois passou a incluir o termo 'arquivos' na sua designação (The Association of Canadian Map Libraries and Archives - ACMLA)⁴⁶ e a Map and Geography Round Table (MAGERT) formada no seio da American Library Association (ALA) em 1980. Esta última, retomando o modelo da Special Libraries Association (SLA), pode ser considerada actualmente o grupo americano de âmbito nacional mais importante, quer pela sua representatividade quer pelo leque de actividades que tem vindo a desenvolver.⁴⁷

Nalguns países europeus, como é o caso da Suíça e da Áustria, o aparecimento de grupos de cartotecários segue o modelo inicial americano, isto é, enquadrando-se nas associações de bibliotecários dos respectivos países (Klöti, 1992; Wawrik, 1992). No entanto, nos principais países europeus, a constituição de grupos associativos foi gerada essencialmente no contexto das actividades de sociedades cartográficas, como a seguir se explica.

3.3.2 O impulso das sociedades cartográficas

Na Europa o primeiro grupo profissional emergiu em 1966, no Reino Unido, país onde desde o séc. XIX se reconhecem actividades em matéria de gestão de documentação cartográfica, e que já mantinha colaboração com os Estados Unidos e Canadá. Designado Map Curators' Group (MCG),⁴⁸ surgiu ligado à British Cartographic Society (BCS) e não a uma associação de bibliotecários. Este

⁴⁵ Trata-se de uma associação independente de cartotecários que, embora de âmbito regional, tem objectivos gerais semelhantes aos da Geography and Map Division da SLA, como se pode ver nos seus estatutos e na descrição geral das suas actividades, em <http://www.waml.org/>.

⁴⁶ Vocacionada especificamente para a cartografia do Canadá, a ACMLA mantém nove comités permanentes sobre diversos aspectos como arquivos, controlo bibliográfico e copyright; e comités *ad hoc* para certas actividades como a organização da conferências, o aconselhamento aos produtores, ou a constituição de um directório de mapas Canadianos. Organiza uma conferência, actualmente anual e tem uma actividade editorial relevante, especialmente no que respeita à história e fontes da cartografia canadiana. Mais informação em <http://www.ssc.uwo.ca/assoc/acml/acmla.html>.

⁴⁷ Actualmente com mais de 380 associados, a MAGERT mantém vários comités permanentes para gerir as suas actividades, em que é relevante destacar os de Catalogação e Indexação, de Tecnologias Geográficas e de Formação. A sua intervenção no meio profissional decorre essencialmente de actividades editoriais e das conferências que organiza no âmbito dos congressos anuais da ALA. Mais informação em <http://magert.who.edu/>.

⁴⁸ Com cerca de 170 associados em 2002 (Millea, 2002) o MCG desenvolve actividades visando o acesso à informação cartográfica, como é o caso do projecto Map Curators' Toolbox, disponível em: <http://www.cartography.org.uk/Pages/Membership/Curators/index.html>

será, aliás, um traço comum e característico de outros grupos nacionais e regionais da Europa, que se constituem, maioritariamente, no âmbito de associações e sociedades cartográficas que, em geral, conheceram um especial impulso e desenvolvimento nos anos setenta.

O facto de a BCS ter impulsionado a criação do MCG dois anos após a sua própria criação (em 1964) significa que a importância atribuída às questões de gestão de documentação cartográfica andava quase a par da atenção dada à própria Cartografia (Perry e Perkins, 2001: 2). Este aspecto realça, antes de mais, a necessidade de confluência das várias áreas profissionais, abrangendo a produção, o estudo e o processamento bibliográfico da documentação cartográfica, numa pluralidade de perspectivas que tende a promover naturalmente o diálogo interdisciplinar. Significativamente, no caso do Reino Unido, esse diálogo passa também por uma relação estreita com entidades oficiais como o Ordnance Survey (OS), entidade que manteve, desde 1984 até 2001, um grupo de profissionais com funções consultivas. Denominado British and Irish Committee on Map Information and Cataloguing Systems (BRICMICS), esse grupo mantém a sua actividade, sob liderança da British Library, e centra-se sobretudo nas questões de depósito legal e acesso público à cartografia oficial.⁴⁹

Embora o MCG tenha sido um caso isolado na década de sessenta, outros se lhe seguiram, em meados da década de setenta. Notoriamente por influência do caso britânico, surgem em 1973 e 1977, respectivamente, os grupos Australian Map Curator's Circle e New Zealand Map Keepers Circle, ambos integrados nas sociedades cartográficas daqueles países. Na Holanda é criado, em 1975, o Working Group for Mapcuratorship (Werkgroep Kaartbeheer) estabelecido no âmbito da Sociedade Cartográfica Holandesa (NVK, Nederlandse Vereniging voor Kristallografie) (Reedijk, 1986).⁵⁰

⁴⁹ Nesta vertente, a British Library, em nome das 6 bibliotecas beneficiárias do Depósito, assinou, em 1999, um acordo com o OS para o depósito anual, em suporte digital, da base de dados topográfica nacional, em grande escala, completa (o equivalente a 230 000 folhas impressas) (Millea, 2000). Resultado de dois anos de negociações, este acordo veio colmatar a ausência de legislação britânica para o depósito de materiais não impressos e, por outro lado, ultrapassar o receio de uma drástica diminuição de receitas, por parte do OS, ao mesmo tempo que resolvia a questão do acesso público, em condições controladas, à informação.

⁵⁰ Reestruturada em 2003; por fusão com oito associações e instituições relacionadas com a Geografia, a NKV deu lugar à Geo-Informatie Netherlands (GIN) no seio da qual foi criada em 2004 uma comissão de cartotecários para re-estabelecer o antigo Werkgroep Kaartbeheer, possivelmente com outra designação (prevendo-se que seja designado como: werkgroep Kaart-en

Outros países europeus, como a França e a Alemanha, seguem, um pouco mais tarde, este modelo. Em França, estabelece-se em 1981 um grupo nacional de cartotecários, designado Commission de Documentation, no âmbito do Comité Français de Cartographie (CFC), criado em 1958, reunindo quer os responsáveis das principais colecções de cartografia de bibliotecas e arquivos, quer os produtores (Pelletier, 1990; 1994). Relevante para a importância nacional deste grupo é o facto de ser credenciado pela Association Française de Normalisation (AFNOR) para as normas bibliográficas francesas respeitantes à documentação cartográfica (Duchemin, 1992). Na Alemanha, é criada, em 1985, uma comissão de cartotecários (Kommission Kartenkuratoren) no contexto da Sociedade Cartográfica Alemã (DGK, Deutsche Gesellschaft für Kartographie).

Para além dos contactos com produtores e utilizadores de mapas, a inserção dos grupos de cartotecários em sociedades cartográficas tem também especial importância em dois aspectos a que normalmente essas sociedades se têm dedicado. O primeiro aspecto é a História da Cartografia, em cujas secções ou grupos de interesse os cartotecários também geralmente participam. Tal acontece, por exemplo, em França, em que a CFC criou, em 1999, uma secção de História da Cartografia (Richard, 2000) e que veio a publicar, em 2003, um repertório de historiadores de cartografia.⁵¹ Também no grupo alemão de cartotecários, cujas reuniões se articulam normalmente com a conferência anual da DGK, existe uma proximidade com as actividades do grupo de História da Cartografia, com o qual organizou, em 2003, um primeiro *workshop* dedicado à cartografia antiga (Crom, 2004).

O segundo aspecto relevante na relação dos cartotecários com as sociedades cartográficas é a possibilidade de formação e acompanhamento da evolução das tecnologias utilizadas na produção e distribuição de mapas, nomeadamente da cartografia digital, pouco viável para as instituições desinseridas do contexto da produção, como é o caso das bibliotecas. São disso exemplo os casos da Holanda e Dinamarca, em que as sociedades cartográficas têm constituído pólos dinamizadores da adaptação às mudanças tecnológicas (Dupont, 2000; Werner, 2004). Nos dois casos houve lugar a reestruturações

Geodatabeher - Working Group as map and geodatamangement) e integrado na secção cartography and Visualization do GIN.

⁵¹ "Répertoire des historiens français de la cartographie résidant en France" *Monde des Cartes*, nº 175 (Março de 2003).

dessas sociedades pela fusão de diversos organismos em grande medida motivadas pela emergência de necessidades e interesses comuns gerados pela evolução tecnológica.⁵²

3.3.3 O papel das associações internacionais de bibliotecários / bibliotecas

Se os grupos ligados às sociedades cartográficas foram, sobretudo na Europa, o principal motor das iniciativas em prol do desenvolvimento da profissão a nível nacional, já a internacionalização da profissão cresceu sobretudo no âmbito das associações de bibliotecários ou de bibliotecas. Nesta perspectiva, as duas principais organizações são a IFLA e a Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche (LIBER).

Fundada em 1927, a IFLA é uma das mais antigas associações profissionais de nível internacional e desde 1969 que conta com um grupo na área da geografia e cartografia. Criado como subsecção, esse grupo surgiu da iniciativa de um grupo de representantes de importantes mapotecas.⁵³ Tornando-se rapidamente muito activo, este grupo da IFLA apresentou resultados de trabalho importantes para a comunidade profissional, que desde cedo se evidenciaram quer no domínio das fontes quer no da normalização internacional. Em 1976 publica a primeira edição de *World directory of map collections* e, no ano seguinte, da *International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials* (ISBD(CM)) e altera o seu estatuto passando, de subsecção a secção (Geography and Map Libraries Section) da IFLA. Mas apesar da importância das suas iniciativas na década de 70, e do seu papel na manutenção da ISBD (CM), que conheceu entretanto 2 edições, as actividades desta secção da IFLA têm vindo a decrescer, nomeadamente em termos de outras iniciativas que não a realização da conferência anual, assim como o número de instituições a ela associadas.

Mais activa e interveniente na promoção da colaboração profissional internacional tem sido a LIBER, fundada em 1971, com um grupo de cartotecários

⁵² Sobre o caso da Holanda, ver Nota 11. Na Dinamarca verificou-se a fusão de várias instituições ligadas à cartografia: Danish Cartographical Society, Danish Academy of Spatial Information, Danish Society for Photogrammetry, Surveying Danish Cartographic Society, associadas sob a designação de Geo Forum Danmark, criada em 2001 (<http://www.geoforum.dk/>).

⁵³ O grupo contava, entre outros, com Walter W. Ristow, ao tempo na Biblioteca do Congresso, Rønne Kjelbo, da Royal Library da Dinamarca, e Helen Wallis, da British Library. (Reedijk, 1986).

(Groupe des Cartothécaires - GdC) formalmente estabelecido em 1980, ao tempo com a participação de 35 elementos representantes de 9 países europeus e um observador do Canadá (Smits, 1992). Criado essencialmente por iniciativa de bibliotecas nacionais da Europa a partir dum primeiro encontro na Royal Library de Copenhaga, em 1978 (Montaner, 2004), começou por estabelecer um programa concordante e harmonizado com a Geography & Map-library Section da IFLA, mas cedo se diferenciou pelo seu alargamento a outras instituições que não bibliotecas, como arquivos e agências produtoras de cartografia, propiciando abordagens de colaboração mais diversificadas e que melhor correspondem às necessidades reais das mapotecas.

Para além de principal dinamizador a nível internacional, o GdC tem também fomentado a criação de grupos profissionais locais a determinados países e proporcionado o estabelecimento de acordos bilaterais como foi, por exemplo, o caso do estabelecido, logo na sua primeira reunião, entre curadores de mapas da Escócia e da Dinamarca (Smits, 1992).

Por outro lado, o GdC foi alargando progressivamente o seu âmbito geográfico, passando a integrar representantes de países europeus da Europa Central e de Leste desde 1988, na sequência de deliberação nesse sentido tomada no seu quinto congresso, realizado em Viena de Áustria em 1986.

Com reuniões regulares de dois em dois anos, nas quais se têm apresentado com significativa sistematicidade relatórios abrangentes das actividades dos países participantes, pode dizer-se que a evolução e resultados do GdC se tornaram um verdadeiro barómetro da evolução da profissão em termos europeus nos últimos 20 anos.⁵⁴

Com base nos relatórios pode conhecer-se a evolução da constituição do grupo em termos de países representados, do seu alargamento (ver anexo I), bem como, compreender a extraordinária influência que esta associação exerceu sobre a dinâmica interna do mundo das mapotecas em cada um dos países membros, ou, ainda, seguir-se a situação de cada um dos países nesta área profissional, designadamente em termos da relação das mapotecas com as

⁵⁴ Esses relatórios, que passaram a ser publicados em newsletter do Grupo, a partir de 1990, estão actualmente disponíveis, no seu *site* (<http://liber-maps.kb.nl/intro.htm>) cobrindo o período entre 1984 e 2004. A solicitação dos relatórios para publicação passou a estender-se a todos os países membros, ainda que não estivessem presentes nas conferências, na qualidade de correspondentes, como foi o caso de Portugal a partir de 1998-2000.

sociedades cartográficas e agências produtoras de cartografia, apresentada no ponto anterior.

Apesar das circunstâncias e particularidades de cada um dos países na matéria, alguns dos modelos adoptados em países mais activos apresentam-se, numa ou noutra perspectiva, como exemplos de percursos possíveis a ter em conta por outros menos avançados nesta área, como é o caso de Portugal.

3.3.4 As actividades associativas em Portugal e Espanha

Em Espanha a formação de um grupo de cartotecários data de 2003, por iniciativa de um comité constituído por representantes de algumas das principais cartotecas espanholas (designadamente: Cartoteca do Museo Naval de Madrid, Servicio de Cartografia da Biblioteca Nacional de Espanha (BNE) e Cartoteca do Institut Cartogràfic de Catalunya), e, por proposta da BNP, integrou também a representação de Portugal. O primeiro encontro deste grupo realizou-se em Sevilha, em 2004, organizado pelo Institut de Cartografia de Andalucía e pelo Archivo General de Índias, e contou com a presença de mais de quarenta participantes e a representação de mais de trinta cartotecas, duas das quais portuguesas (BNP e IGP). O Grupo assumiu a designação de Grupo de Trabajo de Cartotecas Públicas Hispano-Lusas – Ibercarto,⁵⁵ decidindo realizar reuniões bianuais, sendo que a próxima decorrerá em Portugal em Novembro de 2006.

Entre os dois países existe, no entanto, uma diferença muito significativa no que se refere à prática de actividades de colaboração entre cartotecários.

Em Espanha essa colaboração desenvolveu-se significativamente mesmo antes da existência formal de um grupo, designadamente desde 1985, no âmbito duma comissão de cartotecários estabelecida para desenvolver o Catálogo Colectivo de Mapas Antigos da América⁵⁶ que contou a colaboração de um grande número de profissionais de diversas instituições (BNE, Institut Geografico Nacional, Museo Naval, Archivo General de Índias, Servicio Geografico del Ejército, Instituto Geológico y Minero de Espana, para além de outras instituições privadas) (Reyna, 1988). Após este projecto, o grupo que integrou a comissão

⁵⁵ O Grupo encontra-se sediado na Sociedad Geográfica Española. Ver mais informação em <http://www.sge.org/>.

⁵⁶ Este projecto integrou-se na organização das comemorações do quinto centenário da descoberta da América.

alargou-se a profissionais de outras instituições (nomeadamente, à Biblioteca de Catalunya e à Sociedad Española de Cartografía, Fotogrametría y Teledetección), continuando a desenvolver trabalhos conjuntos, entre os quais um levantamento que envolveu os cartotecários do país inteiro sobre a difusão e promoção dos documentos cartográficos em Espanha, realizado em 1992⁵⁷ (Galera e Liter, 1992). Segundo Carme Montaner este trabalho representou uma das mais significativas contribuições colectivas de cartotecários no século XX, pese embora o facto de não ter sido editado (Montaner, 2004).⁵⁸

Em Portugal a profissão - enquanto grupo profissional com uma expressão mínima significativa - é praticamente inexistente. As colaborações que existem têm sido norteadas por protocolos bilaterais entre instituições com colecções de mapas, designadamente entre a BNP o CEG e o IGeoE,⁵⁹ que envolvem normalmente a colaboração entre profissionais com diferentes valências e saberes, designadamente, bibliotecários, investigadores de História da Cartografia e Engenheiros Militares. Na vigência destes protocolos foram levados a cabo vários projectos conjuntos, tais como a publicação de um glossário (Dias e Feijão, 1995), a elaboração de catálogos de exposições realizadas em 1997 (Magalhães, Garcia e Flores, coord., 1997b, 1997c, 1997e) e 1998 (Daveau, 1998), e diversos projectos sobretudo a entre 1997 e 2000, "As Fontes cartográficas portuguesas: as instituições e os mapas, séculos XIX e XX", entre 1998 e 2001 (Feijão, 2001a), "A cartografia setecentista do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional: 1700-1822" (Garcia e Feijão, 2001) e, entre 2002 e 2005, "SIDCarta - Sistema de informação para documentação cartográfica: o espólio da engenharia militar portuguesa"⁶⁰ (ver ponto 5.4).

⁵⁷ Este levantamento foi levado a cabo no contexto da organização da conferência da LIBER, que em 1992 se realizou em Barcelona. Para além da organização desta conferência, a nível internacional, os cartotecários espanhóis tem participado activa e ininterruptamente nas conferências internacionais da IFLA e do GdC da LIBER em cujos comités tem registado a sua participação.

⁵⁸ O resultado deste projecto foi distribuído aos participantes na conferência em exemplares policopiados, subordinado ao título "La difusión y la promoción del material cartográfico en España" (composto de 112 páginas e 87 anexos).

⁵⁹ O protocolo de colaboração entre a BNP e o CEG foi assinado em 1992 e o protocolo entre a BNP e o IGeoE foi assinado em 1997

⁶⁰ Este projecto não contou com a colaboração da BNP, foi desenvolvido pelo CEG, IGeoE e DSE.

3. 4 Profissão e formação profissional de cartotecários

Neste ponto abordam-se as questões relacionadas com a evolução da actividade e formação profissionais. No que se refere à evolução da actividade profissional foca-se a sua sustentabilidade, como um ramo da biblioteconomia, com vários constrangimentos que lhe ditam a falta de consenso no que se refere aos requisitos profissionais exigidos para um conteúdo e carreira profissionais, distintos do perfil e carreira base de bibliotecários e arquivistas.

Na formação profissional a abordagem é efectuada em duas perspectivas: a formação profissional inicial, isto é, a formação académica de base para o exercício da profissão de bibliotecário, e a formação contínua, ministrada maioritariamente por grupos e associações profissionais, ou por outras entidades directa ou indirectamente relacionadas com a área, com o objectivo de complementar ou actualizar a formação inicial dos bibliotecários envolvidos ou interessados na gestão de material cartográfico. No contexto da biblioteconomia esta especialização é, genericamente, muito pouco consolidada e muito condicionada pelo reduzido número lugares que o mercado disponibiliza.

3.4.1 Os requisitos da actividade profissional

Os primeiros testemunhos da actividade de bibliotecários ligados a colecções de mapas, surgiram em finais do século XIX (conforme referido no início deste capítulo), mas o desenvolvimento desta actividade no seio da biblioteconomia foi um percurso lento e sinuoso. Segundo Laarsgard até à década de cinquenta a maioria dos profissionais ligados à documentação cartográfica eram considerados uma 'franja' da população bibliotecária, sendo que em muitos casos chegavam à profissão por acidente e nela se mantinham, apenas transitoriamente, até conseguirem ocupar uma posição "mais satisfatória" (Laarsgard, 1998: 297-298). Muitas das colecções de mapas continuaram até muito tardiamente a ser geridas por profissionais fora do contexto da biblioteconomia sendo que, em alguns casos, esta situação ainda persiste.

Sobre o enquadramento da profissão, Ristow refere que nos E.U.A., em 1967, foram estabelecidos os requisitos para os lugares de cartotecários que vagassem e que, esses requisitos, equivaliam a uma especialização de

bibliotecário. Ainda segundo o mesmo autor, esta disposição preconizava a transferência da supervisão administrativa que, ao tempo, existia para as colecções de mapas dos departamentos de geografia de algumas universidades, para uma supervisão biblioteconómica. Esta disposição intensificou-se e, a partir de 1975, passou a ser exigida a qualificação de bibliotecário para todos os lugares que vagassem.

Sobre as qualificações dos profissionais em exercício, também em 1975, o mesmo autor mencionava que, no universo dos funcionários da *Map Division* da *Library of Congress*, apenas quarenta e cinco por cento detinham formação biblioteconómica, e os restantes apenas formação em exercício e experiência no desempenho de funções. Dos 45% com formação (14 bibliotecários) apenas um possuía formação específica de cartotecário (Ristow, 1980: 284-293).

Segundo Franz Wawrik (1992), na Europa de finais da década de oitenta, em nove dos países mais desenvolvidos verificava-se que o número de colecções de mapas era muito superior ao número de cartotecários em exercício (para 1803 colecções existiam cerca de 480 cartotecários), significando que 73% das colecções eram geridas por funcionários sem formação biblioteconómica.

As associações e grupos profissionais, nacionais e internacionais, desde cedo estabeleceram fóruns e procuraram reflectir e emanar recomendações, no sentido de suprir as necessidades de formação e estabelecer perfis profissionais adequados às exigências do desempenho das funções. São disso exemplo a SLA, que organizou em 1951 uma mesa redonda sobre o tema da formação de cartotecários (Ristow, 1980: 32-48, 84-94); o comité que, em 1969, se formou no Canadá para estudar as necessidades e programas adequados para a formação de cartotecários (Laarsgard, 1998: 299); ou, internacionalmente, as recomendações para o desenvolvimento da formação profissional contínua, apresentadas, em 1975, pelo grupo de trabalho (*Training of Maplibrarians*) da *Geography and Map Libraries Section* da IFLA (Smits, 1986; Laarsgard, 1998: 299); e, ainda, as iniciativas levadas a cabo pelo grupo de trabalho (*Working Group for the Education*) do GdC da LIBER, criado em 1986, de que se destacam inquéritos sobre as necessidades de formação profissional, realizados em 1986 e 1990, bem como os vários recursos sobre esta temática, que têm sido disponibilizados no site do GdC (Smits, 1986, 1992; Wawrik, 1992; Fleet, 1998).

Se unanimemente foi aceite que a especialização se estabelecia como um ramo da biblioteconomia, o mesmo já não se pode dizer quanto à formação específica exigida para o exercício da profissão. No contexto da biblioteconomia esta especialização é, genericamente, muito escassa, heterogénea, dispersa e condicionada pela reduzida procura, em termos práticos de mercado.

A oferta de formação profissional específica em cada país determina, em grande parte, os requisitos profissionais exigidos para o desempenho das funções. Assim, em países onde a oferta de formação profissional inicial de cartotecários se estabeleceu como uma prática, como é o caso da Holanda e da Alemanha, essa formação passou a ser exigida para a ocupação dos respectivos lugares (Smits, 1986; Wawrik, 1992). Já em países onde essa formação inicial específica é menos frequente e exigente, são apenas exigidos alguns requisitos de formação complementar. Tais são, por exemplo, os casos da França, onde, para o ingresso na carreira de cartotecário é exigida uma formação específica, e da Áustria, em que se exige a todos os bibliotecários que se candidatem a essas funções uma formação específica, ainda que mínima (2 horas teóricas e duas horas práticas, na Biblioteca Nacional da Áustria, onde se ministram conhecimentos mínimos de aspectos como o cálculo de escalas e noções de preservação e conservação) (Wawrik, 1992).

Para a maioria dos países, nos quais se inclui Portugal, a qualificação estipulada para a candidatura aos lugares de bibliotecário de colecções de mapas (o próprio termo 'cartotecário' é infrequente) não se distingue das restantes funções de bibliotecários ou arquivistas.

3.4.2 A formação profissional

Até 1950 a única via de adquirir formação na área da documentação cartográfica era a formação em exercício, isto é, "aprender a fazer fazendo" (Laarsgard, 1998: 297). A formação profissional inicial, contemplando aspectos específicos de cartografia foi surgindo em tempos diferenciados e desenvolveu-se de forma pouco uniforme, criando modelos locais que procuraram responder às necessidades sentidas no meio. Em alguns países as escolas de biblioteconomia foram introduzindo, nos programas dos seus cursos, alguns conteúdos relacionados com a documentação cartográfica, com maior ou menor carga

horária, outros ministraram cursos de especialização exclusivamente nesta área, como foi o caso da Holanda, e outros ainda como é o caso de Portugal, nunca chegaram a implementar nenhum tipo de formação inicial de cartotecários,

Nos países onde a formação inicial é inexistente, ou muito incipiente, a formação contínua tende a preencher esse vazio em duas perspectivas: a da formação base, para as necessidades de candidatos a lugares de cartotecário, e a formação de actualização de conhecimentos, para os que já têm experiência por se encontram em exercício de funções.

3.4.2.1 Formação inicial

O primeiro curso de formação profissional inicial de cartotecários foi ministrado, em 1950, pela escola de biblioteconomia da Universidade de Illinois, em colaboração com a biblioteca e departamento de geografia, da mesma universidade. Subordinado ao tema *Maps and Cartobibliographic Aids*, este curso manteve-se, até à década de setenta, como o único existente, e acreditado nesta área, a nível mundial (Ristow, 1980: 32-48, 84-94; Laarsgard, 1998: 298).

Na Europa, este tipo de formação iniciou-se no princípio da década de setenta na Holanda onde, a partir de 1971, uma escola de biblioteconomia, a P.A. Tiele Academie, introduziu no programa de um curso de bibliotecários (com a duração de dois anos) dez horas dedicadas a documentação cartográfica. Dois anos mais tarde, a mesma escola introduziu um terceiro ano de especialização para pessoal de bibliotecas científicas (Functionary in scientific libraries, FWB) e bibliotecários documentalistas (Librarian documentalist, BD), cujo programa incluía 8 horas sobre documentação cartográfica. Uma parte da especialização FWB foi designada como *Course for map curatorship*, e, em 1975, o curso passou a incluir 66 horas dedicadas a material cartográfico. Nesse mesmo ano, também na Holanda, um curso de arquivo, ministrado pela RAS (*State School for Archives*), integrou no seu programa seis horas subordinadas ao tema de gestão das colecções de mapas (Smits, 1986).

Nos E.U.A., no início da década de setenta realizaram-se alguns seminários que constituíam créditos para os estudantes de biblioteconomia; são disso exemplo os seminários semestrais iniciados em 1971 na Universidade de Oregon, que contavam como um crédito, e o curso oferecido pelo Southern

Oregon State College Library, que contava como dois créditos (intitulado: *Maps and Media Center* e dirigido à escola de bibliotecários de bibliotecas públicas) (Ristow, 1980: 284-293).

Em 1976, registava-se, nas universidades norte-americanas e canadianas, a existência de cinco cursos ⁶¹ (respectivamente em, Illinois, Toronto, Columbia, Western Michigan e Universidade Católica) (Ristow, 1980: 84-94). Nos inícios da década de oitenta, a Universidade de Wisconsin-Milwaukee introduziu um curso para cartotecários e, em 1984, a Universidade de Maryland no College Park anunciou um curso em Geografia e Biblioteconomia, com um crédito de 56 horas (Laarsgard, 1998: 299).

Na Europa, para além da Holanda, apenas na Alemanha se regista um curso de formação inicial de cartotecários, com uma carga horária significativa (cerca de trinta horas), ministrado em Berlim pelo *Institute for Library Science and Education of Librarians* (Smits, 1986; Wawrik, 1992; Zögner, 1994; Bauer, 1996). Nos restantes países a existência de formação inicial, no âmbito dos cursos de bibliotecários e arquivistas, quando mencionada, é referida de forma muito vaga e inexpressiva, como são os casos, respectivamente, de França, em que se referem algumas acções de formação no programa de formação assegurado pela *École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques* (ENSSIB) (Wawrik, 1992; Pelletier, 1996); de Espanha, onde se refere que, em 1989, foi introduzido o tema da documentação cartográfica num curso de pós-graduação para arquivistas (Galera, 1990); ou, ainda, do Reino Unido, onde alguns cursos de biblioteconomia incluem uma pequena parte dedicada à documentação cartográfica (Smits, 1986; Wawrik, 1992).

Os conteúdos da formação inicial, globalmente considerados, têm versado sobre os seguintes temas: Geografia, ⁶² Cartografia, História da Cartografia e História de Arte, ou áreas específicas como leitura, interpretação e uso de mapas e/ou outros documentos cartográficos, aspectos de produção, técnicas de impressão, edição e comercialização de mapas; ou, ainda, aspectos mais técnicos, relacionados com a biblioteconomia, tais como tipologias de colecções

⁶¹ O termo 'curso' deve ser entendido aqui como equivalente a 'cadeira', isto é, uma parte do programa curricular dos cursos de biblioteconomia.

⁶² Esta disciplina apenas é mencionada nos casos europeus; nos E.U. a frequência da formação especializada para cartotecários implica, pelo menos em alguns casos, a exigência de uma licenciatura em geografia.

cartográficas, aquisições, catalogação, classificação, armazenamento, equipamento e métodos de acondicionamento, preservação conservação e restauro, e pesquisa e recuperação de mapas, incluindo serviços de referência. A grande maioria dos cursos contemplaram tanto aulas teóricas como práticas, e ainda estágios profissionais, normalmente realizados no final da formação lectiva. (Ristow, 1980: 32-48, 84-94, 284-293; Smits, 1986; Wawrik, 1992; Zögner, 1994; Bauer, 1996; Pelletier, 1996; Laarsgard, 1998: 298).

Entre as formações ministradas na América e na Europa registam-se algumas tendências diferentes. Por exemplo, no currículo de um cartotecário americano parece ser indispensável uma formação académica em Geografia, uma vez que esta faz parte das condições prévias exigidas para a frequência de alguns dos cursos de formação (Ristow, 1980: 32-48, 84-94; Laarsgard, 1998: 298); ou ainda, são introduzidos cursos que conjugam os dois conteúdos, geografia e biblioteconomia como no caso, já referido, da Universidade de Maryland, College Park, em 1984. Na Europa, em geral a formação em geografia não é exigida. De acordo com Jan Smits, e segundo os dados revelados pelo inquérito do GdC da LIBER, em 1985, a maioria dos cartotecários europeus em exercício não considera de todo necessária a presença de conhecimentos prévios de geografia para o acesso à profissão (Smits, 1986). Por outro lado, os programas europeus, manifestam uma tendência para disciplinas relacionadas com História, designadamente História da Cartografia, que não se confirma, pelo menos com a mesma persistência, nos programas de formação americanos (Smits, 1986; Wawrik, 1992; Pelletier, 1996).

Os formadores são, na sua grande maioria e em ambos os continentes, cartotecários com experiência, verificando-se também o envolvimento de outros profissionais, tais como académicos de História da Cartografia, Geografia, Cartografia ou ainda, técnicos ligados ao restauro, preservação e conservação de documentos, etc.

Nos países mais desenvolvidos, como é o caso dos E.U.A., Canadá e Holanda, a preparação, abertura e reestruturação dos cursos de formação de cartotecários obedeceu a estudos de mercado. Por exemplo, para os E.U.A. e Canadá em 1976, calculava-se que o número de cartotecários graduados a disponibilizar anualmente em função da expectativa de emprego se situaria entre cerca de 35 a 70 (Ristow, 1980: 284-293). No entanto, dez anos mais tarde a

expectativa, apresentada por Laarsgard, descia e situava-se entre 5 a 10 vagas por ano (Smits, 1986).

Apresentando-se com uma excepção na Europa, a Holanda surge como um caso particular a observar, em matéria de formação profissional inicial. Em 1981, a Holanda iniciou a reestruturação dos dois cursos de formação inicial existentes (respectivamente para bibliotecários, na Tiele Academie, e para arquivistas, na RAS) estabelecendo-se um só curso para cartotecários, comum para estudantes de biblioteconomia e de arquivos. Este curso incluía um estágio prático de três semanas e representava um investimento entre cerca de 300 a 400 horas. A carga horária foi sendo progressivamente reduzida nos dois anos seguintes e o curso encerrou em 1985 (Smits, 1986). Nesse mesmo ano, várias instituições colaboram na redefinição do curso em conformidade com a reestruturação do ensino a nível nacional, então a decorrer para o ensino superior profissionalizante, que preconizava cursos com uma duração de três a quatro anos. A preparação do novo curso contemplou um estudo de mercado, que indicava a necessidade de formação de 10 a 15 cartotecários por ano. O trabalho de planeamento desenvolvido tinha como premissas a inclusão de um conjunto de disciplinas integradas que respondessem às necessidades da área, com componentes teórica e prática, e uma duração de quatro anos (Ibidem). Em 1988 os cursos passaram a ser dados com uma estrutura de módulos obrigatórios, conjugados com módulos opcionais de um grande leque de disciplinas relacionadas (Idem, 1988). Posteriormente, continuaram a ser efectuados estudos de mercado, através de levantamentos das necessidades de formação e da viabilidade económica, numa tentativa de adequar os curricula às necessidades da área, e à procura efectiva, reestruturando os cursos em função destes factores (Idem, 1990). Em 1992 existia um total de 63 cartotecários certificados pelos cursos profissionais de longa duração, prevendo-se uma nova reestruturação do curso dada a falta de viabilidade económica, uma vez que, nos moldes em que se apresentava, só continuaria a ser atractivo para um diminuto número de candidatos (Idem, 1992). Em 1994 o curso foi, novamente, reestruturado e passou a abranger o *material não livro*, passando a designar-se *Course for management of visual documents*, incluindo módulos de acordo com essa polivalência (Idem, 1994a, 1996).

Esta contínua auscultação de mercado e reformulação dos cursos, em função da sua adequação às necessidades do país e à sua viabilidade económica, pressupõem uma organização, diálogo e coesão entre os principais interlocutores nacionais (escolas de biblioteconomia, arquivos, museus, institutos geográficos, associações e/ou grupos profissionais e instituições com colecções de mapas) em torno de objectivos comuns e mobilizadores das forças em presença, o que nem sempre é fácil para um núcleo profissional tão restrito, como é o caso dos cartotecários.

A Holanda apresenta-se, assim, como um exemplo de estratégia a seguir no quadro dos países europeus, onde se constata uma grande falta de uniformidade no investimento realizado nesta área, designadamente em Portugal onde esta área de formação contínua ausente dos programas dos cursos de especialização e mestrado, tanto em biblioteconomia como em arquivística.

3.4.2.2 Formação Contínua

Em paralelo com a formação profissional inicial desenvolveu-se a formação contínua, que em muitos países tem sido a única via disponível de formação nesta área.

Nos E.U.A. e Canadá a formação contínua registou-se a partir das décadas de sessenta e setenta, quer através de cursos de curta duração, sobre catalogação e processamento técnico, ministrados por iniciativa dos grupos profissionais em diversas escolas de biblioteconomia, quer ainda através de cursos pós-laborais mais prolongados, dirigidos a bibliotecários em exercício de funções. Destes é exemplo o curso *Map resources and Librarianship* ministrado em 1969 por Roman Drazniowsky da American Geographical Society, com aulas semanais sobre serviços de cartotecas, e colecções, conservação e preservação, acondicionamento, gestão e administração de mapas em bibliotecas (Laarsgard, 1998: 288, 299).

Na Europa este tipo de acções surgiu mais tardiamente, a partir da década de oitenta. Por exemplo, na Holanda, no âmbito da reestruturação da formação de cartotecários levada a cabo em 1981, foi criado um curso de Verão que passou a ser organizado conjuntamente pelo Grupo de Cartotecários e a *Foundation for Collective Schooling for Archive Library, Documentation and Information*

processing (GO),⁶³ com a duração de quatro dias (Smits, 1986); em Espanha, iniciaram-se a partir de 1989 cursos técnicos de curta duração (Galera, 1990); ou ainda, em França, onde entre 1989 e 1991 se realizaram encontros anuais sobre História da Cartografia organizados pelo CFC (Pelletier, 1990).

O maior incremento da formação contínua na Europa verificou-se na década de noventa. Na Dinamarca registaram-se, em 1990, dois cursos de curta duração (respectivamente: *Mapas e Atlas*, com a duração de 5 dias, e *Material Cartográfico*, com a duração de 3 dias), ministrados em duas escolas de biblioteconomia (Wawrik, 1992); na Holanda, realizou-se, em 1992, um pequeno curso na *Reinwardt Academy* (ligada à área de gestão de museus) dirigido a pessoal de museus arquivos e instituições congéneres (Smits, 1994); em França, realizou-se em 1995, um curso sobre História da Cartografia Francesa dirigido aos funcionários dos *Archives de France* e do *Département des Cartes et Plans*, da BNF, com uma duração de 15 horas, e, em 1995 e 1996, estágios dirigidos a conservadores de arquivos e museus, realizados na *École Nationale du Patrimoine*, por iniciativa das mesmas entidades (Pelletier, 1990, 1996).

No entanto, o país europeu mais emblemático ao nível da formação contínua, onde se tem registado maior proliferação de pequenos cursos, parece ser a Espanha, onde se realizaram, nos últimos catorze anos, mais de sessenta acções de formação (26 cursos entre 1990 e 1992 (Galera e Liter, 1992), 4 cursos entre 1992 e 1994 (Idem, 1994), 9 cursos entre 1994 e 1996 (Galera, 1996), 11 cursos entre 1996 e 1998 (Idem, 1998), 8 cursos entre 1998 e 2000 (Idem, 2000) e vários cursos⁶⁴ entre 2002 e 2004 (Montaner, 2002, 2004a). As instituições ligadas a estes pequenos cursos são numerosas e com vocações muito diversas, tais como associações profissionais (Confederación de Asociaciones de Archiveros Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas – ANABAD –, Asociación Andaluza de Bibliotecas, Associació d'Arxivers de Catalunya, etc.), universidades (Autónoma de Barcelona, Politécnica de Catalunha, Autónoma de Madrid, Politécnica de Madrid, Complutense, Carlos III, de Murcia, do País Basco, de Oviedo, de Girona, de Granada, etc.), instituições produtoras (Institut Cartogràfic

⁶³ A Foundation for Collective Schooling for Archive Library, Documentation and Information processing (GO) é a instituição que, entre outras incumbências, é responsável pelas edições Holandesas das ISBD's.

⁶⁴ No *National progress report of Spain 2000-2004* não se menciona o número de cursos.

de Catalunya, Institut de Cartografia de Andalusia, etc.), bem como várias bibliotecas e arquivos de diferentes regiões autónomas de Espanha.

Os principais temas abordados nestes cursos têm sido, nomeadamente, o processamento bibliográfico, a gestão física das colecções, métodos e técnicas de produção, práticas arquivísticas, História da Cartografia, interpretação de mapas, cartografia cadastral informatizada, SIG aplicado à gestão urbanística, etc.. (Ibidem). Os temas relacionados com os novos desenvolvimentos tecnológicos começaram a surgir a partir de 1998 (Galera, 1998, 2000).

Estes cursos foram em grande parte ministrados por cartotecários e, numa parte menos significativa, por outros profissionais ligados a áreas relacionadas com o mundo da cartografia, como professores e investigadores, ligados às várias universidades, técnicos relacionados com o mundo da produção da cartografia e das novas tecnologias. O objectivo destes cursos foi ministrar os conhecimentos considerados essenciais, a um significativo conjunto de bibliotecários, para a disponibilização da documentação cartográfica existente nas numerosas bibliotecas e arquivos espanhóis. Merecem ainda especial destaque as acções de formação sobre História da Cartografia, dirigidas a cartotecários, de que se destacam as realizadas pelo Institut Cartogràfic de Catalunya em colaboração com o Departamento de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona, coordenaram e organizaram um ciclo de 12 cursos anuais, entre 1990 e 2002. Os conteúdos desses cursos, ministrados por alguns dos mais proeminentes investigadores de História da Cartografia a nível mundial, foram publicados pelo Institut Cartogràfic de Catalunya e constituem, actualmente, uma importante fonte para o estudo da História da Cartografia das temáticas abrangidas (Galera, 1990; Galera e Liter, 1992; Wawrik, 1992).

Do exposto fica patente que, tal como na formação inicial, também na formação contínua os contrastes são muito acentuados entre os vários países, podendo variar entre por exemplo, a grande vitalidade da formação contínua registada em Espanha e a praticamente inexistente em Portugal.

Em Portugal apenas foi ministrado, em 1998, pelos funcionários da Área de Cartografia da BNP, um curso técnico, com a duração de 3 dias inserido no programa de formação PORBASE, abordando princípios gerais de catalogação, cálculo de escalas, conversão de coordenadas geográficas, tipologia da documentação cartográfica, e catalogação em formato UNIMARC. Apesar de ser

escassa, no caso de Portugal, a oferta de formação nesta área parece exceder a procura, uma vez que dois cursos sobre processamento bibliográfico de material cartográfico, anunciados em 2004 e 2005, no programa de formação Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD), não receberam o número mínimo de inscrições que viabilizasse a sua realização. Tal significa, não a inexistência de colecções cartográficas (ver ponto 2.4) ou a disponibilidade de pessoal qualificado para as tratar, mas antes a falta de estruturas institucionais que reconheçam essa necessidade ou lhe atribuam algum grau de prioridade que motive a procura de formação.

3.5 A literatura profissional

A literatura profissional sobre aspectos da biblioteconomia aplicada à documentação cartográfica constitui, a par com as questões da formação, um dos aspectos através dos quais se pode avaliar o nível de desenvolvimento, de estabilidade e maturidade da área profissional.

Em traços largos, como se explica no ponto 3.4.1, pode considerar-se que a literatura profissional começou por surgir, ainda que de forma incipiente, em finais do século XIX, registando posteriormente uma evolução muito lenta, cujos pontos altos se verificaram na década de setenta na América do Norte e, vinte anos mais tarde, na década de noventa, na Europa. Essa literatura começou por surgir em publicações periódicas de associações de bibliotecas, ou de sociedades geográficas, onde os grupos de cartotecários se sedearam e que, de uma forma geral, com maior ou menor grau de independência, ainda se mantêm como os principais veículos de divulgação dessa literatura.

Referem-se separadamente, no ponto 3.4.2, dois tipos de publicações considerados emblemáticos do desenvolvimento de actividades de colaboração e de formação profissional, respectivamente, directórios e manuais. Os directórios, por se tratar de um tipo de publicação que surgiu muito ligado às primeiras iniciativas conjuntas de grupos de cartotecários, que registaram o seu aparecimento na década de cinquenta; e os manuais, por se tratar de material que revela a consolidação duma actividade profissional e se relaciona com necessidades de formação, e que surgem na década de setenta.

3.5.1 Evolução e formas de publicação da literatura profissional

Para uma perspectiva geral da cronologia e do ritmo de publicação da literatura profissional analisaram-se, respectivamente, para a América do Norte, uma bibliografia selectiva e anotada (Hughes e Demetracopoulos, ed., 1997) que abrange o período compreendido entre 1890 e 1993 (Anexo II.1) e, para a Europa, a bibliografia profissional, também selectiva, disponibilizada no site Web do GdC da LIBER, que compreende o período situado entre 1963 e 2003 (Anexo II.2).

De acordo com Hugues (Hughes e Demetracopoulos, ed., 1997), a publicação de bibliografia profissional sobre biblioteconomia cartográfica iniciou-se nos E.U.A. em 1890, e, até à década de trinta, o seu crescimento foi irrelevante. A partir da segunda metade da década de 30, regista-se um crescimento significativo e contínuo que atinge o seu apogeu na década de setenta, em consonância com o grande impulso da formação profissional na América, prolongando-se até meados da década de oitenta, altura em que se regista uma redução progressiva. Os primeiros quatro anos da década de noventa (de 1990 a 1993) apresentam, por comparação com a média dos valores década anterior, uma tendência para um decréscimo de publicações que ascende a mais de oitenta por cento. Este súbito decréscimo contrasta claramente com a frequência de publicação das décadas de setenta e oitenta, que concentraram, em duas décadas, mais de sessenta por cento da bibliografia publicada em cem anos.

Na Europa, a bibliografia profissional surge sobretudo na década de sessenta do século XX, também em consonância com o início da formação de grupos profissionais, mantendo-se com resultados pouco expressivos até à década de oitenta, altura em que se verifica um contínuo e acentuado crescimento que conheceu o seu apogeu na década de noventa, coincidindo com a tendência de incremento da formação profissional, abordada no ponto anterior. No período 2000-2003 verifica-se, relativamente à média da década de noventa, uma tendência para um decréscimo de publicações, que ronda os vinte por cento.

A literatura profissional foi inicialmente divulgada em boletins associativos e esses continuam a ser a principais veículos de divulgação de informação na área. Actualmente vários grupos de cartotecários, mantêm *newsletters*, ou revistas

próprias para divulgação de informação específica junto dos seus membros. Entre outras, destacam-se o *Bulletin da Geography & Map Division da SLA*, que se iniciou em 1947, sendo a primeira publicação deste género, e que continua a ser publicado trimestralmente com a designação *G&M News & Views*; o *Bulletin da ACMLA* desde 1967, inicialmente publicado como *Newsletter*, e que continua a publicar-se, com uma periodicidade quadrimestral; o *News & Notes da WAML*, desde 1969, actualmente com uma periodicidade mensal; a *Newsletter do Australian Map Circle*, publicada desde 1977, como um suplemento da revista *Globe*, com uma periodicidade irregular, quadrimestral ou semestral; o *Cartographiti*, do MCG da *British Cartographic Society*, lançado em 1983, com uma periodicidade trimestral e, ainda, o *Le Monde des Cartes*, revista do CFC, activa desde 1958 (com a designação de *Bolletin* até Março de 2002) com uma periodicidade variável, entre trimestral ou quadrimestral, que publica artigos ou números temáticos da Commission Documentation do CFC. Actualmente, algumas destas publicações estão disponíveis na Internet, normalmente associadas aos sites das respectivas associações.

Mais dispersa é a publicação em revistas de biblioteconomia de âmbito mais lato, onde artigos de biblioteconomia cartográfica aparecem muito pontualmente, e onde surgem, muito espaçadamente, números temáticos dedicados à área. São deste caso exemplo o número especial publicado em 1948 pelo *Library Journal*, com a colaboração da Geography & Map Division da SLA; e o volume 27 de *Cataloging & Classification Quarterly* que, em 1999, dedicou os seus quatro números (1/2 e 3/4) a material cartográfico, subordinados ao tema *Maps and related cartographic materials: cataloging, classification and bibliographic control*.

Na Europa, numa forma mais regular, a revista da LIBER (*LIBER Quaterly*), tem publicado artigos de biblioteconomia cartográfica, nomeadamente uma grande parte das comunicações dos congressos do GdC.

3.5.2 Directórios e manuais

Uma das primeiras iniciativas conjuntas de grupos de cartotecários é, normalmente, a produção de directórios, como instrumentos que permitem o conhecimento do meio institucional e respectivas colecções, indispensável ao

trabalho de colaboração. Ao ritmo da capacidade de organização dos grupos profissionais, os directórios de colecções de mapas de determinados países ou regiões foram sendo publicados e actualizados em várias edições:

- O primeiro directório das colecções de mapas dos Estados Unidos e Canadá, foi publicado pela SLA em 1954 (Goodman, 1954), e em 1985 conheceu a sua 4ª edição (Carrington e Stephenson, 1985);
- Os directórios das colecções de mapas das áreas de influência da WAML e da ACML, foram publicados em 1969 (Ristow, 1980 : 84-94); o primeiro sobre colecções de mapas do Canadá, publicado em 1969 (Winearls e Tessier, 1969), viu em 1999 a sua sétima edição (Leitch, 1999)
- O reportório das cartotecas de França, editado em 1970 pelo Laboratoire d'Information et de Documentation en Géographie do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), foi objecto de várias actualizações, a última das quais data de 2003;⁶⁵
- O directório das colecções de mapas da Austrália, publicado pela primeira vez em 1974 pelo Australian Map Curators' Circle, teve três edições publicadas entre 1974 e 1980 e encontra-se actualmente disponível em edição electrónica actualizada,⁶⁶ baseada na edição impressa de 1991;
- O Guia para as colecções de mapas da Holanda (*Gids voor kaartenverzamelingen in Nederland*), publicado pela NVK, em 1980 (Reedijk, 1986);
- O Guia das colecções dinamarquesas de mapas, publicado em 1989 (Schwenger, 1990);
- O inventário das colecções de mapas da Suíça, publicado em 1992, pela Library of the Eidgenössische Technische Hochschule, de Zürich (Klöti, 1992);

⁶⁵ O *Répertoire des cartotheques de France* encontra-se, actualmente, na sua quinta edição, que pode ser consultada em linha, disponível em:
http://prodig.univ-paris1.fr/umr/publications_documentaires/Carthothes_2004.pdf.

⁶⁶ Para mais informação ver: <http://www.nla.gov.au/mapdir/about.html>

- O Directório das colecções de mapas do Reino Unido, actualmente na sua 4ª edição, disponível, a partir de 2000, no site da British Cartographic Society;⁶⁷
- Em Espanha, publicado em 1991, um estudo sobre as cartotecas da Península Ibérica, da responsabilidade da Cartoteca do Institut Cartogràfic de Catalunya inserido no ciclo de cursos sobre História da Cartografia (Galera, 1991).

Também a nível internacional, o primeiro grande projecto da Subsecção de Geografia e Mapotecas da IFLA foi a preparação de um directório mundial de colecções de mapas, editado pela primeira vez em 1976 (Ristow, 1976; 1980: 284-293). Este directório conta com quatro edições, a última das quais publicada em 2000 (Loiseaux, 2000).

Os manuais são o segundo tipo de publicação a destacar, por reflectirem o grau de maturidade da profissão, enquanto instrumentos que recolhem e divulgam um conjunto coerente de orientações práticas para a gestão de colecções de mapas, com carácter formativo. A publicação dos primeiros manuais de biblioteconomia cartográfica,⁶⁸ iniciou-se na década de setenta, e entre os principais manuais editados destacam-se os seguintes: em 1975, *Map Librarianship: readings* compilado por Roman Drazniowski (Drazniowski, 1975); em 1976, *Map librarianship*, da autoria de Harold Nichols, com uma segunda edição em 1982 (Nichols, 1982); e em 1978, *Map librarianship: an introduction*, da autoria de Mary Lynette Larsgaard, que conta actualmente com duas reedições, respectivamente, em 1987 e 1998 (Laarsgard, 1998). Como exemplo de outros manuais editados, mais tardiamente, refere-se um manual editado em Espanha em 1999, como reflexo do grande dinamismo das acções de formação na década de noventa (Liter e Garcia, 1999).

Em Portugal a bibliografia especializada é inexistente, tanto a nível de directórios como de manuais. Algumas colecções portuguesas de mapas são referidas no directório da IFLA (Dubreuil, 1993; Loiseaux, 2000) e no estudo sobre as cartotecas da Península Ibérica (Galera, 1991). No entanto, em ambos os

⁶⁷ Ver: <http://www.cartography.org.uk/Pages/Publicat/UKdir/index.html>

⁶⁸ Não se consideram aqui os manuais sobre aplicação de regras de descrição, designadamente das AACR, que serão abordados no capítulo seguinte.

casos se verifica que a divulgação internacional das colecções cartográficas de instituições portuguesas é muito incompleta e incipiente, face ao universo das colecções existentes (ver ponto 2.4). Cruzando os dados das referidas publicações, as instituições portuguesas com colecções cartográficas resumem-se a dez, todas sedeadas em Lisboa, e são nomeadamente: AHM, BNP, CEG, IANTT, IGM, IGP, IST, Museu de Marinha, Museu Nacional de Arqueologia e SGL.⁶⁹

3.6 Conclusão

Da análise dos três vectores considerados fundamentais para delinear a actividade de cartotecário como profissão – as actividades associativas, a formação e a literatura profissional - emergem características próprias desta área que se podem sintetizar em três aspectos principais: uma afirmação lenta e tardia, face a outros sectores documentais, uma desigual expressão no tempo e no espaço profissionais, e uma inserção fraca e dispersa quer em termos de requisitos institucionais quer no que respeita à sua relação com a biblioteconomia, por um lado, e, por outro, com as outras áreas de conhecimento histórico e técnico com que naturalmente se cruza.

Só a partir da década de quarenta se dão os primeiros passos de reconhecimento efectivo da área, com a criação de grupos profissionais no seio de associações. A formação profissional específica começa a afirmar-se na década seguinte e é nos anos sessenta e setenta que melhor se revela como sector integrante da biblioteconomia. Essa inserção é, no entanto, variável no tempo e instável em termos de modelos com alguma abrangência e persistência.

A distância cronológica do desenvolvimento da profissão, entre a América e a Europa, que dista duas décadas, significa mais que um desfaseamento temporal. É também acompanhada por modelos diferenciados que se reflectem tanto na

⁶⁹ Em Galera (1991) são mencionadas apenas quatro colecções (BNP, CEG, Museu de Marinha e Museu Nacional de Arqueologia); em Dubreuil (1993) também são mencionadas colecções, mas não coincidentes com as anteriores (BNP, CEG, Instituto Português de Cartografia e Cadastro e Sociedade de Geografia de Lisboa); finalmente, em Loiseaux (2000) são mencionadas sete colecções (Arquivo Histórico Militar, BNP, Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Instituto Português de Cartografia e Cadastro, Instituto Superior Técnico, Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto Geológico e Mineiro).

formação como na produção de bibliografia profissional. Enquanto na América prevalece o modelo clássico da formação profissional e a emergência de materiais orientadores, enquanto produção fundamentalmente enquadrada pelas associações e profissionais de biblioteca, na Europa existe uma maior tendência para a interligação mais flexível com uma diversidade de outras áreas científicas e técnicas, nomeadamente as que são objecto de interesse das sociedades geográficas.

Aparentemente por falta de procura, e conseqüentemente de sustentabilidade, a área profissional dos cartotecários não ganha raízes, nem chega a possibilitar na prática, de forma continuada e consistente, a conjugação das vantagens daquelas duas perspectivas, ou modelos, que não se consolidam mutuamente.

4 NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA E PROCESSAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA

4.1 Introdução

É objectivo deste Capítulo analisar a evolução dos instrumentos normativos que têm servido ao controlo bibliográfico da documentação cartográfica e o respectivo contexto para uma melhor compreensão da situação actual. Neste objectivo cabe não só uma caracterização temporal mas também uma análise qualitativa desses instrumentos que revele questões actuais sem solução satisfatória ou suficiente para as necessidades específicas da informação cartográfica.

Assim, o Capítulo aborda a evolução da normalização do processamento bibliográfico, desde a fase histórica que impulsionou as bibliotecas, no tempo da Revolução Francesa até aos catálogos electrónicos. Apresenta-se uma síntese dos principais marcos que se repercutiram directa, ou indirectamente, no estabelecimento de práticas e normas para a descrição de documentos cartográficos até à actualidade. Esta síntese privilegia a tradição anglo-saxónica, por ter sido pioneira na criação de códigos de catalogação e geradora dos primeiros consensos internacionais nesta matéria, em que tem mantido uma influência fundamental até aos nossos dias. Esta contextualização histórica e internacional serve de cenário e contraponto à evolução da realidade portuguesa de que se sintetizam as principais etapas, centrados essencialmente nas práticas e normas da BNP, representativa por excelência da realidade nacional, por ser entidade normalizadora nesse âmbito.

4.2 Da Revolução Francesa aos “Princípios de Paris”

4.2.1 Evolução internacional

Os conceitos actuais de biblioteca e de património nacional têm as suas raízes nos ideais da Revolução Francesa em que as bibliotecas emergiram como estruturas essenciais para assegurar o acesso público às fontes de saber (Choay, 2000: 88). É neste contexto que surge em França, nos finais de 1790, o projecto

de um catálogo nacional de livros, designado *Bibliographie universelle de la France* e, no ano seguinte, a criação de instruções para a produção de catálogos para aplicação a nível nacional.⁷⁰ Segundo Fayet-Scribe (2000), estas normas não chegaram a ter grande aplicação nem se consolidaram, por terem emergido mais em função de um ideal do que de necessidades concretas de instituições e utilizadores e, também por isso mesmo, não terem encontrado o suporte profissional necessário.

É a partir do século XIX que estas condições se começam a impor na prática, simultaneamente com uma significativa aceleração do desenvolvimento das colecções e da procura por parte do público. De acordo com Blake (2002), os modelos tradicionais das bibliotecas deixaram de responder às necessidades, o que provocou uma crise nos catálogos, desencadeando o repensar os modelos globais de organização e gestão das bibliotecas, em dois aspectos essenciais: i) a normalização da descrição bibliográfica, de forma a assegurar o nível de detalhe necessário para identificar e diferenciar as obras descritas; e ii) a organização dos catálogos, pelo estabelecimento formal de entradas de autores, títulos, assuntos e referências cruzadas, com um nível de sofisticação de pontos de acesso que permitisse responder às necessidades emergentes de disponibilização e procura de informação.

Foi para atingir este objectivo que Panizzi e um grupo de bibliotecários do BM criaram um conjunto de 91 regras que se constituíram como um dos primeiros códigos de catalogação, aprovado no BM, em 1839 e publicado em 1841 no primeiro volume do *Catalogue of Printed Books* (British Museum, 1841) (Blake, 2002; JSC, 2005). Estas regras tiveram impacto internacional, designadamente nos Estados Unidos, inspirando o conjunto de 39 regras criadas por Jewett em 1853 (Blake, 2002). No entanto, a elaboração do primeiro grande código de catalogação americano, publicado pela primeira vez em 1876, coube a um dos colaboradores de Jewett, Charles Ammi Cutter (Cutter, 1876). É na sua quarta edição (Cutter, 1904) que o autor, para além das referências à documentação cartográfica que já estavam, pontualmente, expressas nas edições anteriores,⁷¹

⁷⁰ Designado *Instruction pour procéder à la confection du catalogue de chacune des bibliothèques sur lesquelles les directoires on du ou doivent incessamment apposer les scelles* (Peixoto, 1962, 2º vol.: 10).

⁷¹ Apesar desta edição (Cutter, 1904) conter um sub capítulo específico para mapas e atlas, não foram retiradas do corpo principal das regras as indicações que já constavam de edições

adiciona uma parte sobre mapas e atlas (Cutter, 1904: Regra 368, p. 140-146) da autoria de Philip Lee Philips. Esta regra contém uma pequena bibliografia e os procedimentos estabelecidos na Library of Congress para a catalogação de documentos cartográficos, iniciada em 1901 (Merrett, 1976: 3; Hughes, 1997: 2).

Embora Cutter considerasse que, na adopção das suas regras, as bibliotecas deviam contemplar diferentes perspectivas de catalogação e acesso em função dos interesses dos seus utilizadores, estabeleceu que: “para a documentação cartográfica o cartógrafo era o autor dos mapas” (Cutter, 1889 Regra 8, p. 19; 1904: Regra 9, p. 29).⁷² O que implicitamente se traduziu no facto das entradas principais para a documentação cartográfica serem efectuadas de acordo com as tradicionais entradas de autor/título, por analogia com as monografias e publicações periódicas. A partir de 1904 as práticas de catalogação definidas para a documentação cartográfica colaram-se às práticas seguidas pela Biblioteca do Congresso. Face à especificidade da documentação cartográfica, tal significava um retrocesso relativamente às práticas seguidas nos primeiros catálogos de mapas editados em finais do século XVIII e primeira metade do século XIX, como já foi referido em 3.1. Nestes, contemplava-se uma organização de entradas principais por área geográfica, em vez das tradicionais entradas de Autor/Título, consideradas desadequadas para este universo documental.

O BM foi o primeiro a estabelecer princípios de catalogação diferenciada para os mapas reconhecendo que, sendo estes diferentes dos livros, careciam de outros critérios (conforme já referido em 3.1, sobre acordo o interinstitucional entre o BM e a RGS entre os anos 30 e 50 do século XIX), nomeadamente o da entrada principal por área geográfica, ou política, sendo adicionais as entradas de responsabilidade intelectual (Merrett, 1976: 4). A RGS reconhecia que os mapas tinham que ser tratados pelo enquadramento dos princípios que norteavam a administração e uso das bibliotecas em geral mas, simultaneamente, tinham que ser considerados pelas suas características especiais. Assim, desenvolveu um sistema de classificação alfabética por área, na qual o assunto aparecia subordinado à representação do espaço. Esta classificação foi adoptada por

anteriores. Este facto pode ser constatado numa referência que vem mencionada no corpo do texto da segunda edição (Cutter, 1889: 77, 197) e que se repete na quarta edição (Cutter, 1904: regra 280, p.104), em que, relativamente à descrição física, menciona que as medidas devem ser expressas em centímetros, quando no texto de Philip Lee (Cutter, 1904: regra 368, p.141) se referem polegadas.

⁷² Tradução do autor.

outros códigos britânicos, como da Universidade de Cambridge (Cambridge University Library, 1927) que adoptou práticas muito próximas da RGS e do BM, desenvolvendo a catalogação de mapas para o *United Kingdom Directorate of Military Survey* (Merrett, 1976: 4).

A primeira tentativa de consenso internacional surgiu em 1908, com a formação de um comité anglo-americano com representantes das associações profissionais ALA e Library Association, UK (LA) que compilou regras para a disponibilização de catálogos de Autor/Título. Embora sem unanimidade relativamente a todos os pontos que se pretendiam fixar, o resultado foi um conjunto de 174 regras publicadas simultaneamente em Inglaterra (ALA ; LA, 1908a) e nos EUA (ALA ; LA, 1908) com notas que fixavam as opiniões divergentes (Hughes, 1997: 2), centradas em autores e publicações que registavam mudanças de nomes ou títulos (JSC, 2005). No âmbito deste acordo foi decidido que as entradas de Autor/Título eram as mais lógicas e práticas para a maioria dos documentos de bibliotecas. A natureza internacional desta iniciativa de normalização teve como consequência que estas práticas se difundissem também a nível europeu (Merrett, 1976 :3 - 4).⁷³

O critério Autor/título não foi, no entanto, pacificamente aceite, mesmo nos Estados Unidos, onde surgiram muitas vozes discordantes de mapotecas ou de bibliotecas com grandes colecções de mapas, onde a importância de recuperação geográfica destes documentos era crucial (McClenney, 1997). São exemplo disso a publicação em 1930 de uma brochura, de uso muito restrito, da autoria de Archibald B. Williams, do ramo Geográfico da Military Intelligence Division, com um resumo de um sistema de processamento para mapas, aplicado na *General Staff Map Collection* (Ristow, 1980: 18); ou, ainda do tão divulgado *Boggs & Lewis Classification System*, (Boggs e Lewis, 1945).

Nesta publicação citavam-se as regras de catalogação do código da ALA de 1941 (ALA, 1941) mas realçava-se a atenção necessária às especificidades da cartografia, nomeadamente a importância das datas a que correspondia a informação representada (e não apenas das datas de publicação e de impressão);

⁷³ Apesar de, como refere Peixoto (1962: 10), outros importantes códigos europeus, como as instruções Prussianas (*Instruktionen für die alphabetischen Kataloge der preussischen Bibliotheken und für den preussischen Gesamtkatalog*), cuja primeira edição surgiu em 1899, estabelecerem que, para os documentos cartográficos, as entradas se deveriam organizar pelo título e não por autor (Merrett, 1976).

e a ordem de importância dos elementos seleccionados para entrada nos catálogos, que deveria ser: área geográfica, assunto, data, autor e por fim título (e não autor/título) (ver anexo III). Recomendava-se, também, que estes critérios fossem aplicados a todos os materiais com importância geográfica (livros, artigos e mapas). Propunha, ainda, um novo sistema de classificação por assuntos para a documentação cartográfica que fosse mais simples que as classificações Dewey, e Library of Congress Classification (LCC) (Lubas, 2003 e Ristow, 1980 : 32-48). O sistema *Boggs & Lewis* exerceu uma grande influência nas bibliotecas que foram organizadas, ou que expandiram as suas colecções, entre 1945 e 1949 (Ristow, 1980 : 32-48). Uma das razões do grande impacto desta publicação prende-se, também, com a importância que os mapas, e, conseqüentemente, a recuperação da informação geográfica, adquiriram durante, e após, a Segunda Guerra Mundial.

A importância dos nomes geográficos, e do uso normalizado da forma mais conhecida dos mesmos reflectia-se também nos instrumentos de acesso por assunto, como em Haykin (1951: cap. 7) que também preconizava o uso do local geográfico como encabeçamento principal nas bibliotecas geográficas (Ibidem: cap. 11). A ênfase nas entradas de nome geográfico reflectiu-se, também, na 3ª edição da classe G da LCC (Library of Congress, 1954) a primeira a integrar uma classificação para mapas (Hughes, 1997).

Da súmula apresentada ressalta, como característica da evolução da história de catalogação de mapas, um persistente confronto entre duas tradições focadas essencialmente na opção das entradas principais (autor/título *versus* nome geográfico) e na decorrente organização física dos catálogos. Entre essas tradições, as divergências não se situavam ao nível dos elementos de descrição, onde se constatava uma certa unanimidade. De facto, os elementos específicos considerados importantes para a identificação e descrição dos mapas mantiveram-se relativamente estáveis desde muito cedo (ver anexo III), variando apenas a sequência ou o destaque dado a alguns elementos, ou no corpo principal da ficha, ou na zona das notas, com notas mais ou menos pormenorizadas. As verdadeiras divergências respeitavam aos pontos de acesso estabelecidos para as entradas nos catálogos.

Este problema prendia-se, directamente, com a gestão da organização e manutenção dos catálogos manuais em fichas, que representavam um esforço

institucional considerável. À medida que recuamos no tempo compreendemos, mais facilmente, que este esforço tinha que ser muito ponderado, em função do custo/benefício que representava o aumento de novas formas de entrada nos catálogos, em bibliotecas muito diferenciadas, quer em termos dos recursos materiais que implicavam, quer na real vantagem para o perfil de utilizadores que serviam. É à luz desta realidade que se podem entender as posições extremadas e as discussões que, sobre a matéria, se arrastaram durante tantos anos. Em muitos casos, não se tratava de opções antagónicas dado que a recuperação em colecções com diferentes perfis coloca necessidades diversas. Por exemplo, em cartografia antiga pode ser importante uma recuperação por autor, da mesma forma que, sendo o título significativo, para outros utilizadores, pode ser importante recuperar o mesmo mapa por título. Já em cartografia contemporânea, nomeadamente oficial, a recuperação requerida incidirá, sobretudo, por área geográfica e por assunto. Progressivamente, as bibliotecas foram assumindo o estabelecimento de entradas por área geográfica e, no período imediatamente subsequente à Segunda Guerra Mundial, antes de 1950 esta prática estava estabelecida (Lubas, 2003).

4.2.2 Panorama nacional: da criação da Biblioteca Nacional até à adopção dos “Princípios de Paris”

Em Portugal pode considerar-se a fundação da Biblioteca Nacional como um primeiro marco na história da catalogação. O Alvará de 29 de Fevereiro de 1796 que criou a então Real Biblioteca Pública da Corte, previa a criação de um regimento especial que incluía a descrição das espécies (RPC, 1984: IX).

Na Biblioteca Nacional, em 1802, Silvestre Pinheiro Ferreira, formula alguns princípios de catalogação e de organização dos catálogos, no seu trabalho *Ideas sobre a mais vantajosa organização de hum catalogo e sobre o modo de arranjar huma livraria*. Para a organização dos catálogos estipula as seguintes entradas: 1) palavra mais característica do título; 2) nome dos autores; 3) metódico, de acordo com o quadro das classificações científicas (Peixoto, 1962: 15). Sobre a catalogação, em meados do século XIX o código do BM terá tido influência nas práticas de catalogação nacionais (RPC, 1984: X). Nos finais do século XIX é criada Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos (IGBAP)

que regulamenta os catálogos alfabético de autores e metódico, para as bibliotecas e arquivos que se encontram sob a sua dependência (Peixoto, 1962: 15). Em 1903, no regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa é estipulada a criação de catálogos diferenciados para diversas tipologias de documentos, onde, no entanto, não é mencionada a documentação cartográfica.⁷⁴

Na BNP é a partir de 1919, sob a direcção de Jaime Cortesão (1919-1927) coadjuvado por Raul Proença, então Chefe de Divisão do Serviços Técnicos, que se realiza o primeiro grande esforço de renovação biblioteconómica, através de profícuos contactos internacionais para a criação de um código de catalogação nacional.⁷⁵ Tal é patente na extensa bibliografia citada no conjunto de regras elaborado por Raul Proença (Proença, 1919-1923), que não chegou a ter uma edição definitiva, permanecendo em algumas cópias de folhas móveis, que foram sendo actualizadas entre 1919 e 1923. Trata-se de uma obra notável que, segundo Jorge Peixoto, mereceu de bibliotecários americanos a apreciação de “uma obra-prima para a época” (Peixoto, 1961: 34).

O exemplar consultado para este trabalho compõe-se de 840 regras, com um total de 1047 páginas, onde o material cartográfico não só tem presença como mereceu uma proposta de tratamento que teve em consideração as suas características específicas, de acordo com as regras mais inovadoras para a época. Veja-se, por exemplo, o rigor da descrição que era proposto para a menção da escala (anexo IV: regra 764 e regra 767); a preocupação na recuperação de todos os mapas da Península Ibérica, de Portugal e do espaço relativo às colónias portuguesas (anexo IV: regra 558; regra 756; regra 757); ou, ainda, a proposta de catálogos separados para mapas e atlas com entradas principais por nome geográfico (anexo IV: regra 753; regras 760-762; regra 770 e regra 774).

Se as práticas de catalogação da BNP tivessem sido levadas a cabo de forma persistente e conforme as determinações do referido código, há muito que poderíamos contar com formas de acesso mais estruturadas e completas para as colecções cartográficas. Da aplicação destas normas permanecem alguns

⁷⁴ Neste Regulamento foram consideradas seis tipologias: I – Impressos; II – Códices; III – Documentos; IV – Estampas; V - Medalheiro e numerário e VI – Selos.

⁷⁵ No Arquivo Histórico da BNP existem ofícios de Raul Proença e Jaime Cortesão dirigidos às mais proeminentes bibliotecas estrangeiras, solicitando a aquisição dos vários códigos de catalogação, tal como vem referido no catálogo comemorativo dos 200 anos da BN (Mendes, et al., coord., 1997: 79-80).

vestígios em catálogos manuscritos que fazem parte da documentação de arquivo da BNP. Um dos catálogos manuscritos ainda hoje em uso, e que se encontra disponível na Sala de Leitura de Cartografia, é um catálogo de analíticos de atlas, elaborado conforme o preconizavam as regras de Raul Proença. O facto deste código não ter sido publicado restringiu, em muito, a sua aplicação a nível nacional. No entanto, e até muito recentemente, constituiu uma base de trabalho a que ciclicamente se recorria na BNP para resolver um ou outro caso mais complexo. Ainda hoje permanece, desde há várias gerações, um exemplar na Área de Catalogação da BNP como um recurso para consulta em caso de vazio das normas vigentes.

Em 1931 foi instituída a Junta Consultiva de Bibliotecas e Arquivos (JCBA)⁷⁶ à qual se consignava a obrigação de mandar estudar o regime geral de catalogação. Para esse efeito foi criada em 1932 uma comissão de catalogação (RPC, 1984: X) para "elaborar os princípios, as normas, as regras e instruções a seguir no inventário e na catalogação de impressos, manuscritos, estampas, cartas geográficas, etc.". ⁷⁷ Nesta época, dois códigos de catalogação internacionais que tiveram muita influência em Portugal, foram o da ALA e o da Biblioteca Vaticana, traduzidos para língua portuguesa em 1949, numa edição do Instituto Progresso Editorial, de São Paulo (Peixoto, 1962: 11). ⁷⁸ Enquanto estiveram em preparação, ao longo de décadas, as futuras Regras Portuguesas de Catalogação, na BNP a organização dos catálogos continuou a seguir os princípios estabelecidos nas regras de Raul Proença, até meados dos anos sessenta, quando, segundo testemunho de Isabel Cepeda, ⁷⁹ foi iniciada na BNP a aplicação dos Princípios de Paris.

Segundo a mesma fonte, na BNP não tiveram continuidade as primeiras iniciativas para a catalogação de documentação cartográfica da primeira metade do século XX, uma vez que as iniciativas de estudo e organização de colecções especiais, levadas cabo entre 1951 e 1974, não contemplaram as colecções

⁷⁶ A JCBA foi criada pelo Decreto n.º 19952, de 27 de Junho de 1931.

⁷⁷ Esta Comissão foi criada pelo Decreto n.º 21 682, de 23 de Setembro de 1932.

⁷⁸ O código da Biblioteca Vaticana, *Norme per il catalogo degli stampati* foi publicado em 1931. A segunda edição preliminar das regras da ALA terá sido, também, traduzida para língua portuguesa, em 1956, numa publicação da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo (Peixoto ; 1962, 2º vol.: 10).

⁷⁹ Isabel Cepeda foi bibliotecária da Divisão de Reservados durante 38 anos, desde 1965 até 2003, com funções de chefia da mesma Divisão nos períodos de 1981-1986 e 1993-1996.

cartográficas mas apenas Música e Iconografia.⁸⁰ No âmbito desse trabalho, e sobre a colecção de Iconografia, um dos catálogos publicados (Carvalho, 1977) respeita a uma colecção de mapas manuscritos que, ao tempo, foram considerados na qualidade de desenhos, logo parte integrante da colecção de Iconografia. Este critério, que prevaleceu relativamente a mapas manuscritos aquando da formação das duas Áreas (Iconografia e Cartografia), em 1976, denota a prevalência da natureza do original, desenho (Iconografia), em detrimento do conteúdo, informação cartográfica (Cartografia).

4.3 Bases e vertentes das normas actuais

Nesta secção dá-se uma perspectiva geral da origem, evolução dos normativos que orientam as práticas actuais de controlo bibliográfico, com destaque para os aspectos que mais particularmente respeitam a elementos específicos da informação cartográfica. Os avanços da normalização a nível internacional e a sua penetração a nível das normas e práticas nacionais torna dispensável uma separação da realidade portuguesa, já que a este nível poucos são os desenvolvimentos próprios a referir.

Assim, ao invés da opção adoptada para a análise da evolução histórica efectuada em 4.2, a menção aos normativos portugueses encontra-se integrada ao longo dos vários aspectos do presente sub-capítulo.

4.3.1 Normas para a constituição de catálogos

Por iniciativa da IFLA, procurou-se, no início da década de 60, fixar um consenso internacional sobre os princípios subjacentes à constituição e organização dos catálogos bibliográficos, princípios esses saídos da Conferência de Paris em 1961 (Statement of principles..., 1971). A estrutura dos catálogos passou a ser regida internacionalmente por 12 princípios estruturantes, ficando a cargo de cada país a forma de constituição dos cabeçalhos, que seriam consignados em cada um dos códigos nacionais de catalogação, de acordo com as regras e tradições linguísticas de cada país.

⁸⁰ Entre estas iniciativas, que abrangeram colecções cartográficas, conta-se a edição do inventário da Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional (BN, 1928).

Os *Princípios de Paris* podem ser considerados um marco inicial para a gestão normalizada dos catálogos, a que se seguiu, também por iniciativa da IFLA, outra fase de normalização que viria a compatibilizar as descrições bibliográficas a nível mundial, até aí regidas por códigos de catalogação nacionais, ou de grupos de países, como era o caso dos códigos anglo-saxónicos.

O objectivo foi estabelecer um amplo consenso para a adopção de regras internacionais que padronizassem as descrições de diferentes agências bibliográficas, compatibilizando o *output* de diferentes bibliotecas e facilitando a interpretação de qualquer descrição bibliográfica por utilizadores de diferentes línguas. Para a prossecução deste objectivo, foi formado um comité de catalogação no seio da IFLA, que levou a cabo a elaboração de normas internacionais de descrição bibliográfica (ISBD), visando a identificação e especificação dos elementos a constar, a forma de apresentação e ordenação dos mesmos, assim como uma pontuação que facilitasse a sua leitura, independentemente das línguas.

4.3.1.1 Normas internacionais de descrição bibliográfica normalizada

Como resultado desse trabalho surgiu, em 1971, a *International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications* (ISBD(M)), dedicado à descrição de monografias. Em 1973 esse texto tinha já sido adoptado por várias bibliografias nacionais, traduzido em várias línguas e adoptado em alguns códigos de catalogação nacionais. A prática do seu uso levou a propostas de alteração do texto, por parte dos seus utilizadores e face às recomendações, o texto foi revisto e publicado na sua primeira edição em 1974 (IFLA, 2005a).

Em finais de 1973 a *IFLA Subsection of Geography and Map Libraries* sugeriu a constituição de um grupo de trabalho com o *IFLA Committee on Cataloguing* para o estabelecimento de uma norma internacional para a descrição bibliográfica de documentação cartográfica. O Grupo de trabalho foi constituído em 1974 e reuniu, entre outros documentos de trabalho, as ISBD(M) e ISBD(S) , ao tempo já publicadas, para estabelecer os pontos convergentes. Entretanto, em 1975, o JSC (Joint Steering Committee) propôs ao *IFLA Committee on Cataloguing* a criação de uma ISBD genérica, que reunisse as regras internacionais bibliográficas comuns a todos os tipos de documentos de

biblioteca, e como resultado desta proposta foram publicadas as ISBD(G) em 1977.

A filosofia da IFLA preconizou que todas as ISBD criadas, para os vários tipos de documentos, estivessem de acordo com as ISBD(G) mas que não fossem exclusivas, ou seja, que funcionassem em complementaridade, com uma terminologia geral para classificação das zonas e dos elementos de descrição e com uma zona específica reservada para certos tipos de documentos, a *terceira zona*. Nesse mesmo ano, 1977, foram publicadas as ISBD(CM) *International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials*, (IFLA, 1977) cuja edição foi sendo adiada pela decorrência do percurso da ISBD(G). Entre 1975 e 1977 foram efectuadas muitas revisões nas versões provisórias da ISBD(M), uma vez que os resultados iam sendo harmonizados e desenvolvidos concomitantemente com os resultados do comité da ISBD(G).

Acordou-se que todos os textos se manteriam por um prazo de cinco anos, volvidos os quais, se consideraria uma revisão de todos os textos. Em 1981 foi formado um comité de revisão da ISBD (ISBD Review Committee) para estabelecer os planos de revisão das (ISBD(M), ISBD(S), ISBD(NBM) e ISBD(CM), com o objectivo harmonizar os vários textos, em função de uma coerência das definições, da compatibilização de escritas em caracteres não romanos, da revisão do uso do sinal de igual e da inclusão de mais exemplos. Para a prossecução destes objectivos, o programa UBC (Universal Bibliographic Control) elaborou um documento editorial que serviu de base à revisão dos vários textos, que ficou concluída em finais dos anos oitenta. Uma edição revista da ISBD(CM) foi publicada em 1987 (IFLA, 1987) em conformidade com os objectivos estipulados.

A edição da ISBD(CM) 1987 tem sido a matriz internacional da descrição bibliográfica de documentos cartográficos nos últimos dezoito anos. Durante este período, foram surgindo outras necessidades de revisão, nomeadamente face à emergência da edição electrónica e, mais concretamente, da cartografia digital.⁸¹ Essa necessidade de revisão passa também por aspectos transversais às várias ISBD, por exemplo os problemas decorrentes de actualizações muito demoradas

⁸¹ Uma primeira versão revista, para discussão, foi produzida em 1999 (IFLA, 1999). Mais recentemente, em 2004 (IFLA, 2004a), foi colocada à discussão internacional uma nova versão revista que, no entanto não chegou ainda a ser aprovada, mantendo-se, assim, ainda em vigor a ISBD(CM) de 1987.

e em tempos diferenciados, o que tornou difícil a harmonização e compatibilização das diferentes ISBD. Essa harmonização é tanto mais necessária quanto ao mesmo tipo de documento se podem aplicar duas ou mais ISBD (por exemplo, uma carta geográfica que é uma série, um documento electrónico, ou um manuscrito).

Enquanto norma internacional de descrição normalizada de documentos cartográficos a ISBD(CM) apresenta algumas limitações e problemas de aplicação, nalguns aspectos decorrentes da própria forma como está concebida a família de normas ISBD. As questões podem caracterizar-se genericamente em três ordens de aspectos: relação com os códigos de catalogação; falta de consideração de alguns atributos específicos deste tipo de material; e ambiguidade na aplicação simultânea de duas ou mais ISBD.

a) Falta de complementaridade a nível dos códigos de catalogação

Surgindo como norma específica para material cartográfico, num panorama em que a maioria dos códigos de catalogação ou é omissa ou fornece apenas uma informação base para este tipo de material, é natural uma expectativa, ou mesmo interpretação, sobre a ISBD(CM) como resposta a um nível específico de problemas que, de facto, consigna apenas em parte. Ou seja, na falta de outras orientações normativas mais específicas, tem sido vulgar tomar-se a ISBD(CM) como código de catalogação para este tipo de material. Mas pela mesma razão que nos códigos de catalogação a estrutura base é moldada à volta do documento textual, monográfico e impresso, também na ISBD(M) a grande maioria da informação de estrutura é simplesmente comum à de outras ISBD, e baseada nos mesmos pressupostos.

Embora haja maior profusão de orientações para elementos importantes, como por exemplo as diversas situações ou características dos títulos, ou indicações para notas que relevam especificamente de aspectos de material cartográfico, os elementos específicos da cartografia, embora constem no essencial, são os mínimos ou vistos de uma perspectiva que não contempla orientações de interpretação ou descrição para aspectos ou casos especiais. Basicamente, pode dizer-se que os elementos específicos da ISBD(CM) se condensam apenas numa Zona, a Zona 3 da descrição bibliográfica.

3ª ZONA: Dados Matemáticos

Pontuação que antecede os elementos de informação (* = 1 espaço)	Elementos de Informação	Pontuação que precede os elementos de informação (*= 1 espaço)
-*	Escala	
,	Projeção (quando referida no documento)	
(Coordenadas geográficas (opcional)). *
(Equinócio ⁸² (quando referida no documento)). *

A menção de coordenadas geográficas e de equinócio são transcritas no mesmo par de parênteses

Por outro lado, embora não caiba à ISBD(CM) prover aos critérios e políticas de encabeçamentos para este tipo de material, o facto é que tais orientações também frequentemente não constam, ou constam apenas sumariamente, em códigos de catalogação, replicadas dos critérios de material textual sem análises mais circunstanciadas aos problemas da organização e recuperação das representações de material cartográfico.

b) Falta de atributos específicos de alguns elementos

Em termos das prescrições para os elementos de descrição, a ISBD(CM) segue naturalmente o modelo base da ISBD(G) o que leva a que alguns dos elementos específicos da documentação cartográfica sejam relegados para segundo plano, para a zona das notas, como é o caso das datas de levantamento dos mapas. Assim, é dada prevalência para a data de publicação dum mapa impresso ou de produção dum mapa manuscrito, e fica omissa, ou simplesmente numa nota de texto, que não serve para recuperação qualificada enquanto data, a informação temporal a que respeita uma determinada representação espacial.

Seria, neste caso, claramente vantajoso, que cada representação cartográfica pudesse ser caracterizada, em termos de datas, pelos vários tipos de data relevantes. Embora os formatos MARC venham suprir essa informação nos campos de dados codificados, o facto é que, tal elemento não sendo convencionado na ISBD tem mais dificuldade em se estabelecer como prática pertinente, uma vez que os dados codificados são apenas informação adicional

de outro nível de gestão e raramente considerados para efeitos de integrar a representação do documento ao público.

c) Ambiguidade entre critérios de descrição baseados no conteúdo e critérios baseados noutros atributos

Na versão de 1987, as regras preconizadas na ISBD(CM) são sobretudo vocacionadas para a descrição de mapas impressos, actuais e em suporte de papel. Não sendo contempladas outras formas de publicação, aconselha a conjugação com outras ISBD específicas de outras tipologias, não ditadas por características intrínsecas ao tipo de conteúdo mas por certas características extrínsecas, isto é, do tipo de manifestação (em mapas antigos, considerar as disposições da ISBD(A), em cartografia digital, ter em conta a ISBD(ER), etc.). Neste último aspecto, da cartografia digital, as revisões de 1999 e 2004 (IFLA, 1999, 2004a) já contemplam orientações específicas, onde se combina as características de conteúdo com as de forma, assim como as designações de material. No entanto, por estas propostas não terem sido ainda aprovadas, não correspondem ainda a um consenso aceite e que se traduza em práticas uniformes.

Face a outras características, como tratar-se de material antigo, manuscrito, em série, etc., continua a ser necessário combinar prescrições de diversas ISBD, sendo que nem todas estão no mesmo nível de actualização e harmonização, nomeadamente em termos terminológicos. Continua assim ao critério de cada agência de catalogação decidir que normas ISBD usa, e como é que as conjuga, sendo que os mesmos documentos podem ser descritos de forma diferenciada (Smits, 1994). Em consequência, alguma arbitrariedade, mais do que apenas flexibilidade, é introduzida o que é contrário ao espírito de uma norma.

Uma vez que os critérios subjacentes às diversas ISBD não são da mesma natureza, elas não podem ser de uso exclusivo, e a sua combinação é sempre passível de gerar ambiguidades, quer na primeira zona (ao nível da designação da natureza geral do documento), quer na terceira zona (reservada para a descrição específica de alguns tipos de documentos), quer ainda na quinta zona (descrição física, nomeadamente para documentos electrónicos). Em todas estas situações a dificuldade que se coloca é a da combinação, ou prevalência, de determinado atributo sobre outro. Ou seja, um mesmo documento pode pertencer

simultaneamente a duas categorias e, nestes casos, sobrepõem-se elementos de informação diferenciados a registar numa mesma zona.

Esta ambiguidade de critérios tem as suas raízes numa tradição de organização dos documentos baseada essencialmente em função do objecto físico e das suas categorias extrínsecas. Esta tradição, que se reflecte no processamento bibliográfico, coloca o principal foco de atenção na forma (manifestações), e não no conteúdo dos objectos de informação (a obra). Os inconvenientes e limitações desta abordagem levaram a repensar os requisitos funcionais para os registos bibliográficos, com o objectivo de se criar um modelo de catálogo baseado numa filosofia que privilegie, primordialmente, a obra, ou seja, o conteúdo, face às suas manifestações (IFLA, 1998).

Tendo em vista a incorporação do modelo FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records), e também para obviar aos problemas acima referidos de falta de actualização e harmonização das ISBD, foi iniciado um processo global de revisão das mesmas, que serão consolidadas num único documento, colocado à discussão pública em 2006, para ser aprovado em 2007 (IFLA, 2006).

4.3.1.2 Códigos de catalogação

Os códigos de catalogação são o instrumento normativo onde, por excelência, se fixam orientações mais completas para descrição bibliográfica. Para além de implementarem as ISBD, fornecem informações complementares sobre práticas normalizadas num país ou grupo de países, relativamente a aspectos gerais de políticas e tradições de uma comunidade de agências de catalogação, incluindo directrizes sobre a formulação e atribuição de pontos de acesso.

Na impossibilidade de se analisarem todos os códigos de catalogação, seleccionaram-se as AACR (Anglo-American Cataloguing Rules) como o exemplo mais representativo da atenção que, a este nível, tem sido dada ao material cartográfico. Não só as AACR são o código com maior comunidade prática de utilizadores (dos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália) como também constituem uma fonte fundamental de muitos outros códigos de catalogação nacionais, e na prática substituindo-os até, em aspectos em que os mesmos são omissos.

É esse o caso português, de que se dá no entanto uma informação sumária das Regras Portuguesas de Catalogação, apenas para situar em contexto este código nacional, já que o mesmo não contempla ainda, até hoje, prescrições específicas para material cartográfico.

a) Anglo American Cataloguing Rules (AACR)

Originadas na decorrência dos “Princípios de Paris”, num trabalho de colaboração desenvolvido entre a ALA, a LA, a CLA (Canadian Library Association) e a Library of Congress,⁸³ a sua primeira edição surge em 1967, publicada em duas versões, norte americana (AACR, North Amer. text, 1967,) e inglesa (AACR, Brit. text, 1967a) divididas em três partes: a primeira dedicada ao estabelecimento de formas de entrada e pontos de acesso nos catálogos, baseada nos “Princípios de Paris, nas regras ALA (ALA, 1949) e em Lubetzky (1960), a segunda consignada à descrição bibliográfica de monografias e periódicos; e a terceira vocacionada para a descrição de material não-livro. Inseridas nesta terceira parte, as normas de descrição de documentação cartográfica ocupavam o Capítulo 11, intitulado *Maps, relief models, globes and atlases*,⁸⁴ contendo:

- duas regras dedicadas às entradas nos catálogos (210 e 211) que, genericamente, estipulavam que as entradas dos mapas seriam efectuadas por autor/título;
- quatro regras relativas à descrição bibliográfica (212. Maps, 213. Relief Models, 214. Globes e 215. Atlases) com um total de seis páginas. A primeira regra estipulava os elementos considerados essenciais para os mapas e as três regras seguintes referiam os pontos complementares para os outros tipos de documentos cartográficos (modelos de relevo, globos e atlas). Os elementos de descrição estipulados constavam de: título, complemento de título, autor, escala, edição, impressão, colação e designação de séries e informações suplementares, como a colecção.

⁸³ Em 1974 foi criado um comité permanente para a revisão das AACR, o Joint Steering Committee for the Revision of AACR (JSC) que integrou representantes da ALA, da LA, da Library of Congress, da British Library, da CLA e a partir de 1981 passou a integrar, também um representante do Australian Committee on Cataloguing (ACOC).

⁸⁴ A edição consultada foi a inglesa.

Nesta primeira edição das AACR, alguns dos requisitos essenciais dos documentos cartográficos, nomeadamente informação sobre projecções e/ou coordenadas e equinócios, não constavam do corpo principal da descrição, sendo relegados para a zona de notas. Em geral, como refere Laarsgard (1998: 164), tratava-se de um capítulo com informação muito reduzida e com um número restrito de exemplos.

A segunda edição das AACR, que passaram a designar-se abreviadamente AACR2, foi publicada em 1978 (AACR, 1978) contemplando já a conformidade com as ISBD e uma maior proximidade aos “Princípios de Paris”. O código passou a estar estruturado em duas partes, a primeira dedicada à descrição bibliográfica e a segunda às entradas dos catálogos. Nesta segunda edição, a documentação cartográfica passou a constar na primeira parte, capítulo três, sob a designação *Cartographic materials*. Face à primeira edição, apresenta alterações à estrutura e extensão do conteúdo, que passou a ocupar 25 páginas. O capítulo, que deixou de incluir normas para entradas, contempla apenas informação sobre a descrição bibliográfica, organizada seguindo de perto as ISBD. As alterações mais significativas surgem em dois aspectos:

- na ordem dos elementos (por exemplo: a menção de autor passou a fazer parte da primeira zona, a zona de dados matemáticos passou a constar depois da edição, na terceira zona, e passou a incluir, para além da escala, informação sobre projecções e coordenadas ou equinócios);
- na pontuação usada na separação dos elementos de informação. De um modo geral, todos os pontos foram mais desenvolvidos, bem como ilustrados com maior número de exemplos.

Segundo Demetracopoulos (1997: 78), esta edição reconhece mais cabalmente as características e requisitos específicos do material cartográfico, acentuando as diferenças relativamente à descrição de monografias, menos visíveis na primeira edição. No entanto, não há propriamente diferenças nas regras fundamentais e as alterações, como nota Laarsgard (1998: 164), decorreram sobretudo da aplicação das prescrições da ISBD(CM).

As várias actualizações das AACR subsequentes a esta segunda edição (1988, 2002 e 2004) foram tendo em conta as alterações sucessivamente

introduzidas nas várias ISBD, muito embora as últimas revisões das (AACR, 2002 e 2004) fossem publicadas antes de aprovada a revisão das ISBD(CM).

A actualização de 1988 apresentou pequenas alterações que reflectiram algum aprofundamento de aspectos pontuais:

- indicação de uma nota para a fonte do título próprio (AACR, 1988: 3.1B1);
- maior desenvolvimento no que se refere aos dados matemáticos para as cartas celestes (AACR, 1988: 3.3D2);
- advertência sobre não se dever mencionar a falta de local de edição e editor ([s.l.] e [s.n.]) em manuscritos (designadamente: AACR, 1988: 3.4C2, 3.4D2) remetendo nestes casos a menção de data para a instrução correspondente (AACR, 1988: 3.4F2);
- na descrição física, uma indicação para mapas em Braille (AACR, 1988: 3.5B5), e elementos relacionados com outros detalhes (cor, tipo de material e montagem);
- inclusão de um maior número de notas e de exemplos.

Na actualização de 2002, as alterações mais significativas prendem-se com os formatos electrónicos, designadamente: na zona dos dados matemáticos, a seguir à menção de escala, indicação do tipo ou extensão do recurso (exemplo: documento electrónico) (AACR, 2002: 3.3E), representação gráfica digital (exemplo: raster: pixel) (AACR, 2002: 3.3F), e numeração relativamente às séries (exemplo: 1966-) (AACR, 2002: 3.3G); e, na zona de notas, características de documentos electrónicos (AACR, 2002: 3.7B8).

Foram ainda contempladas outras alterações:

- indicação de a escala poder ser calculada por comparação com um mapa de escala conhecida que passa a ser opcional (AACR, 2002: 3.3B1) quando anteriormente fazia parte da indicação dos processos para determinação de escalas; ainda neste ponto, é alterada a terminologia, relativamente à escala (deixa de se mencionar o termo “escala indeterminada”, para passar a usar-se o termo “escala não determinada”);
- relativamente às coordenadas é fornecida informação adicional contemplando-se oito pares de coordenadas (nas revisões anteriores, apenas eram mencionados quatro pares);

- no que se refere à descrição física acrescentam-se dados relacionados com a forma de apresentação (para descrever casos menos usuais, por exemplo: mapas impressos em ambos os lados da folha, etc.) (AACR, 2002: 3.5C2); com métodos de produção (exemplos: reprodução fotomecânica, fotocópia, etc.) (AACR, 2002: 3.5C3); e com a técnica utilizada (exemplo: tinta sobre linho) (AACR, 2002: 3.5C6).

Finalmente, a revisão de 2004 regista como alteração significativa o desaparecimento do tipo e extensão de documento da terceira zona (documento electrónico) e uma pequena alteração na pontuação, que se concretiza na zona da descrição física, designadamente a inclusão de vírgulas para a separação dos elementos sobre as dimensões dos mapas, nos casos em que são mencionadas duas ou mais dimensões (AACR, 2004: 3.5D1).

Dum modo geral, pode dizer-se que os avanços das AACR para material cartográfico correram basicamente em paralelo com as ISBD, introduzindo sucessivamente alguns aspectos novos e mais detalhe, mas, não constituindo em si suficiente massa crítica de orientações para apoiar a sua aplicação à diversidade e especificidade de situações práticas. Isso é comprovado pela necessidade de publicação, por parte da ALA e da Library of Congress, de manuais de interpretação das AACR, contendo esclarecimentos e orientações adicionais capazes de contribuir para maior uniformidade de procedimentos e de consistência dos catálogos (Stibble, Cartmell e Parker, 1982; Library of Congress, 1991; Mangan, 2004).

A necessidade de documentação de orientação complementar tem sido, aliás, um aspecto constante às próprias AACR, de cujas regras se têm continuamente publicado interpretações (Tseng, comp., 1982; 1985; Library of Congress, 1989-2004; Howarth, 1991-). No entanto, e tal como o próprio título das suas versões mais recentes indica, no âmbito da cartografia os referidos manuais vão mais além do que a simples interpretação das AACR, compreendendo orientações para praticamente todos os aspectos da gestão biblioteconómica desse tipo de material: esquemas de cotação/organização física, descrição bibliográfica, notas, pontos de acesso de autor, análise e indexação por assuntos, números de identificação, tratamento de séries cartográficas, fac-símiles e outras reproduções, casos especiais por tipologia de formato (por

exemplo, vistas aéreas, *puzzles* geográficos) ou por editor; e ainda informação sobre as estruturas aplicáveis do formato MARC.

Tratando-se de um guia de trabalho elaborado com base na acumulação de experiência prática e decisões de uma instituição, a Library of Congress, uma parte da informação traduz políticas locais, mas, no essencial, constitui-se como um guia útil para qualquer mapoteca. Precisamente por ser um reflexo da prática, constitui um exemplo evidente da panóplia de aspectos, tanto complementares como diversos, quer das ISBD quer dos códigos de catalogação, que a gestão de colecções cartográficas levanta. A sua utilidade, e talvez a própria razão da sua publicação, é tanto maior quanto é escassa a possibilidade de formação específica para esta área, na tradicional oferta de formação de profissionais de biblioteca. O mesmo acontece, aliás, certamente por razões semelhantes, para a área de iconografia (Parker, comp., 1982).

b) Regras Portuguesas de Catalogação (RPC)

Em 1967, ao mesmo tempo que se difundiam os Princípios de Paris e que os trabalhos conducentes às AACR estavam em fase adiantada de preparação, criou-se em Portugal o primeiro grupo de trabalho para elaborar as RPC. Vários se lhe sucederam durante o longo período de elaboração das normas, por razões de vária ordem que estão bem explicitadas na introdução das RPC (1984), até à sua edição definitiva, que viria a ocorrer em 1984. Durante este período, de quase vinte anos, foram sendo publicados vários anteprojectos e projectos das RPC, que já incorporavam quer os "Princípios de Paris" quer as ISBD, e que, no vazio de um código definitivo, passaram a ditar a prática de catalogação, sendo usados quer na formação dos profissionais quer nas actividades das instituições.

Publicadas em 1984, na que é ainda a única edição, as RPC apresentam uma estrutura semelhante às AACR da mesma época: uma primeira parte dedicada aos cabeçalhos, isto é, consignada às formas de entrada e encabeçamentos nos catálogos (RPC, 1984: 23-101), seguindo a estrutura ditada pelos "Princípios de Paris" e de acordo a sintaxe e tradição linguística portuguesa; e uma segunda parte dedicada à descrição bibliográfica geral (monografias e periódicos) integrando as ISBD (RPC, 1984: 102-238). Estava prevista a publicação de um segundo volume que abrangeria a descrição bibliográfica de

material não-livro, da qual faria parte o material cartográfico, que não chegou a ser publicada.

À época da publicação das RPC, a BNP já dispunha de um departamento próprio para a documentação cartográfica, criado em 1976. Os catálogos manuais de então, produzidos para a colecção de cartas avulsas, seguiam já as ISBD(CM) desde 1980, e apresentavam pontos de acesso por Autores, Títulos, Cronológico, Escalas, Topográfico, Geográfico (organizado por continentes, dentro desta categoria, por países, e, dentro desta, por localidades) e Temático (de acordo com uma lista própria de descritores). O controlo das séries cartográficas era feito através de *kardex*, com um sumário representado através de mapas de junção coloridos, que representavam graficamente as existências.

Embora as RPC tenham vindo regularizar os princípios base da catalogação, nomeadamente no que toca à harmonização de critérios dos elementos comuns a monografias e publicações em série, não trouxeram aportações às questões específicas da cartografia. Por essa razão, tanto a ISBD(CM) como as AACR e material conexo continuaram a ser as fontes de orientação, por excelência, embora com as contingências devidas à sua expressão noutra língua e à natureza um tanto longínqua de se tratar de material decorrente de experiências doutros países. O facto de não existir, como por exemplo nas AACR, um instrumento português onde fixar resultados e critérios da própria experiência prática, terá sido um factor que, aliado à diminuta comunidade de profissionais no tratamento dos mapas, não terá contribuído para o desenvolvimento desta área biblioteconómica em Portugal.

Embora isso seja verdade no que respeita a estabelecimento de políticas e práticas nacionais sobre catalogação deste tipo de material, outros desenvolvimentos de instrumentos complementares houve que, em Portugal, não deixaram de ser motivados por necessidades decorrentes da catalogação deste tipo de material. É o caso das publicações editadas pela BNP, em 1995 e em 2001, de um glossário de documentos cartográficos (Dias e Feijão, 1995) e de uma tabela de equivalências de medidas antigas, para apoio ao cálculo de escalas e à conversão de valores de coordenadas geográficas (Marques, 2001).

4.3.1.3 Particularidades e circunstâncias da documentação cartográfica

Se é um facto que as ISBD e os códigos de catalogação fornecem uma base para descrições bibliográficas normalizadas que em termos teóricos e estruturais não deixam de se aplicar à cartografia, também não é menos verdade que esta documentação apresenta características bibliográficas próprias que não se enquadram na tradição do texto impresso, em que fundamentalmente se baseiam as normas de descrição existentes. Por serem diversas do texto impresso, e não apresentarem uma regularidade que permita tipificação de situações, essas características próprias, apesar de extrínsecas às normas, também contribuem para a dificuldade da sua melhor especificação e aplicação. A consequência prática é a existência, para a cartografia, de um maior número de interpretações e decisões que, no âmbito duma mesma base normativa, podem variar. Essa variação prende-se, por um lado, com as características de cada documento e dependem, por outro, de conhecimentos de aspectos exteriores às normas, que os técnicos que procedem à análise e representação de documentos cartográficos detêm ou não, ou dominam em graus muito diferentes.

De facto, a análise e representação de documentos cartográficos pressupõe conhecimentos não só biblioteconómicos mas também de uma linguagem que não é textual, bem como de processos e métodos de produção que interagem na representação do objecto (a terra ou qualquer corpo celeste), em conformidade com a época ou o método da sua produção. Trata-se de um universo de documentos com uma enorme amplitude de características formais e circunstanciais. Podem ser manuscritos, impressos (xilogravura, gravura, litografia, etc.) ou digitais; materializam-se, muitas vezes, no fragmento de um mapa, num mapa desintegrado do seu contexto original de publicação ou elaboração (atlas, livro de viagens, história geral, etc.); podem ter a forma de atlas (do século XVI ou do século XX), globo, série cartográfica, ortofotomapa, fotografia de satélite, base de dados de cartografia digital, etc.. Em suma, esta diversidade documental implica uma igual diversidade de saberes e competências técnicas que fazem parte de áreas muito distintas.

Por outro lado, os elementos de informação necessários à identificação e descrição de um mapa ainda hoje não se apresentam padronizados na edição

como, desde muito cedo, se verificou para os documentos textuais. Do ponto de vista da publicação, os mapas não possuem folha de rosto, nem ficha técnica, e as fontes de informação para representação dum mapa compreendem todo o documento. Também, com bastante frequência, os mapas não apresentam explicitamente um título.⁸⁵

A atribuição de responsabilidades é outra área também muito menos linear que nos documentos textuais, já que as autorias estão intimamente relacionadas com os processos de produção, ou seja, com a forma como a cartografia, nas diferentes épocas, foi integrando os desenvolvimentos da ciência e da tecnologia para a representação do espaço. Por exemplo, enquanto no universo da cartografia antiga o geógrafo, ou o desenhador são, em princípio, os responsáveis pelo conteúdo intelectual da obra, já no âmbito cartografia actual, a cadeia de responsabilidades chega a ser tão extensa e complexa que a responsabilidade deixa muitas vezes de ser individualizada e é transferida, apenas, para um nível institucional. Neste contexto, a participação de um geógrafo representa uma das muitas colaborações e a de um desenhador é remetida para a composição gráfica do produto final, sem interferência na responsabilidade dos dados cartográficos representados.

O significado e o alcance das várias edições dum mapa são também diferentes se comparados às várias edições duma mesma obra textual. Por exemplo, diferentes edições de uma folha de série cartográfica apresentam necessariamente um conteúdo diferenciado, contemplando as mudanças que esse espaço sofreu, e é a comparação de edições que permite estudar as evoluções desse espaço. O mesmo, como já foi referido, se aplica à data de publicação *versus* data de produção e sua relação com o conteúdo representado: muitas são as situações em que existe grande desfasamento entre estas duas datas, e nesses casos, em termos do interesse documental, é a data de produção o elemento mais significativo.

Especialmente exigente de conhecimentos técnicos que não são biblioteconómicos, é a representação da informação sobre dados matemáticos (terceira zona), requerendo ainda, no que respeita à cartografia antiga, operações

⁸⁵ Veja-se a revisão de 2004 da ISBD(CM) (IFLA, 2004a) em que são referidas 29 instruções para a representação de títulos nos documentos cartográficos.

de conversão que contemplem as equivalências de medidas lineares,⁸⁶ medidas da circunferência⁸⁷ e conversão de medidas de longitudes com referência a diferentes meridianos.⁸⁸

Em termos de nível bibliográfico, as séries cartográficas colocam dificuldades e questões especiais que fogem ao modelo tradicional das séries textuais. Existe alguma analogia com séries monográficas, por haver um plano geral da obra, ou seja, um número determinado de folhas que correspondem às quadrículas pré-estabelecidas (representadas na folha de junção) em função da escala e da cobertura total de um dado espaço geográfico; e, tal como as publicações periódicas, prolongam-se por um tempo indeterminado, o que lhe transmite as características de mudanças de títulos (às quais crescem mudanças de títulos das folhas que as compõem⁸⁹), bem como, o seu encerramento e continuação por novas séries.

No entanto, é raro contemplarem uma periodicidade definida, que oscila com as disponibilidades do produtor (materiais e de recursos humanos e tecnológicos), não sendo, em geral, previsível a sequência em que serão publicadas (sendo muito frequente que determinadas folhas, com uma numeração elevada, conheçam várias edições, antes que outras folhas, com numerações anteriores, tenham tido a sua primeira edição), nem o número edições e reedições de cada folha.⁹⁰

⁸⁶ Até ao século XIX, os sistemas de medidas não apresentavam uniformidade, baseando-se em medidas adoptadas localmente, com designações e equivalências muito variáveis. A criação do sistema métrico decimal, ou sistema legal de pesos e medidas data de finais do século XVIII, nomeadamente a definição de metro como a *décima milionésima parte do quarto do meridiano terrestre*, foi aprovada pela Assembleia Nacional Francesa em 1791. A obrigatoriedade deste sistema estabeleceu-se no decurso do século XIX (primeiramente em França, pela lei de 4 de Julho de 1837, tendo sido seguida por outros países, designadamente, por Portugal em 1852, através do decreto de 13 de Dezembro) e culminou com a assinatura oficial da *convenção do metro*, por representantes de dezassete países em 1875 (IPQ, 1990).

⁸⁷ Para a representação das coordenadas, mencionadas em alguns documentos de cartografia antiga, é necessário ter em conta a conversão do sistema centesimal (graus compostos de 100 minutos e minutos compostos de 100 segundos) para o sistema sexagesimal (graus compostos de 60 minutos e minutos compostos de 60 segundos)

⁸⁸ A adopção do meridiano internacional de Greenwich data de 1884.

⁸⁹ Os títulos das folhas das séries são atribuídos de acordo a designação do(s) local(ais) mais importante(s) representado(s), em consonância com importância hierárquica que assumem nas várias conjunturas.

⁹⁰ As edições, e reedições, das folhas das séries cartográficas ocorrem em função das prioridades definidas pelo planeamento e ordenação geral do território nacional e os critérios que estão subjacentes a sua numeração sequencial são definidos de acordo com uma orientação geográfica (normalmente de Norte para Sul e de Oeste para Leste).

Por fim, existe para a cartografia, mais do que para os documentos textuais, grande impacto da integração dos desenvolvimentos tecnológicos, que são mais abrangentes, contemplando não só uma mudança de modo de produção e disponibilização, mas também afectando a natureza dos conteúdos (como é o caso das bases de dados dinâmicas de cartografia digital, que contém uma enorme quantidade de dados geográficos que tem a capacidade de conceber os mapas em conformidade com os pedidos dos utilizadores).

Todas estas particularidades e circunstâncias, aliadas ao facto de se tratar de uma área de gestão documental com reduzida expressão profissional, contribuem para não tornar fácil o âmbito das normas de descrição e constituição de catálogos de material cartográfico, tanto em termos da sua especificação como no que respeita à fixação e divulgação das experiências da sua aplicação.

4.3.2 Os formatos MARC

A ideia de automatização dos serviços de processamento bibliográfico iniciou-se na década de 50 com as primeiras investigações na Library of Congress, que levaram à concretização do projecto MARC (MACHine Readable Cataloguing). À época, o objectivo essencial era fazer face ao enorme volume de fichas bibliográficas que aquela instituição era incumbida que distribuir pelas bibliotecas americanas, ideia que rapidamente evoluiu para a de normalização e troca entre bibliotecas de informação bibliográfica legível por computador. A este projecto associou-se iniciativa semelhante da British Library, e esforços conjuntos produziram uma segunda fase do projecto MARC, denominado MARC II que, ao contrário do projecto inicial focado essencialmente em monografias, visava uma estrutura capaz de registar informação relativa a qualquer tipo de material bibliográfico, incluindo cartografia (Hughes, 1997). Os testes decorreram em 1966-1967 dando origem, em 1968, às primeiras versões operacionais e publicadas do MARC, uma americana (designada sucessivamente LCMARC e USMARC) consubstanciando as opções da Library of Congress, outra inglesa (designada BNB MARC e, mais tarde, UKMARC), correspondendo a objectivos específicos da British Library (Kokabi, 1996).⁹¹

⁹¹ Embora não sendo estruturais, as divergências relacionavam-se quer com os objectivos imediatos (automatizar a produção de fichas, no caso da Library of Congress, e da bibliografia

Nascia, assim, a pluralidade na representação de dados bibliográficos legíveis por computador, o que reforçou a necessidade de definição normativa de uma estrutura geral comum, aliás já subjacente aos dois formatos, que constituísse a norma base de transporte desses dados em banda magnética, independentemente das particularidades específicas de cada formato em termos de indicadores, designadores de conteúdo (campos e subcampos) e dados codificados. Desta necessidade surgiu, em 1971, a norma americana Z39.2 e, em 1973, a correspondente norma ISO 2709.⁹² A norma ISO 2709 passaria, assim, a ser a base dos formatos MARC, doravante considerados, cada um deles, uma implementação específica dessa norma (Hagler, 1997: 326-327). Assim, não só a simples designação MARC passou a equivaler à estrutura geral ISO 2709, como também a denominação de cada formato MARC passou a incluir uma extensão própria designativa, normalmente, da comunidade geográfica que serve.

Com efeito, uma diversidade de outros formatos MARC nacionais emergiu nos anos 70, baseados ou no USMARC ou no UKMARC e introduzindo as suas idiossincrasias. Face às dificuldades levantadas por esta diversidade para efeitos práticos de troca de informação bibliográfica a nível internacional, surgiu por iniciativa da IFLA o UNIMARC, publicado pela primeira vez em 1977, visando funcionar como formato internacional de troca de registos baseada na conversão de dados, isto é, uma estrutura sintáctica e semântica comum para permitir operar a equivalência de conteúdos entre pares de outros MARC. A partir dessa altura, e para além dessa função, o UNIMARC passou também a ser ou adoptado literalmente, ou a constituir a base de novos formatos MARC, sobretudo em países que iniciaram a sua automatização em finais dos anos 70 e durante os anos 80 (Campos, 1992; Campos, Lopes e Galvão, 1995; Kokabi, 1996).

Tal foi o caso de Portugal, que adoptou o formato UNIMARC a nível nacional, em 1986, com o lançamento da informatização da BNP em simultâneo com a criação da PORBASE, Base Nacional de Dados Bibliográficos, na sua função de catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas (Cabral e Lopes, 1992). No que respeita especificamente à cartografia na BNP, a partir de 1987 os respectivos catálogos manuais foram trancados e a descrição bibliográfica passou

nacional impressa, no caso da British Library), quer com diferenças entre as AACR na versão americana e inglesa.

⁹² As versões actuais destas normas são, respectivamente, a ANSI/NISO Z39.2 -1994, rev. 2001 e a ISO 2709-1996.

a processar-se de forma automatizada, em formato UNIMARC, com base na nova edição das ISBD(CM) e nas RPC.

Enquanto formato internacional de troca, o UNIMARC constituiu-se, assim, como o mais completo do universo de formatos MARC bibliográficos,⁹³ uma vez que para esse efeito deve poder acomodar todos os elementos de dados que possam figurar em qualquer outro formato MARC. Por esta razão, torna-se particularmente representativo do que, em termos de conteúdo, se encontra normalmente definido para a representação de informação bibliográfica, não só em termos da estrutura geral como em termos gerais da granularidade dos elementos de dados. A estrutura geral apresenta-se em blocos agrupando campos pela sua natureza e função: um bloco de números de identificação (campos 0--), um bloco de dados codificados (campos 1--), três blocos de informação descritiva (campos 2-- para descrição bibliográfica, 3-- e 4 -- respectivamente para notas ao documento descrito e notas de relação com outros documentos); três blocos para pontos de acesso (5-- para entradas adicionais de título; 6-- para entradas de assunto e 7-- para entradas de autor).

Dum modo geral, os dados contemplados nos blocos 2--, 3-- e 4-- registam essencialmente informação prescrita pelas ISBD; os blocos 5-- e 7-- as prescrições dos códigos de catalogação, adicionais às ISBD, para pontos de acesso de título e autor; e o bloco 6-- corresponde a informação decorrente das políticas locais das agências bibliográficas sobre acesso por assunto, com base em instrumentos normativos (sistemas de classificação e indexação) que são independentes dos acima referidos, podendo apresentar um leque muito diversificado de fontes, critérios e opções de aplicação.

De toda a estrutura contemplada no UNIMARC são de dois tipos os elementos de dados que, para a análise da adequação específica às necessidades da cartografia, importa analisar: os campos de dados codificados e os relativos aos elementos da terceira zona da ISBD.

Genericamente, os dados codificados têm origem em necessidades específicas de processamento dos sistemas automatizados, ou para efeitos de

⁹³ Com o progressivo alargamento da automatização a outras funções biblioteconómicas, foram surgindo formatos MARC para outros tipos de informação, como dados de autoridade, existências, sistemas de classificação e informação à comunidade, que não são aqui analisados por não serem essenciais ao âmbito deste trabalho, isto é, não reflectirem necessidades específicas decorrentes do tratamento de material cartográfico.

gestão dos registos ou para geração de informação estatística sobre determinadas características das colecções, usando atributos das obras que podem viabilizar critérios de pesquisa, restrição, etc. Representam uma informação adicional à tradicional informação de catalogação, sendo que, no formato, esta normalmente reflecte os mesmos parâmetros e conteúdos que já vinham dos sistemas manuais.

Para a cartografia, o conjunto de campos e elementos de dados codificados assume um nível de detalhe e uma importância especial. Com efeito, este conjunto de campos, sumariado no quadro seguinte, contém grande parte da informação que mais especificamente pode caracterizar os documentos cartográficos, sobre a sua tipologia, natureza, técnica de produção e conteúdo, e que, à excepção da escala, coordenadas e projecção, não é contemplada na catalogação descritiva. Para além de outros dados codificados aplicáveis também a outros tipos de documentos, como é o caso por exemplo da língua e país de publicação, para citar apenas os mais comuns, ou o tipo genérico de documento dado na etiqueta de registo, não só é extensa mas também muito pormenorizada a lista de elementos de dados contemplados.

Campo	Sub Campos	Valores
001	--	Etiqueta de registo e (material cartográfico impresso) f (material cartográfico manuscrito)
120	a	Dados codificados gerais 5 elementos codificados para diversos atributos gerais
121	a b	Dados codificados – atributos físicos 7 elementos codificados para atributos físicos gerais, 6 para atributos de fotografia aérea e de teledetecção
122 Ind.1		Data de posicionamento (data do conteúdo) 0, 1 ou 2 (uma data, múltiplas datas individuais e conjunto de datas)
	a	5 elementos para registo de data e hora
123 Ind.1		Escalas e coordenadas 0, 1, 2 e 3 (escala indeterminada, escala única, escalas múltiplas, séries de escalas)
	a - n	Tipo de escalas, coordenadas terrestres, declinações e equinócios
124	a - g	Análise da designação específica de material Elementos codificados para diversos aspectos de forma e respectivas técnicas
131	a - l	Medidas geodésicas e redes Códigos e medidas relativos a geodesia, redes e medidas verticais
206 Ind. 1		Dados matemáticos Branco (dados matemáticos em \$a) 1 (dados matemáticos estruturados em vários subcampos)
	a	Dados matemáticos num só subcampo
	b - f	Dados matemáticos estruturados em vários subcampos
315	--	Notas à 3ª zona: Dados matemáticos

Alguns desses elementos dizem respeito a aspectos facilmente identificáveis por um não especialista; mas uma grande maioria corresponde a dados altamente especializados que aparentemente se coadunam mais com as necessidades e capacidades de processamento de entidades que sejam ao mesmo tempo produtoras de material cartográfico e, portanto, detentoras do conhecimento técnico necessário. Como consequência, existe um enorme contraste com a informação que tradicionalmente o catalogador processa para descrever os documentos, e várias circunstâncias têm contribuído para uma maior lentidão na aplicação e exploração do potencial destes dados.

O facto de ambos os níveis, mais acessível e mais especializado, virem aglomerados, acrescido da natureza geralmente facultativa dos dados codificados, assim como não existir, nos sistemas de gestão de biblioteca que suportam os catálogos, uma grande tradição e experiência de utilização destes

dados, acaba por 'esconder' as suas potencialidades, ou até por tornar menos compreensível a sua razão de ser.

De facto, e à excepção do campo 123 (escala, coordenadas e/ou equinócios) e de um dos elementos registado no campo 120 (projecção cartográfica), os restantes não são visíveis ao utilizador por não serem, normalmente, considerados nas definições de visualização pública dos registos bibliográficos, sobretudo quando, como acontece certamente na maioria das bibliotecas em que existe um catálogo comum para todos os tipos de materiais, as colecções cartográficas não são proporcionalmente substanciais. Por outro lado, e pela mesma razão, outros dois aspectos há também que não favorecem a exploração, e por isso a aprendizagem de utilização desses campos: não existe uma necessidade, ou cultura profissional, de utilização desses dados para fins estatísticos ou de gestão das colecções; e não é prática corrente utilizarem-se códigos de atributos específicos de material cartográfico como elementos de pesquisa, ou de restrição de pesquisa.⁹⁴

Em suma, verifica-se, assim, uma contradição entre a especialização de informação que os formatos MARC neste caso proporcionam - e que não são aproveitadas por razões práticas de gestão dos sistemas de biblioteca que raramente podem ser dedicados exclusivamente às exigências dos documentos cartográficos - e a falta dessa mesma especialização que tantas vezes é invocada relativamente à ISBD(CM) e códigos de catalogação. O que isto pode significar é, antes de mais, que a informatização apresenta aparentemente uma ponte possível entre os dois universos técnicos e científicos que são a cartografia e a biblioteconomia, mas cuja travessia tem sido difícil de levar à prática.

4.3.3 Normas de referência bibliográfica e de números identificadores

As normas de referências bibliográficas e de números identificadores de publicações são também reveladoras da atenção que tem sido dada ao material cartográfico. Embora menos cruciais que as referidas nos pontos anteriores, não deixam de ser relevantes para a difusão e acesso a documentos cartográficos,

⁹⁴ No caso da escala e coordenadas, único dos referidos campos previsto para disponibilização ao público, até muito recentemente (2005) os seus elementos eram inscritos num único sub campo, o que impedia o acesso directo por computador a cada um deles, e logo, inviabilizava a sua utilização como critério de pesquisa.

nomeadamente a norma da referência bibliográfica, já que seria a alternativa para a constituição de bibliografias e catálogos não interactivos para esse tipo de material sempre que os mesmos, como é frequente, não são preparados por profissionais da área.

Dum modo geral, não existem prescrições para material cartográfico nas normas de referência bibliográfica. Tal acontece na norma ISO 690, desde a sua versão inicial em 1975 mantendo-se na versão em vigor (ISO 690, 1987) embora tenha entretanto sido desenvolvida uma extensão para documentos electrónicos (ISO 690-2, 1997). O mesmo sucede com a correspondente norma portuguesa, NP 405, actualmente composta de quatro partes: documentos impressos (NP 405-1, 1994); materiais não-livro (NP405-2, 1998), documentos não publicados (NP 405-3, 2000) e documentos electrónicos (NP 405-4, 2002).

As NP 405-1 e -4, são baseadas respectivamente nas ISO 690 e 690-2 e, em conformidade, não é mencionada nenhuma indicação para documentação cartográfica. A NP 405-2, sem correspondência internacional, não menciona a documentação cartográfica apesar do seu vasto âmbito de aplicação a todo o tipo de material não-livro, desde, por exemplo, de cartazes e gravuras a objectos tridimensionais, passando por registos sonoros e vídeo. A única menção a material cartográfico surge na NP 405-3, também sem correspondência internacional, mas apenas para mapas não publicados.

Aí se prescrevem, como elementos essenciais, autor, título, escala, ano, designação específica e extensão (número de unidades e sua tipologia), a acessibilidade (instituição, ou colecção, que detém o documento) e o identificador do documento (cota); e, como elementos facultativos, a designação genérica de material, informação adicional de escala, outras indicações relacionadas com as características físicas do documento (tais como: cor, dimensões e material acompanhante) e notas. Um nível de prescrição correspondente, adaptado à cartografia impressa, e respectivos exemplos, deveria também constar na ISO 405-2, que será a fonte base por excelência para quem procura orientações para referências de material não-livro.

Embora sejam utilizados nas bibliotecas para transacções de documentos e se constituam como uma das chaves de pesquisa nos catálogos, os números internacionais normalizados foram criados essencialmente para apoiar a circulação das obras através da sua identificação unívoca enquanto produtos no

âmbito do comércio de editores e livreiros. Foram estabelecidos a partir dos anos 70 para monografias (ISBN - International Standard Book Number) (ISO 2108, 1992) e para publicações em série (ISSN - International Standard Serial Number) (ISO 3297, 1998).

Cerca de vinte anos mais tarde começam a surgir para outro tipo de documentos: para publicações de música impressa (ISMN - International Standard Music Number) (ISO 10957, 1993), para a identificação de obras musicais (ISWC - International Standard Musical Work Code) (ISO 15707, 2001), para relatórios técnicos (ISRN - International Standard Technical Report Number) (ISO 10444, 1994), para registos de som e imagem, respectivamente ISRC (International Standard Recording Code) (ISO 3901, 2001) e ISAN (International Standard Audiovisual Number) (ISO 15706, 2002).

Para os documentos cartográficos não existem números internacionais normalizados específicos, sendo usados o ISBN ou o ISSN para os identificar enquanto publicações mas apenas em função de terem ou carácter monográfico ou de constituírem séries.

4.4 Conclusão

A panorâmica geral traçada neste capítulo evidencia que desde muito cedo se reconheceu a importância da normalização da descrição bibliográfica para a qualidade e alcance dos instrumentos de acesso à documentação, ou seja, da sua disponibilização ao público. E também que, se por um lado são evidentes os benefícios gerais da progressiva normalização bibliográfica a nível internacional, não ficam neste nível resolvidas todas as questões específicas que se levantam à gestão de colecções e materiais que, como a cartografia, fogem aos padrões mais comuns da documentação textual. Por um lado, as actividades de normalização correspondem a uma 'procura' que reflecte prioridade para os denominadores comuns mais abrangentes. Por outro, é patente que, em áreas especiais como a cartografia, o aprofundamento dessa normalização implica o envolvimento de matérias não biblioteconómicas, sem as quais, na realidade prática, existem limitações quer ao nível da aplicação quer ao avanço dessas mesmas normas.

A normalização bibliográfica assumiu uma importante expressão institucional principalmente a partir de finais do século XIX até ao seu alargamento a nível

internacional, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Nessa primeira fase - que designamos de essencialmente 'institucional', isto é, de normas produzidas para, ou muito próximas de, práticas de determinadas instituições chave - é visível uma preocupação de abrangência e sistematicidade de análise que contempla diversos tipos de materiais e onde a cartografia surge a par dos materiais textuais, com um nível de especificidade próprio e mais detalhado do que teria posteriormente. É o caso das primeiras regras de catalogação da ALA ou, em Portugal, das Regras compiladas por Raul Proença.

À medida que a normalização se afirma a nível internacional, sobretudo depois dos anos 60, o seu foco de atenção principal vai para a generalização de princípios, como os *Princípios de Paris*, e estruturas base comuns de representação da informação, como as ISBD. A este nível, fundamental no âmbito internacional, não se seguiu depois um desenvolvimento significativamente mais específico dos códigos de catalogação, ou outros materiais orientadores congéneres, a nível nacional ou regional, que é onde se concretizam as práticas. Para muitos países ou áreas profissionais onde esses instrumentos faltavam, as ISBD passaram a constituir o conteúdo normativo a seguir, muitas vezes assumido como basicamente suficiente, como aconteceu em Portugal, onde as Regras de Catalogação não contemplam ainda material não-livro. Neste aspecto, pode dizer-se que, de certo modo, e involutariamente, a normalização internacional desincentiva a reflexão sobre e o avanço de normativos específicos. Essa reflexão - conjunta, local e ligada às práticas concretas, por parte de grupos de profissionais da mesma área - é essencial para o sucesso e avanço das próprias normas, sobretudo em áreas que, como a cartografia, constituem microcosmos face ao universo biblioteconómico geral.

A informatização, trazendo mais uma camada normativa, agora para a gestão dos dados em computador através dos formatos MARC, veio enriquecer, nalguns aspectos técnicos, o conteúdo da informação a gerir e a disponibilizar. São, no entanto, patentes, as limitações do alcance desse enriquecimento. Por um lado, a informação inovadora e mais específica, como no caso de dados matemáticos e outros dados codificados, não encontra muitas vezes correspondência com a realidade prática da formação dos catalogadores. Por outro, mesmo quando existe nos sistemas, essa informação não logrou alterar praticamente nada do modelo base dos catálogos onde se pesquisa cartografia, e

que por via de regra são parametrizados para as características do material mais comum, os documentos textuais.

Por fim, significativo da marginalidade da cartografia é também a sua reduzida expressão ao nível das normas dirigidas a um público mais vasto, não profissional, como são as normas da referência bibliográfica e de identificadores unívocos. Para muitos trabalhos de difusão realizados por investigadores e outros intervenientes, não profissionais de biblioteca, na circulação de informação sobre documentos cartográficos, esta seria uma alternativa viável mas que não está, na prática, disponível.

5 O ACESSO ÀS COLECÇÕES CARTOGRÁFICAS EM PORTUGAL

5.1 Introdução

Neste capítulo analisam-se as formas predominantes de divulgação e acesso à documentação cartográfica em Portugal, com o objectivo de fornecer uma panorâmica sobre a evolução e estado actual das práticas de constituição de instrumentos de inventariação e pesquisa das colecções.

Os resultados de um inquérito realizado, em 1995, a algumas das principais instituições detentoras de colecções cartográficas dão o ponto de partida para uma compreensão da situação geral então existente nessa matéria. Face à constatação de um vazio generalizado de processos e instrumentos profissionais, nomeadamente em termos de catálogos automatizados de cartografia, analisam-se os meios que mais vulgarmente têm sido disponibilizados pelas instituições detentoras das colecções, isto é, catálogos de exposições, dos quais se dá uma visão geral de 1900 a 1983, e uma análise mais circunstanciada de 1988 a 2005.

Finalmente, num último ponto, apresentam-se vários projectos institucionais, levados a cabo entre 1996 e inícios de 2006, como actualização da panorâmica institucional a nível nacional, no que respeita a iniciativas que visaram melhorar as formas de acesso às colecções.

5.2 As colecções institucionais em 1995

Com o objectivo de contribuir para um diagnóstico geral da situação das colecções cartográficas em Portugal realizou-se, em 1995, um inquérito dirigido a 16 instituições com importantes colecções que visava, fundamentalmente, conhecer a importância das respectivas colecções e qual o tipo de acesso (catálogos impressos, catálogos manuais em fichas ou catálogos automatizados) providenciado para as mesmas.⁹⁵

⁹⁵Conforme já foi referido no Capítulo 2, os resultados do inquérito foram, parcialmente, publicados em 1997 (Feijão, 1997).

Na fase de selecção das instituições a inquirir, foram auscultadas algumas bibliotecas beneficiárias do D. L., no sentido de compreender se os mapas recebidos por essa via constituíam colecções regularmente organizadas e disponibilizadas. Verificando-se que tal não acontecia, não foram essas bibliotecas abrangidas no inquérito.

Face às dificuldades na obtenção de respostas de algumas das instituições ao questionário enviado, a recolha de informação passou também por repetidos contactos directos, incluindo visitas, como foi o caso com a Academia das Ciências de Lisboa. Apesar disso, não foi possível obter informação de duas importantes instituições, a saber, a Sociedade de Geografia de Lisboa e o IANTT. Esta situação permitiu uma primeira reflexão sobre alguns dos principais constrangimentos que, nesta área, dificultam até o estabelecimento de um diagnóstico. As limitações radicam na ausência de um sector, com uma equipa técnica, que tenha a seu cargo a gestão e processamento das colecções cartográficas. Ou seja, por carência de meios humanos e financeiros das instituições, é frequente não estar definida a responsabilidade de disponibilizar, ou sequer de organizar e quantificar, as colecções de documentos cartográficos que detêm.⁹⁶

Os resultados do inquérito evidenciaram que, de uma forma geral, o acesso a estas colecções, quando existente, restringia-se a catálogos manuais, ou policopiados, de uso interno e/ou acessível apenas a leitores presenciais. A existência de catálogos informatizados para material cartográfico era excepção, ocorrendo sobretudo em bibliotecas. A este facto não é alheio o tipo de instituição detentora das colecções. Embora os mapas, tanto manuscritos como impressos, se encontrem numa grande diversidade de instituições, nem todas contemplam o mesmo tipo de acesso, por razões diversas. Entre essas razões, refira-se a maturidade da normalização subjacente à criação de catálogos automatizados, que se estabeleceu muito mais cedo em bibliotecas (anos setenta, conforme o referido no capítulo anterior) do que no universo dos arquivos ou dos museus,

⁹⁶ A dificuldade em obter dados sobre as colecções cartográficas portuguesas reflecte-se também nos directórios internacionais, como foi referido no terceiro capítulo deste trabalho, onde têm uma presença escassa e aleatória, que não corresponde à realidade existente.

onde as normas internacionais de descrição só ocorreram na década de noventa.⁹⁷

No universo das bibliotecas e centros de documentação, pese embora o facto de, na sua maioria, possuírem sistemas automatizados utilizados na catalogação dos seus fundos e cooperarem com o envio de registos para a PORBASE, verificava-se que tais procedimentos não eram extensíveis aos documentos cartográficos. Neste aspecto, constituíam excepções a BNP, que possuía um serviço autónomo e que, como já referido no capítulo anterior, iniciou a informatização de material cartográfico em 1987; a BGEO com uma significativa colecção de plantas de Lisboa; e o CEG que mantinha, desde 1992, um protocolo de colaboração com a Área de Cartografia da BNP.

Nos Arquivos, museus, e nas mapotecas de produtores de cartografia, as bases de dados bibliográficos para documentação cartográfica eram inexistentes.

Nos arquivos, como era o caso do mais importante arquivo nacional, o IANTT (pese embora o facto de não ter respondido ao inquérito), o processamento bibliográfico, não atingia o nível da descrição individualizada da documentação cartográfica, de forma a permitir um acesso directo a estes documentos, independentemente das séries documentais em estes se encontravam inseridos.⁹⁸ No entanto, em arquivos que receberam importantes colecções de mapas, directamente de produtores de cartografia, como são os casos do AHM e do AHU foram estabelecidos acessos, individualizados, a algumas das suas colecções de mapas, em catálogos manuais (AHM) e policopiados (AHU).

Nas mapotecas das instituições produtoras, verificava-se, também, a existência de alguns catálogos manuais, que estabeleciam o acesso a uma parte das suas colecções, embora com regras muito díspares. No entanto, no universo dos produtores de cartografia, era notório o fascínio exercido pelas potencialidades das soluções informáticas que o mercado disponibilizava, no que se relacionava com digitalização das imagens (como era o caso do IGP que se

⁹⁷ A título de exemplo, refira-se que a primeira edição das normas internacionais de descrição arquivística (ISAD(G)) data de 1994, traduzida e publicada em português, pela BAD, em 1995. A 2ª edição de 1999, foi publicada em 2002 pelo IANTT e está disponível em: <http://www.iantt.pt/downloads/ISADG.pdf>.

⁹⁸ A descrição individualizada da documentação cartográfica em arquivos é, evidentemente, uma decisão institucional que pode ser viabilizada, de acordo com os objectivos e políticas definidos pelas instituições. Veja-se por exemplo, a organização das colecções cartográficas do *Archivo General de Índias* de Espanha (cf. Colomar, 1997).

encontrava em fase de concretização de um projecto de digitalização de grande parte do seu fundo histórico). Este percurso apresentava-se como natural já que, por inerência das suas funções, se encontrava intrinsecamente ligado à produção de imagens. No entanto, não tiveram em consideração a importância da constituição, em simultâneo, de instrumentos normalizados de acesso às imagens produzidas, ou seja, a criação de bases de dados bibliográficos, usando soluções compatíveis com o recomendado pelas normas biblioteconómicas internacionais. Este facto também não constitui estranheza, uma vez que a biblioteconomia foi uma área da qual, tradicionalmente, os produtores de cartografia se mantiveram, mais ou menos, afastados.

Outro aspecto evidenciado no inquérito, e transversal a todos os tipos de instituições com colecções cartográficas, foi a quase inexistência de catálogos impressos como forma de inventário e difusão dessas colecções, ao contrário do que se verificou internacionalmente, desde o século XIX (conforme o referido no 3 sobre os primeiros catálogos impressos de colecções de mapas). Como excepções a esta situação, isto é, instituições que editaram catálogos das suas colecções, fora do âmbito de exposições, surgiam apenas os casos do IGP (ao tempo designado Instituto Geográfico e Cadastral - IGC) e do AHM.

O catálogo do IGP (Mendes, 1969) reuniu a colecção de cartografia antiga da mapoteca da instituição e continua a ser muito requisitado pelos os investigadores de História da Cartografia. O catálogo do AHM foi publicado em 1974 na sua revista *Boletim do Arquivo Histórico do Exército*, (AHM, 1974), e actualizado em edições posteriores (AHM, 1978, 1991). Este catálogo reúne a descrição dos mapas pertencentes à colecção da mapoteca, 47ª Secção, 3ª Divisão do arquivo, em conformidade com o catálogo manual que se encontrava disponível na instituição. No entanto, o AHM possui outros mapas inseridos noutras colecções (tais como, os inseridos na colecção fortificações, 9ª Secção, 3ª Divisão) para os quais, de acordo com a tradição arquivística, não se estabeleceram descrições individualizadas, mas, apenas de conjuntos de documentação, no âmbito dos quais se refere a existência numérica de documentos cartográficos. Ou seja, não deram origem à produção de catálogos, mas, de inventários, tal como, o publicado em 1980, no mesmo *Boletim* (AHM, 1980).

Dum modo geral, não se pode considerar que o panorama nacional se tenha alterado significativamente, nos dez anos subsequentes ao referido inquérito, sendo que, algumas das principais alterações estão referidas nos relatórios sobre a situação nacional que, a partir de 1996 e bianualmente, foram sendo enviados para o GdC da LIBER (o último dos quais referente ao biénio 2002-2004) e publicados na Internet.⁹⁹ Esses desenvolvimentos centram-se, essencialmente, em projectos interinstitucionais (que abordaremos no ponto 5.4) que tiveram sobretudo o mérito de estudar e difundir informação sobre partes de importantes de colecções cartográficas, mas que não desenvolveram infra-estruturas nem atingiram resultados que contribuíssem para consolidar práticas profissionais assentes no desenvolvimento de bases de dados bibliográficos normalizadas.

Face ao exposto, resta a divulgação das colecções através de catálogos publicados por ocasião de exposições comemorativas, uma prática que iniciativas institucionais têm mantido, e que se sintetiza nos pontos seguintes. Essa prática é analisada em duas fases principais demarcadas pelo início de actividade da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), em 1988,¹⁰⁰ que veio a incentivar especialmente estas iniciativas envolvendo documentação cartográfica. Sobre a primeira fase considerada, até 1987, dá-se uma perspectiva geral e muito selectiva do que foi publicado, com o objectivo de introduzir a tradição e a importância dos catálogos de exposições enquanto fontes para acesso à cartografia. Relativamente aos catálogos da segunda fase, por ser a mais recente e logo mais próxima das práticas actuais, é efectuada uma análise mais detalhada, tanto quantitativa como qualitativamente.

5.3 O acesso através de catálogos de exposições: 1900 a 1987

Desde o início do século XX foram sendo produzidas exposições, e editados os respectivos catálogos, que, de acordo com as temáticas abordadas, englobaram documentos cartográficos de diversas instituições nacionais e estrangeiras. Cingindo-nos a exposições que divulgaram eminentemente

⁹⁹ Estes relatórios podem ser consultados *on-line* e estão disponíveis em:
<http://liber-maps.kb.nl/intro.htm>.

¹⁰⁰ Criada em 1986 (Decreto-Lei nº 391/86, de 22 de Novembro), a CNCDP iniciou em 1988 o seu programa de comemorações em torno da figura de Bartolomeu Dias.

documentação cartográfica, e excluindo as que, para além desta documentação, envolveram muitos outros tipos de documentos, poder-se-ão encontrar, relacionados com importantes eventos comemorativos, os principais catálogos que divulgam material cartográfico.

A primeira destas exposições comemorativas, exclusivamente cartográfica, realizada em 1903, na Sociedade de Geografia, foi concebida em honra de Afonso XIII e organizada na sequência das grandes comemorações Colombinas (IV Centenário do descobrimento da América), que tiveram lugar em Espanha, em 1892. Conforme é referido no catálogo, tratava-se da maior exposição cartográfica realizada na Península Ibérica, já que as comemorações Colombinas se focaram essencialmente sobre o espaço da América (Vasconcelos, coord., 1904: XIX). Tal como no contexto das comemorações Colombinas, em que a convite do governo espanhol Portugal contribuíra com o empréstimo de um elevado número de obras de bibliotecas, arquivos e museus portugueses (cf. *Catálogo da exposição insular...*, 1895: III-XVIII), também para esta primeira exposição cartográfica portuguesa o governo português retribuiu o convite ao governo espanhol. A exposição, coordenada por Ernesto de Vasconcelos, reuniu um significativo e notável conjunto de documentos cartográficos dos séculos XVI a XX, impressos e manuscritos, provenientes de colecções públicas e privadas, maioritariamente portuguesas, mas englobando, também documentos provenientes de instituições espanholas e norte-americanas (Vasconcelos, coord., 1904).¹⁰¹

Em 1940, no âmbito do duplo centenário da independência (1140) e da restauração da independência (1640), entre outras abordagens à História da Cartografia Portuguesa, que ocorreram no decurso do Congresso do Mundo Português, conta-se a *exposição de cartografia*, coordenada por A. Fontoura da Costa. Esta exposição reuniu as obras consideradas mais importantes para o estudo da cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII, bem como reproduções de todos documentos cartográficos portugueses conhecidos até 1520, provenientes de várias colecções públicas e particulares portuguesas, bem como,

¹⁰¹ Este catálogo continua, ainda, actualmente a registar um elevado número de consultas, pelo notável conjunto de obras reúne; contempla 1194 entradas, relativas a obras provenientes de instituições públicas e colecções particulares portuguesas (nas quais se incluem, um pequeno núcleo de obras provenientes do *Navy Department*, E.U.A.) e, adicionalmente, cerca de cem obras provenientes de instituições espanholas, que se encontram referidas numa relação que consta no final do catálogo (Vasconcelos, coord., 1904).

cópias de mapas portugueses existentes em diversas instituições estrangeiras (Costa, 1940).

Em 1960, no âmbito das Comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, organizaram-se várias exposições, designadamente, em Angra do Heroísmo, no Porto e em Lisboa. Em Angra do Heroísmo, a exposição bibliográfica e cartográfica foi organizada pela Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, contemplando um núcleo de cartografia portuguesa e estrangeira, sendo a parte portuguesa baseada, quase exclusivamente, em reproduções efectuadas para a obra *Portugaliae Monumenta Cartographica* (BPADAH, 1960: 29-42). No Porto, a exposição “Henriquina” foi organizada pela Biblioteca Pública, e apresentou um núcleo com uma parte significativa de documentos cartográficos, que, no catálogo impresso, estão incluídos no capítulo intitulado *Manuscritos e documentos cartográficos que interessam à História da Expansão Portuguesa* (BPMP, 1960: 1-34). Em Lisboa, entre outras, decorreram duas importantes exposições. Uma foi dedicada à “Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português: antigo e moderno”, e divulgou a contribuição da engenharia militar na cartografia dos espaços do Brasil e do ultramar português, através de um importante conjunto de cartografia proveniente de várias instituições portuguesas e colecções particulares (entre as quais as das Casas da Ínsua, Palmela, Cadaval e Fundação da Casa de Bragança). A outra exposição, também com uma parte dedicada à cartografia, sob a responsabilidade de Avelino Teixeira da Mota, reuniu alguns dos mais importantes documentos cartográficos portugueses, provenientes de instituições portuguesas e estrangeiras (Mota, coord., 1960).¹⁰² Foi ainda no âmbito destas comemorações, e sob a égide da Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, que se publicou a obra *Portugaliae Monumenta Cartographica*, que ficaria como um marco essencial para a História da Cartografia portuguesa, já que se trata, simultaneamente do mais completo catálogo impresso de cartografia e cartógrafos portugueses, desde o

¹⁰² O organizador desta exposição (Avelino Teixeira da Mota), foi, simultaneamente, o co-autor de “*Portugaliae Monumenta Cartographica*”, e, neste catálogo, divulga a publicação dos quatro primeiros volumes, já então editados, referindo que neles estavam reproduzidas 1 295 cartas e anunciando a saída do quinto volume, no qual se incluíam as reproduções de mais cerca de 300 cartas (Mota, coord., 1960: 27, 46).

último quartel do século XV até 1700 e do estudo mais exaustivo sobre a análise desse grande conjunto de mapas e seus autores (Cortesão e Mota, 1960).

No final dos anos sessenta foram produzidas, pelo AHU, duas importantes exposições comemorativas, respectivamente, em 1968, no *V centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral*, cujo catálogo apresentou um significativo núcleo de 129 documentos cartográficos, sobre o espaço do Brasil (AHU, 1968: 11-30); e, em 1969, no *V centenário da estadia de Camões na Ilha de Moçambique* cujo catálogo apresenta cerca de cinquenta documentos sobre Moçambique (AHU, 1969: 10-15).

No início dos anos oitenta realizaram-se em Lisboa várias exposições de cartografia, das quais se destacam a exposição subordinada ao tema *Cartografia portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque 1750-1900*, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1982, coordenada por H. Gabriel Mendes, e que exibiu parte da colecção do IGP (Mendes, coord., 1982). Nesse mesmo ano a Área de Cartografia, da BNP organizou a sua primeira exposição, intitulada *Cartografia: séculos XVI a XVIII*, que divulgava um conjunto de cartografia representativo dos seus fundos (BN, 1982). Em 1983 a Sociedade de Geografia de Lisboa organizou uma exposição sobre cartografia de Lisboa, dos séculos XVII a XX (SGL, 1983); nesse mesmo ano, no âmbito da *17ª Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura*, decorreu a exposição *Cumpru-se o mar: as navegações portuguesas e as suas consequências no Renascimento*, coordenada por Luís de Albuquerque e realizada no Mosteiro dos Jerónimos, onde se incluíram importantes documentos cartográficos de colecções institucionais, nacionais e estrangeiras (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, França, Itália, Holanda, Polónia, Brasil e E.U.A (Albuquerque e Guerreiro, coord., 1983).

5.4 A qualidade do acesso em catálogos de exposições: 1988-2005

A definição deste período, para uma análise mais detalhada dos catálogos, prende-se com dois importantes aspectos relacionados com a divulgação de documentos cartográficos. Por um lado, como já referido, inicia-se a publicação de catálogos sob a égide da CNCDP, instituição que desempenhou o mais preponderante papel na produção de exposições comemorativas, nas quais a Cartografia antiga manteve uma enorme representatividade. Por outro, surge, em

1987, a segunda edição da ISBD(CM). A cobertura até 2005, ultrapassando a vigência da CNCDP, extinta em Novembro de 2002, justifica-se pela publicação posterior de três importantes catálogos de cartografia o último dos quais no âmbito do programa Coimbra Capital Nacional da Cultura, em 2004 (Almeida, et al., coord. 2004).

Na selecção dos catálogos a analisar foram seguidos os seguintes critérios principais: catálogos cujo objectivo exclusivo ou principal fosse a divulgação de cartografia, e catálogos que, embora mencionando outro tipo de documentos, apresentassem capítulos distintos dedicados exclusivamente a documentos cartográficos, como foi o caso do capítulo sobre *O novo conhecimento geográfico do Mundo* (Daveau, 1998). Com estes critérios procurou-se reunir o conjunto essencial de catálogos, analisado no ponto 5.4.2 e no Anexo 5, que melhor exemplifica a atenção dada à cartografia, e as características e qualidades que evidenciam enquanto instrumentos de divulgação e acesso a este tipo de documentação

Em função desse critério não foram seleccionados, senão pontualmente, catálogos de conjuntos muito heterogéneos de documentos, ou cujo objectivo principal não era a divulgação de cartografia, nos quais as descrições bibliográficas, ou legendas, tendem a ser pouco específicas, isto é, simplificadas para se articularem com elementos de descrição comuns à diversidade de documentos representados. Desta tipologia são incluídos apenas alguns catálogos, analisados no ponto 5.4.1, quer pela relevância dos núcleos cartográficos que incluem, quer para exemplificar o tipo de abordagem à representação de cartografia nesse tipo de contexto.

5.4.1 A cartografia em catálogos de documentação mista

Nesta categoria seleccionaram-se apenas alguns dos mais importantes catálogos, entre os quais o catálogo da exposição *A rota do cabo: descobrimentos e colonização africana* (CMP, 1988), organizada no Porto, em 1988, no âmbito das primeiras comemorações incluídas do programa nacional da CNCDP e integrada no congresso internacional *Bartolomeu Dias e a sua época*. Este catálogo apresenta grande ambiguidade na identificação do conceito de

documentação cartográfica, encontrando-se os mapas dispersos por vários núcleos (monografias, vária e cartografia e iconografia). Nas duas partes com a designação de cartografia e iconografia (impressos e manuscritos) apenas constam documentos cartográficos, ou seja, a designação iconografia não se justificaria.¹⁰³ O catálogo reproduz 16 mapas e 6 vistas inseridas em monografias (atlas, crónicas, etc.), identificadas apenas com a descrição geral da obra, quando o que se pretende apresentar é o mapa, ou a vista que contemplam representações de África. Mencionam-se ainda, de forma dispersa, outras obras que se deveriam incluir em “cartografia” como, por exemplo, um globo celeste integrado na secção “Vária”. As descrições bibliográficas de documentos cartográficos não indicam elementos de informação específica do tipo de material, resumindo-se às menções de título, autor (quando identificado), data e cota (para documentos manuscritos) e, adicionalmente, para os impressos, o local de publicação e o editor.

O catálogo da exposição *A arquitectura militar na Expansão Portuguesa*, editado em 1994 no âmbito da *Comemoração do VI Centenário do nascimento do Infante D. Henrique* (Paulino, coord., 1994), apresenta uma grande percentagem de documentos cartográficos (cerca de 30%) intercalados com outros tipos de documentos. Os documentos são largamente comentados e contextualizados historicamente, e são dadas as suas características físicas e proveniência, mas as descrições bibliográficas não fornecem elementos de informação específicos deste tipo de material.

Ainda no âmbito destas comemorações foi editado, pela Comissão Municipal Infante 94, um outro catálogo da exposição, organizada pela Câmara Municipal do Porto, sobre o tema *Henrique, o Navegador* (CMP, 1994), que apresenta uma percentagem menor de documentos cartográficos (cerca de 11%) igualmente intercalados com uma grande variedade de outros documentos (documentos textuais, estatuária, numismática, instrumentos de navegação, etc.). Dum modo geral, verifica-se uniformidade nos elementos de descrição globalmente considerados, e as descrições contemplam informação relativa a bibliografia e exposições anteriores onde os documentos estiveram patentes; no

¹⁰³ Sob os subtítulos de cartografia e iconografia encontram-se 17 mapas, respectivamente impressos (p.141, numerados de 91-102) e manuscritos (p. 129-130, numerados de 148-152). O catálogo reproduz seis destes mapas, mas omite a indicação das dimensões dos originais.

entanto, também neste caso, não são incluídos elementos de informação específicos de documentação cartográfica.

O catálogo da exposição organizada para a comemoração do V centenário do Tratado de Tordesilhas, subordinada ao tema *O testamento de Adão* (Paulino, coord., 1994a), apresenta uma grande heterogeneidade de documentos evocativos da história da Península Ibérica, entre os finais do século XV e inícios do XVI (documentos relacionados com a arte de navegar, a náutica a astronomia, a construção naval, a armaria, a numismática, etc.). A documentação cartográfica mencionada neste catálogo representa cerca de 13% da totalidade dos documentos. As descrições deste material não apresentam uniformidade: de algumas obras gerais, são reproduzidas páginas que contêm mapas e tanto se descreve a obra geral sem descrever o mapa reproduzido (como é o caso do nº 140), como se descreve o mapa reproduzido e a obra onde se insere (ver, por exemplo, o nº 139). Contrastando com extensas notas de contextualização histórica dos documentos, da sua história bibliográfica e dados biográficos dos respectivos autores, a descrição não contempla elementos específicos de cartografia e a informação relativa à descrição física não refere a tipologia do documento (mapa, planta, portulano, etc.), mencionando sempre, no entanto, o tipo de suporte. Apesar deste catálogo conter reproduções de excelente qualidade, na grande maioria dos mapas as reproduções são ilegíveis já que, pelas grandes dimensões dos originais, a percentagem de redução foi muito elevada.

Sobre cartografia urbana, foram publicados, respectivamente em 1994 e 1998, dois catálogos que incluem representações cartográficas do Porto e de Lisboa. O catálogo de 1994 (Expo98, 1994), é decorrente de homenagem à exposição internacional de 1865, realizada no Porto. Incluiu uma grande heterogeneidade de documentos relacionados com a temática da exposição e o espaço urbano (fotografias e gravuras de partes da cidade, edifícios, candeeiros, bancos de jardim, vários desenhos de arquitectura, etc.) entre os quais se contam 4 plantas da cidade do Porto. Os elementos de descrição são muito reduzidos e não apresentam uniformidade, limitando-se à menção de título e autor, sem indicação de data. A proveniência, quando mencionada, apresenta apenas as iniciais da instituição a que pertence (sem a cota) e as reproduções são de fraca resolução, com uma grande redução e sem legibilidade.

O catálogo publicado em 1998, sob o título *Do passeio à Avenida* (CML, 1998), reúne um conjunto de documentos de tipologia análoga à do catálogo anterior (fotografias e gravuras de partes da cidade, edifícios, candeeiros, bancos de jardim, vários desenhos de arquitectura, etc.), no qual se incluem 10 documentos cartográficos (que, nalguns casos, são reproduções parciais de mapas onde está representada a Avenida da Liberdade em Lisboa). A descrição bibliográfica deste material não apresenta grande uniformidade, e embora seja mais completa que no catálogo anterior (título, autor, data, local de edição e editor, e, em alguns casos, a cota e dimensões) não inclui elementos de informação específicos de documentação cartográfica. Por fim, as reproduções são, igualmente, de fraca resolução, com uma grande redução e sem legibilidade.

Finalmente, o catálogo da exposição *Espaços de um império*, integrada no ciclo de exposições sobre as memórias do Oriente, realizada no Porto, em 1999 (Cunha, coord., 1999), cujo tema principal é a construção de novos espaços, não tanto os da geografia física, mas os espaços simbólicos, económicos e políticos. Entre uma grande variedade de documentos (textuais impressos e manuscritos, estatuária, cerâmica, azulejaria, ourivesaria, mobiliário, pintura, etc.), contam-se 32 documentos cartográficos (cerca de 14% da totalidade). A descrição destes documentos inclui autoria, título, local de impressão, data, técnica, suporte, dimensões, proveniência e cota. Contém menção de escalas mas sem critérios de representação uniformes, a saber: apenas exprimindo a unidade de medida da escala gráfica (Ibidem: 94, nº 53); com a menção das unidades de medida da escala gráfica e a sua equivalência em milímetros (Cunha, coord., 1999: 140, nº 103); com menção de escala numérica (Ibidem: 90, nº 49) e sem menção de escala (Ibidem, 1999: 144, nº107: 146, nº 108: 161, nº 122: 160, nº 121).

5.4.2 Catálogos dedicados principalmente a documentação cartográfica

De acordo com os critérios acima referidos, seleccionaram-se vinte e dois catálogos, com datas de publicação compreendidas entre 1992 e 2004. A análise destes catálogos envolveu uma recolha de dados que se inclui no Anexo 5. A informação que se segue apresenta uma síntese desses dados, de acordo com um conjunto de facetas principais.

5.4.2.1 Entidades promotoras, tiragem e língua das edições

Com base nesta selecção verificou-se que 41% dos catálogos foram editados pela CNCDP, 27% resultaram de iniciativas autárquicas (maioritariamente pela Câmara Municipal do Porto, com cerca 18%, e os restantes pelas Câmaras Municipais de Oeiras e Viana do Castelo), 9% foram editados sob a égide do Estado Maior do Exército, Engenharia Militar (4,5%, em colaboração com o AHM e o IANTT e as restantes iniciativas, cerca de 23%, foram levadas a cabo por diversas instituições (BNP, Comissão Nacional de Geografia, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Instituto de Estudos Geográficos da Universidade do Porto e Centro Científico e Cultural de Macau).

Estes catálogos apresentam pequenas tiragens que, para os casos em que são referidas (cerca de 55%), oscilam entre quinhentos e dois mil exemplares, situando-se a maioria nos mil exemplares.

Grande parte dos catálogos apresenta-se apenas em língua portuguesa (77%) havendo, no entanto, uma percentagem significativa (23%) em português e inglês.¹⁰⁴ Das exposições que deram origem a estes catálogos 50% foram produzidas no âmbito de encontros, congressos e colóquios (maioritariamente das áreas de História da Cartografia e da Geografia).

5.4.2.2 Conteúdo dos catálogos

Sobre a proveniência das colecções representadas nos catálogos verifica-se que, cerca de 59%, mencionam várias colecções institucionais e particulares portuguesas, e cerca de 50% destas mencionam, também, documentos provenientes de instituições estrangeiras. Os catálogos que apresentam parte de uma colecção institucional representam cerca de 27%, provenientes, respectivamente da BPMP, da BNP e da BPE. Finalmente, os catálogos que mencionam colecções particulares representam cerca de 14%, um dos quais, menciona a totalidade da colecção actual da *Casa da Ínsua* (Garcia, coord., 2002; Anexo 5.19)

¹⁰⁴ Esta percentagem de catálogos bilingues relaciona-se com o facto das respectivas exposições terem sido produzidas no âmbito de congressos internacionais.

Os catálogos incluem, maioritariamente, referência tanto a mapas impressos como manuscritos (cerca de 72%); os que incluem exclusivamente documentos impressos, ou documentos manuscritos, representam cerca de 28%, em percentagens equivalentes (cerca de 14% para cada uma das categorias).

A cobertura cronológica da documentação cartográfica, mencionada nos catálogos, situa-se entre os séculos XV a XXI, sendo que 86% se situam entre os séculos XVI a XIX.

A cobertura geográfica incide maioritariamente nos diversos espaços geográficos nacionais, de várias épocas, incluindo as áreas relacionadas com os descobrimentos e as ex-colónias portuguesas, embora alguns catálogos abranjam apenas um continente (por exemplo, Magalhães, Garcia e Flores, coord., 1997b; Anexo 5.8), um país (por exemplo, Magalhães, Garcia e Flores, coord., 1997a; Anexo 5.7), ou uma cidade (Magalhães, Garcia e Flores, coord., 1997; Anexo 5.6).

5.4.2.3 Reproduções cartográficas

A maioria dos catálogos inclui a reprodução da totalidade dos documentos cartográficos referidos (cerca de 64%) e os restantes (cerca de 36%) apresentam percentagens de reproduções variáveis (que vão desde os cerca de 93 a 24%). Em média, estão reproduzidos cerca de 83% dos documentos referidos nos catálogos. As reproduções são maioritariamente a cores, sendo apenas de cerca de 9% as reproduções a preto e branco. De uma forma geral, as reproduções mantêm a proporcionalidade de redução relativamente ao original, e fiabilidade relativamente às cores dos documentos originais, para os casos em que foi possível efectuar essa verificação. Nem sempre foi possível avaliar a fiabilidade das reproduções, por falta de acesso ao original, ou porque nalguns casos as descrições bibliográficas não mencionam as dimensões dos documentos (Barreto, coord., 1997; Anexo 5.5) (BMPP, 1992; Anexo 5.1); ou, ainda, por alguns mapas serem reproduzidos parcialmente, às vezes cortados junto às margens, até ao limite da folhas em que se reproduzem (Carita, 2003; Anexo 5.21).

Maioritariamente as reproduções encontram-se junto às descrições bibliográficas (em cerca de 73% dos casos); no entanto, não apresentam em geral legibilidade suficiente, funcionando sobretudo como imagens de referência, dada

a grande percentagem de redução a que as imagens foram submetidas. Nos casos em que há legibilidade, tal é devido à pequena dimensão dos originais, ou à ampliação de zonas parciais dos documentos com o objectivo de tornar legíveis pormenores considerados importantes (por exemplo, Garcia, coord., 2002, ver Anexo 5.19).

5.4.2.4 Organização dos catálogos

A ordenação do corpo dos catálogos reproduz, normalmente, o critério de organização dos núcleos das respectivas exposições, com raras excepções, das quais é exemplo o catálogo *Nova Lusitânia* (Garcia e Feijão, coord., 2001; Anexo 5.17), que se apresenta organizado por entradas de autor/título. Contrariamente à prática mais frequente, este catálogo não reproduz uma exposição, mas um núcleo de documentação de uma instituição, a BNP, para o qual foi produzida uma exposição, que exibiu uma parte destes documentos. A grande maioria dos catálogos não inclui índices, havendo apenas três excepções: um apresenta um índice de autores (Resende e Paulino, coord., 1994; Anexo 5.3) e os outros dois apresentam vários índices, designadamente, de autores, títulos, cronológico, geográfico, de tipologia de documentos e topográfico (Garcia e Feijão, coord., 2001; Anexo 5.17), (Garcia, coord., 2002; Anexo 5.19).

5.4.2.5 Descrição bibliográfica

Neste aspecto, os catálogos analisados dividem-se em dois grupos, quase proporcionais. Por um lado, os que registaram a colaboração de técnicos ligados à biblioteconomia (cerca de 50%) e, por outro lado, os que não contaram com essa participação (cerca de 45%).

a) Catálogos preparados com colaboração biblioteconómica

Neste grupo verifica-se que as descrições bibliográficas apresentam, geralmente, os elementos de informação, ordem e pontuação recomendados pelas ISBD(CM), com excepção apenas do catálogo: *Pintura do mundo* (BPMP, 1992; Anexo 5.1). Este apresenta descrições muito abreviadas (sem menção de escala, nem dos elementos de informação referentes à descrição física), embora

apresente coerência global nas descrições, no sentido em que os elementos de informação que constam são invariavelmente os mesmos.

Alguns catálogos mencionam na introdução os critérios de descrição (Resende e Paulino, coord., 1994; Anexo 5.3), (Garcia e Feijão, coord., 2001; Anexo 5.17) e (Garcia, coord., 2002; Anexo 5.19), salvaguardando e justificando, assim, algumas opções, designadamente de atribuição de autoria (Resende e Paulino, coord., 1994; Anexo 5.3) e títulos (Garcia e Feijão, coord., 2001; Anexo 5.17) que podem não estar conforme as práticas mais comuns. Nalguns casos, os títulos, demasiado extensos, são transcrições integrais dos textos contidos nos mapas, (respeitando as capitalizações e sinais de abreviaturas) chegando a atingir vinte e quatro linhas (Garcia, coord., 2002: nº 9; Anexo 5.19).

Alguns destes catálogos apresentam, em notas, informações adicionais de grande importância, como é por exemplo o caso do catálogo *Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII* (Resende e Paulino, coord., 1994; Anexo 5.3) em que cada referência apresenta uma nota biográfica dos autores e uma descrição sumária dos mapas incluindo os elementos iconográficos; outro exemplo é o catálogo *A mais dilatada vista do mundo* (Garcia, coord., 2002; Anexo 5.19) que apresenta em notas uma apreciável quantidade e qualidade de informação adicional, que denotando uma análise e estudo cuidados dos diversos aspectos de cada um dos documentos.

b) Catálogos preparados sem colaboração biblioteconómica

Neste grupo verifica-se que as descrições bibliográficas não contemplam os elementos de informação, ordem e pontuação recomendados pela ISBD(CM) e, em geral, também não apresentam uniformidade de critérios na representação dos elementos de informação que privilegiaram.

Alguns títulos são transcritos na íntegra com preocupação pela fidelidade ao realce tipográfico o que ocasiona, por exemplo, que a menção dos termos “mapa” ou “planta” surja com todas as letras em maiúsculas (Magalhães, Garcia e Flores, coord., 1997a; Anexo 5.7) ou, coexistindo num mesmo catálogo, situações em que nuns títulos se assinalam as mudanças de linha (Peixoto e Viana, coord., 2001: nºs 6, 7; Anexo 5.18) e noutros não (ibidem: nºs 3, 4; Anexo 5.18), sendo frequente não se estabelecer diferença entre títulos atribuídos e transcritos; ou, ainda, situações em que nuns títulos se actualiza a grafia (Boiça, coord., 2003: nºs

5, 6; Anexo 5.20) e noutros se transcreve o título tal como consta no documento (ibidem, nº 30).

A menção de escalas, ou é totalmente omissa (Barreto, coord. 1997; Anexo 5.5), (Marques, 1996; Anexo 5.4) ou quase sempre omissa, surgindo apenas com a expressão: “escala gráfica” num ou outro registo (Mendonça, coord., 1997: nº 43; Anexo 5.12), com a menção de escala, apenas num pequeno número de registos (Peixoto e Viana, coord., 2001 : nºs 8, 9, 12 e 17); ou, ainda, apresentada de formas muito díspares, num mesmo catálogo, desde a simples menção das unidades de medida em que a escala gráfica vem expressa no mapa, sem a correspondente equivalência em centímetros (Carita, 2003: nº 66; Anexo 5.21) até à menção da escala numérica calculada, com a menção de todos os dados que permitiram esse cálculo, de acordo com a ordem e pontuação recomendadas pela ISBD(CM) (Idem, nº 72); ou, ainda, menção da escala numérica calculada, com a menção de todos os dados que permitiram esse cálculo, mas, com uma ordem e pontuação diferentes das recomendadas pela ISBD(CM) (Idem: nº 78 e 142).¹⁰⁵

Relativamente aos dados da área de publicação, surgem por vezes preenchidos o local e editor, com as abreviaturas ‘s.l.’ e ‘s.n.’, para mapas manuscritos (Magalhães, Garcia e Flores, coord., 1997; Anexo 5.6), (Boiça, coord., 2003; Anexo 5.20), o que não é necessário nem adequado. Relativamente à descrição física, alguns catálogos são omissos quanto às dimensões dos documentos (Barreto, coord. 1997; Anexo 5.5), ou estas são mencionadas nalgumas referências em milímetros e noutras ausentes (Peixoto e Viana, coord., 2001; Anexo 5.18). Quando presentes, podem surgir apresentadas sem uniformidade na ordem (altura/largura, ou vice-versa) (Magalhães, Garcia e Flores, coord., 1997a; Anexo 5.7), ou de uma forma confusa mencionando, por exemplo, três dimensões em mapas impressos (Almeida, et al., coord., 2004: nº 99; Anexo 5.22).

A adequação das notas é, também, discutível em muitos casos. Frequentemente, o seu conteúdo não se relaciona directamente com a análise do documento em si, antes constituindo comentários genéricos (Marques, 1996;

¹⁰⁵ A enorme falta de uniformidade das descrições bibliográficas neste catálogo, nomeadamente no que respeita à informação sobre escalas, parece reflectir uma mera agregação de registos bibliográficos oriundos de diferentes proveniências.

Anexo 5.4), aspectos de contextualização histórica (Barreto, coord., 1997; Anexo 5.5) ou mesmo informação sobre a evolução de um determinado espaço geográfico (Mendonça, coord., 1997: nº131). A apresentação pode assumir aspectos não normalizados, como por exemplo entre parênteses rectos (Boiça, coord., 2003; Anexo 5.20).

Se existe uma generalizada falta de adequação e uniformidade de critérios nos catálogos deste grupo, também se verificam algumas excepções, como é o caso do catálogo *A cartografia portuguesa do Japão* (Marques, 1996; Anexo 5.4). Apesar de apresentar uma descrição pouco detalhada de cada documento (remetendo em cada uma das descrições para outra publicação onde se descrevem e estudam os mesmos mapas¹⁰⁶), existe uniformidade e coerência com os critérios enunciados no início do catálogo.

5.4.2.6 Informação adicional sobre as peças

A apreciação efectuada nos pontos anteriores evidencia, por exemplificação, a diferença de aspectos qualitativos dos catálogos enquanto instrumentos de referência para colecções de cartografia, nomeadamente a que decorre de ser, ou não, patente uma elaboração profissionalizada dos mesmos. Fica, em geral clara a desvantagem dos catálogos em cuja preparação não houve colaboração biblioteconómica. No entanto, a qualidade da organização dos catálogos e da descrição bibliográfica não são os únicos factores da utilidade dos mesmos na difusão e acesso à documentação cartográfica.

Com efeito, e independentemente do grupo a que pertencem, estes catálogos incluem normalmente textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a história da Cartografia (cerca de 86%), assim como estudos de síntese sobre os conjuntos de mapas neles referenciados (cerca de 60%) e, em muitos casos, também bibliografia (cerca de 50%).

Independentemente de se tratar de catálogos de exposições cartográficas, ou de exposições de cartografia intercalada com outras tipologias de documentos, com ou sem a colaboração de técnicos ligados à biblioteconomia, eles constituem valiosos instrumentos de trabalho. Para além da divulgação de uma grande

¹⁰⁶ Do conjunto dos mapas referidos neste catálogo (Marques, 1996; Anexo 5.4) apenas três não constam da obra *Portugaliae Monumenta Cartographica* (Cortesão; 1960).

quantidade de importantes documentos cartográficos, os catálogos incluem, sob diferentes formas, estudos de contextualização histórica da produção e da utilização dos mapas que permitem, em alguns casos, atribuir autorias, datas, proveniências, ou ligações a conjuntos de documentação que os “explicam”, através de bibliografia. Nesta medida, e embora com diferentes valias, estes catálogos são uma fonte incontornável para o estudo da cartografia. Alguns deles foram o ponto de chegada de projectos que reuniram colaborações interinstitucionais e interdisciplinares e que permitiram obter resultados que cada instituição, ou grupo profissional, por si só, não conseguiria alcançar.

5.5 Outras iniciativas visando o acesso à cartografia: projectos institucionais de 1996 a 2006

Tal como já referido no início deste capítulo, não se pode considerar que nos últimos dez anos o panorama nacional se tenha alterado significativamente em termos da criação de novos serviços e equipas profissionais dedicados às colecções de mapas. Ocorreram, no entanto, alguns desenvolvimentos em matéria de projectos institucionais e interinstitucionais, maioritariamente levados a cabo com financiamentos externos e equipas pluridisciplinares que tiveram o mérito de estudar e disponibilizar importantes núcleos de colecções cartográficas institucionais. Neste ponto caracterizam-se, no essencial, os mais importantes projectos nesse âmbito.

Anunciado pelo IGP, em 1995, surgiu um catálogo electrónico associado a uma base de imagem, que disponibilizou na Internet uma parte da colecção de cartografia antiga daquela instituição.¹⁰⁷ Os registos bibliográficos foram criados a partir do catálogo impresso publicado em 1969 (Mendes, 1969)¹⁰⁸ embora não apresentem a totalidade dos elementos de informação nele constantes, designadamente os dados relativos à escala, publicação (menção de editor) e descrição física (menção de dimensões). No seu *site Web*, a instituição publica

¹⁰⁷ O catálogo, cuja base bibliográfica foi elaborada com o software DOCBASE, está disponível em: http://snig.igeo.pt/cgi-bin/cdi/carto/formC_av.cgi.

¹⁰⁸ A edição impressa deste catálogo, que continua a ser muito solicitado pelos utilizadores, encontra-se há muito esgotada, no entanto, recentemente o IGP disponibilizou, na Internet, uma edição electrónica acessível em: <http://www.igeo.pt/IGEO/portugues/Frameset-servicos.htm>.

também uma página sobre “tesouros” da sua colecção de cartografia,¹⁰⁹ onde se incluem as imagens de outros mapas, acompanhados apenas de uma pequena legenda de identificação (título – autor (data) – cota). No caso desta instituição constata-se que o maior investimento foi direccionado para a digitalização das imagens, prevendo-se para breve um investimento na descrição bibliográfica.

Entre 1996 e 1998 foi desenvolvido o projecto *Fontes cartográficas portuguesas dos séculos XIX e XX: as instituições e os mapas*, no âmbito do programa *PRAXIS XXI* da FCT (Fundação da Ciência e Tecnologia), que contou com a coordenação científica de Maria Fernanda Alegria, do CEG, e técnica da Área de Cartografia da BNP. O projecto envolveu ainda o IST, e a equipa reuniu bibliotecários e investigadores das áreas de História da Cartografia e Informática. O projecto consistiu no levantamento, estudo e tratamento documental de 35 das principais séries cartográficas terrestres nacionais (com cerca de 4 000 folhas), com escalas compreendidas entre 1:20 000 e 1:400 000, desde o início efectivo da sua edição, em 1856, até finais de 1998. Incidindo sobre as existências da BNP e do CEG, recorreu-se também à consulta de outras colecções institucionais, sempre que as colecções em análise se encontravam incompletas, de forma a permitir o entendimento global da série. O processamento bibliográfico foi efectuado em formato UNIMARC, software CDS-ISIS, na parametrização PORBASE 4.0¹¹⁰ e implicou a descrição geral de cada série e de todas as folhas que as constituíam. Os registos bibliográficos contemplaram a informação sobre coordenadas geográficas, indexação de nome geográfico e atribuição de duas classificações, designadamente, CDU (Classificação Decimal Universal) e a classificação das nomenclaturas territoriais utilizada pelo Instituto Nacional de Estatística.¹¹¹ Não foi possível, na forma e no tempo previstos, atingir dois dos seus principais resultados, respectivamente, a publicação de um CD-ROM e a

¹⁰⁹ Disponível em:

http://www.igeo.pt/IGEO/portugues/servicos/CDI/museu/Exposicoes/Portugallia_Cartographica/Car%tMus.htm

¹¹⁰ Esta parametrização foi alterada para poder contemplar a divisão do campo de dados matemáticos em subcampos, de forma a poder estabelecer acesso directo a cada um dos elementos de informação registados, designadamente a menção de coordenadas geográficas.

¹¹¹ Esta experiência evidenciou a existência de duas classificações nacionais, aplicadas em universos diferenciados (biblioteconomia e estatística) com a mesma lógica e objectivos (classificação numérica para identificação da divisão administrativa nacional). Talvez, num futuro próximo, seja possível conciliar estas duas classificações com todas as vantagens que daí adviriam (entre outras, evitar duplicação de esforços na actualização das respectivas classificações e uma maior familiarização dos utilizadores com classificações numéricas utilizadas a nível nacional.

exportação destes registos para a PORBASE – Base Nacional de dados bibliográficos.¹¹² Os conteúdos do projecto estão disponíveis, localmente, em oito volumes impressos (incluindo os vários índices) a partir da base de dados.

Um outro projecto foi desenvolvido na BNP, entre 1998 e 2001, designado *Cartografia setecentista do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional*, promovido com a colaboração da CNDP no âmbito das Comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil, que contou a coordenação científica de João Carlos Garcia, a coordenação técnica da Área de Cartografia e que envolveu uma equipa de bibliotecários e investigadores (das áreas de História da Cartografia, de História do Brasil e de Geografia Histórica). Este projecto incidiu sobre a pesquisa, selecção, estudo e tratamento documental do material cartográfico, impresso e manuscrito, existente nas colecções da Biblioteca Nacional, sobre o Brasil, no período compreendido entre 1700 e 1822. Para o efeito o projecto explorou não só as colecções da Área de Cartografia mas também da Área de Iconografia e da Divisão de Reservados da BNP. Os principais produtos deste projecto foram um catálogo impresso (que faz parte dos catálogos analisados no ponto 5.3.1 e consta do Anexo 5.17), uma exposição, um colóquio e uma edição electrónica que divulga os resultados do projecto.¹¹³

Finalmente na BNP, no âmbito de um projecto de digitalização desenvolvido no decurso de 2004 e 2005, foram digitalizados cerca de 2 050 documentos cartográficos. Para cerca de 1600 destes documentos, o acesso à cópia digital está já integrado nos registos respectivos da Base Nacional de Dados Bibliográficos.

No IICT (Instituto de Investigação Científica Tropical) foi desenvolvido, entre 1999-2002, o projecto *Modernização do Arquivo Histórico Ultramarino*. Financiado pelo programa de Apoio à Reforma dos Laboratórios do Estado, da FCT, contou a coordenação científica de Inácio Guerreiro e uma equipa que incluiu arquivistas e investigadores ligados à História da Cartografia. O projecto

¹¹² Sobre a publicação do CD-ROM o IST não desenvolveu um *software* que permitisse a exploração dos conteúdos de acordo com o previsto. Sobre a exportação dos registos bibliográficos para a PORBASE este procedimento não foi possível, por razões que se prenderam com a mudança de sistema informático na BNP e, posteriormente, com a falta de estabilidade dos campos que permitiriam a ligação entre registos. Espera-se que no decurso de 2006 seja possível implementar a referida exportação, e que, simultaneamente, seja publicado um produto electrónico que permita a exploração destes conteúdos.

¹¹³ Disponível em: <http://purl.pt/103/1/>.

visava restaurar e disponibilizar a colecção de cartografia manuscrita do AHU (cerca de 1 250 mapas) através de uma base de dados bibliográficos com imagem associada. Os resultados alcançados consistiram no restauro e na digitalização da totalidade dos documentos; a falta da respectiva base de dados bibliográficos, ainda não concluída, persiste como aspecto negativo para o acesso público a essa documentação.

O IICT disponibiliza também na Internet, desde cerca de 2002, um catálogo electrónico que se depreende ser de mapas impressos designado Cartoteca Digital.¹¹⁴ As opções de pesquisa incluem Título, Autor, Arquivo, Região, Data, Local e Cota. A estrutura de dados, reflectida na visualização dos registos bibliográficos, embora não se apresente em conformidade com o recomendado pela ISBD(CM), e use uma terminologia um pouco própria, contempla o essencial dos seus elementos assim como transcrição dos textos incluídos nos documentos.

Ainda do IICT, encontra-se em fase de conclusão o projecto *Cartografia, política e territórios coloniais: Comissão de Cartografia (1883-1936): registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais*, iniciado em 2002 com financiamento da FCT, no âmbito do Programa Operacional Sociedade de Informação (POSI). Sob a coordenação científica de Maria Emília Madeira Santos e a colaboração de uma equipa de projecto com bibliotecários, e investigadores de História da Cartografia, o projecto tem como principal objectivo o estudo, descrição bibliográfica e digitalização da produção cartográfica da Comissão de Cartografia (1883-1936), cujo resultado final será publicado em CD-ROM, previsto para finais de 2006.

Entre 2002 e finais de 2005 foi desenvolvido um outro projecto interinstitucional, pelo CEG, IGeoE e DSE, designado *SIDCarta - Sistema de informação para documentação cartográfica: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa*, financiado pelo POSI da FCT, que contou com a coordenação científica de Maria Helena Dias e com a colaboração de uma equipa que envolveu bibliotecários, engenheiros militares e investigadores das áreas de História da Cartografia. O projecto incidiu sobre o estudo, tratamento documental e digitalização de documentos cartográficos pertencentes à engenharia militar

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.tvciencia.pt/cat/cat.asp>. A informação disponibilizada sobre este projecto é escassa, sem dados gerais sobre a natureza e quantidade da documentação abrangida.

portuguesa, essencialmente constituído por mapas manuscritos, datados de 1640 a 1930. Um dos principais resultados deste projecto materializa-se numa base de dados com ligação às imagens digitalizadas, disponibilizada na Internet no início de 2006.¹¹⁵ Trata-se de uma base de dados constituída em UNIMARC observando a ISBD(CM), com cerca de 12 000 registos bibliográficos (dos quais cerca 1 500 foram objecto de estudo e descrição bibliográfica completa, incluindo atribuição de CDU, e cerca de 10 500 resultantes de conversão da descrição já existente no catálogo manual da instituição). O primeiro conjunto, de catalogação mais completa, apresenta informação detalhada resultante da investigação levada a cabo no decurso do projecto, bem como, um excelente controlo de colecções (veja-se o exemplo da “Carta Geral do Reino” com imagem de um mapa de junção através do qual se pode aceder a cada um dos registos da colecção) e, ainda, extensa informação biográfica reunida num ficheiro de autoridade acessível, através dos registos bibliográficos (veja-se, por exemplo o registo correspondente a Francisco António Ciera).

O projecto *TT Online*, do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, desenvolvido entre 2003 e 2005 com o apoio do POC (Plano Operacional da Cultura), disponibilizou, a partir de Julho de 2005, o acesso a fontes arquivísticas que incluem, na rubrica ‘Tesouros’, 109 imagens de mapas.¹¹⁶ Estas imagens são identificadas com legendas (que, geralmente, contemplam a indicação de título do mapa, ou da obra onde o mapa está contido e da cota). Aliás, tal como é mencionado na página da instituição que descreve o projecto,¹¹⁷ as obras não foram objecto de descrição bibliográfica individualizada.

Finalmente, não podemos deixar de referir um outro projecto, de natureza diferente dos anteriores, já que disponibiliza documentos cartográficos existentes quer em instituições portuguesas quer estrangeiras. Trata-se do projecto *Morfologias urbanas da cidade de origem portuguesa* que tem vindo a ser desenvolvido, desde finais da década de noventa, pelo Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura (CEUA), do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), sob a coordenação científica de Manuel C.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.exercito.pt/bibliopac/>.

¹¹⁶ Acessíveis em:

[http://ttonline.iannt.pt/Dserve.exe?&dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Images&dsqCmd=Overview.tcl&dsqSearch=\(UserText03='Mapas'\)](http://ttonline.iannt.pt/Dserve.exe?&dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Images&dsqCmd=Overview.tcl&dsqSearch=(UserText03='Mapas')).

¹¹⁷ Para mais informação consultar: <http://ttonline.iannt.pt/projecto.htm>

Teixeira. Este projecto tem como principal objectivo a construção de um catálogo temático que reúna obras de variadas colecções sobre cidades de origem portuguesa, construídas em diversas partes do mundo, designadamente, no Brasil, em África e no Oriente, no contexto do urbanismo colonial europeu. Para o efeito o CEUA propôs-se realizar a descrição bibliográfica e digitalização de documentos cartográficos (oriundos de diversas colecções) e disponibilizá-los na Internet através de um dos seus principais produtos, o *Arquivo Virtual de Cartografia Urbana*.¹¹⁸ Embora a descrição bibliográfica seja de base bibliotecnómica e efectuada em UNIMARC, nem sempre o campo de dados matemáticos contempla a informação relativa à escala de acordo com o recomendado nas ISBD(CM).¹¹⁹

Em geral, os projectos acima referidos consubstanciam um dinamismo na área da documentação cartográfica que é em grande parte motivado pela novidade tecnológica da sua disponibilização em modo digital. Em termos práticos é este também um aspecto comum e fundamental aos referidos projectos, mais do que a estruturação de informação secundária de acesso a esses conteúdos. Ou seja, existe um défice na constituição e disponibilização de bases de dados bibliográficos, face à crescente disponibilização de bases de dados de imagem. Mesmo quando são disponibilizados, os dados bibliográficos de acesso nem sempre seguem os preceitos normativos internacionalmente consignados (como são os casos das cartotecas digitais do IGP e do IICT).

Em quase todos os casos, estes projectos são a forma de angariar meios que permitem dotar as instituições de recursos que normalmente não possuem, e que possibilitam reunir equipas multidisciplinares com resultados que de outra forma não seriam alcançados (vejam-se os projectos *SIDCarta e Cartografia setecentista do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional*). Enquanto projectos, trata-se de esforços temporários cujos resultados, se não alcançados no período previsto (vejam-se os projectos: *Fontes cartográficas portuguesas dos séculos XIX e XX: as instituições e os mapas* e *Modernização do Arquivo Histórico*

¹¹⁸ Disponível em: <http://urban.iscte.pt/home.htm>.

¹¹⁹ Este catálogo tem vindo a revelar persistentes problemas no que se refere ao acesso, não sendo possível aceder, actualmente, à informação. O comentário aos registos bibliográficos foi efectuado da memória, com base em consultas muito anteriores, não sendo possível uma análise mais apurada pela dificuldade de acesso.

Ultramarino) podem ficar por concluir por falta posterior de meios correntes das instituições.

Ou seja, tratando-se embora de iniciativas importantes para reforçar o (re)conhecimento da necessidade de meios e da vantagem do trabalho interdisciplinar, não significam em si uma mudança de estratégias, direccionadas para uma melhoria da situação permanente dos serviços e/ou dos recursos técnicos e humanos, que as instituições tenham passado a dedicar à cartografia.

5.6 Conclusão

A panorâmica fornecida neste capítulo põe em evidência, antes de mais, o facto de não se verificarem, no período analisado, alterações estruturais, isto é, com efeitos conducentes à reorganização e orientação técnica dos serviços que detêm importantes colecções de mapas. Essa evidência ressalta da comparação entre a situação descrita com base no inquérito realizado em 1995 e o impacto das iniciativas de publicação de catálogos ou de realização de projectos nos últimos dez anos, que foram analisados neste ponto.

Embora essas iniciativas sejam positivas individualmente, em termos de divulgação e acesso à cartografia, o seu fraco impacto em termos estruturais decorre essencialmente da natureza esporádica das mesmas e do facto de se manterem alguns dos traços principais que caracterizam as motivações e a qualidade dos instrumentos de divulgação e acesso a colecções cartográficas. Essa caracterização, que a seguir sintetizamos, dá, por sua vez, uma noção da qualidade da orientação técnica das actividades subjacentes e, por isso, do impacto nas práticas institucionais, e profissionais, posteriores.

5.6.1 Motivação

No caso dos catálogos impressos, a motivação mais frequente continua a ser, não a elaboração sistemática de instrumentos de divulgação e acesso relativamente a colecções completas ou inventários colectivos, mas antes o tratamento e divulgação motivados por aspectos alheios à gestão das colecções, com particular destaque para a realização de exposições cuja oportunidade é desencadeada pelos mais diversos factores. Mesmo no caso de projectos

interinstitucionais, por se tratar de iniciativas normalmente financiadas por programas de curta e média duração, os objectivos são específicos, planeados para resultados concretos num espaço de tempo e com recursos limitados findos os quais geralmente terminam as condições que permitiram as respectivas actividades.

É um facto inegável, no entanto, que só por si a maior frequência de oportunidades - como é o caso das comemorações dos Descobrimentos Portugueses, cuja Comissão patrocinou um número considerável de exposições e catálogos durante quase vinte anos, ou da existência regular de programas de financiamento para projectos com componente tecnológica em que a digitalização de conteúdos é particularmente apelativa - acaba por gerar um ambiente de actividade 'continuada', já que em alguns casos existem participantes comuns que, de uns projectos para outros, transferem experiências que vão consolidando algumas práticas.

Nesta óptica, pode considerar-se que, através do conjunto de factores que se podem incluir na 'motivação', sai reforçada a prática da colaboração interinstitucional e, com ela, o reconhecimento da necessidade, e mais valia, da complementaridade disciplinar. O que não significa, no entanto, que o ambiente das iniciativas conjuntas tenha já gerado alterações, ou tendências de alteração, na composição de equipas pluridisciplinares nas instituições. A complementaridade disciplinar mantém-se, assim, numa base essencialmente casuística.

5.6.2 Evolução da qualidade e alcance dos instrumentos de divulgação e acesso

Um aspecto geral que ressalta do universo de catálogos e projectos analisados é que, embora seja muito diversificado o leque de instituições que lideram as iniciativas de realização de exposições/catálogos ou projectos envolvendo cartografia, que na grande maioria não são bibliotecas/arquivos, existe uma crescente participação de profissionais ligados à biblioteconomia. Em 75% dos catálogos que mencionam essa participação colaboraram outros técnicos e/ou investigadores que receberam formação em exercício no âmbito desse trabalho, o que também acontece em aproximadamente 50% dos projectos

institucionais (designadamente: *Fontes cartográficas portuguesas dos séculos XIX e XX: as instituições e os mapas; Cartografia setecentista do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional; SIDCarta - Sistema de informação para documentação cartográfica: o espólio da Engenharia Militar* e, ainda, o projecto *Cartografia política e territórios coloniais: Comissão de Cartografia (1883-1936): registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais*).

Nos instrumentos de acesso assim produzidos verifica-se uma estruturação geral da informação normalmente menos ambígua do que acontece em produtos sem colaboração de técnicos de biblioteconomia, uma maior adequação e coerência dos elementos de descrição e uma mais frequente inclusão de dados especificamente cartográficos, como é o caso de dados matemáticos. Também nestes casos é mais frequente e melhor cuidada, em termos de fiabilidade, a reprodução de documentos referenciados. Estes aspectos positivos revelam uma maior preocupação de qualidade que, mais ou menos directamente, decorre de conhecimento subjacente a práticas documentais orientadas por princípios de consistência e critérios de normalização. Neste aspecto, os benefícios da colaboração são evidentes mas o capital de partilha de conhecimentos só é transferível para novas iniciativas se, e quando, se repetir a coexistência de pelo menos alguns elementos da mesma equipa.

A nível da informação histórica de contexto – aspecto tradicionalmente presente neste tipo de realizações, sobretudo catálogos de exposições, mesmo que sem colaboração biblioteconómica – verifica-se também uma melhoria geral, nem que seja porque o “espaço” e elementos próprios para a informação a esse nível se distingue claramente do nível de informação de identificação e descrição. Neste aspecto, o alcance destas experiências conjuntas em termos da transferibilidade de saberes entre técnicos e investigadores de outras áreas e técnicos de biblioteconomia é menos perceptível, dependendo do grau de especialização requerido por cada âmbito temático, cronológico ou mesmo da natureza da documentação em foco ou dos aspectos estudados para determinada exposição.

Por fim, e em termos gerais de acesso público, o alcance destes instrumentos apresenta limitações importantes que importa sublinhar. No caso dos catálogos publicados sob forma impressa, o alcance é limitado fisicamente no espaço e no tempo. Por um lado, esta é, ainda, a forma mais frequente de

disponibilização, comparativamente a projectos que resultem em produtos acessíveis em rede. Por outro, tratando-se de edições institucionais, são normalmente publicações com tiragens reduzidas e com circuitos de distribuição mais limitados que os circuitos normais da edição comercial.

No caso dos produtos *on-line*, em que estas limitações não ocorrem, outros aspectos há que não favorecem a acessibilidade: são em muitos casos projectos pontuais e específicos, tantas vezes pouco divulgados, e que raramente se enquadram em estruturas institucionais expansíveis e com a natureza de fontes de informação de referência constituídas para manutenção sem fim temporal à vista, como o são os instrumentos de recuperação de arquivo ou os catálogos de bibliotecas.

6 REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Visando a problemática do acesso à documentação cartográfica, o presente trabalho apresentou uma análise das diversas vertentes através das quais se podem compreender as características e as condicionantes da realidade prática actual neste domínio, compreensão essa fundamental para se perspectivarem estratégias institucionais, ou de desenvolvimento profissional, em harmonia com a crescente importância da informação geográfica.

O contraste entre a importância e procura actuais das colecções cartográficas e a fraca evolução dos serviços profissionais que as disponibilizam, ficou patente, a nível introdutório, no Capítulo 2, justificando assim a relevância das questões do acesso e a necessidade de compreender em mais detalhe a sua evolução e situação actual, nos capítulos subsequentes.

Nesse sentido, três vertentes principais foram exploradas: o desenvolvimento e caracterização da profissão, dos seus princípios e normas técnicas, e as principais características dos instrumentos mais comuns de acesso e difusão pública das colecções cartográficas.

Da primeira vertente, desenvolvida no Capítulo 3 sobre a profissão, em que foram revistos os três aspectos essenciais que definem o *status quo* numa área profissional – actividades associativas, formação e literatura profissionais – evidenciam-se como traços fundamentais uma afirmação lenta, uma massa crítica de conteúdo e população específicas ao mesmo tempo rarefeitas e desiguais em diferentes contextos nacionais e institucionais.

A vertente seguinte, sobre a progressão, implantação e adequação do corpo normativo existente, analisada no Capítulo 4, torna patente alguns aspectos que não têm facilitado o desenvolvimento e aplicação de normas preparadas especificamente para cartografia. Por um lado, permanece uma dependência conceptual de modelos de descrição e acesso formulados para o universo documental predominante, nomeadamente material textual impresso. Por outro, nos aspectos em que algumas das normas já incluem conceitos e elementos técnicos próprios do vocabulário científico da cartografia, constatam-se dificuldades de aplicação prática por falta de formação específica adequada. Por fim, também a falta de normas de referência e identificadores, úteis num âmbito

mais alargado que o profissional, é significativa de uma certa marginalidade deste tipo de documentação.

Finalmente, o Capítulo 5 – sobre o acesso e difusão das colecções cartográficas através de catálogos impressos de exposições, que constituem o tipo de veículo mais frequentemente disponível em Portugal – evidencia um conjunto de características e limitações que reflectem a fraca implantação, ou influência, de serviços profissionais nesta área. Embora a participação biblioteconómica seja crescente, não é ainda de molde a significar uma tendência com reflexos duráveis neste tipo de actividade ou nas estruturas institucionais, significando que as experiências de colaboração multidisciplinar que muitas vezes ocorrem no âmbito da produção de catálogos, sendo sempre positivas são também casuísticas e, por isso, dificilmente produzem linhas de acção continuadas.

Já no que respeita a projectos interinstitucionais envolvendo práticas de colaboração multidisciplinar que associam competências biblioteconómicas a investigação e conhecimentos técnicos de cartografia, se verifica que a penetração e influência de princípios e normas profissionais tem tendência a ser mais estruturada, mais prolongada no tempo e com efeitos menos pontuais, do que na produção de catálogos de exposições. De facto, pela sua natureza de actividades com objectivos normalmente mais amplos e muitas vezes financiados por entidades terceiras no âmbito de programas mais alargados, estes projectos tendem a ter maior impacto nas instituições envolvidas. No entanto, também só por si, a realidade dos projectos encontra limitações importantes, dada a sua temporalidade e a frequente falta de estratégias e recursos institucionais para dar continuidade aos seus objectivos.

Em síntese, estas diferentes perspectivas de análise apontam para dificuldades cuja origem e natureza inclui mas não se restringe a questões de natureza técnica, de formação ou de aperfeiçoamento profissional, que são normalmente o âmbito a que se restringe a discussão destes problemas. Uma das contribuições principais da presente dissertação é, precisamente, a constatação de que uma grande parte dos factores que influenciam a situação actual, de falta de implantação e adequação dos serviços profissionais, é exógena aos aspectos técnicos da profissão.

Por exemplo, a existência de uma população profissional diminuta, que não viabiliza a regularidade de oferta de formação específica - o que, conseqüentemente também não favorece o alargamento dessa mesma população - resulta, entre outros factores, da fraca procura por parte das instituições, e não tem relação directa com a existência ou adequação de normas para a documentação cartográfica, já que estas não surgiram mais tarde do que para as restantes áreas documentais.

A fraca procura de formação ou de técnicos especializados, por parte das instituições reflecte, antes de mais, o facto de a documentação cartográfica não ter ocupado ainda uma posição significativa na indústria da informação, quer em termos do número de produtores e volume de documentação quer no que respeita à dimensão da procura pelo público. Não está ao alcance nem das instituições nem dos profissionais alterar substancialmente estas condicionantes gerais do mercado da informação para a documentação cartográfica. No entanto, a tendência crescente, mas relativamente recente, de procura de documentação cartográfica, sobretudo patrimonial, torna mais visível a carência, ou incipiente oferta de serviços institucionais de acesso.

Esta questão, que é o foco principal deste estudo, carece, assim, de abordagens de resolução que se devem basear em estratégias que possam compensar a falta de 'incentivo natural' para o desenvolvimento e expansão dos serviços técnicos na área da informação cartográfica. Nesta perspectiva, tais estratégias deverão visar a criação de mecanismos que permitam, na ausência de estruturas institucionais permanentes (como escolas, cursos, associações, etc.) suprir, com alguma estabilidade, a falta de oferta de formação específica, as dificuldades de desenvolvimento técnico pessoal baseado na multidisciplinaridade, ou a ausência de fóruns para o avanço de implementação e sofisticação de normas específicas ou o desenvolvimento e divulgação de literatura profissional especializada.

Como ficou patente neste estudo, a realidade portuguesa não é em muitos aspectos diferente da realidade de outros países. Se num país pequeno como Portugal as dificuldades acabam por ser naturalmente menos fáceis de ultrapassar do que em países maiores, com mais instituições, como a Espanha, também é verdade que o mesmo pode não se passar em países pequenos, como a Holanda, com uma grande tradição e influência na produção de cartografia. Esta

mesma razão, e a importância das colecções patrimoniais existentes em Portugal, justificam que se tentem estratégias que permitam estabelecer progressivamente melhores condições de acesso à documentação cartográfica.

É nesta perspectiva que, a concluir o presente estudo sobre a problemática da profissão e do acesso à documentação cartográfica, se apresentam algumas sugestões de orientação estratégica geral para melhoria da situação em Portugal, a saber:

- a) Alargar e flexibilizar o âmbito dos protocolos de colaboração existentes entre instituições, incluindo tanto o âmbito da produção como o do acesso e o da investigação académica, no sentido de maximizar resultados com complementaridade de competências e meios;
- b) Desenvolver estágios e outras iniciativas de formação em exercício, envolvendo diversas parcerias e valências institucionais, com vista a assegurar os conhecimentos necessários para quem queira iniciar trabalho técnico na área da biblioteconomia cartográfica;
- c) Procurar que os objectivos/resultados de projectos desenvolvidos em cooperação se integrem em serviços sustentados das instituições, de forma a ampliar e melhorar o acesso à informação cartográfica;
- d) Reforçar as actividades de participação portuguesa em associações e conferências internacionais, como a LIBER (GdC), IFLA (Geography and Map Libraries Section), ou a Imago Mundi (International Society of the Curators of Early Maps - ISCEM).

ANEXO I
Dados sobre as participações no GdC da LIBER

1 Evolução da constituição do grupo: relatórios por países publicados bianualmente

Com base na consulta destes relatórios podemos constatar o núcleo de países europeus que iniciaram a dinamização deste grupo, a evolução da sua participação, bem como o alargamento progressivo a outros países, embora esta fonte apresente uma ligeira discrepância relativamente aos dados dos relatórios dos congressos que apresentam o número de países e de participantes mas não as designações das nacionalidades.¹²⁰

A saber:

- Em 1986 (relatórios de 1984-1986) os 6 países representados são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França e Holanda. Destes países a Alemanha e a França registam uma participação ininterrupta (10 relatórios que apresentam resultados de 20 anos de actividade), a Dinamarca regista a sua participação em 8 relatórios (16 anos de actividade), e a Bélgica e a Holanda¹²¹ registam uma participação de 7 relatórios (14 anos de actividade).
- Em 1988 (relatórios de 1986-1988) integra-se a representação de mais três países: Espanha¹²², Finlândia e Noruega. A Espanha e a Finlândia registam, a partir daqui, uma participação ininterrupta (9 relatórios e 18 anos de actividade) e a Noruega, mais intermitente, regista uma participação de 5 relatórios.
- Em 1990 (relatórios de 1988-1990) alarga-se o âmbito da representação a mais três países: Reino Unido, Suécia e Polónia, este último representando o início da participação de relatórios de países de Leste. A participação destes países regista um total de 7 participações (num total de 14 anos de actividade relatada, registando, em anos diferentes, apenas uma ausência para cada um deles);

¹²⁰ A extrapolação da participação nas conferências do GdC não pode fazer-se através da análise dos relatórios de actividade publicados. Por um lado, os relatórios apresentados são sempre em número inferior ao dos países participantes, uma vez que nem todos apresentam relatórios; por outro lado, verifica-se, também, uma ligeira discrepância entre as participações nos congressos e apresentação de relatórios, uma vez que alguns dos países não participantes enviam relatórios, na qualidade de correspondentes (como é o caso de Portugal a partir de 1998).

¹²¹ A Holanda foi desde o início um dos países mais activos, tendo a interrupção da apresentação seus relatórios, provavelmente, ficado a dever-se a uma doença prolongada do seu principal representante (conforme foi anunciado por Werner (2004) no último congresso do GdC da LIBER). Jan Smits foi um dos mais activos dinamizadores do GdC e membro activo do comité por um período ininterrupto de 18 anos (secretário entre 1984 e 1998 e presidente entre 1998 e 2002).

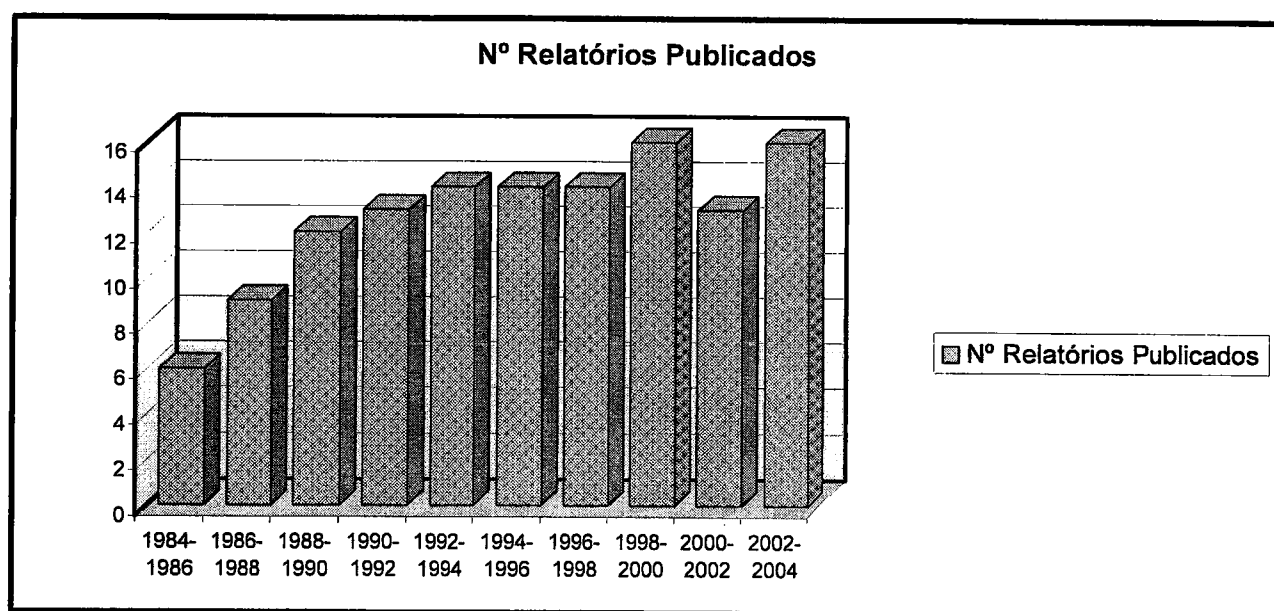
¹²² Por um período de 6 anos a Espanha apresentou dois relatórios, um por Espanha e outro pela Catalunha (relativo aos relatórios de 1986-1988, 1988-1990 e 1992-1994).

- Em 1992 (relatórios de 1990-1992) a representação alarga-se a mais quatro países: Hungria, Islândia, Rússia e Suíça. A Islândia não deu continuidade à sua participação, no entanto, a Suíça deu continuidade à sua participação com 6 relatórios (correspondentes a 12 anos de actividade, registando apenas uma ausência, em 2004) e a Hungria e a Rússia com 5 relatórios (relativos a 10 anos, com duas ausências);
- Em 1994 (relatórios de 1992-1994) amplia-se a participação a mais dois países de Leste, respectivamente a Estónia, com uma participação ininterrupta, com um total de 6 relatórios (12 anos de actividade) e a Roménia que não deu continuidade à sua participação;
- Em 1996 (relatórios de 1994-1996) alia-se mais um país de Leste, a Letónia, que regista uma participação ininterrupta de 5 relatórios (relativos a 10 anos de actividade);
- Em 1998 (relatórios de 1996-1998) Portugal apresenta a sua primeira participação que se constituiu, ininterrupta, com 4 relatórios (relativos a 8 anos de actividade);
- Em 2000 (relatórios de 1998-2000) junta-se a participação da Eslovénia, que se mantém ininterrupta com 3 relatórios (relativos a 6 anos e actividade);
- Em 2002 não se apresentam novas participações:
- Em 2004 alarga-se a mais dois participantes a Irlanda e a Croácia.

Nestes relatórios, com registos contínuos e descontínuos, podem encontrar-se dados relativos a um total de vinte e quatro países para um período de doze anos de actividade.

Relativamente ao número de relatórios publicados pode verificar-se a seguinte cadência:

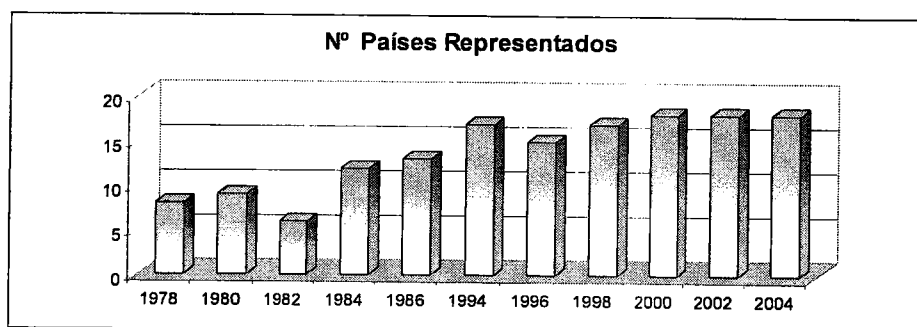
Período de Tempo	Número de Relatórios Publicados
1984-1986	6
1986-1988	9
1988-1990	12
1990-1992	13
1992-1994	14
1994-1996	14
1996-1998	14
1998-2000	16
2000-2002	13
2002-2004	16



2 - Número de países representados: relatórios dos congressos

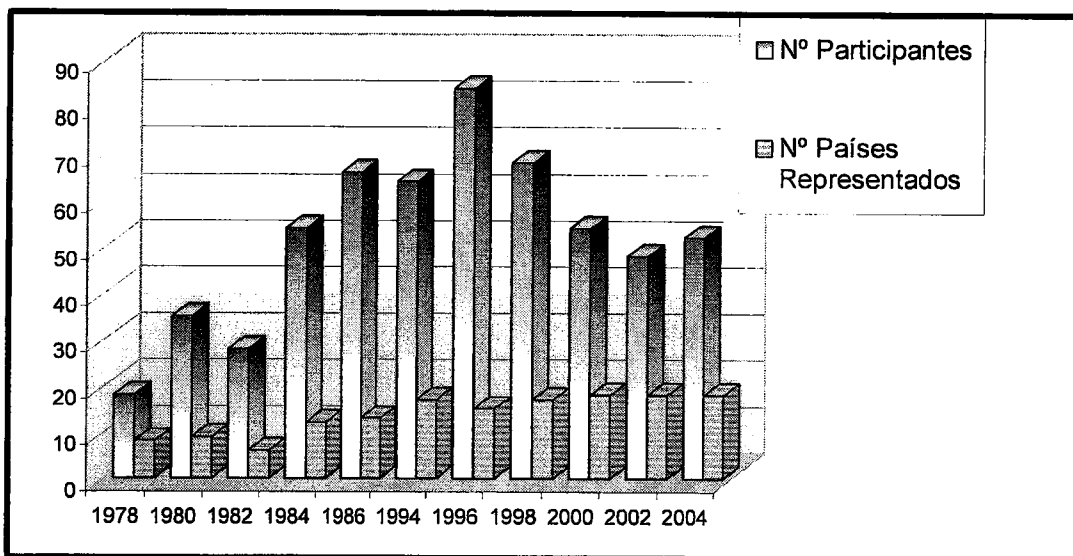
Relativamente aos dados disponíveis nos relatórios dos congressos, dos quais apenas se podem extrair dados quantitativos, o número de países participantes, evoluiu da seguinte forma:

Anos	Nº Países representados
1978	8
1980	9
1982	6
1984	12
1986	13
1994	17
1996	15
1998	17
2000	18
2002	18
2004	18



Entre 1978 e 1982 a média dos países participantes situa-se em cerca de 8, a partir de 1984 este número aumenta progressivamente parecendo estabilizar em 2000, mantendo-se inalterável nos três últimos congressos. Os relatórios dos congressos não especificam nominalmente os países, no entanto, esta leitura não pode ser efectuada como o envolvimento de um total de dezoito países, mas sim como a representatividade de dezoito países em simultâneo. Se é certo que um determinado número de países manteve ininterruptamente a sua presença, outros apresentam uma participação com alternâncias variadas (como é por exemplo o caso de Portugal que registou apenas uma participação no congresso de 1992). Estas oscilações de participação têm por base, entre outras razões, questões de viabilidade económica dos países e das instituições. Esta razão é, também, confirmada por comparação entre o número de participantes e o número de países representados, a saber:

Anos	Representatividade de Participações nos Congresso	
	Nº Participantes	Nº Países representados
1978	18	8
1980	35	9
1982	28	6
1984	54	12
1986	66	13
1994	64	17
1996	84	15
1998	68	17
2000	54	18
2002	48	18
2004	52	18



Entre o primeiro e o segundo congresso (1978-1980) o número de participantes quase duplica, no entanto no número de países apenas se verifica a representação de mais um país. Em 1982 verifica-se uma regressão nas duas variáveis, no entanto, a partir de 1984 o aumento do número de participantes é progressivo e muito significativo, atingindo um valor máximo em 1996. A partir de 1998 verifica-se uma regressão no número de participantes que não é extensível ao número de países representados. Ou seja, o número de países continua a crescer e estabiliza a partir de 2000, no entanto o número de participantes manifesta uma tendência de decréscimo significativo.

ANEXO II
Dados sobre a literatura profissional

1 Análise de *Map cataloging bibliography: selectively annotated*/ G. F. Hughes, C. Demetracopoulos. - Washington: Special Libraries Association, Geography and Map Division, 1997

Esta bibliografia contempla o período cronológico compreendido entre 1890 e 1993 e inclui, maioritariamente, literatura produzida e editada nos Estados Unidos e Canadá, com uma pequena percentagem de referências a literatura editada noutros países, designadamente, no Reino Unido e Austrália.

É composta principalmente por artigos divulgados em revistas de biblioteconomia (cerca de 60%, publicadas por associações de bibliotecas, grupos de curadores de mapas, por bibliotecas, etc.), sobre temas muito diversificados, inclui alguns artigos não publicados, de circulação restrita (cerca de 1,4% de dactiloscritos e policopiados), bem como várias edições e reimpressões de manuais de regras, de classificações, de manuais de interpretação e aplicação, actas de congressos, relatórios de projectos, teses académicas, etc.

Para obter a evolução cronológica da publicação da bibliografia especializada, construímos os seguintes quadros e gráfico de frequências.¹²³

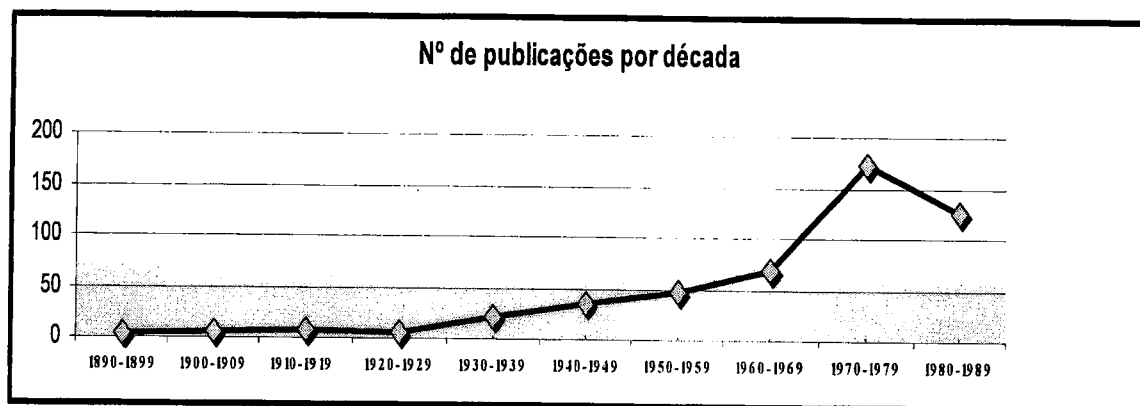
¹²³ Da totalidade do universo das obras referenciadas foram excluídas duas, cujas datas de publicação não permitiam uma organização cronológica de acordo com os critérios estabelecidos (respectivamente: uma com data incerta, referida com: 19--, e outra com uma data de publicação compreendida entre 1942-71).

Número de publicações por ano

Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº
1890	1	1900	1	1910	1	1920	-	1930	1	1940	2	1950	6	1960	10	1970	15	1980	29	1990	4
1891	1	1901	-	1911	-	1921	1	1931	-	1941	2	1951	4	1961	1	1971	8	1981	16	1991	1
1892	1	1902	-	1912	-	1922	3	1932	2	1942	4	1952	5	1962	5	1972	15	1982	19	1992	-
1893	-	1903	1	1913	-	1923	-	1933	-	1943	2	1953	4	1963	10	1973	16	1983	9	1993	1
1894	-	1904	1	1914	1	1924	1	1934	-	1944	4	1954	6	1964	6	1974	18	1984	10		
1895	-	1905	1	1915	2	1925	1	1935	1	1945	7	1955	4	1965	1	1975	21	1985	11		
1896	-	1906	1	1916	2	1926	-	1936	8	1946	4	1956	8	1966	5	1976	22	1986	7		
1897	-	1907	-	1917	1	1927	-	1937	2	1947	4	1957	3	1967	11	1977	22	1987	7		
1898	-	1908	1	1918	1	1928	-	1938	5	1948	2	1958	1	1968	11	1978	23	1988	10		
1899	-	1909	-	1919	-	1929	-	1939	2	1949	4	1959	6	1969	9	1979	13	1989	8		
Total	3	Total	6	Total	8	Total	6	Total	21	Total	35	Total	47	Total	69	Total	173	Total	126	Total	6

Número de publicações por década

Década	Nº de Publicações	Percentagem
1890-1899	3	0,6 %
1900-1909	6	1,2 %
1910-1919	8	1,6 %
1920-1929	6	1,2 %
1930-1939	21	4,3 %
1940-1949	35	7,1 %
1950-1959	47	9,5 %
1960-1969	69	14,0 %
1970-1979	173	35,0%
1980-1989	126	25,5%
TOTAL	494	100 %



Da análise desta ordenação podemos concluir que de 1890 até à década de trinta o crescimento da bibliografia foi irrelevante, no entanto, a partir da segunda metade da década de trinta verificou-se um crescimento significativo e contínuo, que atingiu o seu ponto máximo na década de setenta, prolongando-se esta tendência até meados da década de oitenta. A partir de meados da década de oitenta a produção de bibliografia regista uma redução progressiva que se acentua nos primeiros quatro anos da década de noventa. A tendência dos últimos quatro anos da década de noventa (de 1990-1993 com um total de 6 publicações) apresenta uma redução brusca de publicações (que se situa na ordem dos 88%) relativamente à média da década de oitenta.

2 Análise de: *Literature for education in map curatorship*/ LIBER, Groupe de Cartothécaires, Working Group for Education. - Disponível em: <http://www.maps.ethz.ch/gdc-education2.html>. - [Acedido em 15 de Dez. 2005]

Esta publicação cobre o período cronológico compreendido entre 1961 e 2003 e é composta, maioritariamente, por literatura produzida e editada na Europa com uma pequena percentagem de referências a literatura editada na América do Norte (apenas obras consideradas incontornáveis, na literatura especializada, como é o caso de algumas obras de autores como, Ristow e Laarsgard ou, ainda, a referência a alguns sites de associações profissionais). Trata-se de uma bibliografia que abrange um grande diversidade de temas (entre os quais, por ordem de maior representatividade, se podem destacar: o processamento bibliográfico, gestão de mapotecas, profissão, aquisições, preservação, mapas e atlas digitais, utilização dos mapas, reproduções, etc.). A principal forma de divulgação é, também, veiculada em artigos de publicações periódicas, mas, tratando-se de uma publicação mais recente e em formato electrónico abrange outro tipo de referências, tais como documentos electrónicos e portais de informação considerados de interesse para a Área.

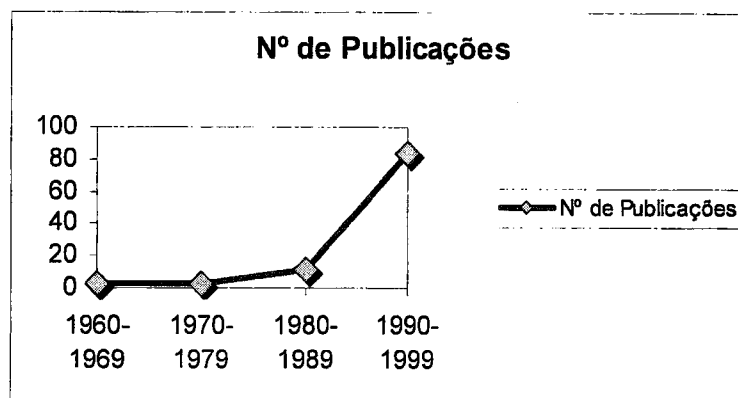
Dos dados expressos nos quadros seguintes podemos concluir que o crescimento da bibliografia na Europa foi irrelevante até à década de oitenta, verificando-se a partir desta década um crescimento contínuo que, na década de noventa, registou uma acentuada subida, expressando-se percentualmente em cerca de 80% da totalidade da bibliografia produzida nas quatro décadas representadas. A tendência para a primeira década do século XXI, representada com dados referentes aos primeiros quatro anos (de 2000 a 2003, com um total de 20 publicações), parece revelar uma tendência para um decréscimo de publicações (que percentualmente se expressa na ordem dos cerca de -20%) relativamente aos valores médios da década de noventa.

Número de publicações por ano

Ano	Nº Pub.	Ano	Nº Pub.	Ano	Nº Pub.	Ano	Nº Pub.	Ano	Nº Pub.
1960		1970	--	1980	2	1990	11	2000	13
1961	1	1971	--	1981	--	1991	--	2001	5
1962	--	1972	--	1982	1	1992	11	2002	--
1963	--	1973	--	1983	--	1993	2	2003	2
1964	--	1974	--	1984	1	1994	12		
1965	--	1975	1	1985	1	1995	3		
1966	--	1976	--	1986	3	1996	17		
1967	--	1977	2	1987	--	1997	1		
1968	--	1978	--	1988	3	1998	19		
1969	1	1979	--	1989	--	1999	8		
TOTAL	2	TOTAL	3	TOTAL	11	TOTAL	84	TOTAL	20

Número de publicações por década

Décadas	Nº de Publicações	Percentagens
1960-1969	2	2%
1970-1979	3	3%
1980-1989	11	11%
1990-1999	84	84%
TOTAL	100	100%



ANEXO III

Evolução dos componentes de descrição bibliográfica de documentos cartográficos, 1896-1945

1 Quadro comparativo dos elementos de informação contemplados na descrição bibliográfica de documentos cartográficos tendo por base as zonas ISBD (CM)

Autor(s) (data)	ZONA 1		ZONA 2	ZONA 3			ZONA 4			ZONA 5	ZONA 6	ZONA 7
	Título	Resp.	Edição	Escala	Proj.	Coord.	Lug.	Ed.	Data	Desc. Fís.	Colecção	Notas
Herbert Fordham ¹²⁴ (1896)	X	X	X	X	---	X	X	X	X	X	X	X
Thomas Letts ¹²⁵ (1902)	X	X	---	X	---	---	X	X	X	X	X	---
Philip Lee Phillips ¹²⁶ (1904)	X	X	X	X	---	---	X	X	X	X	----	X
Cambridge Univ. Library's Rules ¹²⁷ (1927)	X	X	X	X	X	---		X	X	X	X	X
Raul Proença ¹²⁸ (1919-1923)	X	X		X	X	X	X	X	X	X		X
Boogs e Lewis ¹²⁹ (1945)	X	X	X	X	---	---	X	X	X	X	X	X

¹²⁴ Os elementos de descrição e as regras referidas por Herbert Fordham, estavam subjacentes à preparação do catálogo de mapas de Hertfordshire, cujo objectivo consistiu em contemplar todos os mapas originais gravados, no país, e as suas reimpressões entre 1579-1900. Este catálogo foi terminado em 1896 e impresso em 1901 (segundo Lubas, 2003).

¹²⁵ Letts Thomas (1902). "Notes on the Cataloging Maps. *Libray Journal*, 27, 74-76 (segundo Lubas, 2003)

¹²⁶ Philip Lee Philips (1904). "Maps and Atlas". In: *Rules for a Dictionary Catalog*. 4th ed. Washington: Government Printing Office. Regra 368, p. 140-146.

¹²⁷ Cambridge University Library (1927). *Rules for catalogues of printed books, maps & music*. Cambridge: University press (segundo Merrett, 1979)

¹²⁸ Ver Anexo IV (Proença, 1919-1923).

¹²⁹ Boggs, Samuel Whittemore ; Lewis, Dorothy (1945) *The Classification and Cataloging of Maps and Atlases*. New York: Special Libraries Association (segundo Lubas, 2003 e Ristow, 1980: 32-48)

2 – Resumo de considerações sobre as disposições expressas nas fontes seleccionadas

Herbert Fordham (1896)

- **Título e Autor:** em muitos mapas deu preferência ao autor sobre o título, favorecia o procedimento de catalogar os mapas com os seus próprios títulos. Tendo sido criticado pela ausência de alguns títulos (de mapas inseridos em livros). No entanto considerava que deveriam ser facultadas entradas por: Título, Data, Autor (incluindo: gravadores, impressores e editores).
- **Descrição Principal:** um parágrafo com a seguinte sequência: dimensões do mapa, escala, nome do gravador ou do desenhador e uma nota sobre o original e respectiva data, se aplicável. Realçou a importância de distinguir as reimpressões de originais.
- **Data:** O ano de publicação era enfatizado, realçando que era mais importante para mapas do que para livros. Sugeriu o uso das marcas de água para auxiliar a datação dos mapas e indicou um método para distinguir as datas de reimpressões;
- **Notas sobre detalhes descritivos:** deviam incluir a margem, a orientação o meridiano principal, a latitude e a longitude. Deveriam, ainda, ser incluídas notas para divisões políticas, cursos de água, centros populacionais e detalhes como igrejas, parques, florestas, lagos, edifícios notáveis ou montanhas desde que estivessem representados. Considerava secundária a menção do mapa ser colorido à mão e essencial a referência ao seu estado original.
- **Descrição de analíticos:** recomendou que, idealmente, cada mapa inserido num atlas deveria ser catalogado separadamente (essas entradas deveriam sempre incluir o título do atlas em que o mapa estava inserido).

Thomas Letts (1902)

- **Título:** deveria ser atribuído sempre que não constasse no mapa. Mencionou a resolução de alguns problemas práticos para a menção de títulos, a opção de entrada deveria ser a do título e não a do autor.
- **Autor(es):** aconselhava a menção de todos os responsáveis (desenhadores, responsáveis pelos levantamentos, coordenadores, compiladores, editores), apenas se isso não implicasse a utilização de mais do que uma ficha.
- **Local de publicação e o editor:** eram registados para colecções de mapas e não para mapas individuais;
- **Datas:** eram de extraordinária importância, mais importantes que qualquer outro detalhe, se não constassem deveriam ser atribuídas;
- **Escala:** era um elemento valorizado (mais importante do que as dimensões do mapa);
- **Descrição física:** valorizava o processo de gravação;
- **Consideração genérica sobre a organização das colecções:** uma colecção simplesmente organizada seria melhor do que uma colecção parcialmente organizada (com partes catalogadas com detalhe, e outras desorganizadas). Aconselhando que, a não ser possível uma descrição completa para a totalidade das colecções, os mapas deveriam ser organizados por critérios simplificados (região geográfica, nome do país, tipologia e suporte).

Philips Lee Philips (1904)

- **Autor:** o cartógrafo, se este fosse desconhecido seria substituído pelo nome do editor;

- **Dados matemáticos:** Podia ser dada a escala ou as suas medidas; não se calculava quando nenhuma escala natural estava indicada;
- **Descrição física:** As dimensões deveriam considerar a mancha cartográfica (primeira dimensão a vertical e segunda a horizontal); relativamente aos mapas insertos não se deviam medir, a não ser que fizessem parte da mancha cartográfica principal;
- **Notas:** deveriam ser extensas com o objectivo de se descrever cada mapa de forma adequada.
- **Descrição de analíticos:** Os mapas contidos noutras publicações podiam ser catalogados separadamente (analíticos).
- **Descrição dos Atlas:** recomendava uma catalogação que combinava a informação preconizada para livros e mapas. Quando o autor não é conhecido o nome do editor substituiria o do autor, sendo esta a entrada principal.
- **Recomendava uma entrada de assunto por Área Geográfica** (divisão geográfica de forma abrangente, de acordo com a representação incluída no item); e, para a **recuperação dos Atlas**, aconselhava uma entrada separada por assunto, para que, todos os atlas, fossem representados num ficheiro único.

Raul Proença (1919-1924) – Ver anexo IV

Cambridge University Library's Rules (1927)

- **Título:** se o mapa não mencionasse título deveria atribuir-se um título que descrevesse a totalidade da região contemplada no mapa e usar as entradas secundárias para os restantes nomes; os títulos atribuídos deveriam ser mencionados entre parênteses rectos.
- **Escala:** a escala deveria ser incluída se fosse mencionada no próprio mapa.
- **Séries:** mencionar a indicação dos títulos das séries e dos números das folhas.
- **Notas:** descrição dos mapas insertos.

Importância da ordem de entradas:

- **Área Geográfica:** entrada principal por nome geográfico; As regras revelavam uma preocupação com a normalização dos nomes geográficos, designadamente recomendando o uso do Lippincott Gazetteer, e procedimentos para as alterações de nomes de países e cidades, com uma organização cronológica.
- **Autor(es):** por autor principal, desenhador ou compilador e entradas secundárias para os outros autores, ou colaboradores nos levantamentos, ou nos mapas insertos

Boogs e Lewis (1945)

- **Datas:** Salientaram a importância da data dos dados contidos no mapa (levantamentos) e não apenas as data de publicação ou de reimpressão.
- **Elementos de descrição genericamente:** salientaram todos os elementos descritivos dos seus predecessores.
- **Notas:** especificaram mais notas detalhadas.

Importância da ordem de entradas:

- **Área geográfica**
- **Assunto**
- **Data**
- **Autor** (ou editor)
- **Título.**

Recomendava estes acessos para todos os tipos de documentos com importância geográfica: Livros artigos e mapas.

ANEXO IV

Instruções relativas a documentos cartográficos nas *Regras para a redacção[...]* de Raul Proença (Proença, 1919-1923)

A. Catálogos onomástico, didascálico e topográfico

I GENERALIDADES

1.

Catálogos gerais o que compreendem.

Os catálogos gerais compreendem: todos os livros e folhetos impressos (incluindo os jornais, revistas e demais publicações periódicas) e as colecções de estampas, obras musicais e **atlas geográficos**, quando acompanhados de texto ou, pelo menos, com rôsto.

Não compreendem: as gravuras, **mapas e plantas isoladas**; as colecções de estampas, obras musicais e **atlas geográficos**, quando não sejam acompanhados de texto e não tenham rôsto; os manuscritos. Estas espécies que, pela natureza particular da sua descrição, não entram nos catálogos gerais, serão inventariadas e descritas em catálogos especiais.

Para a aplicação desta regra, não se considera como texto a simples epígrafe ou legenda explicativa dos mapas e gravuras, assim como o título das partituras (não dado em rosto) e a letra que acompanha a notação musical.

A existência de *catálogos especiais* de incunábulo, livros raros, etc., não impedirá que estas espécies figurem também nos catálogos gerais.

*Cf. Instrucciones, I*¹³⁰

20-10-919

2.

Os diferentes catálogos gerais.

Os catálogos gerais são os seguintes:

- a) o onomástico ou de autores;
- b) o didascálico ou de títulos;
- c) o ideográfico ou alfabético de assuntos;
- d) o sistemático ou metódico de matérias;
- e) o topográfico ou de inventário.

20-10-919

II REDACÇÃO DO VERBETE PRINCIPAL

F. Colacção

e) Ilustração

295.

¹³⁰ Junta Facultativa de Archivos, Bibliotecas y Museos (1902) - *Instructions para la redaccion de los catálogos en las bibliotecas públicas del Estado*. Madrid: J. F. A. B. M. (Biblioteca de la Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, II).

Elementos da ilustração e sua ordem

Mencionar as ilustrações pela seguinte ordem: frontispício, gravuras, estampas, fotografias, retratos, **mapas**, **plantas**, fac-similes, tabelas, diagramas ou figuras. As vinhetas, tarjas, etc. só serão mencionadas (e nesse caso em seguida às gravuras) quando tiverem grande valor artístico ou constituírem uma feição importante da obra. Adotar as abreviaturas fixadas no apêndice (II). Deve-se empregar o termo *gravura* (fr. *figure*, ing. *illustration*, al. *Figur* ou *Textabbildung*) quando as ilustrações fôrem insertas na composição tipográfica; e o de *estampa* (fr. *planche*, ing. *plate*, al. *Vollbild* ou *Bildertafel*) quando fora do texto. Não se deve empregar a palavra frontispício senão quando se trate de gravuras colocadas em frente do rosto ou que imediatamente o precedam. O frontispício pode ser um título gravado, um retrato, um **mapa** ou uma simples gravura. Escrever: front. (retr. de ...); front. (retr. do A.); front. (**mapa** de...); front. (grav. aleg.). Tratando-se duma gravura que não mereça qualificação especial, escrever apenas front.

Reservar-se há a palavra *diagrama* para o que ordinariamente se denomina gráfico, e a palavra *figura* para as figuras esquemáticas, diagramas geométricos, etc.

Empregar a abrev. c. (c. est., c. **mapas**, c. diagr., etc.) quando as ilustrações são compreendidas na paginação; caso contrário, separar por vírgula a ilustração da paginação.

232 p. XII est.
XII p., 120 est., [6 p.]

Quando há umas e outras, fazer menção delas em separado, interpondo-lhes as palavras e *mais*:

c. 33 est. e *mais* 20
c. 232 est. e *mais* 30 est.
c. front. e *mais* 42 est. e 4 **mapas**

A ordem das menções dos elementos da ilustração é a mesma que a da A. L. A.¹³¹ da L. of. C.¹³², e da C.B.B.¹³³ (161).

(Cf. regra nº 299)

16-9-920

296.

Processo da gravura e dimensões

American Library Association (1908) *Catalog rules author and title entries*. American Edition. Chicago: ALA. Compiled by Committees of the American Library Association and the (British) Library Association.

¹³² L. of C. Cat. Rules (Suppl). [on cards].

¹³³ Commission de la Bibliographie de Belgique (1911) *Règles catalographiques établies en connexion avec les règles catalographiques internationales*[...]. Bruxelles : B. B. F.

É conveniente mencionar em alguns casos a natureza da gravura de que se trata: de madeira, em cobre, fotografura, heliografura, litografia, etc. Para as gravuras de valor é necessário indicar as suas dimensões em mm.

323 x 385 mm.

16-9-920

297.

*O que as ilustrações
representam*

Não especificar na colação o que as ilustrações representam, senão nos seguintes casos, e mesmo então só quando tal especificação se possa fazer brevemente:

1º quando se trate de uma só ilustração, dentro de cada uma das categorias estabelecidas pela regra n.º 295.

- c. 1 retr. (do A.)
- c. 1 **mapa** (da África)
- c. 1 grav. (convento dos Jerónimos)

2º quando, tratando-se de mais duma ilustração, o seu assunto possa ser designado por uma só expressão.

- c. 28 **mapas** (dos Est. Unidos)
- c. 15 retr. (de Índios)
- c. 37 grav. (catedrais de França)

Cf. regra n.º 319 h.

16-9-920

298.

Ilustrações coloridas

Quando as ilustrações são coloridas, fazer menção desse facto: front. color., grav. color., est. color., fac-sim. color. No caso de **mapas** e diagramas especificar apenas quando isso seja importante.

Cf. regra n.º 299.

Cf. L. of C.¹³⁴, 1, II, 1.

16-9-920

¹³⁴ L. of C. Cat. Rules (Suppl). [on cards].

Número de ilustrações

Deve-se mencionar o número das ilustrações quando êle é dado no rosto, quando as ilustrações estão numeradas, ou quando é fácil averiguar o seu número duma maneira rápida e segura. (Usar algarismos romanos quando fôr essa a numeração adoptada no livro; em todos os outros casos usar algarismos árabes).

c. 314 grav.
c. front. 282 grav., 3 est. Color. e dois **mapas**

No caso contrário escrever simplesmente: c. grav., est., fac-sim., etc.

Se se tratar apenas de uma gravura, estampa etc., não escrever apenas c. grav., c. est. C. mapas; mas c. 1 grav.. c. 1 est., c. 1 mapa. Mas não 1 front.: simplesmente front. no plural fronts.

Se há gravuras, estampas, etc., coloridas (cf. regra 298) e outras que o não são, especificar, quando possível, o número das que o são:

314 grav. (3 color.)

Quando não fôr fácil a determinação, escrever

225 grav. (alg. Color.)

Dar, sempre que se trate de obras num só volume, o número de ilustrações de página (estampas, mapas, diagramas, etc.) quando a numeração das respectivas páginas não estiver incluída na paginação ou tiverem paginação especial. (Cf. regra n.º 295).

c. 325 grav., 14 est. e mais 20 est. e 12 **mapas**.

Quando o número de ilustrações dado na obra abrange também o dos retratos, mapas, etc., escrever:

235 grav. (incl. retr. e **mapas**)

6-3-920

*Numero de ilustrações.
Numeração errada*

Se o número de ilustrações, tal como é dado na parte da obra que serve de base à descrição catalográfica ou na última ilustração, no índice, etc., diferir do número real, escrever:

c. mais 35 [aliás 37] est.
c. LVII [aliás 53] grav.

Cf. regra n.º 319 g.

16-9-920

301.

*Numero de ilustrações.
Obras em vários volumes*

Em obras de vários volumes, mencionar apenas o total das ilustrações em todos os volumes, quando isso seja facilmente determinável. Quando nem todos os volumes tenham ilustrações especificar os que as têm.

c. grav. (vol. 3, 4 e 6).
c. front. (vol. 2).
c. fronts. (vol. 1, 3-5).

16/09/920

368.

*Regras comuns às remissões
especiais e às rubricas adicionais.*

Em seguida às rubricas onomásticas de que se faz remissão especial *ou* às rubricas adicionais é necessário mencionar sempre os elementos de identificação.

Sob a rubrica onomástica escrever em itálico, conforme as circunstâncias, as palavras *anotador, comentador, prefaciador, continuador, revisor, compilador, editor literário, resumidor, tradutor, adoptador, redactor, ilustrador, compositor, cartógrafo, praeses, disserens, inspirador*, ou quaisquer destas combinadas segundo os princípios estabelecidos na regra nº 45; *editor*, simplesmente, no caso da regra n.º 364, 3.º; *alón.*, no caso das regras n.ºs 71 364, 5.º; e pseudép. no caso das regras n.ºs 51 1 53, 55 e 364, 2.º.

15-12-920

IV
REGRAS ESPECIAIS
G. Varia
501.

As regras seguintes dizem respeito às espécies de publicações que, tendo um carácter especial, não fôram abrangidas pelas regras anteriores.

14-5-921

553.

Quando se trata da reprodução pela gravura de desenhos ou quadros dum artista, será o nome dêste a rubrica onomástica do V.P. (tais como, nos *Gowann's Art Books*, as reproduções de Rafael, Rubens, Botticelli, Ticiano, Van Dyck). O mesmo se fará com os desenhos, **plantas** e alçados dum architecto.

21-5-921

555.

Os verbetes redigidos para as ilustrações terão apenas como base a obra integral. A análise das gravuras ou outras ilustrações que dela fazem parte será apenas feita no catálogo iconográfico.

21-5-921

556.

Atlas geográficos.

Os atlas geográficos (cf. Regra n.º 1) **serão catalogados no nome do cartógrafo** ou do autor do texto conforme fôrem as cartas ou o texto a parte principal da obra. Remissões *ou* verbetes adicionais nos nomes dum ou doutro. Faz-se hão também remissões *ou* verbetes adicionais nos nomes do compilador ou editor literário, e também dos gravadores, desenhadores e litógrafos quando fôr fácil e se julgar conveniente.

Se o atlas é anónimo, não tendo menção de cartógrafo nem do compilador, a rubrica onomástica do V. P. deve ser constituída pelo nome do editor; em qualquer outro caso êste só pode ser rubrica onomástica dos verbetes remissivos *ou* adicionais, e isso apenas quando o atlas possa ser citado pelo seu nome.

Na colação indicar só o formato dimensões e não fazer referência ao número de cartas, nem ao de páginas quando não houver texto. No caso de existir texto, dar apenas as folhas ou páginas ocupadas por êle, com a menção *p. de texto*. (Cf., porém regra n.º 557, n.º 1º)..

Aplicar à análise dos atlas geográficos os princípios estabelecidos para as ilustrações pela regra n.º 555.

21-5-921

557.

Na catalogação dos **atlas geográficos** deverá indicar-se em anotação, sempre que as indicações do título fôrem insuficientes e na parte em que o fôrem:

1.º o número de cartas de que se compõe segundo os preceitos aplicáveis das regras n.ºs 299-301 e contando-se cada folha ou página de mapas como uma só carta, sem atender aos mapas incluídos ou juntos ao mapa principal;

2.º sua natureza (políticas, físicas, hidrográficas, geológicas, geodésicas, etnográficas, etc.), quando o atlas se não compuser de cartas de diversa natureza;

3.º região ou regiões que abrangem, mas sem especificação das que são representadas em cada uma das cartas;

4.º suas dimensões, expressas como vai indicado na regras relativas à catalogação das cartas geográficas;

5.º sua escala, quando fôr comum a todas as cartas componentes;

6.º sistema de projecções empregado nas mesmas condições do n.º antecedente e quando não se tratar do sistema usualmente adoptado.

Ex.º o *Atlas geográfico ibero-americano* de Benedito Chías y Carbó.

Atlas geográfico ibero-americano. España//Cartas corográficas cuidadosamente rectificadas por personal facultativo bajo la dirección del capitán de ingenieros D. Benedito Chías y Carbó. [1900-03] Barcelona, A. Martin. [Tip. de J. Vives].

2 vol. 38,5x27.

O 2.º vol. é de texto e tem o sub-t.: Descripción geográfica y estadística de las provincias españolas [...] Índice alfabético de los ayuntamientos con población de 1901. Por D. Manuel Escuda Bartolí.

d. no fim do 2.º volume.

52 cartas de 331x429

23-5-921

558.

Far-se há ainda menção de todos os **mapas relativos à Península Hispânica e a Portugal e suas colónias**, precedidos do respectivo número, quando se tratar dum atlas que se não refira especialmente à Península ou a Portugal. Se, porém se referir em especial à Península, indicar quais as cartas relativas a Portugal.

Ex.º o *Atlas de géographie moderne* de F. Schrader, F. Prudent e E. Anthoine, Paris 1896.

_____/Par F. Schrader, F. Prudent, E. Anthoine.
Contenant 64 cartes, imprimées en couleurs, accompagnées d'un texte géographique, statistique et ethnographique et d'environ 600 cartes de détail, figures, diagrammes, etc. 1896. Paris, Hachette et C.^{ie} [imp. Lahure].

38x25 : [142]fl. De texto, 35 [1] p.

Tem cartas geog. de D. Aitoff, G. Bagge, L. Beminger, R. Bolzé, J. Chardon; M. Chesneau H. Delachaux E. Giffaut, V. Huot, T. Weinreb.

Cartas de 310x416.

Cartas 25: Espagne et Portugal.

No fim (p.2-35): Ind. alf. dos n. geogr.

Tem junto: Année cartographique, en 12 fl. Incl. na colacção e 6 cartas.

23-5-921

B Catálogo Ideográfico

I GENERALIDADES

647.

Fins do catálogo ideográfico

As regras seguintes aplicam-se à elaboração do catálogo ideográfico ou alfabético de assuntos, que tem por fim resolver os seguintes problemas:

a) Quais as obras existentes na biblioteca sôbre tal *assunto* particular (química, fermentações, astrofísica, geometrias não euclidianas, mecânica celeste, hidrocarbonetos, vitaminas, carioscopia, cariocinese, pressão da radiação, insectos, abelhas, habitações operárias, operações de bolsa, história de Itália, Bolchevismo)?

b) Quais as obras em tal ou tal *forma* ou *género* literário (i, é, quais os almanaques, os cartulários, os forais, os códigos de posturas, os roteiros, os sermonários, as comédias, os dramas, as epopeias nacionais, os dicionários de russo, as enciclopédias)?

Há assim, no catálogo ideográfico, *rubricas de forma* e *rubricas de assunto*. (Para a maneira de as distinguir, cf. regra n.º 657.

10-8-921

650.

Serão excluídos do catálogo ideográfico geral os *verbetes ideográficos* e os *verbetes preliminares ideográficos* com *rubricas de forma* (cf. regra 647) relativas a:

- a) *ilustrações*, que farão parte do catálogo iconográfico;
- b) *obras musicais*, que farão parte do catálogo de música;
- c) **cartas e atlas geográficos**, que farão parte do catálogo especial de **mapas**.

Serão também excluídos, como é evidente (cf. Regra n.1) todos os verbetes, de forma ou assunto, relativos a manuscritos.

Não serão, porém, excluídos os *verbetes de assunto* relativos a qualquer das anteriores categorias *a*, *b*, e *c*. Assim, uma sonata não vai para o catálogo ideográfico geral, mas para o de música; vão, porém, para aquele todos os

estudos sobre sonatas. **Se um leitor pergunta: Quais os mapas que a biblioteca possui de tal região? é o catálogo de mapas que lhe dará a resposta.** Mas se pergunta: Quais as obras de cartografia existentes na biblioteca? é o catálogo geral que responderá à sua pergunta.

29-8-921

Regras para a redacção e constituição dos catálogos especiais

I GENERALIDADES 750.

As regras seguintes aplicam-se aos catálogos especiais das bibliotecas. Esses catálogos distribuem-se pelas quatro seguintes categorias:

A) Catálogos de espécies que não entram em regra nos catálogos gerais, a saber: a) **os mapas**; b) as gravuras; c) as músicas; d) os manuscritos; e) os códices iluminados;

B) Catálogos de espécies que entram nos catálogos gerais, mas de que, pela sua natureza particular, convém constituir catálogos especiais (Reservados, Incunábulos, Publicações periódicas, etc.);

C) Catálogos referentes a espécies que entram nos catálogos gerais, mas que devem ser também catalogadas sob rubricas especiais, como de Impressores e Línguas Estrangeiras;

D) Catálogos de espécies sem existência independente, isto é, que fazem parte de livros, manuscritos, etc. como *ex-libris* marcas de impressores, autógrafos, encadernações, etc.

16-3-923

751.

Os verbetes serão manuscritos, obedecendo em tudo o mais aos preceitos estabelecidos para os verbetes dos catálogos gerais pela regra nº 3. Todavia os catálogos de *ex-libris* e marcas de impressores serão redigidos em verbetes de maior formato, e os dos manuscritos em fichas das dimensões 12X18 cm.

16-3-923

II CATÁLOGOS ESPECIAIS DA CATEGORIA A

A. GENERALIDADES

752.

Constituição dos catálogos.

Os catálogos da categoria A compreenderão, não só as espécies dessa categoria contidas nas secções especiais de **Mapas**, Gravuras, Belas Artes e Manuscritos, como também as contidas nas outras secções, como apensos a livros ou fazendo parte da secção de Reservados. As espécies desta categoria incluídas em livros serão sempre catalogadas em especial, a não ser que se trate de peças pouco importantes, de pequena utilidade para o estudo ou de cujo objecto haja reproduções mais valiosas na biblioteca.

17-3-923

II CATÁLOGOS ESPECIAIS DA CATEGORIA A

B. CATÁLOGOS DE MAPAS

753.

Constituição.

Os catálogos de mapas compreenderão as seguintes espécies, quer impressas quer manuscritas:

- a) os **mapas ou plantas isoladas**;
- b) os **mapas contidos em livros ou atlas**;
- c) os **atlas sem texto nem rosto**;

d) os **atlas com texto ou rosto**, e que por isso (cf. regra n.º 1) entram também nos catálogos gerais.

Os verbetes relativos à classe *d* serão impressos (cf. regras n.ºs 1, 556-558).

Os catálogos de **mapas** compreenderão apenas os próprios mapas, e não os estudos sobre eles feitos.

17-3-923

754.

Espécies de catálogos.

O catálogo principal dos mapas será o ideográfico.

Far-se-ão além disso índices onomásticos e corporativos. Para os atlas redigir-se-á ainda um catálogo topográfico ou de inventário.

17-3-923

755.

Catálogo ideográfico.

O verbete ideográfico de **mapas ou plantas isoladas** será constituído pelos seguintes elementos:

- a) Notação topográfica (cf. regra n.º 759);
- b) Rubrica Ideográfica (cf. regra n.º 760-762);
- c) Data (cf. regra n.º 763);
- d) Reprodução do título e seus anexos (cf. regra n.º 764);
- e) Notas (cf. regra n.º 765-769).

17-3-923

756.

O verbete ideográfico de **mapas ou plantas contidas em livros ou atlas** será constituído pelos mesmos elementos que os que constam da regra n.º 755, e mais os seguintes, escritos dentro de chaves []:

- a) a palavra *In*;
- b) a rubrica onomástica do verbete referente ao livro ou atlas;
- c) a rubrica didascálica;
- d) a data da edição;
- e) o lugar de publicação;
- f) a página em que o mapa se encontra (cf. regra 771).

Para a análise de mapas contidos em livros cf. regra n.º 752.

A análise dos atlas far-se-á nas seguintes circunstâncias:

- a) para todos os mapas relativos à Península no seu conjunto, e a Portugal e as suas possessões, tanto actuais como passadas; b) para todos os mapas dos atlas manuscritos e dos impressos até ao fim do séc. XVII; c) para todas as plantas de cidades, rios, portos etc.; d) para todas as cartas que apresentem qualquer particularidade notável, ou relativas a regiões que só raramente se encontrem representadas.

17-3-923

757.

O verbete ideográfico de **mapas parcelares** inseridos noutros ou à sua margem compor-se há dos mesmos elementos, *mutatis mutandis*, que os mencionados na regra anterior.

Os verbetes correspondentes só se redigirão no caso de êsses **mapas** terem relativa importância.

17-3-923

758.

O verbete ideográfico dos **atlas sem texto nem rosto** será redigido em conformidade com a regra n.º 755 e com as regras n.ºs 556-558, na parte em que fôrem compatíveis com aquela regra. Os atlas com texto ou rosto serão catalogados nos termos das regras n.ºs 556-558, tendo, pois, de se inscrever sobre as rubricas impressas, as respectivas rubricas ideográficas.

Para a anotação cf. regra n.º 766.

17-3-923

759.

Catálogo ideográfico
Notação topográfica.

A notação topográfica de **mapas ou plantas contidas em pastas** será expressa sob a forma dum quebrado, cujo denominador designará o número da pasta e o numerador o do mapa dentro dela: C $\frac{13}{22}$.

17-3-923

760.

Catálogo ideográfico
Rubricas.

As rubricas ideográficas serão constituídas pelo nome da região representada, como parte do mundo, oceano, província, distrito, cidade, rio, montanha, etc. Se a região representada estiver incluída dentro das fronteiras de determinado país, constituir a rubrica pelo nome do país, seguido pelo da região, Assim:

Mundo.
Europa.
Árticas (Regiões)
Estados Unidos. Califórnia.
Portugal. Minho. Braga.
Portugal. Beiras. Coimbra (Distrito de).
Espanha. Tejo (Rio).
Portugal. Tejo (Rio).

Mas:

Açores. Terceira.

E não:

Portugal. Açores. Terceira.

17-3-923

761.

Catálogo ideográfico

Em seguida às rubricas ideográficas constituídas em conformidade com a regra nº 757, indicar-se há a natureza especial do **mapa**, ou **planta** fazendo-se uso em todos os casos da palavra **Cartas**: Cartas batimétricas – botânicas e agrícolas – comerciais – demográficas – etnográficas – ferro-viárias – florestais – geodésicas – geológicas – hidrográficas – hipsométricas – históricas – itinerárias – lacustres – litológicas – magnéticas – marítimas – meteorológicas – militares – orográficas – postais e telegráficas – religiosas – zoológicas, etc. *Mas não*: físicas – políticas.

Ex^{os}:

França. – *Cartas geológicas*

Portugal. Beiras. Coimbra (Distrito de). – *Cartas itinerárias*

17-3-923

762.

Os atlas serão catalogados sob duas rubricas:

a) de assunto, constituídas em conformidade com a regra nº 760, e seguidas pelas sub-rubricas indicadas na regra n.º 761, com substituição da palavra **Cartas** pela de **Atlas**: Atlas agrícolas – comerciais, etc.;

b) de forma, constituída pelas palavras **Atlas**, Atlas históricos, etc., com a sub-rubrica da parte do mundo ou país a que se referem.

(cf. *Catálogo ideográfico – Sub-rubricas gerais – lista F*).

Ex.º

Atlas históricos. – França.

Os **portulanos** serão catalogados sob a rubrica **Portulanos**.
Remissão de **Atlas**, e **Atlas marítimos**.

19-03-923

763.

Catálogo ideográfico.

Data.

A data a transcrever logo em seguida à rubrica ideográfica é a da publicação ou edição, e não a do levantamento.

Quando um **mapa** contido num livro não tiver data própria, e não fôr possível determiná-la, transcrever dentro de chaves a data do livro seguida dum ponto de interrogação.

A data será sempre escrita dentro de chaves quando não figure na carta.

19-03-923

764.

Catálogo ideográfico.

Reprodução do título e seus anexos.

Na reprodução dos dizeres da legenda far-se há a transcrição de todos os dados importantes (**título, data, autor, gravador, corporação, editora, escala**, etc.) pela ordem exacta por que essas menções se sucederem no mapa. Só será reproduzida a **escala numérica**, e sob a forma **1 : 5.000, 1 : 100.000**, etc. Quando só fôr dada a **escala gráfica**, **deve-se traduzi-la em numérica**, caso o **cálculo** se possa fazer rapidamente, mencionando o resultado dentro de chaves. De contrário, dar a equivalência da **escala** em milímetros. Para os casos em que o mapa não tenha **nenhuma espécie de escala**, cf. regra nº 767.

19-03-923

765.

Catálogo ideográfico.

Notas.

Em anotação fazer referência, sempre que os dizeres do **mapa** (cf. regra nº 764) sejam insuficientes, e na parte em que o forem:

- a) do **cartógrafo, gravador, etc.**;
- b) da **corporação editora**;
- c) da **data**;

- d) do lugar de publicação;
- e) do editor;
- f) da escala ou grau de latitude (cf. regra n.º 767);
- g) das dimensões;
- h) de outras circunstâncias da espécie ou exemplar que mereçam especial menção, aplicando-se neste caso as disposições gerais das regras n.ºs 304-344. Em especial fazer referência a todas as extensões dos mapas para fora da quadrícula dos graus; da inserção dum mapa noutro ou à sua margem; da região representada, carácter do mapa, etc.; do sistema de projecções, quando diferente do ordinário; do facto de ser manuscrito, colorido, etc.; da matéria, quando diferente da ordinária (pergaminho, pele, etc.);
- i) nota bibliográfica.

19-3-923

766.

Na anotação dos atlas sem texto nem rosto fazer a menção em sumário das quatro primeiras cartas, e de todas as que se referirem a Portugal ou seus domínios, tanto actuais como passados.

30-04-923

767.

Sempre que o mapa não tenha escala, nem gráfica nem numérica (cf. regra n.º 764), e não seja fácil determiná-la, dar a medida do grau de latitude média. Quando nem a escala nem o grau puderem ser determinados, dar apenas as dimensões da carta (cf. regra n.º 768).

30-04-923

768.

As dimensões serão expressas em centímetros, e medidas dentro da esquadria. Será dado primeiro o comprimento, e depois a largura, determinando-se, aquêle pela colocação do mapa em posição tal que se possa ler o seu título. Quando o título estiver na margem do mapa, ou êste se estenda sôbre ela, não incluir essas extensões na medida das dimensões do mapa (cf. regra 765 h).

30-04-923

769.

Fazer referência às **bibliografias em que o mapa seja minuciosamente descrito**, e em especial ao catálogo da *Exposição de cartographia nacional* (1903-04) publicado pela Sociedade de Geografia de Lisboa sob a direcção de Ernesto de Vasconcelos.

30-04-923

770.

Catálogo ideográfico.
Indicações gráficas.

Separar os diferentes elementos geográficos da rubrica por pontos finais, e a rubrica e sub-rubrica por ponto e traço.

França. Bretanha. – Cartas
Açores. Terceira. – Cartas.
Portugal. – Cartas hipsométricas.

A data é escrita na linha imediatamente inferior e ao meio do verbete.

As notas serão distribuídas pelos parágrafos seguintes: 1.º) as das alíneas *a* e *e* da regra 765; 2.º) as das alíneas *f* e *g*; 3.º) as das alíneas *h*, excluindo as do n.º 4.º e 5.º; 4.º) o assunto da carta; 5.º) **os mapas nela incluídos**; 6.º) as notas a que se refere a alínea *i*. Estas últimas notas (notas bibliográficas) são escritas no canto inferior esquerdo do verbete.

2-05-923

771.

Catálogo ideográfico.
Caso especial.

No caso em que **um mapa ou planta esteja intercalado entre duas páginas de um livro**, fazer menção destas, conforme o exemplo: entre p. 30 e 31. Encontrando-se o mapa ou planta no fim do volume, escrever *in fine*, dando-se ainda o número do mapa, no caso de existirem diversos nestas condições. Se o mapa constitui o frontispício do volume, indicar essa circunstância por meio da abreviatura *front.*

2-05-923

772.

Índice onomástico.

O verbete onomástico compreenderá: notação topográfica; rubrica onomástica; título do **mapa**; data; lugar da edição; rubrica ideográfica precedida da abreviatura V.

A rubrica onomástica será constituída pelo nome do **cartógrafo**; na falta do nome do cartógrafo, pelo do editor; na falta de um e de outro, pelo do gravador. Remissão em todos os casos no nome do editor, e no do gravador quando notável.

2-05-923

773.

Índice corporativo.

O índice corporativo compreenderá os verbetes relativos às espécies publicadas por corporações, e que por isso tem de ser catalogadas no seu nome.

O verbete será redigido em harmonia com os preceitos da regra n.º 772, *mutatis mutandis*.

2-05-923

774.

Ordenação.

Dispor-se hão os verbetes nas seguintes séries:

- a) Catálogo ideográfico por nomes geográficos;**
- b) Catálogo cronológico dos atlas;**
- c) Catálogo cronológico dos portulanos;**
- d) Índice onomástico;**
- e) Índice corporativo;**
- f) Catálogo topográfico dos atlas.**

O catálogo ideográfico dos **mapas** e os índices onomástico e corporativo serão dispostos por ordem alfabética das respectivas rubricas, aplicando-se na alfabetação duns e doutros os preceitos correspondentes das regras gerais de catalogação.

O arranjo dentro da mesma rubrica ideográfica far-se há por ordem cronológica das edições. Quanto ao inventário dos **atlas**, será a cota o seu elemento ordenador.

2-05-923

II
CATÁLOGOS ESPECIAIS DA CATEGORIA A

C. CATÁLOGOS ICONOGRÁFICOS

775.

Constituição.

Os catálogos iconográficos compreenderão as seguintes espécies:

- a) os desenhos, quadros, iluminuras, fotografias, litografias, etc.;
- b) as gravuras isoladas;
- c) as gravuras ou outras ilustrações contidas em livros ou em colecções de estampas;
- d) as colecções de gravuras sem texto nem rosto;
- e) as colecções de gravuras com texto ou rosto, e por isso (cf. regra n.º 1) entram também nos catálogos gerais.

Os verbetes relativos à classe e serão impressos.

Estes catálogos compreenderão apenas as espécies icónicas, e não os estudos sôbre elas feitos.

2-05-923

784.

Catálogo ideográfico.
Género iconográfico, etc.

Fazer referência:

a) ao género iconográfico e processo de ilustração, excepto quando se tratar de gravura a buril, caso em que se fará apenas menção da abreviatura *grav.*
Ex.: Quadro a óleo. – Des. a carvão. – Aguarela. – Ag. – f. – Sanguínea. – Grav. em mad. – Grav. a claro-esc. – Litog. – Cromolitog. – Caricatura. – **Planta.** – Alçado. – Secção.

b) à matéria sôbre que é feita a ilustração, quando não fôr papel ou cartão.
Ex.º: Quadro a óleo em tábuas.

4-05-923

ANEXO V

Análise e caracterização de catálogos de exposições de cartografia: 1992- 2004

SUMÁRIO

Anexo V.1	BPMP (1992) <i>A pintura do mundo: geografia portuguesa e cartografia dos séculos XVI a XVIII: catálogo da exposição.</i> Biblioteca Pública Municipal. Porto: Câmara Municipal.	156
Anexo V.2	REAL, M. L., coord. (1992) <i>Uma cartografia exemplar: o Porto em 1892: exposição comemorativa do 1º centenário da carta topográfica de A. G. Teles Ferreira.</i> Porto: Câmara Municipal. . .	159
Anexo V.3	RESENDE, M. T. ; PAULINO, F., coord. (1994) <i>Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII: imagens de Portugal e Ilhas Atlânticas.</i> Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	162
Anexo V.4	MARQUES, A. P. (1996) <i>A cartografia portuguesa do Japão: séculos XVI-XVII: catálogo das cartas portuguesas.</i> Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.	165
Anexo V.5	BARRETO, L. F., coord. (1997) <i>Cartografia de Macau: séculos XVI e XVII.</i> Lisboa: Missão de Macau em Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau.	168
Anexo V.6	MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997) <i>Cartografia de Lisboa: séculos XVII a XX: catálogo de exposição.</i> Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	171
Anexo V.7	MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997a) <i>Cartografia e diplomacia no Brasil do Século XVIII.</i> Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses. .	174
Anexo V.8	MAGALHÃES, J. R. ; GARCIA, J. C. ; FLORES, J. M., coord. (1997b) <i>As fronteiras de África: catálogo de exposição.</i> Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.	177
Anexo V.9	MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997c) <i>Lugares e regiões em mapas antigos: exposição.</i> Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses. .	180
Anexo V.10	MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997d) <i>Macau a cidade e o porto: catálogo de exposição.</i> Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	183
Anexo V.11	MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997e) <i>Tesouros da cartografia portuguesa.</i> Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.	186

Anexo V.12	MENDONÇA, R. coord. (1997) <i>A engenharia militar e a construção: 350 anos de história</i> . [Lisboa]: Regimento de Engenharia Nº 1.	189
Anexo V.13	DAVEAU, S. (1998) "O novo conhecimento geográfico do Mundo". In: <i>Gravura e conhecimento do mundo: o livro impresso ilustrado nas colecções da BN</i> . Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 125-198.	192
Anexo V.14	CABRAL, L., coord. (1999) <i>As Américas: cartografia da independência, sécs. XVIII-XIX</i> . Porto: Biblioteca Pública Municipal.	195
Anexo V.15	DIAS, M. H. ; BOTELHO, H. F., coord. (1999) <i>Quatro séculos de imagens da cartografia portuguesa = Four centuries of images from Portuguese cartography</i> . Lisboa: Comissão Nacional de Geografia.	198
Anexo V.16	COSTA, Jorge, coord. (2000) <i>A Terra de Vera Cruz: viagens, descrições e mapas do séc. XVIII</i> . Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.	201
Anexo V.17	GARCIA, J. C.; FEIJÃO, M. J., coord. (2001) <i>A nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional 1700-1822</i> . Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	204
Anexo V.18	PEIXOTO, A. M. ; VIANA, R. A. F., coord. (2001) <i>O litoral e a cidade: matizes cartográficas</i> . Viana do Castelo: Arquivo Municipal.	207
Anexo V.19	GARCIA, J. C., coord. (2002) <i>A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Ínsua</i> . Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	210
Anexo V.20	BOIÇA, J. M. F. coord. (2003) <i>Cartografia de Oeiras: 4 séculos de representação do território: do século XVI ao século XX</i> . Lisboa: Câmara Municipal de Oeiras.	213
Anexo V.21	CARITA, R. (2003) <i>Conhecimento e definição do território: os engenheiros militares: séculos XVII-XIX</i> . Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Engenharia, Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar.	216
Anexo V.22	ALMEIDA, A. C.; [et. al.], coord. (2004) <i>Olhar o Mundo, ler o território: uma viagem pelos mapas</i> . Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, Instituto de Estudos Geográficos.	220

ANEXO V.1

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *A pintura do mundo: geografia portuguesa e cartografia dos séculos XVI a XVIII: catálogo da exposição*
- **Autor:** Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- **Autor do texto:** Suzanne Daveau
- **Seleção das obras:** João Garcia e Laura Soares
- **Descrição bibliográfica:** Maria Adelaide Meireles
- **Local de edição, editor e data:** Porto: Câmara Municipal, 1992
- **Descrição física:** 89 p.: il., 11 rep. mapas color; 23 cm
- **ISBN:** 972-634-068-3

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar uma parte da colecção primitiva da Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto, que em 1833, foi designada por *Mapas & Atlas*, numa exposição organizada por iniciativa do Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por ocasião do *VI Colóquio Ibérico de Geografia*, que decorreu no Porto em Setembro de 1992. Esta iniciativa integrou-se, também, no conjunto das comemorações do 150º aniversário da abertura oficial da Biblioteca, em 1842, e, simultaneamente, nas Comemorações dos 500 anos dos Descobrimentos Portugueses.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

Identificação da colecção: Uma parte da colecção da Biblioteca Pública Municipal do Porto

b) Apresenta várias colecções

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação:
- **Geográfico**
Designação:
- **Cronológico**
Designação: século XVI-XVIII
- **Tipológico:**
Designação: Plantas e mapas topográficos e hidrográficos da colecção primitiva.

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos Impressos

b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVI - XVIII

c) **Área geográfica:** Mais representada: Portugal, ex-colónias portuguesas. Nos atlas encontram-se representados todos os continentes e, ainda, 2 mapas regionais da Catalunha.

d) **Tipologia:** plantas, mapas corográficos, topográficos, de triangulação, de batalhas, de fronteira e hidrográficos.

e) **Número de descrições bibliográficas:** 46 (19 descrições de cartografia impressa e 27 de cartografia manuscrita)

f) Língua

Monolingué Bilingue Multilingue

g) Reproduções

- Sem reproduções
- Totalidade dos mapas

- Apenas uma parte Percentagem: 23,9%
- **Critério de seleção:** Documentos cartográficos que fazem parte da primeiras coleções da biblioteca e que não tenham sido, anteriormente, divulgados noutros catálogos.
- **Características das reproduções:**
 - P&b **Color.**
 - Proporção da redução:** não é possível encontrar a proporção de redução uma vez que, na descrição física dos mapas, não são mencionadas as dimensões originais.
 - Legibilidade:** muito relacionada com a redução, em algumas das reproduções a legibilidade mantêm-se, no entanto, funcionam genericamente, como imagens indicativas.
 - Localização das reproduções:** nas páginas ímpares
 - Junto à descrição bibliográfica**
 - Separadas da descrição bibliográfica**
 - Obs.:** As reproduções apresentam-se, nas páginas ímpares com a menção do número de registo bibliográfico a que pertencem.
- **Ilustrações**¹

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

a) Editor

- Biblioteca
 - Arquivo
 - Centro de Documentação
 - Mapoteca
 - Centro produtor de cartografia
 - **Outro(s)**
- Designação(ões):** Biblioteca Pública Municipal do Porto

b) **Tiragem:** 1500 exemplares

c) **Menção de Distribuição**

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. Organizado em 4 núcleos, designadamente: "Livros Manuscritos", "Livros Impressos", "Cartografia Manuscrita", "Cartografia Impressa"; Cada um dos núcleos está ordenado por autores, ou por títulos, no caso de obras anónimas.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**

¹ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 - Escala
 - Coordenadas
 - Projecção
 - Equinócios
 - N.A.²
 - N.A.
- **Pé de imprensa**
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- **Descrição física**
 - Tipo
 - Extensão
 - Técnica
 - Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência³
 - Cota
- **Informação adicional⁴**

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições não estão em conformidade com o recomendado pelas ISBD(CM), não contendo os elementos mínimos de descrição recomendados para material cartográfico, no entanto, apresentam uniformidade de critérios. Os elementos de informação mencionados são: título, autor, data e cota, para os manuscritos e, para os impressos, acresce a menção de local de edição e editor.

10 - Menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

² N.A. = Não Aplicável

³ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁴ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.2

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Uma cartografia exemplar: o Porto em 1892: exposição comemorativa do 1º centenário da carta topográfica de A. G. Teles Ferreira*
- **Autor(es):** Manuel Luís Real, Coord.
- **Pesquisa e catálogo:** Maria Helena Gil Braga e Paula Cunha
- **Local de edição, editor e data:** Porto : Câmara Municipal, 1992 **Descrição física:** 114, [3] p. : il , 10 rep. mapas p&b; 22 cm
ISBN 972-605-030-8

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar grandes momentos da cartografia portuense (equipamentos antigos de topografia e vários documentos de arquivo relacionados com a elaboração da carta da carta topográfica da cidade do Porto). Trata-se do catálogo de uma exposição produzida no contexto do *VI Colóquio Ibérico de Geografia* e das Comemorações do Centenário da Revolta de 31 de Janeiro.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional- **Particular**
Totalidade da colecção
Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções:

Arquivo Histórico e Municipal do Porto, Clube Portuense, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Museu de Etnologia do Porto, Museu Nacional de Soares dos Reis; Colecção Particular.

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação: Carta topográfica de A. G. Teles Ferreira
- **Geográfico**
Designação:
- **Cronológico**
Designação:
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos Impressos

b) **Cobertura cronológica:** século XIX

c) **Área geográfica:** Porto

d) **Tipologia:** plantas.

e) **Número de descrições bibliográficas:** 13

Obs.: os mapas estão incluídos, sequencialmente, entre o nº153 e 165, são os últimos documentos (numa lógica de que documentos anteriores estão relacionados com a preparação dos mapas) sob o subtítulo: "Cartas topográficas".

f) Língua

Monolíngue Bilingue Multilíngue

g) Reproduções

- **Sem reproduções**
- **Totalidade dos mapas**

- **Apenas uma parte** ■ **Percentagem:** 77%⁵
- **Critério de selecção:** documentos mais representativos
- **Características das reproduções:**
 - P&b ■ **Color.**
 - Proporção da redução:** muito variável, de acordo com as dimensões do mapa, entre uma redução de cerca de 70% (nº154) e outra, de cerca de 88% (nº 162); mantêm alguma proporcionalidade de redução relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções muito significativas.
 - Legibilidade:** não se verificam possibilidades de leitura, dadas as grandes dimensões da maioria das obras e, conseqüentemente, a grande percentagem de reduções e, ainda, a fraca qualidade da reprodução.
- **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica
 - Separadas da descrição bibliográfica ■
 - Obs.:** Cada reprodução apresenta-se em folhas intercalas com o texto e não junto à reprodução cartográfica.
- **Ilustrações**⁶

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

b) Editor

- Biblioteca
 - Arquivo ■
 - Centro de Documentação
 - Mapoteca
 - Centro produtor de cartografia
 - **Outro(s)**
- Designação(ões):** Arquivo Municipal do Porto

b) Tiragem: 1000 exemplares

c) Menção de Distribuição

Sim Não ■

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico ■
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. Inicia-se com um mapa de Portugal de Lucas Jans Waghenaer seguido de mapas do Porto, ordenados cronologicamente, desde cerca de 1813 a cerca de 1892.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices ■
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

⁵ Esta percentagem é calculada como se uma folha, de uma série cartográfica, fosse representativa da série descrita num registo bibliográfico pese embora o elevado número de folhas que constituem essa série.

⁶ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 - Escala Projecção N.A.⁷
 - Coordenadas Equinócios N.A.
- **Pé de imprensa**
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- **Descrição física**
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência⁸
 - Cota
- **Informação adicional⁹**

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

- a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia
- Sim Não
- b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:
- Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

- Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

De uma forma geral as descrições bibliográficas estão de acordo com o recomendado pelas ISBD (CM), incluindo a designação específica do tipo de material. Apresentam os elementos relativos à escala (apenas os N^os 160 e 161 que não apresentam escala calculada, referindo as medidas mencionada na escala gráfica), as dimensões não estão referidas em conformidade com o que é recomendado, mas, apresentam-se sempre de acordo com os mesmos critérios.

10 – Não é explícita a participação de técnicos ligados à biblioteconomia, no entanto, dada a qualidade dos registos, é provável que tenha contado com colaboradores especializados.

⁷ N.A. = Não Aplicável

⁸ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁹ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.3

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII: imagens de Portugal e Ilhas Atlânticas*
- **Autor(es):** Maria Teresa Resende; Francisco Faria Paulino, Coord.
- **Autor dos Textos:** Maria Teresa Resende, Introd. Maria Fernanda Alegria, João Carlos Garcia
- **Autor das Descrições Bibliográficas:** Maria Teresa Resende
- **Local de edição, editor e data:** Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994
- **Descrição física:** 146 p. : il., 51 rep. mapas color; ; 30 cm
ISBN: 972-9147-11-6; 972-96066-0-9

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar representações cartográficas da Península Ibérica, Portugal e Ilhas Atlânticas (Açores, Madeira e Canárias) impressas, dos séculos XVI e XVII. Trata-se do catálogo de uma exposição produzida no âmbito das Comemorações do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional **Particular**
Totalidade da colecção
Parte da colecção
Identificação da colecção: colecção particular, de Dr. António Miranda.

b) Apresenta várias colecções

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim **Não**

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta:

A selecção pretende constituir-se como um conjunto significativo da totalidade da colecção.

- **Temático:**
Designação:
- **Geográfico**
Designação: Península Ibérica, Portugal e ilhas atlânticas (Açores, Madeira e Canárias)
- **Cronológico:**
Designação: XVI - XVII
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

- a) Manuscritos Impressos
- b) **Cobertura cronológica:** XVI - XVII
- c) **Área geográfica:** Península Ibérica, Portugal e Ilhas atlânticas (Açores, Madeira e Canárias)
- d) **Tipologia:** Mapas topográficos, hidrográficos e vistas
- e) **Número de descrições bibliográficas:** 51
- f) **Língua**
Monolingue Bilingue Multilingue
- g) **Reproduções**
- **Sem reproduções**
 - **Totalidade dos mapas**
 - **Apenas uma parte** **Percentagem:**
 - **Critério de selecção:**

- **Características da reprodução:**
 P&b **Color.**
Proporção da redução: muito variável, de acordo com as dimensões dos mapas, entre reduções de cerca de: 80 % (nº 41) e, ampliações, de cerca de: 165% (nº 12). De uma forma geral mantêm a proporcionalidade de redução, relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções.
Legibilidade: muito relacionada com a percentagem de redução. Para a grande maioria não apresenta condições de legibilidade.
- **Localização das reproduções:**
 Junto à descrição bibliográfica
 Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**¹⁰

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

c) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)
 Designação(ões): Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

b) Entidades financiadoras da edição

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

c) Tiragem: 2000 exemplares

c) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs: O catálogo encontra-se organizado em 6 núcleos, designadamente: *Hispania Ptolomaica*; *A nova Península Ibérica*; *Portugal Continental*; *O Litoral Português*; *Ilhas atlânticas* e finalmente *As Cidades*, um pequeno núcleo, dedicado às cidades portuguesas, com 3 vistas (Lisboa, Coimbra e Braga)

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- Título
- Autor

¹⁰ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

ANEXO V.4

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *A cartografia portuguesa do Japão: séculos XVI-XVII: catálogo das cartas portuguesas*
- **Autor:** Alfredo Pinheiro Marques, tradução Martin A. Kayman
- **Descrição bibliográfica:** Alfredo Pinheiro Marques
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, D.L. 1996.
- **Descrição física:** 254 p. : il., 94 rep. mapas color ; 28 cm .
- **ISBN :** ISBN 972-27-0815-5

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgação da cartografia portuguesa do Japão, dos séculos XVI e XVII. Esta iniciativa inseriu-se no programa das Comemorações dos 450 anos de Amizade Portugal-Japão, celebrados em 1993. Este catálogo inclui a referência a documentos cartográficos, sobre o Japão, divulgados na obra *Portugaliae Monumenta Cartographica*, publicada em 1960, e na adenda de actualização a esta obra, publicada em 1988, apresentando, apenas, 3 mapas que não constam naquelas publicações (respectivamente os números 56, 62 e 93).

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional Particular
Totalidade da colecção
Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções: ■

Grande diversidade de colecções de instituições portuguesas e estrangeiras, bem como de colecções de particulares.

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não ■

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação: .
- **Geográfico** ■
Designação: Japão
- **Cronológico** ■
Designação: século XVI-XVII
- **Tipológico:**
Designação: .

3.4 – Conteúdo

- a) Manuscritos ■ Impressos ■
- b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVI - XVII
- c) **Área geográfica:** Japão e Extremo Oriente
- d) **Tipologia:** todos os tipos de mapas do período cronológico e área geográfica referida, maioritariamente, mapas náuticos e planisférios (cerca de 40%)
- e) **Número de descrições bibliográficas:** 94
- Obs.: São referidos, em adenda, 2 mapas que se encontram desaparecidos (um dos quais vem referido nos PMC, e outro, que foi descoberto posteriormente).
- f) **Língua**
Monolingué Bilingue ■ Multilingue
Designação da(s) línguas: Português e inglês
- g) **Reproduções**

- **Sem reproduções**
- **Totalidade dos mapas**
- **Apenas uma parte** **Percentagem:**
- **Critério de selecção:**
- **Caraterísticas da reprodução:**
 - P&b
 - Color.**
- **Proporção da redução:** não é possível calcular as proporções de redução, porque as descrições não apresentam as dimensões do original.
- **Legibilidade:** as possibilidades de leitura das reproduções são muito reduzidas porque uma grande parte dos documentos (planisférios e mapas de grandes áreas geográficas) foram submetidos a grandes reduções.
- **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica**
 - Separadas da descrição bibliográfica**
- **Obs.:** Cada reprodução apresenta-se ao lado do registo bibliográfico correspondente o que facilita a leitura, de conjunto, enquanto imagem de referência.
- **Ilustrações**¹⁴

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

d) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- **Outro(s)**
 - Designação(ões):** Imprensa Nacional Casa da Moeda
 - Outras entidades financiadoras da edição:** Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Fundação Oriente

b) **Tiragem:** 1000 exemplares

c) **Menção de Distribuição**

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

5.2 – Outros pontos de acesso

- **Sem índices**
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

¹⁴ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 - Escala
 - Coordenadas
 - Equinócios
 - Projecção
 - N.A.¹⁵
 - N.A.
- **Pé de imprensa**
- Lugar de edição ou N.A.
- Editor ou N.A.
- Data
- **Descrição física**
 - Tipo
 - Extensão
 - Técnica
 - Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência¹⁶
 - Cota
- **Informação adicional**¹⁷

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas não mencionam a ordem, nem os elementos mínimos, de informação recomendados pelas ISBD(CM), no entanto, apresentam-se com uniformidade de critérios, de acordo com os princípios definidos na introdução do catálogo.

De uma forma geral as descrições apresentam apenas as indicações do autor e título, ou, nos casos em que se trate de um mapa inserido num atlas (ou outra obra de conjunto) a indicação da inserção do mapa na obra, bem como, a menção do possuidor (biblioteca ou colecção particular) e, em alguns casos, a cota. As descrições indicam, em nota, a localização destes mapas, nos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, e apresentam uma pequena nota sobre o mapa.

10 – Não menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

¹⁵ N.A. = Não Aplicável

¹⁶ Instituição/ Colecção a que pertencem

¹⁷ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.5

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Cartografia de Macau: séculos XVI e XVII*
- **Autor:** Luís Filipe Barreto, Coord. Científico
- **Descrição bibliográfica:** Luís Filipe Barreto
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Missão de Macau em Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 1997
- **Descrição física:** 52 p.: il., 24 rep. mapas color; 23 cm
- **ISBN :** Não possui

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar a cartografia de Macau dos séculos XVI-XVII, no âmbito de um ciclo de conferências sobre a condição de Macau, através de uma exposição produzida na Missão de Macau, em Lisboa, em 1997.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

- Institucional-** **Particular**
Totalidade da colecção
Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções:

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; British Library; Biblioteca Estense, Modena; Biblioteca Nacional de França; Colecção Bois Penrose, Devon, Pennsylvania; Academia das Ciências de Lisboa, The Newberry Library, Chicago; Huntington Library, S. Marino Califórnia; Biblioteca Nacional de Portugal; Colecção particular de Carlos M Figueira; Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora; Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra; Biblioteca do Palácio Ducal da Casa de Bragança, Vila Viçosa; Biblioteca da Ajuda.

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação:.
- **Geográfico**
Designação: Macau e Ásia Oriental
- **Cronológico**
Designação: século XVI-XVII
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

- a) Manuscritos Impressos
b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVI - XVII
c) **Área geográfica:** Macau e Ásia oriental
d) **Tipologia:** Mapas náuticos da Ásia e plantas de Macau
e) **Número de descrições bibliográficas:** 20
f) **Língua:**
Monolíngue Bilingue Multilíngue
g) **Reproduções**
 - **Sem reproduções**
 - **Totalidade dos mapas**
 - **Apenas uma parte** **Porcentagem:**
 - **Critério de selecção:**

- **Características da reprodução:**
P&b Color.
Proporção da redução: não é possível calcular, porque as descrições não apresentam a indicação das dimensões do documento.
Legibilidade: Em alguns casos, nas reproduções de documentos de menores dimensões (plantas), verifica-se a possibilidade de leitura, outros, pelas elevadas percentagens de reduções, (mapas da Ásia), não apresentam legibilidade.
- **Localização das reproduções:**
Junto à descrição bibliográfica
Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**¹⁸

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

e) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Missão de Macau em Lisboa. Centro Científico e Cultural de Macau

b) Tiragem: não menciona.

c) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. está ordenado de acordo com os dois núcleos da exposição, designadamente: Cartas da Ásia Oriental; Cartas e Plantas da Cidade Portuária.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia e/ou Temático
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- Título

¹⁸ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 Escala Projecção N.A.¹⁹
 Coordenadas Equinócios N.A.
- **Pé de Imprensa**
 Lugar de edição ou N.A.
 Editor ou N.A.
 Data
- **Descrição física**
 Tipo Extensão Técnica Cor
 Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 Proveniência²⁰
 Cota
- **Informação adicional**²¹

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições não se apresentam em conformidade com as ISBD(CM), mas, de uma forma geral, apresentam uniformidade de critérios de descrição. Como elementos de informação, as descrições, mencionam as indicações de autor e título, bem como, de inserção da obra no conjunto da publicação (nos casos em que se trata de um mapa inserido num atlas, ou em outra obra de conjunto). Algumas das descrições são acompanhadas de comentários, que incidem sobre dados biográficos dos autores, ou, de inserção da obra num contexto mais alargado (história da cartografia ou da história de Macau).

10 – Não menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

¹⁹ N.A. = Não Aplicável

²⁰ Instituição/ Colecção a que pertencem

²¹ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.6

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Cartografia de Lisboa: séculos XVII a XX: catálogo de exposição*
- **Autor(es):** Magalhães, Joaquim Romero; Garcia, João Carlos; Flores, Jorge Manuel, coord.
- **Autor dos textos**²²: Margarida Almeida Bastos e Ana Cristina Leite
- **Descrição bibliográfica:** Mário Gouveia
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997
- **Descrição física:** 72 p.: il., 34 rep. mapas color; 30 cm
- **ISBN** 972-8325-24-X

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar os aspectos mais relevantes da produção cartográfica sobre Lisboa, no âmbito da exposição produzida do *XVII Congresso Internacional de História da Cartografia*, que esteve patente ao público no Museu da Cidade, entre 9 de Julho a 9 de Agosto de 1997.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional **Particular**
Totalidade da colecção
Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções:

Museu da Cidade de Lisboa (maioritariamente); Arquivo Municipal de Lisboa; Gabinete de Estudos Olisiponenses; Direcção dos Serviços de Engenharia; Biblioteca Nacional; Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território; Sociedade de Geografia; Instituto Português de Cartografia e Cadastro;

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação:
- **Geográfico**
Designação: evolução do espaço, e da representação, da cidade de Lisboa. Exceptua-se o primeiro documento apresentado (de contextualização) que é um mapa de Portugal, que corresponde à primeira imagem divulgada do conjunto do país, da autoria de Álvaro Seco.
- **Cronológico**
Designação: século XVII-XX
- **Tipológico**
Designação:

3.4 – Conteúdo

- a) Manuscritos Impressos
b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVII - XX
c) **Área geográfica:** Lisboa e um mapa de Portugal.
d) **Tipologia:** plantas.
e) **Número de descrições bibliográficas:** 73
f) **Língua**

²² Não se consideram os autores do prefácio nem da apresentação.

Monolingue Bilingue Multilingue
Designação da(s) línguas: português e Inglês

g) Reproduções

- **Sem reproduções**
- **Totalidade dos mapas**
- **Apenas uma parte** **Percentagem:** 46,57%
- **Critério de selecção:** documentos mais representativos
- **Características da reprodução:**
 - P&b **Color.**
 - Proporção da redução:** muito variável, de acordo com as dimensões do mapa, entre uma redução de cerca de 65% (nº50) e outra, de cerca de 97% (nº 7); de uma forma geral mantém a proporcionalidade de redução relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções muito significativas.
 - Legibilidade:** não existe qualquer possibilidade de leitura, dadas as grandes dimensões da maioria das obras e, conseqüentemente, a grande percentagem de reduções a que foram sujeitas.
- **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica
 - Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**²³

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

f) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)
Designação(ões): Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses

b) **Tiragem:** não menciona.

c) **Menção de Distribuição**

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia

²³ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 - Escala
 - Coordenadas
 - Projecção
 - Equinócios
 - N.A.²⁴
 - N.A.
- **Pé de imprensa**
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- **Descrição física**
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência²⁵
 - Cota
- **Informação adicional²⁶**

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas não se apresentam em conformidade com o recomendado pelas ISBD(CM), nem apresentam uniformidade de critérios, designadamente, nos seguintes aspectos: na menção da escala em alguns elementos relativos à publicação e na menção das dimensões dos mapas. Relativamente à menção de escala tanto se apresenta omissa, como é mencionada sem ser calculada (em medidas antigas, sem a correspondente equivalência medida a centímetros, por exemplo “escala 2000 palmos” no registo nº 17), ou, ainda, calculada, sem que se mencionem as medidas que deram origem a esse cálculo. No que se refere à indicação de dados relativos à publicação, local de edição e editor, apresentam-se preenchidos em alguns registos bibliográficos de documentos manuscritos. Finalmente, no que se refere à indicação das dimensões dos mapas apresentam-se na ordem inversa, à recomendada.

10 – Não menciona, explicitamente, a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

²⁴ N.A. = Não Aplicável

²⁵ Instituição/ Colecção a que pertencem

²⁶ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.7

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Cartografia e diplomacia no Brasil do Século XVIII*
- **Autor(es):** Magalhães, Joaquim Romero; Garcia, João Carlos; Flores, Jorge Manuel, coord.
- **Autor dos textos**²⁷: Inácio Guerreiro, Comissário Científico, Max Justo Guedes
- **Descrição bibliográfica:** não menciona
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 1997
- **Descrição física:**
98 p.: il., 101 rep. mapas color;
30 cm
- **ISBN** 972-8325-21-5

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar um conjunto de mapas manuscritos, sobre o espaço geográfico do Brasil, entre 1700 e 1821, resultantes dos trabalhos dos convénios de Madrid e Santo Ildefonso, numa exposição produzida no âmbito do *XVII Congresso Internacional de História da Cartografia*, que esteve patente ao público no edifício da *Cordoaria Nacional*, entre 7 de Julho a 7 de Agosto de 1997.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

- Institucional** **Particular**
Totalidade da colecção
Parte da colecção
Identificação da colecção:

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções:

Arquivo Histórico Ultramarino; Biblioteca Nacional; Biblioteca Pública Municipal do Porto; Gabinete de Estudos Históricos de Fortificações e Obras Militares, Casa da Ínsua e as colecções brasileiras do Arquivo Histórico do Exército, Arquivo Nacional e Mapoteca do Itamaraty.

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim **Não**

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação: conjunto de mapas resultantes dos trabalhos dos convénios de Madrid e Santo Ildefonso
- **Geográfico**
Designação: Espaço geográfico do Brasil
- **Cronológico**
Designação: séculos XVIII-XIX
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

- a) Manuscritos Impressos
b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVIII - XIX
c) **Área geográfica:** Brasil
d) **Tipologia:** mapas tipográficos e hidrográficos e plantas
e) **Número de descrições bibliográficas:** 102

²⁷ Não se consideram os autores do prefácio nem da apresentação.

f) Língua

Monolingué Bilingue Multilingue

g) Reproduções

- Sem reproduções
- Totalidade dos mapas
- Apenas uma parte Percentagem:
- Critério de selecção:
- Características da reprodução:

P&b Color.

Proporção da redução: muito variável, de acordo com as dimensões do mapa, entre uma redução de cerca de 10% (nº22) e outra, de cerca de 90% (nº 50); mantém proporcionalidade na redução relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções significativas. No entanto, existem reproduções incompletas, dadas as grandes dimensões do original, reproduzindo-se, apenas, uma pequena parte da obra (por exemplo: os nºs 28, 34, 37 e 49)

Legibilidade: as possibilidades de leitura verificam-se para um pequeno número de obras, dadas as elevadas percentagens de redução.

Localização das reproduções:

Junto à descrição bibliográfica

Separadas da descrição bibliográfica

Obser.: Cada reprodução apresenta-se junto ao registo bibliográfico correspondente o que facilita a leitura.

- Ilustrações²⁸

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

g) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

h) Outras entidades financiadoras da edição: O Trabalho - Companhia de Seguros

c) Tiragem: não menciona.

d) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. Não menciona a forma de organização e não se deduz facilmente.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia

²⁸ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc

- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- Título
- Autor
- Dados matemáticos:
 - Escala
 - Coordenadas
 - Projecção
 - Equinócios
 - N.A.²⁹
 - N.A.
- Pé de Imprensa:
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- Descrição física
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- Elementos específicos do exemplar
 - Proveniência³⁰
 - Cota
- Informação adicional³¹

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

- Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia
 - Sim Não
- Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:
 - Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

- Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

Verificam-se algumas incoerências nas descrições bibliográficas, designadamente, na transcrição do uso de maiúsculas em títulos (tais como os termos: MAPA, PLANTA, etc.); na omissão de menção do autor no corpo do registo bibliográfico, não sendo possível compreender se foi atribuído, ou, se está expresso no mapa, uma vez que só consta como elemento de entrada; omissão da menção de escala e, finalmente, na zona de descrição física, a omissão dos dados relativos às dimensões (por exemplo o nº 12) ou, a falta de coerência na menção destes dados (apresentam-se: altura x largura; no sentido da leitura do mapa, por exemplo, nos nºs.1, 3 e 4 e, pela ordem inversa, por exemplo os nºs 2, 9 e 31).

10 – Não é mencionada a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

²⁹ NA = Não Aplicável

³⁰ Menção da colecção a que pertence

³¹ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.8

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *As fronteiras de África: catálogo de exposição*
- **Autor(es):** Magalhães, Joaquim Romero; Garcia, João Carlos; Flores, Jorge Manuel, coord.
- **Autores dos textos**³²: Maria Emília Madeira Santos, Comissária Científica, Francisco Frias de Barros, Ilídio do Amaral
- **Descrição bibliográfica:** Área de Cartografia da BN
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 1997
- **Descrição física:** 98, [1] p.: il., 57 rep. mapas color; 30 cm
- **ISBN** 972-8325-22-3

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar a cartografia representativa da demarcação das fronteiras e do desbravamento do interior de África, na viragem dos séculos XIX para XX, no contexto da exposição produzida no âmbito do XVII Congresso Internacional de História da Cartografia, patente ao público no edifício da *Cordoaria Nacional*, entre 7 de Julho a 7 de Agosto de 1997.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

- Institucional Particular
Totalidade da colecção
Parte da colecção
Identificação da colecção:

b) Apresenta várias colecções

Institucionais: Particulares:

Identificação das colecções: Instituto de Investigação Científica e Tropical (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Arquivo do Centro de Cartografia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Centro de Geodesia, Centro de Documentação e Informação e Arquivo Histórico Ultramarino); Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Biblioteca Nacional; Instituto Português de Cartografia e Cadastro e Sociedade de Geografia de Lisboa

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação: demarcação das fronteiras e do desbravamento do interior de África na viragem dos séculos XIX para XX.
- **Geográfico**
Designação: África
- **Cronológico**
Designação: século XIX-XX
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos Impressos

b) **Cobertura cronológica:** Séculos XIX - XX

c) **Área geográfica:** África.

d) **Tipologia:** Essencialmente mapas políticos, de demarcação de fronteiras, topográficos, hidrográficos e plantas

³² Não se consideram os autores do prefácio, nem da apresentação.

- e) **Número de descrições bibliográficas:** 61 de mapas (mais 20 descrições bibliográficas relativas a documentação relacionada com mapas (por exemplo cadernos de campo), ou documentação diplomática, ou outro tipo de documentos relacionados com a temática da exposição).

f) **Língua**

Monolíngue Bilingue Multilíngue

g) **Reproduções**

- Sem reproduções
- Totalidade dos mapas
- Apenas uma parte Percentagem: 93%
- Critério de selecção: não especifica
- **Características da reprodução:**
 - P&b **Color.**
 - Proporção da redução:** muito variável, de acordo com as dimensões do mapa, entre uma redução de cerca de 55% (nº11) e outra, de cerca de 90% (nº 28). As reproduções mantêm proporcionalidade de redução, não gerando distorções muito significativas.
 - Legibilidade:** dadas as grandes percentagem de redução a que as reproduções foram sujeitas não possibilitam a leitura.
- **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica**
 - Separadas da descrição bibliográfica**
 - Obs.:** Cada reprodução, embora não esteja numerada de acordo com a numeração dos registos bibliográficos a que corresponde, apresenta-se na mesma página, facilitando a leitura, enquanto imagem de referência.
- **Ilustrações**³³

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

i) **Editor**

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses

- j) **Outras entidades financiadoras da edição:** Trabalho -Companhia de Seguros

c) **Tiragem:** não menciona.

d) **Menção de Distribuição**

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. está ordenado de acordo com os três núcleos da exposição, designadamente: Quando a África era só uma; A Comissão de Cartografia e o *Mapa Cor-de-rosa*; o imaginário, a representação, a convulsão; Do Continente Africano à Geografia Colonial;

5.2 – Outros pontos de acesso

³³ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- Sem Índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 - Escala Projecção N.A.³⁴
 - Coordenadas Equinócios N.A.
- **Pé de Imprensa**
 - Lugar de edição N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- **Descrição física**
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência³⁵
 - Cota
- **Informação adicional³⁶**

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

- a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia
- Sim Não
- b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:
- Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

De uma forma geral as descrições bibliográficas estão coerentes, e de acordo com o recomendado pelas ISBD(CM), excepto o registo nº 64, que não possui todos os elementos de identificação, nem respeita a ordem da informação, nem a pontuação, recomendadas pelas ISBD.

10 – Menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

³⁴ NA = Não Aplicável

³⁵ Menção da colecção a que pertence

³⁶ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.9

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Lugares e regiões em mapas antigos: exposição*
- **Autor(es):** Magalhães, Joaquim Romero; Garcia, João Carlos; Flores, Jorge Manuel, coord.
- **Autor dos textos**³⁷: Isabel Cid e Suzanne Daveau
- **Descrição bibliográfica:** Área de Cartografia da BN
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Comissão Nacional de Geografia, 1997
- **Descrição física:** 80 p.: il., 26 rep. mapas color; 30 cm
- **ISBN** 972-8325-25-8
- **Cota:** C.B. 26 P.

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar alguns dos documentos cartográficos representativos da colecção da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, na exposição produzida no âmbito do *XVII Congresso Internacional de História da Cartografia*, que esteve patente ao público na Biblioteca Pública de Évora, entre 11 de Julho e 11 de Agosto de 1997.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional: Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

Identificação da colecção: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora

b) Apresenta várias colecções

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação: Tradição medieval, náutica portuguesa quinhentista, a cartografia de um império, a cartografia brasileira do ciclo da mineração e a cartografia do território metropolitano a partir da restauração.
- **Geográfico**
Designação:
- **Cronológico**
Designação: séculos XVI-XIX
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos Impressos (Apenas um impresso.)

b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVI - XIX

c) **Área geográfica:** Exceptuando as três primeiras obras (uma cópia de um mapa mundo árabe, o *tratado da esfera* e uma cópia do *Esmeraldo de situ orbis*) os restantes documentos, apresentam representações geográficas de Portugal e territórios de África e Brasil, correspondentes a ex-colónias portuguesas.

d) **Tipologia:** T em O, mapas gerais, hidrográficos, plantas e vistas.

e) **Número de descrições bibliográficas:** 26

f) Língua

Monolíngue Bilingue Multilíngue

Designação da(s) línguas: português e inglês

g) Reproduções

³⁷ Não se consideram os autores do prefácio nem da apresentação.

- Sem reproduções
- Totalidade dos mapas
- Apenas uma parte Percentagem:
- Critério de selecção:
- **Características da reprodução:**
 - P&b Color.
 - Proporção da redução:** muito variável, de acordo com as dimensões do mapa, entre uma redução de cerca de 45% (nº1) e outra, de cerca de 92% (nº 26). De uma forma geral mantém proporcionalidade de redução relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções significativas.
 - Legibilidade:** Em alguns casos, verifica-se a possibilidade de leitura, dadas as características da representação, como são os casos de algumas plantas do *livro de plantas de todas as fortalezas...* de António Bocarro, no entanto, de uma forma geral, a grande percentagem de reduções a que as reproduções foram sujeitas não permite a leitura.
- **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica
 - Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**³⁸

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

k) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses

l) **Outras entidades financiadoras da edição:** O Trabalho - Companhia de Seguros

c) **Tiragem:** não menciona.

d) **Menção de Distribuição**

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. está ordenado de acordo com os cinco núcleos da exposição, designadamente: Um mapa-mundo Árabe de tradição medieval; Algumas obras básicas da náutica portuguesa quinhentista; Fortalezas e praças do Oriente: a cartografia de um império marítimo; A cartografia Brasileira do ciclo da mineração; A cartografia do território metropolitano a partir da restauração.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem Índices
- Autores
- Títulos

³⁸ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia e/ou Temático
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- Título
- Autor
- **Dados matemáticos**
 - Escala Projecção N.A.³⁹
 - Coordenadas Equinócios N.A.
- **Pé de imprensa**
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- **Descrição física**
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência⁴⁰
 - Cota
- **Informação adicional⁴¹**

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas estão coerentes, e de acordo com o recomendado pelas ISBD(CM), muito embora, algumas descrições apresentem títulos muito extensos e com a transcrição do uso de maiúsculas, e não de acordo com as regras ortográficas.

10 – Menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

³⁹ N.A. = Não Aplicável

⁴⁰ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁴¹ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.10

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Macau a cidade e o porto: catálogo de exposição*
- **Autor(es):** Magalhães, Joaquim Romero; Garcia, João Carlos; Flores, Jorge Manuel, coord.
- **Autor dos textos**⁴²: José Manuel Malhão Pereira, Comissário Científico
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997
- **Descrição física:** 45 p.: il., 47 rep. mapas color; 30 cm
- **ISBN** 972-8325-23-1

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar algumas fases das obras na cidade e no porto de Macau, na exposição produzida no âmbito do *XVII Congresso Internacional de História da Cartografia* que esteve patente ao público no Mosteiro dos Jerónimos, entre 7 de Julho a 7 de Agosto de 1997.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

- Institucional** **Particular**
Totalidade da colecção
Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções:

Arquivo Histórico de Macau; Museu de Marinha; Sociedade de Geografia; Biblioteca Nacional;

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim **Não**

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação: Infra-estruturas portuárias;
- **Geográfico**
Designação: Cidade e porto de Macau
- **Cronológico**
Designação: séculos XVIII-XX
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

- a) **Manuscritos** **Impressos**
- b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVIII- XX
- c) **Área geográfica:** Maioritariamente Cidade e Porto de Macau, Sul e costa Oriental da China.
- d) **Tipologia:** plantas, perfis, mapas topográficos, políticos, meteorológicos e hidrográficos.
- e) **Número de descrições bibliográficas:** 52
- f) **Lingua**
Monolingue **Bilingue** **Multilingue**
- g) **Reproduções**
- **Sem reproduções**
 - **Totalidade dos mapas**
 - **Apenas uma parte** **Percentagem:** cerca de 90%
 - **Critério de selecção:** documentos mais representativos
 - **Características da reprodução:**

⁴² Não se consideram os autores do prefácio nem da apresentação.

P&b

Color.

Proporção da redução: não é possível calcular a proporção de redução porque nem todas as descrições possuem as dimensões do original.

Legibilidade: em conformidade com as dimensões dos documentos, os de menores dimensões apresentam legibilidade.

- **Localização das reproduções:**

Junto à descrição bibliográfica

Separadas da descrição bibliográfica

Obs.: De uma forma geral as reproduções apresentam-se na mesma página do registo bibliográfico correspondente, no entanto, não estão suficientemente identificadas, com o número de registo bibliográfico a que correspondem e, em alguns casos, é difícil descobrir a relação. Este catálogo apresenta reproduções de mapas que não estão descritos individualmente (isto é, existem registos que mencionam um atlas e reproduzem-se mapas, que se deduz que façam parte do atlas).

- **Ilustrações**⁴³

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

m) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses

n) Entidades financiadoras da edição

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses com apoios da Missão de Macau em Lisboa e da Companhia de Seguros O Trabalho, Sa.

c) Tiragem: não menciona.

d) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. Não está mencionada qual é a organização nem foi possível inferir.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

⁴³ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 - Escala
 - Coordenadas
 - Projecção
 - Equinócios
 - N.A.⁴⁴
 - N.A.
- **Pé de imprensa**
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- **Descrição física**
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência⁴⁵
 - Cota
- **Informação adicional**⁴⁶

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

- a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia
 Sim Não
- b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:
 Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas não estão de acordo com as ISBD(CM), limitando-se a mencionar, genericamente, os seguintes elementos de informação: título autor data e cota. As descrições, também, não apresentam, entre si, uniformidade de critérios, designadamente, no que se refere à escala que, em alguns registos, é mencionada (embora com elementos insuficientes) e, noutros registos, encontra-se omissa; no que se refere ao nível de descrição e pontuação utilizadas, verifica-se que, alguns registos, se apresentam demasiado abreviados, sem a ordem e pontuação recomendadas (como é o caso do registo nº 1) e, outros registos, embora apresentando informação reduzida, referem mais elementos de informação e encontram-se ordenados e separados pela pontuação recomendada pelas ISBD (como é o caso, por exemplo, do registo nº 9).

10– Não menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

⁴⁴ N.A. = Não Aplicável

⁴⁵ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁴⁶ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.11

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Tesouros da cartografia portuguesa*
- **Autor(es):** Magalhães, Joaquim Romero; Garcia, João Carlos; Flores, Jorge Manuel, Coord.
Autor dos Textos: Garcia, José Manuel
Autor das Descrições Bibliográficas: BN – Área de Cartografia
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 1997
- **Descrição física:** Nº páginas 159 p.: il., 68 rep. mapas color; 31 cm
- **ISBN** 972-8325-20-7

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar algumas das obras mais relevantes da produção cartográfica portuguesa, entre séculos XV e XVII, numa exposição produzida no âmbito do *XVII Congresso Internacional de História da Cartografia*, que esteve patente ao público nas instalações dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, entre 6 de Julho a 6 de Agosto de 1997.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional Particular
Totalidade da colecção
Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções:

Biblioteca Nacional; Fundação Calouste Gulbenkian; Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; Seminário de Sernache de Bom Jardim; Gabinete de Estudos Históricos de Fortificações e Obras Militares; Sociedade de Geografia de Lisboa; Arquivo Municipal de Viana do Castelo; Misericórdia de Cabeço de Vide; Biblioteca Pública Municipal do Porto; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Museu de Marinha; Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa; Academia de Ciências de Lisboa; Biblioteca Central de Marinha; Biblioteca da Ajuda; Arquivo Histórico Ultramarino; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fortaleza de S. Julião da Barra; Biblioteca do Palácio Ducal da Casa de Bragança.

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta:

- **Temático**
Designação: Cartografia relacionada com os descobrimentos portugueses.
- **Geográfico**
Designação:
- **Cronológico**
Designação: séculos XV-XVII
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

- a) Manuscritos Impressos
- b) **Cobertura cronológica:** Séculos XV - XVII
- c) **Área geográfica:** Portugal, mundo, lugares e regiões relacionados com os descobrimentos portugueses
- d) **Tipologia:** Mapas topográficos, hidrográficos, Plantas e Vistas.

e) Número de descrições bibliográficas: 59

f) Língua

Monolingué Bilingue Multilinguê

Designação da(s) línguas: português e inglês

g) Reproduções

• Sem reproduções

• Totalidade dos mapas

Obs: existem mais reproduções do que descrições bibliográficas;

• Apenas uma parte Percentagem:

• Critério de selecção: documentos mais representativos

• Características das reproduções:

P&b

Color.

Proporção da redução: muito variável, entre uma 0% (nº 25) até reduções de cerca de 80% (nº50); mantém a proporcionalidade de redução relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções significativas

Legibilidade: são muito escassas as reproduções que apresentam possibilidade de leitura, dadas as grandes dimensões da maioria das obras e, conseqüentemente, a grande percentagem de reduções a que foram sujeitas.

• Localização das reproduções:

Junto à descrição bibliográfica

Separadas da descrição bibliográfica

Obs. As reproduções são intercaladas no texto de contextualização geral da História da Cartografia.

• Ilustrações

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

o) Editor

• Biblioteca

• Arquivo

• Centro de Documentação

• Mapoteca

• Centro produtor de cartografia

• Outro(s)

Designação(ões): Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses

p) Outras entidades financiadoras da edição: Edições INAPA

c) Tiragem: não menciona.

d) Menção de Distribuição

Sim

Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

• Autores

• Títulos

• Cronológico

• Geográfico

• Tipologia

• Temático

Obs. O catálogo apresenta-se dividido em três partes, uma primeira parte é cartografia sobre Portugal, conjunto do país e representações de regiões e povoações; uma segunda parte que apresenta mapas gerais e atlas universais e, uma terceira parte, apresenta plantas e mapas gerais sobre espaços geográficos relacionados com os descobrimientos portugueses.

5.2 – Outros pontos de acesso

• Sem Índices

• Autores

• Títulos

- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- Título
- Autor
- Dados matemáticos
 - Escala Projecção N.A.⁴⁷
 - Coordenadas Equinócios N.A.
- Pé de imprensa
 - Lugar de edição ou N.A.
- Editor ou N.A.
- Data
- Descrição física
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- Elementos específicos do exemplar
 - Proveniência⁴⁸
 - Cota
- Informação adicional⁴⁹

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

- a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia
- Sim Não
- b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:
- Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

- Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

Relativamente às descrições bibliográficas que constam do catálogo, de uma forma geral., estão de acordo com o recomendado pelas ISBD(CM). No entanto, algumas das descrições bibliográficas não foram efectuadas (num total de 9 mapas que são reproduzidos e comentados no texto do catálogo mas não constam nas descrições bibliográficas) e, outras, foram efectuadas de forma indirecta, através de fac-similes, ou citando outras fontes, como está expresso nos respectivos registos, por razões que se prendem com a indisponibilidade das obras, em tempo útil

10 – Menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

⁴⁷ N.A. = Não Aplicável

⁴⁸ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁴⁹ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.12

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *A engenharia militar e a construção: 350 anos de história*
- **Autor:** Rui Mendonça, coord.
- **Autor dos textos**⁵⁰: Rui Carita e Fernando Policarpo, Comissariado científico
- **Local de edição, editor e data:** [Lisboa]: Reg. Eng. Nº 1, D.L. 1997
- **Descrição física:** 105 p.: il., 21 rep. mapas color; 21x21 cm
- **D.L.:** Nº 117316/97

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar a cartografia dos engenheiros militares nos 350 anos do seu nascimento. Trata-se de um catálogo de uma exposição comemorativa que contém cerca de 50% de documentos cartográficos, intercalados com outros tipos de documentos, tais como: azulejos, esculturas, retratos, fotografias, e documentação de arquivo (regulamentos, estatutos, tratados, etc.).

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional

Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções:

Os documentos apresentados são de diferentes proveniências, difíceis de identificar, uma vez que se trata, em muitos casos, de reproduções fotográficas de documentos editados noutras obras e não dos originais. As proveniências mais citadas são, respectivamente: o Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, a Biblioteca Nacional e o Gabinete de Estudos Olisiponenses.

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim

Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

• Temático

Designação: Cartografia dos engenheiros militares

• Geográfico

Designação:

• Cronológico

Designação:

• Tipológico:

Designação: Cartografia topográfica, temática e hidrográfica.

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos

Impressos

b) Cobertura cronológica: Séculos XVI – XX

c) Área geográfica: Portugal e ex-colónias portuguesas

d) Tipologia: Plantas de cidades, praças e fortalezas; Mapas e planos hidrográficos (náuticos e fluviais) Mapas topográficos de regiões estratégicas de acontecimentos militares.

e) Número de descrições bibliográficas: 75 descrições de material cartográfico, num total de total cerca de 149 documentos.

f) Língua

Monolíngue

Bilíngue

Multilíngue

g) Reproduções

- Sem reproduções

⁵⁰ Não se consideram os autores do prefácio nem da apresentação.

- **Totalidade dos mapas**
 - **Apenas uma parte** **Percentagem: ca. de 30 %**
 - **Critério de selecção:**
 - **Características das reproduções:**
 - P&b
 - Color.**

Proporção da redução: não é possível calcular a proporção de redução, uma vez que uma grande parte das descrições não referem as dimensões dos documentos originais e, ainda, porque, em alguns casos, a reprodução não é executada a partir do original, mas sim de reproduções publicadas noutras obras.

Legibilidade: Não possui legibilidade, dadas as elevadas percentagens de redução e, em alguns casos, falta de nitidez, dado que se trata de reproduções de reproduções.
 - **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica**
 - Separadas da descrição bibliográfica**
 - **Ilustrações**⁵¹
- Obs.:** possui ilustrações, nos separadores de núcleos.

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

a) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Regimento de Infantaria Nº 1

b) Tiragem: 1000 exemplares

c) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. Organizado em 5 núcleos, designadamente: “Vida e sua defesa; Ciência da fortificação; A organização dos núcleos urbanos; Engenheiros militares e a construção; O ensino da engenharia; A engenharia militar”

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**

⁵¹ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 Escala Projecção N.A.⁵²
 Coordenadas Equinócios N.A.
- **Pé de Imprensa**
 Lugar de edição ou N.A.
 Editor ou N.A.
 Data
- **Elementos de Descrição física**
 Tipo Extensão Técnica Cor
 Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 Proveniência⁵³
 Cota
- **Informação adicional**⁵⁴

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas, não possuem os elementos mínimos de identificação, nem a ordem, recomendados pelas ISBD(CM) , nem apresentam, entre si, uniformidade de critérios.

Os dados de natureza específica dos documentos cartográficos são omissos, (apenas, num ou outro registo vem a menção do tipo de escala: “escala gráfica”, por exemplo no nº 43, sem apresentar quaisquer valores numéricos). Os elementos de identificação apresentados, em alguns dos casos, referem: o título, autor, data, dimensões (apenas em alguns casos e dada em metros) e cotas.

Em alguns casos para a documentação impressa os registos apresentam: lugar de edição e data, no entanto, por vezes, mencionam, apenas, a fonte onde essa obra vem reproduzida (como por exemplo os nºs 31 e 24). Quase todas as descrições bibliográficas possuem notas com comentários sobre cada um dos mapas, no entanto, numa grande parte dos casos as notas não se relacionam com o documento em si, nem com o espaço geográfico representado (por exemplo a descrição do mapa nº131 que apresenta como elementos de identificação, apenas, o título e a proveniência, menciona em nota informações de sobre a criação da barra e evolução deste espaço).

10 – Não menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

⁵² N.A. = Não Aplicável

⁵³ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁵⁴ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.13

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** O novo conhecimento geográfico do Mundo
- **Autor(es):** Suzanne Daveau; Joaquim Oliveira Caetano, coord.
- **Autor dos textos:** Suzanne Daveau
- **Descrição bibliográfica:** Área de Cartografia da BN

INSERIDO EM:

- **Título:** *Gravura e conhecimento do mundo: o livro impresso ilustrado nas colecções da BN*
- **Local de edição, editor e data:** - Lisboa : Biblioteca Nacional, 1998
- **Descrição física:** 129-197: il., 45 rep. mapas p & b; 24 cm
- **ISBN:** 972-565-256-8

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO (Núcleo de Cartografia):

Divulgar um conjunto de mapas e atlas que traduzem as imagens do conhecimento e divulgação do mundo através da gravura, preferencialmente de produção portuguesa, desde o século XVI até ao início do século XX.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional

Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

Identificação da colecção: Biblioteca Nacional

b) Apresenta várias colecções

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim

Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático:**

Designação:

- **Geográfico:**

Designação:

- **Cronológico:**

Designação:

- **Tipológico:**

Designação: Mapas impressos, gravura.

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos

Impressos

b) Cobertura cronológica: XVI- XX

c) **Área geográfica:** Portugal, Península Ibérica e os vários continentes, com especial incidência no continente Africano.

d) **Tipologia:** Mapas topográficos, hidrográficos e administrativos

e) **Número de descrições bibliográficas:** 47

f) Língua

Monolíngue

Bilíngue

Multilíngue

g) Reproduções

- **Sem reproduções**
- **Totalidade dos mapas**
- **Apenas uma parte** **Percentagem:**
- **Critério de selecção:**
- **Características das reproduções:**

P&b

Color.

Proporção da redução: muito variável, de acordo com as dimensões do mapa, entre uma redução de cerca de:30 % (nº 104) e, outra, de cerca de: 88% (nº91). Trata-se de reproduções a preto e branco, com fraca resolução.

Legibilidade: não oferecem a possibilidade de leitura, quer pelas significativas reduções quer pela qualidade das reproduções.

- **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica
 - Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**⁵⁵

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

q) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- **Outro(s)**

Designação(ões): Biblioteca Nacional

Outras entidades financiadoras da edição

Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Histórica Tavera;
Patrocínio: The document Company Xerox.

b) Tiragem: não refere

c) Menção de Distribuição

Sim

Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático
- Topográfico

Obs.: Inicia-se com a temática: avanços do conhecimento na representação de Portugal e progride com os avanços do conhecimento nas representações dos vários continentes, e, na parte final, alguns atlas, guias de viajantes e compilação de mapas com uma grande diversidade de formatos e de edições que atestam a sua utilização por públicos muito diversificados.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**

⁵⁵ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

ANEXO V.14

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *As Américas: cartografia da independência, sécs. XVIII-XIX*
- **Autor:** Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- **Coord.** Luís Cabral
- **Autores dos textos**⁵⁹: Conceição Meireles Pereira; João Carlos Garcia e Jorge Martins Ribeiro
- **Seleção das obras e Descrição bibliográfica:** João Carlos Garcia, Maria Adelaide Meireles e Jorge Costa
- **Local de edição, editor e data:** Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1999
- **Descrição física:**
63 p.: il., 29 rep. mapas color;
23 cm
- **ISBN:** 972-634-093-4

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar um núcleo de cartografia constituído por uma selecção de alguns dos mais importantes mapas impressos, dos séculos XVIII e XIX, sobre o continente americano, existentes na Biblioteca Municipal do Porto. Este núcleo de cartografia, designado "Conhecimento", esteve integrado numa grande exposição, realizada por ocasião da referida Cimeira Ibero-Americana, que teve por título "Referências: o Porto na VIII Cimeira Ibero-Americana".

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional

Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

Identificação da colecção: Biblioteca Municipal do Porto.

b) Apresenta várias colecções

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim

Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**

Designação:

- **Geográfico**

Designação: Mapas e plantas, impressos, do Continente americano

- **Cronológico**

Designação: Século XVIII-XIX, tendo como limite formal e final as datas de independência dos vários países.

- **Tipológico**:

Designação: plantas e mapas

3.4 – Conteúdo

a) **Manuscrito**

Impressos

b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVIII- XIX

c) **Área geográfica:** Continente americano

d) **Tipologia:** mapas gerais e hidrográficos e plantas.

e) **Número de descrições bibliográficas:** 29

f) **Língua**

Monolíngue

Bilíngue

Multilíngue

g) **Reproduções**

⁵⁹ Não se consideram os autores do prefácio, nem da apresentação

- Sem reproduções
- Totalidade dos mapas
- Apenas uma parte Percentagem:
- **Critério de selecção:** foram seleccionados alguns dos mapas e plantas, considerados os mais importantes, do Continente americano, dos séculos XVIII-XIX
- **Características da reprodução:**
 - P&b **Color.**
 - Proporção da redução:** Entre 13% (nº13) e 85% (nº 22), de acordo com as dimensões dos documentos. As reproduções não mantêm a proporção de redução, por exemplo, no mapa nº 13, se for calculada a redução para as dimensões de altura do mapa, dá uma redução de ca. de 30%, se tivermos por base as dimensões da largura verifica-se uma redução de cerca de 14%.
 - Legibilidade:** de uma forma geral não possui legibilidade pelas proporções elevadas de redução, que chega a atingir os cerca de 85% (mapa nº 22).
- **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica
 - Separadas da descrição bibliográfica
 - Obs.:** distribuídas pelo texto do catálogo, com um nº de imagem, que corresponde ao número dos registos bibliográficos.
- **Ilustrações**⁶⁰
- Obs.:** Apresentadas nos separadores

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

r) Editor

- Biblioteca
 - Arquivo
 - Centro de Documentação
 - Mapoteca
 - Centro produtor de cartografia
 - Outro(s)
- Designação(ões): Biblioteca Pública Municipal (Câmara Municipal)

b) Tiragem

500 exemplares

c) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs.: Inicia-se com duas representações de Portugal, e da Península aos quais se seguem representações da totalidade do Continente Americano, continuando com representações da América no sentido Norte/Sul, mapas gerais plantas.

5.2 – Outros Pontos de Acesso

- Sem índices
- Autores

⁶⁰ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia e/ou Temático
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 - Escala Projecção N.A.⁶¹
 - Coordenadas Equinócios N.A.
- **Pé de imprensa**
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- **Descrição física**
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência⁶²
 - Cota
- **Informação adicional⁶³**

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia:

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

De uma forma geral as descrições bibliográficas estão coerentes, e de acordo com o recomendado pelas ISBD (CM).

10 – Menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

⁶¹ NA = Não Aplicável

⁶² Menção da colecção a que pertence

⁶³ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.15

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Quatro séculos de imagens da cartografia portuguesa = Four centuries of images from Portuguese cartography*
- **Autor(es):** Maria Helena Dias e Henrique Ferreira Botelho, coord.
- **Autor dos textos**⁶⁴: Maria Helena Dias
- **Descrição bibliográfica:** Maria Helena Dias, Mário Rui Mateus e João Moura
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Comissão Nacional de Geografia, 1999
- **Descrição física:** LIV, 71 p.: il., 101 rep. Mapas, color; 22x32 cm
- **ISBN** 972-765-787-7

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar a cartografia portuguesa, catálogo de uma exposição organizada sob os auspícios da União Geográfica Internacional, no âmbito da Conferência Regional, *The atlantic: past, present and future*, realizada em 1998.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional

Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

Identificação da colecção:

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções: particulares (Orlando Ribeiro e João Carlos Garcia), Centro de Estudos Geográficos, Instituto Geográfico do Exército, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Ajuda, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto Português de Cartografia e Cadastro e Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim

Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação:
- **Geográfico**
Designação: Portugal e ex-colónias portuguesas
- **Cronológico**
Designação: século XVI-XX
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos

Impressos

b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVI - XX

c) **Área geográfica:** Portugal e ex-colónias portuguesas

d) **Tipologia:** Plantas, vistas, mapas topográficos, náuticos, temáticos (mapas administrativos, de triangulação, itinerários, de fronteira, hipsométricos, geológicos, geomorfológicos, vulcanológicos, agrícolas, climáticos, de população, de produção vinícola, políticos) e imagens de satélite.

e) **Número de descrições bibliográficas:** 101

f) **Língua**

Monolíngue

Bilíngue

Multilíngue

Designação da(s) línguas: português e Inglês

⁶⁴ Não se consideram os autores do prefácio nem da apresentação.

g) Reproduções

- **Sem reproduções**
- **Totalidade dos mapas**
- **Apenas uma parte** **Percentagem:**
- **Critério de selecção:**
- **Características das reproduções:**
 - P&b
 - Color.**
 - Proporção da redução:** muito variável, de acordo com as dimensões dos mapas, entre uma redução de cerca de: 25%(nº99) e cerca de 92% (nº 75); de uma forma geral mantêm a proporcionalidade de redução relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções.
 - Legibilidade:** relacionada com as dimensões dos mapas e a percentagem de redução, uma grande parte, não apresenta legibilidade.
- **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica**
 - Separadas da descrição bibliográfica**
 - Obs.:** Cada reprodução apresenta-se, inequivocamente, ao lado da respectiva descrição bibliográfica, o que facilita bastante a leitura de conjunto.
- **Ilustrações**⁶⁵

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

s) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Instituto Geográfico do Exército e Comissão Nacional de Geografia.

t) Outras entidades financiadoras da edição

Assembleia da República, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Câmara Municipal de Palmela e Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

c) Tiragem: não menciona.

d) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. Organizado em 5 núcleos, designadamente: "Retratos de Portugal", "Alvorecer da Cartografia Moderna", "Um século de Cartografia Topográfica", "Cartografia Temática: Tradição e Inovações", "Olhares sobre a Cartografia Hidrográfica", "Marcas da Cartografia Portuguesa em Terras de Além-mar"; Cada um dos núcleos está ordenado cronologicamente.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem Índices

⁶⁵ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 - Escala
 - Coordenadas
 - Projecção
 - Equinócios
 - N.A.⁶⁶
 - N.A.
- **Pé de imprensa**
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- **Descrição física**
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência⁶⁷
 - Cota
- **Informação adicional**⁶⁸

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia
 Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:
 Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas estão de acordo com o recomendado pelas ISBD(CM) e apresentam informação adicional significativa, em notas, que denota uma análise e estudo, particularmente cuidados, dos aspectos representados nos mapas, e, em alguns casos sobre o contexto da sua publicação.

10 – Mencionada a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

⁶⁶ N.A. = Não Aplicável

⁶⁷ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁶⁸ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.16

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *A Terra de Vera Cruz: viagens, descrições e mapas do Séc. XVIII*
- **Autor(es):** Costa, Jorge, coord.
- **Autor dos Textos:** João Carlos Garcia; André Ferrand de Almeida
- **Autor das Descrições Bibliográficas:** Daniela Teixeira Fernandes; Benilde Pinho e Maria Adelaide Meireles
- **Local de edição, editor e data:** Porto : Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000
- **Descrição física:** 102 p. : il., 20 rep. mapas, color ; 28 cm
- **ISBN:** ISBN 972-634-105-1

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgação de alguns mapas manuscritos do Brasil, do século XVIII, existentes nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Trata-se de um catálogo de uma exposição inserida no âmbito das comemorações dos 500 anos da Descoberta do Brasil.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

Identificação da colecção: Biblioteca Pública Municipal do Porto

b) Apresenta várias colecções

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

Uma parte da colecção de mapas manuscritos do Brasil, século XVIII, que não tenham sido muito divulgados

- **Temático**
Designação:
- **Geográfico**
Designação: Brasil
- **Cronológico**
Designação: século XVIII
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos Impressos

b) **Cobertura cronológica:** Século XVIII

c) **Área geográfica:** Brasil

d) **Tipologia:** mapas hidrográficos, náuticos e fluviais, mapas gerais, regionais e plantas.

e) **Número de descrições bibliográficas:** 20 documentos cartográficos inseridos num total de 38 documentos.

f) Língua

Monolingue Bilingue Multilingue

g) Reproduções

- Sem reproduções
- **Totalidade dos mapas**
- **Apenas uma parte** **Porcentagem:**
- **Características da reprodução:**

P&b Color.

Proporção da redução: a proporção de redução apresenta-se elevada, de uma forma geral, mas, variável de acordo com as dimensões dos



documentos, entre reduções de cerca de 55% (mapa nº 32) a reduções de cerca de 90% (mapa nº 34). As reduções mantêm proporcionalidade, relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções.

Legibilidade: não apresentam legibilidade, dadas as grandes dimensões da maioria dos mapas.

- **Localização das reproduções:**
 Junto à descrição bibliográfica
 Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**⁶⁹

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

u) Editor

- Biblioteca
 - Arquivo
 - Centro de Documentação
 - Mapoteca
 - Centro produtor de cartografia
 - **Outro(s)**
- Designação(ões):** Biblioteca Pública Municipal do Porto

b) Tiragem: 500 exemplares

c) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs.: De acordo com os núcleos da exposição, designadamente: A terra de Santa Cruz; A diplomacia portuguesa e os limites do Brasil do século XVIII; O conhecimento do espaço Brasileiro

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem Índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 Escala Projecção N.A.
 Coordenadas Equinócios N.A.
- **Pé de Imprensa**
 Lugar de edição ou N.A.

⁶⁹ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- Editor ou N.A.
- Data
- **Descrição física**
Tipo Extensão Técnica Cor
 - **Elementos específicos do exemplar**
Proveniência⁷⁰
Cota
 - **Informação adicional⁷¹**

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

v) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas apresentam-se em conformidade com as ISBD(CM). Mencionam títulos muito extensos e, em notas, apresentam informações suplementares sobre os documentos, designadamente, a referência a outras obras onde este mapa foi estudado, ou descrito.

10 – Menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

⁷⁰ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁷¹ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.17

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *A nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional 1700-1822*
- **Autor(es):** João Carlos Garcia; Maria Joaquina Feijão, Coord.
Autor dos Textos: André Ferrand de Almeida, Ângela Domingues, João Carlos Garcia; Maria Joaquina Feijão, Orlando Gama.
Autor das Descrições Bibliográficas: BN – Área de Cartografia
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001
- **Descrição física:** 407 [9]: il., 112 rep. Mapas, color; 25 cm
- **ISBN:** 972-787-035-X

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgação dos documentos cartográficos sobre o espaço do Brasil, no período cronológico compreendido entre 1720-1822, existentes nas colecções das Áreas de Cartografia, Iconografia e Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional, iniciativa inserida nas Comemorações do Descobrimento do Brasil.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

Identificação da colecção: Biblioteca Nacional

b) Apresenta várias colecções

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim

Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

Totalidade da colecção de documentos cartográficos sobre o Brasil, no período cronológico compreendido entre 1700-1822.

- **Temático**
Designação:
- **Geográfico**
Designação: Brasil
- **Cronológico:**
Designação: 1700-1822
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos Impressos

b) **Cobertura cronológica:** 1700 - 1822

c) **Área geográfica:** Brasil e América do Sul

d) **Tipologia:** Plantas, alçados, mapas topográficos, políticos, hidrográficos.

e) **Número de descrições bibliográficas:** 333

Obs.: O número de mapas implicados é superior ao número de registos bibliográficos, por razões que se prendem com o facto de alguns mapas se encontrarem subordinados a um título comum, sendo, nestes casos sujeitos a descrição de segundo nível.

f) Língua

Monolíngue

Bilíngue

Multilíngue

g) Reproduções

- Sem reproduções
- Totalidade dos mapas
- **Apenas uma parte** **Percentagem:** cerca de 30%
- **Critério de selecção:** Os mais representativos
- **Características das reproduções:**
 - P&b
 - Color.**
 - Proporção da redução:** muito variável, de acordo com as dimensões do mapa, entre uma redução de cerca de: 27% e, outra, de cerca de: 94%, mantêm a proporcionalidade de redução relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções
 - Legibilidade:** muito relacionada com a percentagem de redução aplicada, em algumas das reproduções, entre 27 e 30%, a legibilidade mantêm-se, acima desses valores, e nas percentagens mais elevadas de redução, que chegam a 94 % no mapa de maiores dimensões, não existe qualquer possibilidade de leitura.
- **Localização das reproduções:**
 - Junto à descrição bibliográfica
 - Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**⁷²

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

w) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)
Designação(ões): Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses

b) Tiragem: 500 exemplares

c) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- Título
- Autor

⁷² Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- **Dados matemáticos**

Escala Projecção N.A.⁷³
Coordenadas Equinócios N.A.

- **Pé de imprensa**

Lugar de edição ou N.A.
Editor ou N.A.
Data

- **Descrição física**

Tipo Extensão Técnica Cor
Dimensões

- **Elementos específicos do exemplar**

Proveniência⁷⁴
Cota

- Informação adicional⁷⁵

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 - POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 - COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas estão em conformidade com as ISBD(CM). Na introdução do catálogo mencionam-se algumas opções e decisões sobre a exaustividade e tipo de descrição bibliográfica, em alguns casos, apresentam títulos demasiado extensos.

10 - Menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

⁷³ N.A. = Não Aplicável.

⁷⁴ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁷⁵ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.18

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *O litoral e a cidade : matizes cartográficas*
- **Autor(es):** Org. António Maranhão Peixoto, Rui A. Faria Viana
- **Autor dos Textos:** António Maranhão Peixoto;
- **Local de edição, editor e data:** Viana do Castelo : Arquivo Municipal de Viana do Castelo, 2001
- **Descrição física:** 99 p. : il., 17 rep. mapas, color ; 21 cm
- **ISBN:** ISBN 972-588-130-3

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar a ocupação urbana, o ordenamento da cidade e o seu enquadramento com o litoral, desde meados do século XVIII até à actualidade.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções: Arquivo Municipal de Viana do Castelo, Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento Social, Arquivo Histórico Militar, Capitania do Porto de Viana do Castelo, Instituto Portuário do Norte, Instituto Português de Cartografia e Cadastro, Biblioteca Pública Municipal do Porto

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação:
- **Geográfico**
Designação: Região de Viana do Castelo
- **Cronológico**
Designação: do século XVI ao século XXI
- **Tipológico:**
Designação:

3.4 – Conteúdo

- a) Manuscritos Impressos
- b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVI-XXI
- c) **Área geográfica:** Região e cidade de Viana do Castelo, Atlântico e Rio Lima.
- d) **Tipologia:** Mapas topográficos regionais, plantas, mapas hidrográficos, náuticos (2 fragmentos de portulanos da região do atlântico) e fluviais (do Rio Lima)
- e) **Número de descrições bibliográficas:** 17
- f) **Língua**
Monolíngue Bilingue Multilíngue
- g) **Reproduções**
- Sem reproduções
 - **Totalidade dos mapas**
 - **Apenas uma parte** **Porcentagem:**
 - **Critério de selecção:**
 - **Características da reprodução:**
P&b **Color.**
Proporção da redução: muito variável, mas, de uma forma geral, elevada, de acordo com as dimensões do mapa, entre uma redução de

cerca de 60% (mapa nº 3) e, outra, de cerca de 87% (mapa nº 7). As reproduções mantêm a proporcionalidade de redução, relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções.

Legibilidade: não apresenta legibilidade pela elevada percentagem de redução das reproduções.

- **Localização das reproduções:**
Junto à descrição bibliográfica
Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**⁷⁶

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

x) Editor

- Biblioteca
 - Arquivo
 - Centro de Documentação
 - Mapoteca
 - Centro produtor de cartografia
 - Outro(s)
- Designação(ões): Arquivo Municipal de Viana do Castelo

b) Tiragem: 1000 exemplares

c) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
Escala Projecção N.A.⁷⁷
Coordenadas N.A. Equinócios N.A.
- Lugar de edição ou N.A.
- Editor ou N.A.

⁷⁶ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

⁷⁷ N.A. = Não Aplicável

- Data
- **Descrição física**
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência⁷⁸
 - Cota
- **Informação adicional⁷⁹**

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas, não possuem os elementos mínimos de identificação, nem a ordem, recomendados pelas ISBD(CM), nem apresentam, entre si, uniformidade de critérios.

De uma forma geral, apenas, apresentam o título, o suporte, as dimensões e a instituição a que os documentos pertencem.

Relativamente ao título não estabelece diferenças entre títulos atribuídos ou transcritos, no entanto, por vezes, apresentam a transcrição literal de títulos, inclusive, com a indicação de mudança de linha (como é o caso, por exemplo dos N^{os} 6 e 7); noutros casos, a transcrição não é efectuada (como é o caso por exemplo dos n^{os} 3 e 4).

Relativamente aos dados referentes à escala, apenas, são mencionados para em 4 registos bibliográficos (respectivamente os N^{os} 8, 9 12 e 17).

No que concerne às dimensões, quando são mencionadas, apresentam-se em milímetros (para os três últimos mapas não se mencionam dimensões).

10 – Não menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

⁷⁸ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁷⁹ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.19

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*
- **Autor:** João Carlos Garcia, coord.
- **Autor dos textos**⁸⁰: João Carlos Garcia, Inácio Guerreiro e Daniela Teixeira Fernandes
- **Descrição bibliográfica:** João Carlos Garcia e Daniela Teixeira Fernandes
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002
- **Descrição física:** 479 [2]: il., 180 rep. mapas color;
31 cm
ISBN: 972-787-066-X

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgação de uma colecção particular, da Casa da Índia, constituída, na sua maior parte, por mapas do Brasil (incluindo alguns mapas de Portugal), datada segunda metade do século XVIII.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional-

Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

Identificação da colecção: colecção da Casa da Índia inclui, actualmente, 179 mapas manuscritos (apenas um impresso com anotações manuscritas). Conforme o referido no catálogo, a maioria dos mapas são, provavelmente, cópias ou variantes de originais coevos, mandados levantar, ou desenhar, pelos seus possuidores (Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), Senhor da Índia, e Governador e Capitão-General de Mato Grosso e Cuiabá, e ainda seu irmão, José Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1741-1796) que lhe sucedeu naquele cargo da administração ultramarina).

b) Apresenta várias colecções

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim

Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta: apresenta a totalidade da colecção.

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos Impressos (Apenas 1 mapa com anotações manuscritas)

b) **Cobertura cronológica:** 1750-1800

c) **Área geográfica:** Principalmente Brasil, mas também alguns de Portugal Continental.

d) **Tipologia:** engloba todos os tipos de mapas da área geográfica e período cronológico considerados

e) **Número de descrições bibliográficas:** 179

f) Língua

Monolíngue

Bilíngue

Multilíngue

g) Reproduções

- **Sem reproduções**
- **Totalidade dos mapas**
- **Apenas uma parte** **Porcentagem:**
- **Características da reprodução:**

⁸⁰ Não se consideram os autores do prefácio nem da apresentação.

P&b

Color.

Proporção da redução: muito difícil de avaliar, uma vez que, a proporção de redução para um mesmo mapa, pode variar porque é reproduzido mais que uma vez, com diferentes proporções de redução e/ou com a ampliação de pormenores; mantém a proporcionalidade de redução relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções significativas.

Legibilidade: de uma forma geral, relativamente ao conjunto dos mapas, dadas as suas grandes dimensões, não se pode considerar que as reproduções ofereçam a possibilidade de leitura. No entanto verifica-se legibilidade para as janelas que foram ampliadas, com esse objectivo

Obs: Profusamente ilustrado, apresentando, não só, a totalidade das obras reproduzidas, como ainda, em alguns casos, o mesmo mapa reproduzido duas vezes (uma vez na parte textual, outra na parte de descrição). Apresentando, também, a ampliação de muitos pormenores mapas.

• **Localização das reproduções:**

Junto à descrição bibliográfica

Separadas da descrição bibliográfica

• **Ilustrações**⁸¹

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

y) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses

b) Entidades financiadoras da edição

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses

c) Tiragem: 1 000 exemplares

z) Menção de Distribuição

Sim

Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático
- Topográfico

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico

⁸¹ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- Tipologia e/ou Temático
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- Título
- Autor
- Dados matemáticos
 - Escala Projecção N.A.⁸²
 - Coordenadas Equinócios N.A.
- Pé de Imprensa
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- Descrição física
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- Elementos específicos do exemplar
 - Proveniência⁸³
 - Cota
- Informação adicional⁸⁴

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

Os registos bibliográficos apresentam coerência nas descrições bibliográficas, em conformidade com o recomendado nas ISBD(CM), e informação adicional, significativa, em notas, que denota uma análise e estudo, particularmente cuidados, dos aspectos representados nos mapas. Na introdução do catálogo mencionam-se algumas opções e decisões sobre a exaustividade e tipo de descrição bibliográfica, algumas dessas opções, levaram à menção de títulos demasiado extensos, que incluem a transcrição integral da informação textual de cada mapa (em alguns casos, como é o caso do Nº 9, o título ocupa 24 linhas), bem como, à transcrição da pontuação, das abreviaturas e uso de maiúsculas.

10 – Menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

⁸² N.A. = Não Aplicável

⁸³ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁸⁴ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

ANEXO V.20

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Cartografia de Oeiras: 4 séculos de representação do território: do Século XVI ao século XX*
- **Autor(es):** Coord. Joaquim Manuel Ferreira Boiça
- **Autor dos Textos:** Joaquim Manuel Ferreira Boiça, Maria de Fátima Rombouts de Barros e Paulo Estrela
- **Descrição dos mapas:** Joaquim Manuel Ferreira Boiça (Instituto Geográfico Português)
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa : Câmara Municipal de Oeiras, 2003
- **Descrição física:** 111 p. : il., 47 rep. mapas + 32 rep. de instrumentos científicos ligados à produção cartográfica, color ; 28 cm
- **ISBN:** ISBN 972-8508-90-5

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar a produção cartográfica do território de Oeiras, desde o século XVI até inícios do século XXI, bem como dos instrumentos científicos que serviram os levantamentos, e, ainda, uma matriz, pedra litográfica, de uma das folhas da série: *Carta Corográfica de Portugal, 1:50.000*.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 - Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional

Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções: Arquivo Histórico Militar, Instituto Geográfico Português, Museu da Cidade de Lisboa, Direcção de Serviços de Engenharia, Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca Nacional, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim

Não

3.3 - Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**

Designação:

- **Geográfico**

Designação: Oeiras

- **Cronológico**

Designação: do século XVI até século XXI

- **Tipológico:**

Designação:

3.4 - Conteúdo

a) Manuscritos

Impressos

b) Cobertura cronológica: Séculos XVI-XXI

c) Área geográfica: Oeiras

d) Tipologia: Mapas topográficos, plantas e planos hidrográficos;

e) Número de descrições bibliográficas: 47 documentos cartográficos e 32 instrumentos utilizados na produção de cartografia.

f) Língua

Monolíngua

Bilíngua

Multilíngua

g) Reproduções

- Sem reproduções

- **Totalidade dos mapas**

- **Apenas uma parte** Percentagem:

- **Critério de selecção:**

- **Características da reprodução:**

P&b

Color.

Proporção da redução: muito variável, em conformidade com as dimensões originais dos documentos, os documentos apresentam uma reprodução da totalidade do documento, muito embora, por vezes, essa reprodução conste de forma incompleta, na margem da página (como é o caso das reproduções correspondentes aos registos nºs 19, 20, 21 e 23) e ampliações efectuadas na zona de representação cartográfica da região de Cascais, tornando essa mancha cartográfica legível. As reproduções mantêm a proporcionalidade de redução, relativamente ao conjunto da imagem, não gerando distorções

Legibilidade: Apresenta legibilidade no que concerne ao objectivo, através das ampliações de janelas do espaço geográfico de Oeiras.

- **Localização das reproduções:**
Junto à descrição bibliográfica
Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**⁸⁵

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

aa) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- **Outro(s)**

Designação(ões): Câmara Municipal de Oeiras

b) **Tiragem:** 1000 exemplares

c) **Menção de Distribuição**

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs.: De acordo com os cinco núcleos da exposição, a saber: Oeiras nas cartas e planos do porto e barra de Lisboa; Oeiras nas cartas topográficas e nos planos de fortificação e de reconhecimento militar; Plantas e planos de lugares do território de Oeiras; Oeiras nos mapas geográficos e cartas topográficas e corográficas dos arredores de Lisboa; Do conhecimento à representação: os instrumentos científicos ao serviço da cartografia.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**

⁸⁵ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

ANEXO V.21

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Conhecimento e definição do território: os engenheiros militares: séculos XVII-XIX*
- **Autor(es):** João Maria de Vasconcelos Pirote, Aniceto Afonso; José Vicente Serrão, Coord.
- **Autor dos textos**⁸⁹: Rui Carita
- **Seleção e Descrição bibliográfica:** Aniceto Afonso Diogo Gaspar, Fernando Pessoa de Amorim, João Maria de Vasconcelos Pirote, José Vicente Serrão, Manuel Rato, Paulo Santos e Rui Carita.
- **Local de edição, editor e data:** Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Engenharia, Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar, 2003.
- **Descrição física:** 101 p.: il., 25 rep. mapas color; 21x21 cm
- **ISBN** 972-8107-75-7

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar a actividade da Engenharia militar nos séculos XVII a XIX. Trata-se do catálogo de uma exposição inserida num conjunto de actividades comemorativas do bicentenário do Arquivo Militar. Este catálogo contém cerca de 81 descrições de material cartográfico, intercaladas com descrições outro tipo de documentos, tais como: esculturas, retratos, documentação de arquivo (correspondência, regulamentos, estatutos, tratados, etc.), peças de armamento e instrumentos relacionados com os levantamentos cartográficos.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional

Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

b) Apresenta várias colecções

Identificação das colecções: As colecções mais representadas são provenientes de três instituições, a saber: Direcção Geral dos Serviços de Engenharia do Exército, Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar; participaram ainda colecções das seguintes instituições: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Biblioteca do Exército, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca de S. Julião (Ministério da Defesa) e do Museu Militar.

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim

Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

- **Temático**
Designação: Engenheiros Militares
- **Geográfico**
Designação:
- **Cronológico**
Designação: séculos XVII-XIX
- **Tipológico:**
- Designação:

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos

Impressos

⁸⁹ Não se consideram os autores do prefácio nem da apresentação.

- b) **Cobertura cronológica:** Séculos XVII - XIX
 c) **Área geográfica:** Portugal e ex-colónias portuguesas
 d) **Tipologia:** Mapas topográficos, mapas administrativos, de triangulação, itinerários, de fronteira, mapas náuticos, plantas, etc.
 e) **Número de descrições bibliográficas:** 81 de documentos cartográficos, num total de 157 documentos.

f) **Língua**

Monolingue Bilingue Multilingue

g) **Reproduções**

- **Sem reproduções**
- **Totalidade dos mapas**
- **Apenas uma parte** **Percentagem: 30%**
- **Critério de selecção:**
- **Características da reprodução:**

P&b

Color.

Proporção da redução: Não é possível confirmar, as proporções de redução, por razões que se prendem com a abrangência das reproduções, que em muitos casos são parciais (como é o caso, por exemplo, dos nº 28 ou do nº 56) e, de uma forma geral apenas dão uma panorâmica geral do documento, apresentando-se reproduzidos, sem margem, até aos limites das páginas, ou, parcialmente ocultos na encadernação.

Legibilidade: Sem possibilidade de leitura.

- **Localização das reproduções:**
 Junto à descrição bibliográfica
 Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**⁹⁰

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

bb) **Editor**

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Direcção Geral dos Serviços de Engenharia, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar

b) **Tiragem:** não refere

c) **Menção de Distribuição**

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – **Corpo do catálogo**

- Autores
- Títulos
- Cronológico
 Designação: XVII-XIX
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs. Organizado em 5 núcleos, designadamente: "As instituições de defesa do território", "Fortificações e Defesa", "Reconhecimento do Território e inventariação de recursos", "Ordenamento Urbano", "Construção de infra-estruturas e ordenamento do território.

5.2 – **Outros pontos de acesso**

- Sem índices
- Autores

⁹⁰ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- Título
- Autor
- Dados matemáticos
 - Escala Projecção N.A.⁹¹
 - Coordenadas Equinócios N.A.
- Pé de imprensa
- Lugar de edição ou N.A.
- Editor ou N.A.
- Data
- Descrição física
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- Elementos específicos do exemplar
 - Proveniência⁹²
 - Cota
- Informação adicional⁹³

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia

Sim Não

b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:

Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

Quase todas as descrições possuem notas com comentários sobre cada um dos documentos, no entanto, a maioria das descrições bibliográficas, dos documentos cartográficos, não possuem os elementos mínimos de identificação, nem a ordem recomendada pelas ISBD(CM), nem apresentam, entre si, uniformidade de critérios. Esta falta de uniformidade parece corresponder ao facto do catálogo reflectir os dados que, de algum modo, podem ter sido enviados pelas instituições detentoras dos documentos.

Relativamente à escala dos documentos, estes dados, ou estão omissos, ou são referidos de formas muito díspares, a saber: pode constar o cálculo da escala e referência de todos os dados que permitiram esse cálculo, de acordo com a ordem e pontuação recomendadas pelas ISBD-CM, (por exemplo registo nº 72); pode constar o cálculo da escala e referência de todos os dados que permitiram esse cálculo mas com uma ordem e pontuação que não está de acordo com

⁹¹ N.A. = Não Aplicável

⁹² Instituição/ Colecção a que pertencem

⁹³ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

o recomendado ISBD-CM (por exemplo os registos nºs 78, 142); ou, pode, ainda, constar apenas a indicação de que este documento contém escalas gráficas, e as unidades de medida em que estas escalas estão expressas (por exemplo nº 66 "esc. Gráfica em braças"). Também não se verifica uniformidade da ordem de apresentação dos dados relativos à escala (por exemplo: no registo Nº 104 estes dados surgem depois da informação da descrição física, no nº 66 os dados aparecem na zona de descrição física referidos antes das dimensões dos documentos).

Os elementos relativos à publicação (local e editor) apresentam-se preenchidos em alguns registos bibliográficos de documentos manuscritos (por exemplo os nºs 144 e 145).

Algumas das dimensões são mencionadas em milímetros (apresentando, por vezes a referência a três dimensões, uma vez que não se trata de documentos tridimensionais deduzimos que a terceira dimensão poderá, eventualmente corresponder à lombada, como é o caso dos nºs 5 e 6),

Finalmente, em Algumas das descrições não é mencionada a cota do documento (desconhecemos se, nestes casos, o documento terá ou não cota atribuída, dentro da instituição a que pertence).

10- Participaram técnicos com formação em arquivo

ANEXO V.22

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CATÁLOGO:

- **Título:** *Olhar o Mundo, ler o território: uma viagem pelos mapas*
- **Autor(es):** Coordenação António Campar de Almeida, António Gama, Carlos Alberto Nabais Conde, Fernanda Delgado Cravidão, Lúcio Cunha, Rui Jacinto
- **Autor dos Textos:** António Campar de Almeida, António Gama, Carlos Alberto Nabais Conde, Fernanda Delgado Cravidão, Lúcio Cunha, Rui Jacinto, António M. Barbosa de Melo, Jorge Gaspar, Suzanne Daveau, José Manuel Pereira de Oliveira, Fernando Rebelo, Maria Helena Dias, Maria Fernanda Alegria, João Carlos Garcia, João Marinho dos Santos e Henrique Cayate
- **Descrição dos mapas:** Maria João Benquerença
- **Local de edição, editor e data:** Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, Instituto de Estudos Geográficos, 2004
- **Descrição física:** 249 p: il., 147 rep. mapas, color ; 23 x 27 cm
- **ISBN:** ISBN 972-05664-6-1

2 - OBJECTIVO GERAIS DO CATÁLOGO:

Divulgar uma colecção de mapas, do século XVI até inícios do século XX, maioritariamente, dos espaços geográficos da Península Ibérica e Portugal. Trata-se do catálogo de uma exposição realizada no âmbito do Programa: *Coimbra Capital Nacional da Cultura*.

3 - CARACTERÍSTICAS

3.1 – Pertença das obras representadas

a) Apresenta apenas uma colecção

Institucional Particular

Totalidade da colecção

Parte da colecção

Identificação da colecção: de Carlos Alberto Nabais Conde

b) Apresenta várias colecções

3.2 - Catálogo de Exposição

Sim

Não

3.3 – Critério de selecção da documentação que apresenta

• Temático

Designação:

• Geográfico

Designação: Maioritariamente Península Ibérica e Portugal, um número reduzido de mapas-mundo, Europa, África e Índia a (apenas 6 mapas)

• Cronológico

Designação: século XVI até inícios do século XX

• Tipológico

Designação:

3.4 – Conteúdo

a) Manuscritos (Apenas 1 Ms.)

Impressos

b) Cobertura cronológica: séculos XVI-XX

c) Área geográfica: Maioritariamente Portugal e Península Ibérica. Apenas 7 mapas de áreas geográficas mais abrangentes (3 mapas mundo e 2 mapas de continentes, Europa, África e um mapa da Índia)

d) Tipologia: Mapas topográficos e temáticos nacionais, regionais, plantas e vistas

e) Número de descrições bibliográficas: 147 documentos cartográficos.

f) Língua

Monolíngue

Bilíngue

Multilíngue

g) Reproduções

- Sem reproduções

- Totalidade dos mapas
- Apenas uma parte Percentagem:
- Critério de selecção:
- **Características da reprodução:**
P&b Color.

Proporção da redução: muito variável, em conformidade com as dimensões dos documentos originais, de uma forma geral as reproduções apresentam-se centradas e abrangendo, de acordo com os formatos, uma mancha próxima de 16x21cm. Assim, as percentagens de redução apresentam uma grande variabilidade que vai desde uma redução de cerca de 89% (pág. 173, mapa 672) até uma ampliação de cerca de 100% do original (pág. 223, mapa 783). A percentagem de redução da maioria dos documentos rondará os 60%.

Legibilidade: Apresenta legibilidade apenas para um pequeno número de documentos, em que as dimensões dos originais são muito reduzidas.

- **Localização das reproduções:**
Junto à descrição bibliográfica
Separadas da descrição bibliográfica
- **Ilustrações**⁹⁴

4 – EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

cc) Editor

- Biblioteca
- Arquivo
- Centro de Documentação
- Mapoteca
- Centro produtor de cartografia
- Outro(s)

Designação(ões): Centro de Estudos Geográficos e Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Outras entidades financiadoras da edição: Ministério da Cultura, Programa Operacional da Região Centro, Coimbra Capital Nacional da Cultura, e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

b) Tiragem: 1500 exemplares

c) Menção de Distribuição

Sim Não

5 - ORGANIZAÇÃO

5.1 – Corpo do catálogo

- Autores
- Títulos
- Cronológico
- Geográfico
- Tipologia
- Temático

Obs.: De acordo com quatro núcleos (e 14 subdivisões), em conformidade com a organização da exposição, a saber: Coordenadas de um Roteiro Cartográfico; O tempo e os modos de cartografar; Olhares globais leituras locais : a Cartografia e a (re)construção do Mundo; Os mapas e as Interpretações do País.

5.2 – Outros pontos de acesso

- Sem índices
- Autores
- Títulos
- Cronológico

⁹⁴ Partes de documentos, por exemplo: ampliação de elementos decorativos, etc.

- Geográfico
- Tipologia
- Topográfico

6 – ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

- **Título**
- **Autor**
- **Dados matemáticos**
 - Escala Projecção N.A.
 - Coordenadas N.A. Equinócios N.A.
- **Pé de Imprensa**
 - Lugar de edição ou N.A.
 - Editor ou N.A.
 - Data
- **Descrição física**
 - Tipo Extensão Técnica Cor
 - Dimensões
- **Elementos específicos do exemplar**
 - Proveniência⁹⁵
 - Cota
- **Informação adicional**⁹⁶

7 - POSSUI TEXTOS COM ESTUDOS SOBRE OS MAPAS:

- a) Textos genéricos de contextualização dos mapas, relacionados com a História da Cartografia
 Sim Não
- b) Textos que incluem a análise e estudo dos mapas seleccionados:
 Sim Não

8 – POSSUI BIBLIOGRAFIA

Sim Não

9 – COERÊNCIA DAS DESCRIÇÕES

As descrições bibliográficas, não possuem os elementos mínimos de identificação, nem a ordem, recomendados pelas ISBD(CM)), nem apresentam, entre si, uniformidade de critérios. Os elementos de informação, registados, são os seguintes: título, autor, local de edição data, escala e dimensões do documento.

Relativamente à menção de título, não se registam títulos atribuídos (se o mapa não possui título apresenta a menção: "sem título"), no que se refere aos autores não se registam as funções, (desenhador, editor, gravador, etc.) e, conseqüentemente, não se hierarquizam responsabilidades.

Na menção de escala não se distingue a situação de transcrição de uma escala numérica, ou, de uma escala que foi calculada.

No que se refere às dimensões, em alguns casos, são apresentadas 3 dimensões (como por exemplo o caso do mapa com o nº 99, na página 86, trata-se um mapa bidimensional, publicado numa das edições de um atlas ptolomaico, 1486, e não se percebe a que corresponde

⁹⁵ Instituição/ Colecção a que pertencem

⁹⁶ Resultante de outras fontes de informação, tais como, justificação de elementos de descrição ou contextualização do documento na obra do autor, ou da história da cartografia, etc.

a terceira dimensão, tanto mais que na página seguinte, 87, apresenta-se um mapa, de uma outra edição de um atlas ptolomaico, 1490, que apenas indica duas dimensões).

Acresce, ainda, a dificuldade de consulta e de interacção entre os textos e as reproduções dos mapas, uma vez que, não possui índices e os mapas não apresentam uma numeração sequencial.

10 – Não menciona a participação de técnicos ligados à biblioteconomia.

BIBLIOGRAFIA

(Todos os URLs válidos em 1 de Agosto de 2006,
excepto nos casos em que se indiquem outras datas)

- AACR (1967) *Anglo-American cataloging rules*. American Library Association, Library of Congress, Library Association, Canadian Library Association. North American text. Chicago: American Library Association.
- AACR (1967a) *Anglo-American cataloging rules*. American Library Association, Library of Congress, Library Association, Canadian Library Association. British text. London: Library Association.
- AACR (1978) *Anglo-American cataloging rules*. American Library Association, British Library, Canadian Committee on Cataloguing, Library Association, Library of Congress. 2nd ed. Chicago: American Library Association; Ottawa: Canadian Library Association.
- AACR (1988) *Anglo-American cataloging rules*. Joint Steering Committee for Revision of AACR, Committee of the American Library Association, Australian Committee on Cataloguing, British Library, Canadian Committee on Cataloguing, Library Association, Library of Congress. 2nd ed. 1988 revision. Ottawa: Canadian Library Association; London: Library Association Publishing; Chicago: American Library Association.
- AACR (2002) *Anglo-American cataloging rules*. Joint Steering Committee for Revision of AACR, Committee of the American Library Association, Australian Committee on Cataloguing, British Library, Canadian Committee on Cataloguing, Chartered Institute of Library and Information Professionals, Library of Congress. 2nd ed., 2002 revision. Ottawa: Canadian Library Association; London: Chartered Institute of Library and Information Professionals; Chicago: American Library Association.
- AACR (2004) *Anglo-American cataloging rules*. Joint Steering Committee for Revision of AACR, Committee of the American Library Association, Australian Committee on Cataloguing, British Library, Canadian Committee on Cataloguing, Chartered Institute of Library and Information Professionals, Library of Congress. 2nd ed., 2002 revision update. Ottawa: Canadian Library Association; London: Chartered Institute of Library and Information Professionals; Chicago: American Library Association.
- ALA; LA (1908) *Catalog rules, author and title entries*. Committees of the American Library Association and Library Association. American ed. Chicago: American Library Association.
- ALA; LA (1908a) *Cataloguing rules: author and title entries*. Committees of the Library Association and American Library Association. English ed.. London: Library Association.
- ALA (1941) *ALA catalog rules, author and title entries*. Catalog Code Revision Committee of the American Library Association, with collaboration Committee (British) Library Association. Preliminary American 2nd ed. .Chicago: American Library Association.

- ALA (1949) A.L.A. *Cataloging rules for author and title entries*. Division of Cataloging and Classification of the American Library Association. 2nd ed.. Chicago: American Library Association.
- AHM (1974) "Catálogo das cartas da 47ª Secção: Mapoteca: 3ª Divisão". *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 43, pp. 145-320.
- AHM (1978) "Catálogo de cartas da 47ª Secção: Mapoteca: 3ª Divisão". *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 48, pp. 223-356.
- AHM (1980) "Inventário dos documentos: Fortificações da 9ª Secção: 3ª Divisão". *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 50, : pp. 75-514.
- AHM (1991) "Catálogo de cartas da 47ª Secção: Mapoteca: 3ª Divisão". *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 59, pp.179-222.
- AHU (1968) *Catálogo da exposição cartográfica e iconográfica comemorativa do V centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino.
- AHU (1969) *Catálogo da exposição itinerante, cartográfica e iconográfica, comemorativa do V centenário da estada de Camões na Ilha de Moçambique*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino.
- ALBUQUERQUE, L.; GUERREIRO, I., coord. (1983) *Cumpriu-se o mar: as navegações portuguesas e as suas consequências no renascimento: Jerónimos I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. (Os descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento; vol. I).
- ALMEIDA, A. C., et al., coord. (2004) *Olhar o mundo, ler o território: uma viagem pelos mapas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, Instituto de Estudos Geográficos.
- BABIK, W. (1999) *Knowledge representation in map collections for for information retrieval systems*. *LIBER Quarterly*, vol. 9, nº 2. Também disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/articles/babik11.htm>.
- BARRETO, L. F., coord. (1997) *Cartografia de Macau: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Missão de Macau em Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau.
- BARROS, L. A., coord. (2001) *Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia: INAPA.
- BAUER, T. (1996) *National progress report of Germany 1994-1996*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19941996/germany.htm>.
- BLAKE, V. L. P. (2002) "Forging the Anglo-American Cataloging Alliance: descriptive cataloging, 1830-1908". *Cataloging & Lassification Quarterly*, vol. 35, nº 1-2, pp.3-22.
- BN (1928) *A secção ultramarina da Biblioteca Nacional: inventários*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- BN (1982) *Cartografia séculos XVI a XVIII: exposição*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

- BN (2005) *A cartografia do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional: 1700-1822*. 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://purl.pt/103>.
- BNF (2004) *Département des cartes et plans*. Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <http://www.bnf.fr/pages/zNavigat/frame/connaitr.htm>.
- BOGGS, S. W.; LEWIS, D. (1945) *The classification and cataloging of maps and atlases*. New York: Special Libraries Association.
- BOIÇA, J. M. F. coord. (2003) *Cartografia de Oeiras: 4 séculos de representação do território: do século XVI ao século XX*. Lisboa: Câmara Municipal de Oeiras.
- BPADAH (1960) *Catálogo da exposição bibliográfica e cartográfica do V centenário da morte do Infante D. Henrique*. Angra do Heroísmo: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital.
- BPMP (1960) *Exposição Henriquina: bibliografia, cartografia, iconografia*. Porto: Biblioteca Pública Municipal.
- BPMP (1992) *A pintura do mundo: geografia portuguesa e cartografia dos séculos XVI a XVIII: catálogo da exposição*. Biblioteca Pública Municipal. Porto: Câmara Municipal.
- BRANCO, R. M. C. (2003) *O mapa de Portugal: estado, território e poder no Portugal de oitocentos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BRITISH LIBRARY (2006) *Map library overview*. Disponível em: http://www.bl.uk/collections/map_overview_history.html.
- BRITISH MUSEUM (1841) "Rules for the compilation of the catalogue". In: *Catalogue of printed books in the British Museum*. Department of Printed Books. London: Printed by order of the Trustees, v. 1, p. [v]-ix.
- CABRAL, L., coord. (1999) *As Américas: cartografia da independência, sécs. XVIII-XIX*. Porto: Biblioteca Pública Municipal.
- CABRAL, L.; MEIRELES, M. A., coord. (1998) *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Lisboa: INAPA.
- CABRAL, M. L.; LOPES, M. I. (1992) "A modernização das bibliotecas portuguesas: cinco anos decisivos". *Cadernos BAD*, nº 1, pp. 17-33.
- CAETANO, J., coord. (1998) *Gravura e conhecimento do mundo: o livro impresso ilustrado nas colecções da BN*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- CAMBRIDGE UNIVERSITY LIBRARY (1927) *Rules for catalogues of printed books, maps & music*. Cambridge: University press.
- CAMPOS, F. M. (1992) "O Comité Permanente do UNIMARC: perspectivas e acções". *Cadernos BAD*, nº 1, pp.157-164.

- CAMPOS, F. M. (1997) "A inovação no saber disponível: bibliotecas e novos suportes de informação". *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, s. 3, nº 1 (Abril - Out.), pp. 207-211.
- CAMPOS, F. M.; LOPES, M. I.; GALVÃO, R. M. (1995) "MARC formats and their use". *Program*, vol. 29, nº 4 (Oct.), pp. 445-459.
- CARITA, R. (2003) *Conhecimento e definição do território: os engenheiros militares: séculos XVII-XIX*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Engenharia, Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar.
- CARPENTER, M. (2002) "The Original 73 Rules of the British Museum: a Preliminary Analysis". *Cataloging & Classification Quarterly*, vol. 35, nº 1-2, pp. 23-37.
- CARVALHO, A. A. (1977) *Catálogo da colecção de desenhos*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- CARRINGTON, D. K.; STEPHENSON, R. W. (1978) *Map collections in the United States and Canada: a directory*. New York: Special Libraries Association.
- CARRINGTON, D. K.; STEPHENSON, R. W. (1985) *Map collections in the United States and Canada: a directory*. 4th edition. New York: Special Libraries Association.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO INSULAR... (1895) *Catálogo da exposição insular e colonial portuguesa em 1894 no Palácio de Crystal portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CEG (1993) *Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa: 50 anos de investigação geográfica*. [Lisboa: CEG].
- CHOAY, F. (2000) *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70. (Arte & comunicação; 71).
- CID, I. (1997) "Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora". In: Magalhães, J. R.; Garcia, J. C.; Flores, J. M., coord. *Lugares e regiões em mapas antigos: exposição*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, pp. 10-12.
- CML (1998) *Do passeio à avenida: os originais do arquivo municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- CMP (1988) *A rota do cabo: descobrimentos e colonização africana*. Porto: Câmara Municipal.
- CMP (1994) *Henrique, o navegador: exposição comemorativa do 6º centenário do nascimento do Infante D. Henrique*. Porto: Câmara Municipal, Comissão Municipal Infante 94.
- COLOMAR, M. A. (1997) "Catalogación y almacenamiento de los documentos cartográficos". In *Terceras jornadas archivísticas: El documento cartográfico como fuente de información*. Huelva: Deputación Provincial, pp. 203-236.
- COSTA, A. F. (1940) "Catálogo da exposição de cartografia". In: *Congresso do Mundo Português: Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de História*

- dos Descobrimentos e Colonização: III congresso, II secção: Império do Oriente.* Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 4º vol., 2º tomo, pp. 387-459.
- COSTA, M. C. P (1990) "Filipe Folque e a criação da Cartografia científica em Portugal". *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral.* Lisboa: I.G.C., Nº 10, pp.101-111.
- CORTESÃO, A.; MOTA, A. T. (1960) *Portugaliae Monumenta Cartographica.* Lisboa: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique.
- COSTA, J., coord. (2000) *A terra de Vera Cruz: viagens, descrições e mapas do séc. XVIII.* Porto : Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- CROM, W. (2004) *National progress report of Germany 2002-2004.* LIBER. Groupe de Carthécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/20022004/germany14.html>.
- CUNHA, M. S., coord. (1999) *Os espaços de um império: catálogo.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- CURTO, D. R.; CATTANEO, A.; ALMEIDA, A. F., coord. (2003) *La cartografia europea tra primo Rinascimento e fine dell'Illuminismo: atti del convegno internazionale, The Making of European Cartography, Firenze, BNCF-EUI, 13-15 Dicembre 2001.* Firenze: Leo S. Olschki.
- CUTTER, C. A. (1876) *Rules for a dictionary catalogue.* Washington: Government Printing Office.
- CUTTER, C. A. (1889) *Rules for a dictionary catalog.* 2nd ed. with corrections and additions. Washington: Government Printing Office.
- CUTTER, C. A. (1904) *Rules for a dictionary catalog.* 4th ed., rewritten. Washington: Government Printing Office.
- DAVEAU, S. (1998) "O novo conhecimento geográfico do Mundo". In: Caetano, J., coord. *Gravura e conhecimento do mundo: o livro impresso ilustrado nas colecções da BN.* Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 125-198.
- DEBREUIL, L. (1993) *World directory of map collections.* 3rd ed. On behalf of Section of Geography and Map Libraries. [International Federation of Library Associations]. München; London; New York: K. G. Saur. (IFLA Publications; 63).
- DEMETRACOPOULOS C. (1997) "Map cataloging in the 1980s e 1990". In: Hughes, G. F.; Demetracopoulos, C., ed. *Map cataloging bibliography: selectively annotated.* Washington: Special Libraries Association, Geography and Map Division, pp. 71-78.
- DENTON, W. (2003) *FRBR and fundamental cataloguing rules.* Disponível em: <http://www.miskatonic.org/library/frbr.html>.
- DET KONGELIGE BIBLIOTEK (1999) *Brief history of the Royal Library.* Disponível em: <http://www.densortediamant.dk/kb/hist/index-en.htm>.
- DIAS, M. H. (1992) "Constrangimentos da cartografia temática portuguesa". *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral.* Nº 11 (Dez.), pp. 33-36.

- DIAS, M. H., coord. (1995) *Os mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Cosmos.
- DIAS, M. H. (1996) "As mapotecas portuguesas e a divulgação do património cartográfico nacional: algumas reflexões". *Cartografia e Cadastro: Revista do Instituto Português de Cartografia e Cadastro*, nº 5 (Dez.), pp. 43-50.
- DIAS, M. H. (1998) "Os primórdios da moderna Cartografia militar em Portugal: uma história ainda por contar". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 5ª série, nº 24, pp. 49-80.
- DIAS, M. H. (2001) "Recordando um engenheiro português ao serviço da Cartografia Militar". *Boletim do Instituto Geográfico do Exército*, nº 63 (Nov.), pp. 37-51.
- DIAS, M. H., coord. (2003) *Contributos para a História da Cartografia militar portuguesa* [CD-ROM]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- DIAS, M. H. (2005) "Neves Costa uma figura emblemática da cartografia militar portuguesa, 1774-1841". *Boletim do Instituto Geográfico do Exército*, nº 67 (Nov), pp. 4-7.
- DIAS, M. H. (2006) *Enquadramento histórico da cartografia portuguesa actual: os primeiros mapas modernos e a institucionalização das actividades cartográficas*. Lição de síntese apresentada às provas de agregação na Universidade de Lisboa, em 26 de Maio. [Não publicado].
- DIAS, M. H., et al., coord. (2005) *Cartografia militar portuguesa dos séculos XVIII e XIX: cartas, plantas, esboços e projectos: exposição* [CD-ROM]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos [etc.].
- DIAS, M. H.; BOTELHO, H. F., coord. (1999) *Quatro séculos de imagens da cartografia portuguesa = Four centuries of images from Portuguese cartography*. Lisboa: Comissão Nacional de Geografia.
- DIAS, M. H.; FEIJÃO, M. (1995) *Glossário para a indexação de documentos cartográficos*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- DOMINGOS, M. D.; LOPES, M. I.; OLIVEIRA, A. B. (1992) "Biblioteca Nacional de Portugal". *Boletim de la ANABAD*, vol. XLII, nº 3-4, pp. 363-401.
- DRAZNIOWSKY, R., compil. (1975) *Map librarianship: readings*. Metuchen: Scarecrow Press.
- DUCHEMIN, P. (1992) *French progress report 1990-1992*. LIBER. Groupe de Carthothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19901992/france.htm>.
- DUPONT, H. (1999) "Legal Deposit in Denmark: the new law and electronic products". *LIBER Quarterly*, vol. 9, nº 2. Também disponível em: <http://www.kb.nl/infolev/liber/articles/dupont11.htm>.

- DUPONT, H. (2000) *National progress report of Denmark 1998-2000*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19982000/denmark12.html>.
- ELLIOT, J. (1990) *United Kingdom national report 1988-1990*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19881990/uk7.html>.
- A ENGENHARIA MILITAR... (1960) *A engenharia militar no Brasil e no ultramar português antigo e moderno: catálogo*. Lisboa: [Estado Maior do Exército].
- EXPO 98 (1994) *Porto 1865: uma exposição*. Lisboa: Comissariado da Exposição Internacional de Lisboa, Expo 98.
- EXPOSIÇÃO DE CARTOGRAFIA... (1903) *Exposição de cartographia na Sociedade de Geographia de Lisboa em Novembro de 1903: collecção Palmella*. Lisboa: Of. Typographica.
- FAUNDEEN, J. L., et al. (2004) *Landsat yesterday and today: an American vision and an old challenge*. *Journal of Map & Geography Libraries: advances in geospatial information, collections & archives*, vol. 1, nº 1, pp. 59-73.
- FAYET-SCRIBE, S. ; CANET, C. (2000) "Histoire de la normalisation autour du livre et du document: l'exemple de la notice bibliographique et catalographique de la Bibliographie générale et raisonnée de la France, 1791, à la description bibliographique internationale normalisée, 1975". *Solaris*. nº 6 (Déc.1999 – Jan. 2000). Também Disponível em: <http://biblio-fr.info.unicaen.fr/bnum/jelec/Solaris/d06/6fayet.html>.
- FEIJÃO, M. J. E. (1997) "O acesso aos documentos cartográficos em bibliotecas e arquivos portugueses". In: *Terceras jornadas archivísticas: El documento cartográfico como fuente de información*. Huelva: Deputación Provincial, pp.152-178.
- FEIJÃO, M. J. E. (1998) *National progress report of Portugal 1996-1998*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19961998/port11.htm>
- FEIJÃO, M. J. E. (2000) *National progress report of Portugal 1998-2000*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/20002002/portugal13.html>.
- FEIJÃO, M. J. E. (2001) "A cartografia do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional". In: Garcia, J. C.; Feijão, M. J., coord. *A nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional: 1700-1822*. Lisboa: CNDP, pp. 29-35
- FEIJÃO, M. J. E. (2001a) "Documentação cartográfica: novas estratégias de trabalho, novos meios de difusão". In: *Bibliotecas e arquivos na Sociedade da Informação: estratégias para o século XXI: Actas do 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1998*. Lisboa: BAD, vol. 1, pp. 41-55.
- FEIJÃO, M. J. E. (2002) *National progress report of Portugal 2000-2002*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/20002002/portugal13.html>.

- FEIJÃO, M. J. E. (2004) *National progress report of Portugal 2002-2004*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/20022004/portugal14.html>.
- FERNANDES, A. F. A. (1956) *A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. Coimbra: [s.n.], 1956. Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa.
- FIGUEIREDO, F. (1918) *Publicações da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- FLEET, C. (1998) *Technology in map collections: a means or an end? Report on the 11th conference of the Groupe des Cartothécaires de LIBER, 15-18 September 1998, Kraków, Poland*. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/1998.html>.
- FLEET, C. (2000) *Caught in the web or spinning it? The role of mapcurators in building WWW-sources of cartographic information. Report on the 12th conference of the Groupe des Cartothécaires de LIBER, 27 June-1 July 2000, København, Denmark*. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/2000.html>.
- FLEET, C. (2002) *Strategies for survival: collections, data, institutions: report on the 13th conference of the Groupe des Cartothécaires de LIBER, 3-7 September 2002, Helsinki, Finland*. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/2002.html>.
- FONSEDA, M. (1915) *Catalogo resumido da preciosa collecção de manuscritos da Casa Cadaval*. Lisboa: [s.n.], 1915. (Lisboa: Typ. Universal). Sep. do Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado.
- GALERA, M. (1990) *National progress report of Catalunya 1988-1990*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19881990/catalunya7.html>.
- GALERA, M. (1991) *Les Cartoteques a la Península Ibérica*. In: *La cartografia de la Península Ibérica i la seva extensió al Continent Americà. Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia: 2on curs*. Barcelona: Instut Cartogràfic de Catalunya, pp. 17-152
- GALERA, M. (1996) *National progress report of Spain 1994-1996*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19941996/spain.htm>.
- GALERA, M. (1998) *National progress report of Spain 1996-1998*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19961998/spain11.htm>.
- GALERA, M. (2000) *National progress report of Spain 1998-2000*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19982000/spain12.html>.
- GALERA, M.; LITER, C. (1992) *Spain: national progress report 1990-1992*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19901992/spain.htm>.
- GALERA, M.; LITER, C. (1994) *National progress report of Spain 1992-1994*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19921994/spain.htm>.

- GANDRA, M. J. (2003) *A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal.
- GARCIA, J. C.; FEIJÃO, M. J. E., coord. (2001) *A nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional 1700-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- GARCIA, J. C., coord. (2002) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- GARCIA, J. C. (2003) "Some geographical notes on the practice of identifying maps". In: Curto, D. R.; Cattaneo, A.; Almeida, A. F., coord. *La cartografia europea tra primo Rinascimento e fine dell'Illuminismo: atti del convegno internazionale, The Making of European Cartography, Firenze, BNCF-EUI, 13-15 Dicembre 2001*. Firenze: Leo S. Olschki, pp. 325-330.
- GARCIA, J. C. (2006) *Mapas e atlas do Visconde de Santarém: a prioridade no descobrimento da África Ocidental*. [No prelo].
- GEAR, C. L. (1959) "Geography and map". *Special Libraries Association: its first fifty years: 1909-1959*. New York: SLA, pp. 85-87.
- GOODMAN, M. C. (1954) *Map collections in the United States and Canada: a directory*. New York: Special Libraries Association.
- HAGLER, R. (1997) *The bibliographic record and information technology*. 3rd ed. Chicago: ALA.
- HAYKIN, D. J. (1951) *Subject headings: a practical guide*. Washington, D.C.: Government Printing Office.
- HOWARTH, L. C. (1991-) *AACR2 decisions & rule interpretations*. 5th ed. Ottawa: Canadian Library Association.
- HUGHES, G. F. (1997) "Rules for map cataloguing from cutter to son of AACR2". In: Hughes, G. F.; Demetracopoulos, C., ed. *Map cataloging bibliography: selectively annotated*. Washington: Special Libraries Association, Geography and Map Division, pp. 1-14.
- HUGHES, G. F.; DEMETRACOPOULOS, C., ed. (1997) *Map cataloging bibliography: selectively annotated*. Washington: Special Libraries Association, Geography and Map Division. (Special Libraries Association. Geography and Map Division, special publication; nº 4).
- IFLA (1977) *ISBD(CM): International standard bibliographic description for cartographic materials*. 1st ed.. London: IFLA Committee on Cataloguing and the IFLA Subsection of Geography and Map Libraries.
- IFLA (1987) *ISBD(CM): International standard bibliographic description for cartographic materials*. Rev. edition. London: IFLA Section on Cataloguing and the IFLA Section of Geography and Map Libraries.

- IFLA (1998) *Functional requirements for bibliographic records*. Final report. IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. Munchen: K. G. Saur. Também disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/frbr.htm>.
- IFLA (1999) *ISBD(CM): International standard bibliographic description for cartographic materials: proposals for a revision to include electronic resources: according to the guidelines provided by IFLA Geography and Map Libraries Section*. Edited by Göran Bäärnhielm. Estocolmo: Royal Library. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s6/news/isbd.pdf>.
- IFLA (2004) *Family of ISBDs*. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/3/nd1/isbdlist.htm>.
- IFLA (2004a) *ISBD (CM): International standard bibliographic description for cartographic materials: draft for worldwide review*. 200x Rev. Prepared by the ISBD(CM) Working Group for Approval by the Standing Committees of the IFLA Cataloguing Section and the IFLA Geography and Map Libraries Section. Disponível em: [http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD\(CM\)_21Dec04.pdf](http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD(CM)_21Dec04.pdf).
- IFLA (2005) *Historical background*. IFLA Cataloguing Section, Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) Review Group. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/wgfrbr/wgfrbr.htm>.
- IFLA (2005a) *Origins of ISBDs*. IFLA Cataloguing Section, ISBD Review Group. Disponível em: <http://www.ifla.org.sg/VII/s13/isbd-rg.htm>.
- IFLA (2006) *International standard bibliographic description (ISBD)*. Recommended by the ISBD Review Group on Future Directions of the ISBDs. Consolidated edition. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD-consolidated-July2006.pdf>.
- IGEOE (2004) "Memórias do tempo: o acervo Cartográfico do IGP". *e-Boletim do CDI*, nº 2 (Janeiro). Instituto Geográfico do Exército. Disponível em: http://www.igeo.pt/IGEO/portugues/servicos/CDI/biblioteca/PublicacoesIGP_files/e_boletim/Janeiro/HTML/Convenio%20Luso-Brasileiro.htm.
- IICT (1983) *Da Comissão de Cartographia, 1883, ao Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983: 100 anos de história*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- IPQ (1990) *Pesos e medidas em Portugal: catálogo: exposição nacional de metrologia*. Instituto Português da Qualidade. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- JSC (2005) *A brief History of AACR: early English language cataloguing codes*. Joint Steering Committee for Revision of Anglo-American Cataloguing Rules. Disponível em: <http://www.collectionscanada.ca/jsc/history.htm>.
- KLÖTI, T. (1992) *Annual report 1990-1992, activities in Switzerland*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19901992/switserl.htm>.
- KOKABI, M. (1996) "The internationalization of MARC. Part I: emergence and divergence of Marc". *OCLC Systems & Services*, vol.12, nº 1, pp. 21-31.
- LARSGAARD, M. L. (1998) *Map librarianship: an introduction*. 3rd ed.. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited.

- LAC (2004) *Cartes et plans*. Library and Archives Canada. Disponível em: http://www.collectionscanada.ca/archivianet/020154_f.html.
- LEITCH, M. S. A. (1999) *Directory of Canadian map collections = Répertoire des collections canadiennes de cartes*. 7th ed.. Ottawa: Association of Canadian Map Libraries and Archives.
- LIBER (2005) *Literature for education in map curatorship*. Groupe de Cartothécaires. Working Group for Education. Disponível em: <http://www.maps.ethz.ch/gdc-education2.html>.
- LIBRARY OF CONGRESS (1954) *Classification: Class G: Geography Antropology, Folklore, Manners and Customs, Recreation*. Library of Congress, Subject Cataloguing Division, Classification. Washington: Card Division.
- LIBRARY OF CONGRESS (1988-2004) *Library of Congress rule interpretations*. Washington: Library of Congress, Cataloging Distribution Service.
- LIBRARY OF CONGRESS (1991) *Map cataloging manual*. Library of Congress, Geography and Map Division. Washington: Library of Congress. Também disponível em: <http://www.itsmarc.com/crs/map0001.htm>.
- LIBRARY OF CONGRESS (1996) *Introduction to Dresden: treasures from the Saxon State Library*. Disponível em: <http://www.loc.gov/exhibits/dres/dres0.html>.
- LIBRARY OF CONGRESS (2005) *Library of Congress an illustrated guide: Geography and Map Division: special collections*. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/geogmap/guide/gmillspc.html>.
- LIBRARY OF CONGRESS (2005a) *Philip Lee Phillips Society*. Library of Congress, Geography and Map Division. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/geogmap/philips.html>.
- LIBRARY OF CONGRESS (2006) *History and background*. Library of Congress, Geography and Map Division. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/geogmap/gmhst.html>.
- LITTER, C. ; GARCIA, C. (1999) *Materiales cartográficos: manual de catalogacion*. Madrid: Arco Libros.
- LOISEAUX, O. (2000) *World directory of map collections*. 4th ed. On behalf of Section of Geography and Map Libraries [International Federation of Library Associations]. München: K. G. Saur. (IFLA Publications; 92/93).
- LOPES, M. I. (1994) "A PORBASE e as bibliotecas públicas". *Cadernos BAD*, nº 3, pp. 111-121.
- LOPES, M. I. (1997) "Renovação tecnológica da Biblioteca Nacional". *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, S 3, nº 1 (Abril-Out.), pp. 213-218.
- LUBAS, R. L. (2003) "The evolution of bibliographic control of maps". *Cataloging & Classification Quarterly*, vol. 35, nº 3-4, pp. 437-446.

- LUBETZKY, S. (1960) *Code of cataloging rules: author and title entry*. Chicago: American Library Association.
- MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997) *Cartografia de Lisboa: séculos XVII a XX: catálogo de exposição*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997a) *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.
- MAGALHÃES, J. R. ; GARCIA, J. C. ; FLORES, J. M., coord. (1997b) *As fronteiras de África: catálogo de exposição*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.
- MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997c) *Lugares e regiões em mapas antigos: exposição*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.
- MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997d) *Macau a cidade e o porto: catálogo de exposição*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C.; FLORES, J. M., coord. (1997e) *Tesouros da cartografia portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.
- MANGAN, E. U., ed. (2004) *Cartographic materials: a manual of interpretation for AACR2*. 2002 Revision, Second Edition plus 2004 Update. Chicago: American Library Association.
- MANIQUE, L. P. (1943) *Subsídios para a história da cartografia portuguesa: a carta geral do reino, a carta topográfica da cidade de Lisboa, a instituição da litografia nos serviços geográficos portugueses*. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral. Sep. do Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral.
- MANUAL UNIMARC (1989) *Manual UNIMARC*. Ed. Brian P. Holt, colab. Sally H. McCallum, A. B. Long, edição em língua portuguesa coord. por Fernanda Maria Guedes de Campos. Lisboa: Biblioteca Nacional,
- MARONEY, D. (1997) "Map cataloging before 1950". In: Hughes, G. F.; Demetracopoulos, C., ed. *Map cataloging bibliography: selectively annotated*. Washington: Special Libraries Association, Geography and Map Division, p. 47
- MARQUES, A. P. (1996) *A cartografia portuguesa do Japão: séculos XVI-XVII: catálogo das cartas portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MARQUES, M. S. (2001) *Cartografia antiga: tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- MCCLENNEY, E. G. (1997) "A Brief Review of the Map Cataloging Literature of the 1970s". In: Hughes, G. F.; Demetracopoulos, C., ed. *Map cataloging bibliography: selectively annotated*. Washington: Special Libraries Association, Geography and Map Division, p. 65.

- MENDES, H. G. (1969) *Catálogo de cartas antigas da mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral. (Cadernos técnicos e de informação, nº 22).
- MENDES, H. G. (1981) "Subsídios para a História da Cartografia e Engenharia portuguesas no século XIX". *Revista do Instituto Geográfico Português*, nº 1, pp. 25-74.
- MENDES, H. G., coord. (1982) *Cartografia portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque 1750-1900: o património histórico e cartográfico do Instituto Geográfico e Cadastral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MENDES, H. G., coord. (1983) *O convénio cartográfico Luso-Brasileiro de 1867: a cartografia ao serviço da comunidade Luso-Brasileira*. Lisboa: Instituto Geográfico Português. Separata da Revista Instituto Geográfico Português, nº 3.
- MENDES, M. V. C. A. S., coord. (1992) *Tesouros da Biblioteca Nacional*. Lisboa: INAPA.
- MENDES, M. V. C. A. S., et al., coord. (1997) *Do Terreiro do Paço ao Campo Grande: 200 anos da Biblioteca Nacional: catálogo de exposição*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- MENDONÇA, R. coord. (1997) *A engenharia militar e a construção: 350 anos de história*. [Lisboa]: Regimento de Engenharia Nº 1.
- MERRETT, C. E. (1976) *Map cataloguing and classification: a comparison of approaches*. Postgraduate School of Librarianship and Information Science. University of Sheffield, August 1976. (Occasional Publications series, number seven). Baseado em tese de mestrado apresentada na Universidade de Sheffield.
- MICKWITZ, A. M. (1979) "Dear Mr. Nerdenskilnöld, your offer is accepted". In: Wallis, H.; Zögner, L., ed. *The Librarian in modern world: essays in honour of Walter W. Ristow*. München, New York, London, Paris: K.G. Saur, pp. 221-235.
- MILLEA, N. (2000) *National progress report of Great-Britain 1998-2000*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19982000/uk12.html>.
- MILLEA, N. (2002) *National progress report of Great-Britain 2000-2002*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/20002002/uk13.html>.
- MILLEA, N. (2004) *National progress report of Great-Britain 2002-2004*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/20022004/uk14.html>.
- MONTANER, C. (2002) *National progress report of Spain 2000-2002*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/20002002/spain13.html>.
- MONTANER, C. (2004) *Maps for everybody: the scope, tendencies and evolution of public map collection in the twentieth century*. [Não publicado].

- MONTANER, C. (2004a) *National progress report of Spain 2002-2004*. LIBER. Groupe de Carthécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/20022004/spain14.html>.
- MOTA, A. T. (1972) *Acerca da recente devolução a Portugal, pelo Brasil, de manuscritos da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica: 1798-1807*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga: Secção de Lisboa; 74).
- MURPHY, M. (1982) "1941-1981: Forty years of the Geography and Map Division in SLA". *Bulletin G & M Division, SLA*, nº 128 (June). Também disponível em: <http://www.sla.org/division/dgm/article1.html>.
- MURPHY, M. (1997) "The Geography and Map Division 1982-1997". *Bulletin G & M Division, SLA*, nº 187 (Fall/Winter). Também disponível em: <http://www.sla.org/division/dgm/article2.html>.
- MOTA, A. T., coord. (1960) "Exposição de Cartografia". In: *Exposição Henriquina: catálogo*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, pp. 25-49.
- NEW YORK PUBLIC LIBRARY (2004) *Map Division*. New York Public Library. Collections & Archives for Research. Libraries & Collections. Disponível em: <http://www.nypl.org/research/chss/map/map.html>.
- NICHOLS, H. (1982) *Map Librarianship*. 2nd ed. London: Clive Bingley.
- NP 405-1:1994 *Informação e documentação referências bibliográficas: documentos impressos*. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 1995.
- NP. 405-2:1998 *Informação e documentação referências bibliográficas: Parte 2: materiais não livro*. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 1998.
- NP 405-3:2000 *Informação e documentação referências bibliográficas: Parte 3: documentos não publicados*. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2002.
- NP 405-4:2002 *Informação e documentação Referências bibliográficas: Parte 4: Documentos electrónicos*. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2003.
- PARKER, E. B. , comp. (1982) *Graphic materials: rules for describing original items and historical collections*. Washington, D.C.: Library of Congress.
- PAULINO, F. F., coord. (1994) *A arquitectura militar na expansão portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Infante 94.
- PAULINO, F. F., coord. (1994a) *O testamento de Adão*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- PEIXOTO, A. M.; VIANA, R. A. F., coord. (2001) *O litoral e a cidade: matizes cartográficas*. Viana do Castelo: Arquivo Municipal de Viana do Castelo.
- PEIXOTO, Jorge (1961-1962) *Técnica bibliográfica: subsídio para a bibliografia portuguesa*. Coimbra: Atlântida. 1º volume publicado em 1961 e 2º volume publicado em 1962.

- PELLETIER, M. (1990) *Rapport national français 1988-1990*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19881990/france7.html>.
- PELLETIER, M. (1994) *Rapport national français 1992-1994*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19921994/france.htm>.
- PELLETIER, M. (1996) *Rapport national français 1988-1990*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19881990/france7.html>.
- PERRY, R. B., PERKINS, C.R. (2001) *The map library in the new millennium*. London: Library Association Publishing.
- PROENÇA, R. (1919-1923) *Regras para a redacção, impressão e ordenação dos catálogos gerais e respectivos modelos*. [Lisboa: Biblioteca Nacional, 1919-1923]. Edição preliminar impressa, distribuída em dossier provisório, para crítica das regras de catalogação. O exemplar consultado era de uso de António Rafael Pereira e está rasurado e anotado, com páginas datadas de 1919 e actualizações de 1920 a 1923
- REAL, M. L., coord. (1992) *Uma cartografia exemplar: o Porto em 1892: exposição comemorativa do 1º centenário da carta topográfica de A. G. Teles Ferreira*. Porto: Câmara Municipal.
- REEDIJK, C. (1986) "Welcoming speech [Discurso de abertura da 4th LIBER Map Curators Group Conference, 15-19 October 1984, realizada na Holanda]". *Bulletin Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche*, nº 28. Também disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/reedijk4.html>.
- RESENDE, M. T.; PAULINO, F. F., coord. (1994) *Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII: imagens de Portugal e Ilhas Atlânticas*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- REYNA, T. (1988) *National progress report of Spain 1986-1988*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19861988/spain6.html>.
- RICHARD, H. (2000) *Rapport national de France 1998-2000*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19982000/france12.html>.
- RISTOW, W. W. (1976) *World directory of map collections*. Geography and Map Libraries Sub-Section. Munchen: Verlag Dokumentation.
- RISTOW, W. W. (1980) *The emergence of maps in libraries*. Hamden: Linnet Books.
- RPC (1984) *Regras portuguesas de catalogação*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação.
- RUAS, J., coord. (2005) *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: INAPA.

- SANTARÉM, 2º VISCONDE DE (1906) *Algumas cartas ineditas do Visconde de Santarém*. Lisboa: Typ. Universal.
- SCHWENGER, L. (1990) *National progress report of Denmark 1988-1990*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19881990/denmark7.html>.
- SEAVEY, C. A. (1994) "Map libraries". In: *Encyclopedia of library history*. New York, London: Garland Publishing, pp. 413-414.
- SGL (1983) *Exposição cartográfica da grande Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa. Sep. Boletim da Sociedade de Geografia Lisboa.
- SILVA, I. F. (1946) "Da Carta Geral do Reino, 1852, a um sistema cartográfico, 1952". *Revista da Ordem dos Engenheiros*, vol. IV, nº 35, pp. 684-706.
- SLA (1950) "Maps in the library". *Library Journal*, vol. 75, nº 6 (March), pp. 429-488.
- SMITH, C. D. (1997) "Map collections and libraries in England and their place in the history of cartography". In: *La cartografia anglesa. Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia: 7è curs*. Barcelona: Institut Cartogràfic, pp. 253-269.
- SMITS, J. (1986) "Developments in professional schooling for curators of map collections and topographical-historical atlases in The Netherlands". *Bulletin Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche*, nº 37. Também disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/articles/smits5.html>.
- SMITS, J. (1987) "National progress report for the Netherlands 1984-1986". LIBER. Groupe de Cartothécaires. *LIBER News Sheet*, nº 19/20. Também disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19841986/netherlands1.html>.
- SMITS, J. (1988) *National progress report for the Netherlands 1986-1988*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19861988/netherlands6.html>.
- SMITS, J. (1990) *National progress report for the Netherlands 1988-1990*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19881990/netherlands7.html>.
- SMITS, J. (1992) *From round table to conference: activities 1978-1992*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/overview.htm#1978>.
- SMITS, J. (1992a) *National progress report for The Netherlands 1990-1992*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19901992/nederlan.htm>.
- SMITS, J. (1994) *Describing geomatic data sets with ISBD and UNIMARC: problems and possible solutions*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/articles/1meta-01.htm#back9>. [Consult. 17 Jul. 2005].
- SMITS, J. (1994a) *National progress report for The Netherlands 1992-1994*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19921994/netherla.htm>.

- SMITS, J. (1996) *National progress report for The Netherlands 1994-1996*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19941996/nederlan.htm>.
- SMITS, J. (1996a) "Planning the new map library: report on the 10th conference of the Groupe des Cartothécaires de LIBER, 23-27 September 1996, Berlin, Germany". LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/1996.html>.
- SMITS, J. (1999) "The necessity and nuisance of survival, or how to keep to our senses". *LIBER Quarterly*, vol. 9, nº 2. Também disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/articles/smits11.htm>.
- SMITS, J. (2000) "Can a map be a geographic information retrieval tool?". *LIBER Quarterly*, vol. 10, nº 4. Também disponível em: <http://webdoc.gwdg.de/edoc/aw/liber/lq-4-00/lq-4-00-s504b515.pdf>.
- SOARES, E., org. (1955) *Inventário da colecção de registos de santos*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- SOARES, E., org. (1975) *Inventário da colecção de estampas: série preta*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.
- STATEMENT OF PRINCIPLES... (1971) *Statement of principles adopted at the International Conference on Cataloguing Principles, Paris, October 1961*. Annotated ed. with commentary and examples, by Eva Verona, assisted by ... [others]. London: IFLA Committee on Cataloguing.
- STIBBE, H. L.P.; CARTMELL, V.; PARKER, V., ed. (1982) *Cartographic materials: a manual of interpretation for AACR2*. Chicago: American Library Association.
- TADEU, D. (1958) *Professor Ernest Fleury*. Lisboa: Instituto Superior Técnico. Sep. Técnica, Nº 285.
- TATHAM, A. (1994) *United Kingdom national report 1992-1994*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19921994/uk.htm>.
- TATHAM, A. (1996) *Can the map curator adapt?*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/articles/2tatham.htm>.
- TATHAM, A. (1996a) *United Kingdom national report 1994-1996*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19941996/uk.htm>.
- TAYLOR, A. (1997) "Map Library". In: *International encyclopedia of information and library science*. London, New York: Routledge, pp. 290-292.
- TSENG, S., comp. (1982) *LC rule interpretations of AACR2, 1978-1982*. Cumulated ed. Metuchen, N.J.: Scarecrow Press.
- TSENG, S., comp. (1985) *LC rule interpretations of AACR2....* 2nd cumulated ed. Metuchen, N.J.: Scarecrow Press.
- VASCONCELOS, E., coord. (1904) *Exposição de cartographia nacional, 1903-1904: catálogo*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

- WALLIS, H.; ZÖGNER, L., ed. (1979) *The map librarian in the modern world: essays in honour of Walter W. Ristow*. München, New York, London, Paris: K.G. Saur.
- WAWRIK, F. (1992) *Basic and continued training of map curators*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/articles/wawrik.htm>.
- WERNER, J. (2004) *National progress report for the Netherlands 2002-2004*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/20022004/netherlands14.html>.
- WINEARLS, J.; TESSIER, Y. (1969) *Directory of Canadian map collections = Répertoire des collections de cartes canadiennes*. [Ottawa]: Association of Canadian Map Libraries.
- WINEARLS, J. (1979) "Map collections and Map Librarianship in Canada review and prospects". In: Wallis, H.; Zögner, L., ed. *The map librarian in modern world: essays in honour of Walter W. Ristow*. München, New York, London, Paris: K.G. Saur, pp. 161-183.
- WOLTER, J. A. (1968) "Geographical libraries and map collections". In: *Encyclopedia of library and information science*. New York: Marcel Dekker, vol. 9, pp. 236-267.
- WOLTER, J. A, et al. (1979) "A brief history of the Library of Congress: Geography and Map Division, 1897-1978". In: Wallis, H.; Zögner, L., ed. *The map librarian in modern world: essays in honour of Walter W. Ristow*. München, New York, London, Paris: K.G. Saur, pp. 47-104.
- ZÖGNER, L. (1994) *National progress report of Germany 1992-1994*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19901992/germany.htm>
- ZÖGNER, L. (2000) *National progress report of Germany 1998-2000*. LIBER. Groupe de Cartothécaires. Disponível em: <http://liber-maps.kb.nl/progress/19881990/germany7.html>.